

ASA PALAVRA

Faculdade Asa de Brumadinho - Ano XXII - Número 43 - 2025



Seurat, Georges. *Uma Tarde de Domingo na Ilha de Grande Jatte*. 1884-1886. Óleo sobre tela, 207 cm x 308 cm. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/18/Georges_Seurat_034.jpg/1024px-Georges_Seurat_034.jpg. Acesso em: 15 nov. 2025. thumb/1/18/Georges_Seurat_034.jpg/1024px-Georges_Seurat_034.jpg. Acesso em: 15 nov. 2025.



EXPEDIENTE



Alexandre Torido Brandão
 Ana Paula Gonçalves dos Reis
 Ana Paula dos Santos Assis
 Camila Karen da Silva
 Carla Pessanha Loque
 Danilo Arnaldo Briskievicz
 Dayana Lourdes Silva
 Grethelien Christye Silva Cerqueira
 Huener Silva Gonçalves
 Jade de Pádua Pereira
 Jeovanio José da Rocha
 Liziane das Graças Agostinho
 Lorena dos Anjos Lourenço
 Lúcio Alves de Barros
 Luisa Cristina Figueiredo
 Marcelo Moreno Gomes Lisboa
 Marcos Vinicius Lunardi
 Maria Caroline Lara Vilaça Brito
 Natália Romana Rosa
 Rafael Tallarico
 Rosilene Maria de Oliveira
 Sofia Martins Moreira Lopes
 Yasmim Martins Guimarães

Colaboradores**Textos****Organização e Coordenação Editorial**

Sofia Martins Moreira Lopes – Doutora em Estudos Linguísticos – professora universitária
email: sofiammoreira@gmail.com

Comissão Editorial

Sofia Martins Moreira Lopes

Conselho Editorial

Huener Silva Gonçalves
 Lúcio Alves de Barros
 Sofia Martins Moreira Lopes

Revisão Geral

Sofia Martins Moreira Lopes

Revisão Específica

Responsabilidade de cada autor

Projeto Gráfico

Cristina Baía Marinho

Concepção de capa e folhas de seção

Sofia Martins Moreira Lopes
 Huener Silva Gonçalves

Asa-Palavra/Faculdade ASA de Brumadinho.
 v. I. n. 43 ago/dez 2025: Faculdade ASA, 2025.
 Ano XXII

ISSN impressa 18062857
 ISSN eletrônica: 26753685
 I. Ensino Superior-Periódicos, I. Faculdade ASA
 de Brumadinho.

CDU: 378

APRESENTAÇÃO

E lá se vai mais um ano. Ano de muita luta, com sonhos concluídos, com sonhos adiados, com partidas, com chegadas e retornos. É momento de balanço, festejos, orações, descanso para uns, trabalho para outros... Todo acadêmico é também um trabalhador, digno de descanso, de esparecimento, importante para o refrigério das ideias e também para novos projetos. Esse período também é marcado pelo reencontro com amigos, familiares e consigo mesmo... é tempo de dar uma pausa no corre-corre.

É como se vivêssemos vários “domingos” entre dezembro e janeiro, domingos como os apresentados por Georges Seurat, em *Uma Tarde de Domingo na Ilha de Grande Jatte* (1884-1886). Com seu estilo pontilhista, de fins do século XIX, o pintor francês nos lembra a importância do lazer em família e amigos, em locais que favoreçam sair do cotidiano do trabalho diário, desfrutando de um domingo ensolarado. Cada ponto de cor na tela constrói uma imagem que revela que esses momentos colaboraram para levar a vida com mais serenidade e suavidade. Cem anos depois, tal sentido é manifestado em *Um Dia de Domingo* (1985), na voz de Tim Maia e Gal Costa.

Na citada canção, os interpretes brasileiros, com seus belos vocais, nos levam a refletir sobre o desejo de relaxamento e de reconciliação. A música nos transporta para um momento de leveza, onde o “domingo” se torna sinônimo de liberdade, de reencontro com a alegria, com as pessoas queridas e consigo mesmo. Assim como a pintura, a letra fala de um dia protagonizado pela diversão, amizade e o prazer de simplesmente vivê-lo. No fundo, ambas as artes nos convidam a desacelerar, a encontrar beleza nas pequenas coisas e a reconhecer que o descanso é tão vital quanto o trabalho árduo. O domingo, especialmente no fim de um ano repleto de compromissos, é o espaço para “resetar”, para respirar e para revisitar o que realmente importa.

Enfim, a pausa insinuada pelas obras se transforma em um convite para o autoexame, a reflexão sobre nossos caminhos e o retorno ao essencial. A arte, a música, a companhia dos amigos e o tempo conosco mesmos são fontes inesgotáveis de energia, que, ao serem cultivadas, nos permitem viver de forma mais plena, equilibrada e conectada com o que realmente é importante. É necessário dar um tempo ao tempo, de ter mais domingos, sobretudo nessa época de transição de ciclos. Assim, é com esses sentimentos e sentidos, que a Revista ASA Palavra se despede de mais um ano e aguarda 2026.

Sofia Martins Moreira Lopes
Huener Silva Gonçalves

UM DIA DE DOMINGO

Intérprete: Tim Maia (participação especial de Gal Costa)

Composição: Michael Sullivan / Paulo Massadas (1985)

Eu preciso te falar
Te encontrar de qualquer jeito
Pra sentar e conversar
Depois andar de encontro ao vento

Eu preciso respirar
O mesmo ar que te rodeia
E na pele quero ter
O mesmo Sol que te bronzeia
Eu preciso te tocar
E outra vez te ver sorrindo
E voltar num sonho lindo

Já não dá mais pra viver
Um sentimento sem sentido
Eu preciso descobrir
A emoção de estar contigo
Ver o Sol amanhecer
E ver a vida acontecer
Como um dia de domingo

Faz de conta que ainda é cedo
Tudo vai ficar por conta da emoção
Faz de conta que ainda é cedo
E deixar falar a voz do coração

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
-------------------	---

Sofia Martins Moreira Lopes, Huener Silva Gonçalves

UM DIA DE DOMINGO	4
-------------------------	---

Tim Maia (participação especial de Gal Costa)

Composição: Michael Sullivan / Paulo Massadas (1985)

SEÇÃO 1 – ESTADO – HEGEMONIA – BRASIL COLÔNIA – SENADO	7
--	---

RAZÃO DE ESTADO E HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS: A Liderança Estratégica na Construção da Ordem Internacional	8
--	---

Carla Pessanha Loque, Rafael Tallarico

ARTICULAÇÕES POLÍTICAS DO SENADO DA CÂMARA DA VILA DO PRÍNCIPE (1714 E 1828)	20
--	----

Danilo Arnaldo Briskievicz

SEÇÃO 2 – DIREITO – MEDIDA SOCIOEDUCATIVA – RESPONSABILIDADE CIVIL – INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – ÉTICA.....	37
---	----

VIDAS EFÊMERAS: as relações de sociabilidade de adolescentes em medida socioeducativa em um Centro Socioeducativo na região metropolitana de Belo Horizonte (MG).....	38
---	----

Dayana Lourdes Silva, Lúcio Alves de Barros

PENSANDO A RESPONSABILIDADE CIVIL DA TÜV SÜD BRASIL (TSB), ENTRE OUTRAS, A PARTIR DOS TRIBUNAIS (2019-2024)	86
---	----

Ana Paula dos Santos Assis, Alexandre Torido Brandão, Huener Silva Gonçalves

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – UMA QUESTÃO ÉTICA	108
---	-----

Marcelo Moreno Gomes Lisboa

SEÇÃO 3 – ENFERMAGEM – PRÁTICAS INTEGRATIVAS – PREVENÇÃO – HUMANIZAÇÃO
DO CUIDADO 119

ESPIRITUALIDADE E MUSICOTERAPIA: medidas não farmacológicas a serem implementadas pelo enfermeiro como estratégia de enfrentamento ao tratamento oncológico 120

*Ana Paula Gonçalves dos Reis, Lorena dos Anjos Lourenço, Yasmim Martins Guimarães,
Sofia Martins Moreira Lopes*

ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA MALÁRIA 153

Jeovanio José da Rocha, Jade de Pádua Pereira, Maria Caroline Lara Vilaça Brito

CUIDADO DE ENFERMAGEM HUMANIZADO A HOMENS LGBTQIAPN+: ÊNFASE NA CIRURGIA DE
REDESIGNAÇÃO SEXUAL 175

*Ana Paula Gonçalves dos Reis, Camila Karen da Silva, Grethelien Christye Silva Cerqueira, Liziane das Graças Agostinho, Luisa Cristina Figueiredo, Marcos Vinicius Lunardi, Natália Romana Rosa,
Rosilene Maria de Oliveira*

SEÇÃO I

ESTADO – HEGEMONIA - BRASIL COLÔNIA – SENADO



RAZÃO DE ESTADO E HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS: A LIDERANÇA ESTRATÉGICA NA CONSTRUÇÃO DA ORDEM INTERNACIONAL

RAISON D'ÉTAT AND THE HEGEMONY OF THE UNITED STATES: STRATEGIC LEADERSHIP IN THE CONSTRUCTION OF INTERNATIONAL ORDER

*Carla Pessanha Loque¹
Rafael Tallarico²*

RESUMO

A doutrina kissingeriana sobre a Razão de Estado e a hegemonia dos Estados Unidos destaca a importância de uma liderança estratégica na construção e preservação da ordem internacional. Kissinger argumenta que a ordem global não surge espontaneamente, sendo necessária uma ação deliberada para moldá-la, baseada em estratégias de longo prazo e no fortalecimento de alianças essenciais, como a com Israel. A hegemonia americana deve ser vista como um meio para garantir estabilidade global, com a capacidade de ajustar-se às novas realidades geopolíticas sem comprometer os interesses nacionais. A política externa dos EUA deve ser realista e estratégica, orientada pela Razão de Estado.

¹ A autora é especialista em Direitos Humanos pelo Instituto Erick Carsten da Universidade de Helsinque (Finlândia) e em Direito Internacional Penal pelo Instituto de Altos Estudos de Direito Penal de Siracusa (Itália). Mestre em Direito Internacional Penal pela Universidade de Granada (Espanha), é funcionária da Organização das Nações Unidas (ONU), onde atua em programas relacionados ao Estado de Direito. Anteriormente, trabalhou na Comissão Europeia.

² O autor é mestre em Direito e Justiça e doutor pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais em Direito Constitucional Estratégico. Professor Universitário de Direito Internacional Público. Foi Estagiário de Docência e Professor Convidado da disciplina "Ordem Mundial em Henry Kissinger" na Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG. Advogado na área empresarial.

Palavras-chave Razão de Estado, Hegemonia dos Estados Unidos, Liderança Estratégica, Política Externa

ABSTRACT

Kissinger's doctrine on the *raison d'état* and the hegemony of the United States emphasizes the importance of strategic leadership in the construction and preservation of international order. Kissinger argues that the global order does not arise spontaneously, requiring a deliberate action to shape it, based on long-term strategies and the strengthening of essential alliances, such as the one with Israel. American hegemony must be viewed as a means to ensure global stability, with the capacity to adapt to new geopolitical realities without compromising national interests. U.S. foreign policy must be realistic and strategic, guided by *raison d'état*.

Keywords: *Raison d'État*, Hegemony of the United States, Strategic Leadership, Foreign Policy.

INTRODUÇÃO

A política externa dos Estados Unidos, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, tem sido definida por um compromisso com a preservação da ordem internacional e com a proteção dos interesses estratégicos globais. No centro dessa política, está a Razão de Estado, princípio fundamental para guiar as decisões e ações diplomáticas dos Estados Unidos. A hegemonia americana, mais do que um fim, é vista como um meio para garantir a estabilidade global e o equilíbrio de poder no sistema internacional.

Em sua obra, Henry Kissinger enfatiza que a ordem internacional não surge de forma espontânea, mas deve ser deliberadamente moldada por potências que compreendem a importância de uma estratégia de longo prazo. Kissinger defende que a liderança dos Estados Unidos deve ser orientada pela Razão de Estado, ajustando-se às novas realidades geopolíticas enquanto preserva o sistema internacional em que o país exerce uma posição de preeminência. O compromisso com alianças estratégicas, como a de Israel, e a preservação da hegemonia americana são centrais para esse processo. A política externa dos Estados Unidos, portanto, é caracterizada por decisões pragmáticas que buscam equilibrar os interesses nacionais com a estabilidade global.

I - ORDEM, SOBERANIA E A FUNÇÃO AMERICANA NO SÉCULO XXI

"A ordem deve ser criada; ela não surgirá espontaneamente." — Henry Kissinger, *A World Restored* (1957)

A atual inquietação quanto à soberania industrial, à integridade territorial e à solvência fiscal dos Estados Unidos reflete o esgotamento de uma era em que a liderança americana foi tratada como axioma. Desde o fim da Guerra Fria, muitos presumiram que a preeminência dos Estados Unidos era um estado natural, perpétuo, isento de esforço. Essa presunção é historicamente infundada. A autoridade americana no mundo foi construída por meio da força, da visão estratégica e da disposição de sustentar uma ordem internacional compatível com seus interesses. Abandonar essa disposição equivale, não a um gesto de humildade, mas a um convite à dissolução da ordem existente — e à ascensão de uma que lhe será hostil.

A reconstrução da base industrial americana não é uma nostalgia protecionista. É uma exigência da realidade geopolítica. Em um mundo em que o controle das cadeias de suprimento se converte em instrumento de coerção, depender de rivais sistêmicos para tecnologia, energia ou insumos críticos é negligência. A autossuficiência não deve ser total, mas deve ser decisiva nos setores onde a dependência implica vulnerabilidade estratégica.

A questão migratória, por sua vez, deve ser tratada com frieza e com lucidez. Nenhum Estado sobrevive intacto ao influxo descontrolado de populações que não compartilham sua história, seus valores ou seu contrato social. A imigração regulada, voltada à integração, fortalece a potência nacional. Mas o descontrole das fronteiras é uma forma de dissolução interna. Não se trata de humanitarismo, mas de sobrevivência política.

Quanto à dívida, é essencial compreender que ela não é apenas uma questão fiscal. É uma limitação de soberania. Um Estado excessivamente endividado se torna vulnerável à chantagem dos mercados, à pressão de potências credoras e à perda de sua liberdade de manobra. Disciplina orçamentária é um componente da estratégia, não uma exigência tecnocrática.

A missão histórica dos Estados Unidos não é adaptar-se ao mundo, mas moldá-lo. E moldar não significa conquistar, mas impor uma estrutura dentro da qual os demais Estados operem com previsibilidade e limites. A renúncia a esse papel não resultará em harmonia, mas em anarquia sistêmica.

“Ou os Estados Unidos projetam ordem, ou o sistema internacional será redesenhado por potências que não compartilham seus princípios — nem seus limites.”

II – O MEIO-ORIENTE E A CENTRALIDADE DE ISRAEL NA DOCTRINA KISSINGERIANA

“The security of Israel is a moral imperative for the West and a geopolitical necessity for American strategy.” — Henry Kissinger, Years of Upheaval (1982), p. 890 (“A segurança de Israel é um imperativo moral para o Ocidente e uma necessidade geopolítica para a estratégia americana.”)

Para Kissinger, Israel não é apenas um aliado regional, mas uma âncora estratégica da presença americana no Oriente Médio. Sua existência é vinculada a um duplo código: moral e funcional. Moral, porque representa um compromisso histórico do Ocidente com a sobrevivência judaica após o Holocausto. Funcional, porque Israel é uma potência regional autônoma, com capacidade de dissuasão e projeção.

“No other country in the region could substitute for Israel’s strategic capabilities or for its psychological importance to American public opinion.” — Henry Kissinger, Years of Renewal (1999), p. 548 (“Nenhum outro país na região poderia substituir as capacidades estratégicas de Israel ou sua importância psicológica para a opinião pública americana.”)

Kissinger também reconhecia que a estabilidade regional não poderia ser alcançada sem o reconhecimento do papel central de Israel no equilíbrio de poder do Oriente Médio. Qualquer tentativa de impor soluções externas sem levar em conta a segurança de Israel estava, segundo ele, condenada ao fracasso.

“The Arab-Israeli conflict will not be resolved by pressure alone, but by a structure of mutual recognition supported by credible deterrence.” — Henry Kissinger, Does America Need a Foreign Policy? (2001), p. 163 (“O conflito árabe-israelense não será resolvido apenas por pressão, mas por uma estrutura de reconhecimento mutuo sustentada por dissuasão crível.”)

Em sua prática diplomática, especialmente durante os anos 1973-1975, Kissinger promoveu a chamada diplomacia de passos (step-by-step diplomacy), que buscava avanços incrementais com base na realidade do poder militar e da dissuasão. Ele acreditava que acordos duradouros no Oriente Médio não podiam ser impostos com base em abstrações morais universais, mas apenas a partir do reconhecimento das capacidades e vulnerabilidades reais dos Estados envolvidos.

“Peace requires not only goodwill but also a sense of limits and of the balance of risks.” — Henry Kissinger, Years of Upheaval (1982), p. 918 (“A paz requer não apenas boa vontade, mas também senso de limites e do equilíbrio dos riscos.”)

Portanto, Israel, na visão kissingeriana, é simultaneamente um bastião estratégico e um ponto de articulação da credibilidade americana na região. Proteger Israel é proteger o capital diplomático, militar e simbólico dos Estados Unidos no tabuleiro do Oriente Médio.

III - A FRAGMENTAÇÃO DA EUROPA E A GEOMETRIA DA CONTENÇÃO

“O equilíbrio de poder não é um fim em si mesmo, mas um meio de garantir a existência de várias possibilidades.” — Henry Kissinger, *Diplomacy* (1994), p. 137

A ordem europeia, outrora o centro de gravidade da diplomacia ocidental, entrou em um estágio de dispersão funcional. Desde a implosão da União Soviética, a Europa tem oscilado entre a dependência estratégica dos Estados Unidos e a tentativa de afirmar uma autonomia estrutural. Essa ambivalência é perigosa.

Kissinger observou que “sem uma definição clara de interesses comuns, alianças tornam-se instrumentos de paralisia, não de dissuasão” (*Diplomacy*, p. 526). A União Europeia falha em apresentar uma doutrina de segurança coerente. Sua dependência da OTAN não é acompanhada por uma capacidade operacional equivalente. A fragmentação das suas prioridades nacionais enfraquece sua força diplomática coletiva.

O que está em jogo é o próprio conceito de contenção. Durante a Guerra Fria, a Europa Ocidental serviu de bastião civilizacional contra a expansão soviética. Hoje, com a ausência de um inimigo unificador e o surgimento de uma multipolaridade desordenada, a Europa se mostra vulnerável à pressão assimétrica — tanto de potências revisionistas quanto de crises internas. A contenção, para existir, precisa de geografia, mas também de intencionalidade política.

“A diplomacia eficaz requer clareza de propósito. Um sistema que não define seus princípios inevitavelmente colapsa sob o peso das suas ambiguidades.” — Henry Kissinger, *World Order* (2014), p. 88

Se os Estados Unidos desejam preservar a ordem euro-atlântica, precisarão reassumir o papel de formuladores de doutrina e condutores da unidade. A Europa, sozinha, não é capaz de manter o equilíbrio continental. Como advertiu Kissinger, “O papel da liderança americana não é opcional; é estrutural” (*Diplomacy*, p. 813).

A contenção do século XXI não exige apenas presença militar. Exige coerência entre os instrumentos de poder, definição de ameaças e unidade doutrinária. Sem isso, a Europa se tornará um palco de competição entre potências que compreendem a ordem apenas como ferramenta de oportunidade.

“A história castiga as potências que se esquecem que a ordem é um projeto. E projetos, para existirem, exigem arquitetos.” — Henry Kissinger, *World Order* (2014), p. 9

IV – A POSIÇÃO AMBÍGUA DA ÍNDIA NA ORDEM INTERNACIONAL

“India’s leaders proclaimed their commitment to nonalignment, but nonalignment turned out to mean nonalignment with the United States.” — Henry Kissinger, *Diplomacy* (1994), p. 738 (*“Os líderes da Índia proclamavam seu compromisso com o não alinhamento, mas o não alinhamento acabou significando não alinhamento com os Estados Unidos.”*)

Durante a Guerra Fria, a Índia adotou uma posição formal de neutralidade, mas que, segundo Kissinger, funcionava na prática como distanciamento político dos Estados Unidos. Sua diplomacia assumia o discurso moralista do não alinhamento enquanto cultivava relações estratégicas com a União Soviética. Essa ambivalência tornou a cooperação difícil, pois, como observou Kissinger:

“India was not an easy country for us to deal with. Its leaders often approached foreign policy in moralistic terms, while pursuing power politics no less rigorously than other states.” — Henry Kissinger, *White House Years* (1979), p. 850 (*“A Índia não era um país fácil de lidar. Seus líderes frequentemente abordavam a política externa em termos moralistas, ao mesmo tempo em que perseguiam a política de poder com o mesmo rigor que qualquer outro Estado.”*)

Na análise de Kissinger, a Índia busca preservar sua autonomia estratégica acima de qualquer alinhamento estrutural, uma tradição diplomática que persiste mesmo após o fim da Guerra Fria. No contexto do século XXI, Kissinger identifica um dilema não resolvido:

“India will have to decide whether it wants to be a balancing power or a global one—and how to shape a partnership with America while maintaining its own strategic autonomy.” — Henry Kissinger, *World Order* (2014), p. 220 (*“A Índia terá que decidir se deseja ser uma potência de equilíbrio ou uma potência global — e como moldar uma parceria com os Estados Unidos mantendo sua própria autonomia estratégica.”*)

A Índia, portanto, não é, para Kissinger, uma aliada natural dos Estados Unidos, mas um ator autônomo que opera de forma oportunista em um sistema multipolar. Sua importância deriva, não de sua previsibilidade, mas de sua capacidade de influenciar equilíbrios regionais e de reconfigurar coalizões conforme seus interesses.

A ambiguidade da Índia não é um obstáculo tático, mas uma condição estratégica permanente. Sua relação com o Ocidente não será regida por lealdade, mas por conveniência e autonomia

nacional. Como tal, exige uma abordagem americana menos doutrinária e mais realista, fundada no reconhecimento de que a Índia não será um pilar fixo da ordem ocidental, mas um elemento dinâmico a ser observado e influenciado com prudência diplomática.

V – A ESTRATÉGIA SINO-RUSSA SOB A ÓTICA DO EQUILÍBRIO GLOBAL

“China e Rússia nunca aceitaram a legitimidade de uma ordem mundial cuja arquitetura elas não ajudaram a construir.” — Henry Kissinger, *World Order* (2014), p. 6

Para compreender a aproximação estratégica entre China e Rússia, é preciso partir do princípio de que ambas as potências compartilham uma memória histórica de humilhação e exclusão. Como afirmou Kissinger, “ambas nunca aceitaram a legitimidade de uma ordem mundial cuja arquitetura lhes foi imposta”. Tal percepção molda sua atuação externa não em busca de estabilidade global, mas de reequilíbrio de poder sob seus próprios termos.

“A busca por dominação regional pelas grandes potências é um padrão normal das relações internacionais na história.” — Henry Kissinger, *Diplomacy* (1994), p. 27

Tanto Pequim quanto Moscou operam sob a lógica histórica do poder regional. O expansionismo russo é calcado na busca por profundidade estratégica; o modelo chinês, na projeção gradual de hegemonia econômica e tecnológica. Ambas compreendem que o vácuo deixado por uma América hesitante não será preenchido pela ONU, mas por alianças informais, corredores energéticos, pactos bilaterais e zonas de influência.

“O que se chama multipolaridade não é uma prescrição para a paz, mas uma descrição da realidade do poder.” — Henry Kissinger, *World Order* (2014), p. 9

A multipolaridade contemporânea não configura uma nova estabilidade, mas sim uma competição entre modelos de ordem. A cooperação sino-russa não é baseada em afinidade ideológica, mas na convergência de interesses revisionistas. Como advertiu Kissinger, “a multipolaridade não é uma receita para a paz, mas uma descrição da realidade do poder”. Ignorar isso é abandonar a prática da diplomacia pela ilusão da convivência.

“O teste de uma política é como ela lida com a transição do familiar para o inédito.” — Henry Kissinger, *World Order* (2014), p. 373

O verdadeiro desafio político para os Estados Unidos está em compreender que a parceria sino-russa é, acima de tudo, um instrumento de pressão. Ela testa a capacidade americana de res-

ponder à transição do familiar — uma hegemonia incontestada — para o inédito: um sistema contestado, dinâmico e propenso ao colapso se não for moldado com determinação.

“Toda civilização que já existiu acabou colapsando. A história é a memória da arte de governar.”
— Henry Kissinger, *World Order* (2014), p. 10

Assim, o futuro da ordem internacional não reside na esperança de equilíbrio espontâneo entre potências. Ele reside na capacidade dos Estados Unidos de entender que a estabilidade é um ato de vontade sustentado por estratégia. E que a memória da diplomacia é, em última instância, o que separa a civilização do caos.

VI – EUA E CHINA: RIVALIDADE, RESPEITO E A LÓGICA DO EQUILÍBRIO

“The United States and China are not destined to collide, but their relationship requires a balancing of vital interests, not ideological confrontation.” — Henry Kissinger, *On China* (2011), p. 528 (*“Os Estados Unidos e a China não estão destinados ao confronto, mas sua relação exige um equilíbrio de interesses vitais, não um embate ideológico.”*)

Kissinger via a relação sino-americana como uma estrutura de competição estratégica dentro dos limites de uma ordem estável. Não acreditava em alianças por afinidade ideológica, mas em arranjos de equilíbrio baseados na realidade do poder.

“China does not export its ideology, it projects its power through the assertion of a unique historical identity.” — Henry Kissinger, *World Order* (2014), p. 213 (*“A China não exporta sua ideologia, projeta seu poder por meio da afirmação de uma identidade histórica singular.”*)

A diferença fundamental entre Estados Unidos e China, segundo Kissinger, não é apenas de sistema político, mas de percepção histórica de si mesmos. A China busca estabilidade através da centralidade; os Estados Unidos através da expansão de princípios. Essa diferença torna o diálogo complexo, mas não impossível.

“Each country must learn to deal with the other as a major power with legitimate strategic interests.” — Henry Kissinger, *On China* (2011), p. 530 (*“Cada país deve aprender a lidar com o outro como uma grande potência com interesses estratégicos legítimos.”*)

Para Kissinger, a sobrevivência da ordem internacional dependeria da habilidade dos EUA e da China de aceitarem limites, reconhecerem zonas de interesse e evitarem confrontos diretos, mesmo em contextos de rivalidade crescente.

"Great powers co-exist not because they agree on values, but because they agree on limits." — Henry Kissinger, *World Order* (2014), p. 224 ("Grandes potências coexistem não porque concordam em valores, mas porque concordam em limites.")

Nesse sentido, a relação sino-americana não é um conflito inevitável, mas uma gestão permanente de tensões. Kissinger via a diplomacia entre essas potências como um exercício de sobriedade: "The essence of diplomacy is not to permit differences to become wars" (A essência da diplomacia é não permitir que as diferenças se tornem guerras).

"The test of statesmanship is the ability to recognize the moment when conditions change and to adjust policy accordingly." — Henry Kissinger, *On China* (2011), p. 532 ("O teste da arte de governar é a capacidade de reconhecer o momento em que as condições mudam e ajustar a política de acordo.")

Essa é, em última análise, a lição fundamental da doutrina kissingeriana em relação à China: nem contenção cega, nem condescendência ingênua. Apenas equilíbrio, paciência e disposição para o cálculo em nome da ordem.

VII – LIDERANÇA ESTRATÉGICA: KISSINGER E O CONTRASTE COM A PRÁTICA ATUAL AMERICANA

"Leadership is not about popularity. It is about conviction, purpose, and the willingness to face loneliness and criticism when necessary." — Henry Kissinger, *Leadership: Six Studies in World Strategy* (2022), p. 12 (*"Liderança não diz respeito à popularidade. Trata-se de convicção, propósito e da disposição de enfrentar a solidão e a crítica quando necessário."*)

Ao refletir sobre a natureza da liderança estratégica, Kissinger defende que o estadista deve estar ancorado na história, guiado por objetivos nacionais e preparado para tomar decisões impopulares em nome da ordem. Em *Leadership*, ele destaca que os líderes analisados — de Adenauer a Nixon — moldaram o sistema internacional ao exercerem autoridade com visão de longo prazo e coragem moral.

"The leader must be a bridge between the past and the future, charged with the responsibility of preserving the essentials while adjusting to changing realities." — Henry Kissinger, *Leadership* (2022), p. 27 (*"O líder deve ser uma ponte entre o passado e o futuro, encarregado da responsabilidade de preservar os elementos essenciais enquanto se ajusta às realidades em mudança."*)

Kissinger sempre destacou que a liderança estratégica dos Estados Unidos deveria ser sustentada pela Razão de Estado, sendo guiada por interesses nacionais claros e um planejamento estratégico de longo prazo. Ele via a política externa como um exercício contínuo de fortalecimento das alianças, preservação da ordem global e garantia da segurança e estabilidade mundial. Essa visão de continuidade e estabilidade permanece como a base da diplomacia americana, com o apoio a Israel, por exemplo, sendo um pilar fundamental para a manutenção da paz no Oriente Médio e da estabilidade regional.

“Strategy requires a definition of direction and a recognition of limits. Without them, foreign policy becomes reactive and incoherent.” — Henry Kissinger, Leadership (2022), p. 49 (“Estratégia requer definição de direção e reconhecimento de limites. Sem isso, a política externa torna-se reativa e incoerente.”)

Kissinger sempre enfatizou que a estratégia deve ser clara e definida, respeitando os limites do poder e as realidades do contexto internacional. A diplomacia atual dos Estados Unidos, longe de ser reativa ou desorganizada, segue uma linha de ação que visa garantir a estabilidade global e os interesses estratégicos de longo prazo.

“Statesmen must act in the gray area between necessity and choice, between the real and the ideal.” — Henry Kissinger, Leadership (2022), p. 303 (“Estadistas devem agir na zona cinzenta entre a necessidade e a escolha, entre o real e o ideal.”)

A liderança dos Estados Unidos, à luz dos princípios kissingerianos, deve ser guiada por uma visão estratégica de longo prazo, focada na preservação da ordem global, fortalecimento das alianças estratégicas e na defesa de seus interesses nacionais. Isso é exemplificado no compromisso contínuo com a Razão de Estado, buscando sempre o equilíbrio entre o ideal e a realidade para garantir uma diplomacia estável e eficaz.

CONCLUSÃO

O pensamento de Henry Kissinger sobre a Razão de Estado, a hegemonia americana e a ordem internacional continua sendo um guia essencial para entender a política externa dos Estados Unidos. Kissinger sempre sustentou que a ordem global não se dá espontaneamente, mas deve ser criada por aqueles que têm a visão estratégica e a determinação para moldá-la. A liderança americana, como ele defendeu, não pode ser construída sobre emoções momentâneas ou reações impulsivas, mas sim sobre uma convicção profunda e uma estratégia de longo prazo que assegure a continuidade da paz, da estabilidade e dos interesses nacionais.

O compromisso dos Estados Unidos com Israel, por exemplo, é um pilar da estratégia de Kissinger para o Oriente Médio. Ele sempre considerou Israel não apenas como um aliado estratégico, mas como um elemento central para garantir a estabilidade da região e a preservação da ordem global. Para Kissinger, qualquer política externa que negligenciasse Israel e suas necessidades de segurança corria o risco de desestabilizar a região inteira, o que comprometeria os interesses fundamentais dos Estados Unidos.

Além disso, a política de Kissinger destaca a importância das alianças estratégicas e a necessidade de os Estados Unidos atuarem como uma potência organizadora do sistema internacional, garantindo o equilíbrio de poder e a manutenção da ordem global. Kissinger acreditava firmemente que a hegemonia americana não deveria ser vista como um objetivo imperialista, mas como uma função da estabilidade global. A liderança dos EUA, no pensamento kissingeriano, exige uma capacidade de agir com autoridade, equilibrando os interesses nacionais com a necessidade de ajustar-se às novas realidades geopolíticas.

Ao longo de sua obra, Kissinger destacou que o líder deve ser uma ponte entre o passado e o futuro, mantendo a coerência com os valores essenciais enquanto se adapta às mudanças inevitáveis no cenário internacional. Essa abordagem exige, para os Estados Unidos, uma política externa baseada na Razão de Estado, que procure preservar o equilíbrio global, mas também ajustar-se a um sistema internacional multipolar, onde as potências emergentes, como China e Rússia, desempenham papéis cada vez mais influentes.

Por fim, Kissinger sempre ressaltou que a estratégia é um exercício de realismo, exigindo que os estadistas ajam entre o necessário e o ideal, e entre o real e o desejado, em um contexto onde a Razão de Estado seja sempre a principal orientadora. Os desafios do século XXI exigem, mais do que nunca, uma política externa americana fundamentada em princípios claros, em que a hegemonia dos EUA seja entendida como parte de um sistema global estável e não como uma imposição de poder unilateral.

REFLEXÃO FINAL

A liderança dos Estados Unidos, conforme delineado por Kissinger, deve ser orientada por um propósito estratégico, com uma visão clara de longo prazo e a capacidade de tomar decisões difíceis para proteger os interesses nacionais e a ordem internacional. Isso exige não apenas coragem e convicção, mas também a habilidade de navegar pelas complexidades da geopolítica moderna, mantendo os valores essenciais, mas sendo capaz de ajustar-se a novas

realidades. O papel de liderança dos EUA, portanto, não é garantido; ele deve ser constantemente reafirmado e moldado pela Razão de Estado, com o foco na estabilidade global, alianças duradouras e preservação da ordem internacional.

REFERÊNCIAS

- KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster, 1994.
- KISSINGER, Henry. *A World Restored: Metternich, Castlereagh and the Problems of Peace, 1812–1822*. Boston: Houghton Mifflin, 1957.
- KISSINGER, Henry. *Leadership: Six Studies in World Strategy*. New York: Penguin Press, 2022.
- KISSINGER, Henry. *World Order*. New York: Penguin Press, 2014.

ARTICULAÇÕES POLÍTICAS DO SENADO DA CÂMARA DA VILA DO PRÍNCIPE (1714 E 1828)

Danilo Arnaldo Briskievicz¹

RESUMO

Para compreender a relação entre o povo e o Senado da Vila do Príncipe (atual cidade do Serro/MG) caracterizamos o gesto pedagógico colonial desta instituição no período entre 1714 e 1828 em sua relação político-administrativa cotidiana com a população serrana. Trata-se de metodologia centrada nas formas de exercício de poder e de autoridade da mais importante instituição do Norte e Leste de Minas Gerais, ligada diretamente à conformação e manutenção das relações jurídico-administrativas da Comarca do Serro do Frio. O objetivo principal é compreender de maneira alargada qual população era governada pelo Senado da Câmara. As conclusões são apontadas durante o processo de escrita e levantamento de fontes documentais e uso dos comentaristas, levando-se em conta que a descrição e análise históricas seguem jungidas no texto.

Palavras-chave: Brasil Colônia; Gesto pedagógico colonial; Senado da Câmara da Vila do Príncipe.

ABSTRACT

To understand the relationship between the people and the Senate of Vila do Príncipe (present-day Serro, Minas Gerais), we characterize the colonial pedagogical gesture of this institution between 1714 and 1828, reflecting its daily political and administrative relationship with the mountain population. This methodology focuses on the forms of power and authority exercised by the most important institution in the North and East of Minas Gerais, directly linked to the formation and maintenance of the legal and administrative relations of the Serro do Frio District. The main objective is to broadly understand the population governed by the Senate. Conclusions are drawn during the writing process, through the collection of documentary sources, and through the use of commentators, taking into account that the historical description and analysis remain intertwined in the text.

¹ Doutor em Educação. Professor do Instituto Federal de Minas Gerais, campus Santa Luzia. Este artigo faz parte da produção acadêmica realizada durante o estágio pós-doutoral realizado no Departamento de Pós-Graduação de História da UFMG, sob a supervisão da Dra. Adriana Romeiro, em 2022-2023.

Keywords: Colonial Brazil; Colonial pedagogical gesture; Senate of Vila do Príncipe.

INTRODUÇÃO

Em 14 de março de 1702, bandeirantes paulistas capitaneados por Antônio Soares Ferreira (c.1670-1720), registraram oficialmente o descobrimento das lavras de ouro das Minas do Serro do Frio. Em torno desta mina surgiram os arraiais de Cima e de Baixo, atualmente o centro histórico da cidade do Serro/MG.

Duas guerras civis determinaram a criação de duas importantes instituições político-jurídicas fundamentais para a organização da colonização do Leste e Norte de Minas. A primeira, a Revolta do Rio do Peixe (1711-1715), acabou com a anistia dos revoltosos contrários ao poder dos bandeirantes paulistas e a criação da Vila do Príncipe e do seu Senado da Câmara, que funcionou de 1714 até 1828 (Briskievicz, 2024, 264-277). A segunda, a Revolta do Serro do Frio (1718-1720), culminou com o assassinato de Antônio Soares Ferreira em Conceição do Mato Dentro a mando do Conde de Assumar, com a justificativa de usurpação das terras reais sem o pagamento do imposto do quinto do ouro. Para acabar de vez com o poder e a autoridade dos bandeirantes paulistas, foi criada a Comarca do Serro do Frio, desmembrada da Comarca de Sabará (Briskievicz, 2024, 66-80).

Para compreender especificamente o funcionamento do Senado da Câmara da Vila do Príncipe (atual cidade do Serro/MG) propomos por condução metodológica referenciar os estudos pela apreensão do gesto pedagógico colonial. Depois, analisar com vagar a modelação das relações de poder e de autoridade do Senado da Câmara em relação ao povo, ou seja, responder à questão sobre quem era a população da antiga Minas do Serro do Frio transformada em Vila do Príncipe por ordem real.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO GESTO PEDAGÓGICO COLONIAL CAMARÁRIO

*A força nunca poderá conferir qualificação legal,
e os povos conservam sempre o direito de protestar contra ela.*
(Diderot, Enciclopédia, séc. XVIII)

Etimologicamente, o substantivo masculino gesto parece ter sua origem indo-europeia ligada a *gas-*, guardando o sentido de andar, fazer andar, conduzir, portar; em latim, desdobrou-se

no verbo *gerere* (*operare* ou *operar*, *fare* ou *fazer*), significando portar sobre si. Representa-se metaforicamente pelo sentido de aceitar um encargo, portar uma obrigação. Procede-se daí à ideia de executar ou fazer. De modo geral, o gesto é a externalização do que alguém ou alguma coisa traz dentro de si, aquilo que a anima. Muitas palavras derivam de *gerere* e *gestus*: *gerir* ou *cuidar* de um negócio; *gesta* ou *feito* memorável; *gestar*, *gestação* ou o fato de portar uma criança, também no sentido de administrar; *digerir* ou *repartir* o alimento pelo corpo (Fonseca; Roquete, 1848, p. 554).

Por isso, o antônimo de gesto é inexpressão, aquilo que não é manifestado de dentro para fora. Em resumo, gesto é um fenômeno: ele pode se apresentar como individual ou social, cultural, político, econômico, religioso e pedagógico. Assim, o gesto pedagógico é um fenômeno heterogêneo e polissêmico por natureza.

A etimologia do substantivo feminino *pedagogia* deriva do grego *paidagōgós*, em que *paidos* refere-se à criança e *agoge* significa condução, ato de conduzir.

O sentido mais antigo dos gregos está ligado à condução de crianças pela mão à escola por escravos de famílias ricas (Tardif, 2014, p. 15–48); Cambi, 1999; Saviani, 2013). Assim, o gesto pedagógico é a ação de ensinar; é um ato social externalizado por seu agente; é executado pelo indivíduo que transmite aos seus pares ou opositores seu estado de espírito, ou seja, aquilo que o anima, que o faz estar no meio dos outros, relacionando-se com eles em reconhecimento ou irreconhecimento, aceitação ou rejeição; é uma forma de mostrar-se ao olhar dos outros para ser reconhecido como igual ou desigual; por meio dele, transmitem-se valores, a noção de civilidade, a devoção religiosa e a revelação de comportamentos de um determinado grupo social.

Dessa forma, em sociedade, os indivíduos praticam gestos pedagógicos, educam-se e politizam-se, aprendem e convivem. O gesto pedagógico é um ato político em que o corpo se apresenta como recurso didático do indivíduo e de seu grupo, a classe social e seus diversos estratos. É o corpo animado ou infestado de valores e desvalores, conhecimentos e não saberes, crenças e descrenças, ou seja, as formas sociais de simbolização de seu estar no mundo, que traduz e expressa o quem se encontra diante dos olhares dos outros. A presença do corpo individual é potencializada pelas instituições sociais.

O conceito de gesto pedagógico, por um lado, sustenta-se em fundamentos de ordem filosófica, política, histórica e educacional, de pensadores contemporâneos, como Sartre, Bourdieu, Foucault, Saviani, Chartier, Ginzburg, Castelnuovo e Poni. Por outro lado, outros estudiosos auxiliam a aprofundar os contextos específicos da história nacional, mineira e serrana, desde autores consagrados pela academia até os chamados memorialistas locais, considerados uma forma ideológica de

menosprezo ao conhecimento popular, com o qual não concordamos, pois são esses pesquisadores locais que, de fato, escreveram a história serrana.

Se não fossem os locais, não teríamos hoje praticamente nenhum registro dessa história. Seus interesses são difusos — genealogias familiares, apologia dos serranos ilustres (normalmente “homens bons” e seus descendentes, portugueses, paulistas e minimamente os africanos e mais reduzidas ainda abordagens sobre as sociedades indígenas), pesquisas sobre padres e irmandades, transcrição de testamentos dos “descobridores”. Isso nunca apagará o esforço de todos eles em oferecer ao seu jeito uma narrativa sobre o passado.

É pela apropriação de variados conceitos e um constante diálogo de pensamento com essas estruturas discursivas que permite o alargamento do gesto pedagógico em suas análises.

A estrutura pedagógica se expande ao interpretar os estudos de Jean-Paul Sartre sobre o olhar do outro (o Em si, o Para-si e Para-o-Outro), de Pierre Bourdieu em relação ao poder simbólico, de Michel Foucault acerca da microfísica do poder, do poder disciplinar e biopolítico, de Dermeval Saviani na conceituação de uma pedagogia histórico-crítica de viés marxista e, ao avançar em análises históricas — proposta do nosso estudo atual — nos apropriamos das noções de Roger Chartier e da história cultural, ou melhor, de uma história social das interpretações, assim como das formas de compreensão da micro-história presentes em pensadores como Serge Ginzburg, Carlo Castelnuovo e Carlo Poni, que propõem investigar e revelar, por narrativas renovadas, as estruturas aparentemente invisíveis que possibilitam a articulação de certas experiências individuais e coletivas. Vamos destacar alguns desses autores a seguir.

O filósofo francês Jean-Paul Sartre publicou o livro *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica em 1943*. “O olhar” é a quarta unidade do capítulo primeiro da terceira parte, intitulada “O para-outro”. Trata-se de uma investigação acerca da possibilidade de interação entre os seres constituídos ontologicamente no mundo convivencial. Vivemos cercados pelo olhar dos outros e pelo nosso próprio olhar. A forma como nos vemos e vemos os outros é construída pelos olhares que criam imagens uns dos outros.

Por isso, o entreolhares se expressa como gesto pedagógico quando falamos do outro, de seu corpo, de sua identidade. Essa determinação da constituição ontológica do Outro pelo olhar é um caminho possível para afirmar que estamos no mundo juntos, engajados na existência. Essa existência é permeada por instituições sociais – família, religião, estado, polícia e, quando presentes nas sociedades analisadas, a escola ou o ensino não formal. É que, em contato uns com os outros,

lidamos com os mais diversos sujeitos; as mais diversas motivações atuam na constituição desse espaço de convivência social entre crianças, jovens e adultos (Josgrilberg, 2015, p. 9).

Sartre nos auxilia a refletir sobre qual gesto pedagógico resulta da relação educativa e política do entreolhares: como percebemos os outros, como somos percebidos por eles, como construímos identidades e papéis sociais. Para o filósofo francês, toda troca com o mundo para a constituição de nossa condição humana ocorre entre olhares, uma vez que “as situações históricas variam: o homem pode nascer escravo em uma sociedade pagã, senhor feudal ou proletário. O que não varia é a necessidade, para ele, de estar no mundo, trabalhar, conviver com outras pessoas e ser, no mundo, um mortal” (Sartre, 2010, p. 35).

Nesse caso, o gesto pedagógico colonial é a narrativa em torno de sujeitos históricos concretos e de suas ações em determinado contexto sociocultural:

O olhar do Outro é de uma só vez um espacializador e um temporalizador. O tempo de apreensão do olhar do outro cria no Para-si a dimensão de deslocamento do registro. Um registro que até então passava despercebido, passa a ter um registro espacial e temporal, que poderá ser lembrado posteriormente. Cria-se, por isso, uma simultaneidade em que o Para-si se conecta com outro Para-si, dito de outra maneira, o encontro de Para-sis só é possível porque existe a dimensão do para-Outro em cada um deles (Briskievicz, 2018, p. 74).

Dessa forma, analisar o gesto pedagógico é definir o outro (o seu corpo, a qualidade, a condição, o cotidiano, a identidade, os objetos que porta, etc.), a partir de nossas próprias estruturas ontológicas compartilhadas socialmente.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu conceituou a relação entre os sistemas simbólicos de poder e sua reprodução por indivíduos em sociedade, no ato de sua ação social. É possível compreender as relações sociais como estruturas estruturadas (o instituído), o que já existe e é compartilhado por todos — porque são, de fato, estruturas estruturantes (o instituinte) — que formam nossas identidades sociais.

Para Bourdieu, as estruturas estruturadas constroem a realidade como a percebemos em seu “sentido imediato do mundo” (Bourdieu, 2011, p. 5); estão presentes na sociedade como conhecimento e consenso, tornando-se visíveis nas instituições sociais, principalmente; operam com sentido lógico e gnosiológico, como apreensão imediata do mundo, das coisas, das pessoas e das identidades. Por outro lado, as estruturas estruturantes atuam como princípio gerador das práticas e

representações sociais, sustentando as estruturas estruturadas. Assim, forma-se uma dialética entre o fixo e o móvel, entre o rígido e o maleável, entre consenso e dissenso, entre instituição social e indivíduo.

Por isso, o gesto pedagógico colonial se manifesta em estruturas como a economia da escravidão, a economia da alforria, a legislação e os regulamentos da Coroa portuguesa; por outro lado, existem estruturas que sustentam o cotidiano dessas criações sociais, sujeitos históricos que atuam nessas estruturas, seja por meio de sua aceitação ou discordância. Assim, no nível das estruturas, é necessário identificar quem apoia ou reproduz socialmente essas estruturas.

Exemplo disso é a complexa e conflituosa relação entre os oficiais do Senado da Câmara da Vila do Príncipe e os representantes da Coroa portuguesa, na qual, em diversos momentos, houve conflito entre o instituído e o instituidor, entre a vontade dos oficiais e a regra dos governantes metropolitanos. Nisso, percebemos que há a reprodução do poder simbólico da Coroa portuguesa, que se estende por seus territórios ultramarinos.

Por isso, segundo Bourdieu, o poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, ou seja, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder (Bourdieu, 2011, p. 11). Nesse sentido, o conceito de poder simbólico é fundamental para ampliar a noção de gesto pedagógico, permitindo identificar o que, quem e de que forma estão reproduzindo as estruturas estruturadas, bem como o que, quem e de que modo estão modificando essas estruturas, conflitandolas e criando estruturas estruturantes.

Dito de outra forma, o gesto pedagógico colonial é a narrativa sobre estruturas estruturadas e estruturantes e a forma como a população reproduziu simbolicamente essas formas de compreensão do mundo em sua conduta social, tornando-os instrumentos de dominação, configurando a divisão do trabalho, as classes sociais, a divisão do trabalho manual e intelectual e os costumes.

O filósofo francês Michel Foucault criou a noção de microfísica do poder para explicar o funcionamento de dispositivos e mecanismos de poder na modernidade, especialmente a partir do século XVIII (Romeiro, 2017, p. 28; 38). Ao analisar a história da sexualidade e da loucura, ao estudar os dispositivos de biopoder e de biopolítica em seus dispositivos materiais — prisões, hospitais e escolas — ao aprofundar o sentido da governamentalidade moderna, herdeira do poder pastoral, em todas essas análises, Foucault demonstra como a microfísica do poder é uma relação entre pessoas reais, corpos concretos, em situações reais.

O poder não é algo vago, abstrato ou ideal; está presente onde há seres sociais e é constituído historicamente. Deve ser analisado a partir de seus instrumentos — institucionais ou não — das formas de controle do corpo, de como ele é disciplinado em seus gestos mais banais, em suas atitudes cotidianas, em seus comportamentos aceitos ou marginais, e em seus discursos explícitos ou silenciados. Para além do Estado enquanto instituição social de poder, autoridade e repressão, e de punição de comportamentos criminosos, Foucault destaca a capilaridade microscópica do poder, constituída por micropoderes de níveis moleculares, em múltiplos espaços de relações sociais. Para além do Estado, o poder é uma relação entre todos os indivíduos da sociedade.

Um exemplo do cotidiano do Brasil colonial. O quadro geral de relações de poder centradas na escravidão e na economia da alforria perpetuava-se socialmente, espalhando-se entre todos, indistintamente, nos mínimos espaços. Antigos escravos, quando alforriados, acabavam por comprar escravos, perpetuando o sistema de trabalho compulsório do qual fizeram parte. Isso acontecia porque as relações de poder eram socialmente compartilhadas. Ter poder sobre o outro era uma forma de afirmar a própria identidade social. Assim, para Foucault, o poder é uma realidade, ou seja, uma verdade, e “a verdade não existe fora do poder ou sem poder” (Foucault, 2017, p. 51).

Mas como saber se alguém detém algum poder?

À medida que este indivíduo reproduz o saber coletivamente produzido acerca do mundo, dos costumes e dos valores culturais.

O poder, enquanto relação social, produz e reproduz a realidade do mundo, organizando os espaços, controlando os tempos, vigiando os corpos, produzindo um saber sobre si mesmo, criando individualidades pelo adestramento corporal, pela regulação cotidiana do comportamento e pela normalização da sexualidade. Nesse sentido, não há gesto pedagógico neutro; todo gesto pedagógico — e o colonial não é exceção, mas confirma a regra — é um saber, e todo saber é um gesto político.

Em conclusão, o gesto pedagógico colonial é uma proposta de investigação da educação e da política, do ensinar e aprender e do conviver em sociedade; é uma forma específica de narrativa edificada na observação de como as pessoas, em sua vida cotidiana, eram afetadas por processos formais ou informais de instrução e como operavam cotidianamente com o poder, convivendo com seus dispositivos; é uma proposta de análise dos sujeitos coloniais com seus corpos infestados por valores, costumes, ordenamentos e disciplinas, mas que dominavam seus saberes de variados matizes e exercitavam suas redes micromoleculares de poder.

Dessa forma, o gesto pedagógico colonial é uma operação histórica, conforme concebia Michel de Certeau, na qual contamos histórias de forma metódica, crítica e conceitual, sempre a partir de um lugar — o de hoje e o de ontem — recriando o sentido da ação de pessoas e grupos dentro de uma produção discursiva e de uma ação cultural, social e econômica, articulando-se nos planos material, técnico e simbólico, componentes fundamentais de um estudo historiográfico (Certeau, 2002).

QUAL ERA O POVO GOVERNADO PELO SENADO DA CÂMARA?

Gera-se um espaço que simultaneamente os reúne e os separa.

(H. Arendt, A promessa da política, 1998)

O Senado da Câmara da Vila do Príncipe, para governar e fazer justiça, precisava de sua própria sede, onde realizava reuniões e guardava documentos diversos, como cartas oficiais, bandos, requerimentos, representações, cartas de usança, mapas e vários livros de escrituração, incluindo registros, provisões, receitas e despesas, atas de vereações, de correições, de arrematações e de aforamentos. Além disso, necessitava de um território definido como seu, estabelecendo limites oficiais de atuação para os oficiais do concelho.

O território, espaço e limites de atuação do Senado da Câmara serrano podem ser medidos de duas formas.

A primeira forma refere-se à sede da vila propriamente dita. O povo das minas do Serro do Frio, descobertas em 1702, organizava seu território (casas, ranchos, pousos, lavras, capelas) em alguns arraiais — da Praia, de Baixo, de Cima — quando o governo da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro decidiu pela criação e instalação da Vila do Príncipe, em 1714.

As minas de ouro e seus arraiais foram convertidos em vila. Para obter de fato o privilégio de concelho, a Vila do Príncipe precisava ter sua própria casa da câmara² — adquirida nos primeiros anos de funcionamento — e registrar que todos os seus oficiais, que serviam no ano, eram eleitos pelo sistema de pelouros (ordinário) e por sorteio de barrete (extraordinário), residindo nela. Por conta das *Ordenações Filipinas*, era desejável que os senadores residissem na sede do concelho. As reu-

² A primeira casa do Senado da Câmara e cadeia só foi adquirida em 1718 e outra em 1719 de particulares, estabelecendo-se depois de 1727 até 1751 em casa própria, construída por ordem régia no terreno onde se acha hoje o hospital da cidade serrana, passando esta para casa de fundição, instalando-se na rua Direita, em frente da matriz da vila, onde funcionou de fato por mais de 150 anos. Ver: Silva (1928, p. 88–89).

niões ocorriam de duas a três vezes por semana durante um ano, impedindo longos deslocamentos dos “homens bons” todos os dias. Era necessário morar na vila.

Além disso, havia um longo calendário litúrgico da Igreja: a Semana Santa e a celebração da Páscoa, a solene procissão de Corpus Christi, as festas obrigatórias da padroeira Senhora da Conceição, do Anjo Custódio e de São Borja, bem como as festas dos santos de irmandades leigas, como as do Rosário, do Divino, da Purificação, do Santíssimo Sacramento, do Sagrado Coração de Jesus, de São Francisco e de Santa Rita. Havia também muitas festas populares, como o nascimento, casamento e falecimento de príncipes, princesas, reis e rainhas do Reino, organizadas em cavalhadas, iluminação pública, música, óperas, entre outros eventos, todos de comparecimento obrigatório.

Os oficiais deveriam participar dos eventos cívicos e religiosos, muitos dos quais começavam com a saída solene dos senadores da câmara: os juízes, vereadores e procurador do ano, com estandarte arvorado com o brasão real e as varas ou insígnias de cada oficial, bem como dos juízes (de órfãos e ausentes, de vintena, de sesmarias, de ofícios e seus escrivães respectivos), além dos funcionários camarários (escrivão, tesoureiro, alcaide, meirinho, porteiro), os convidados especiais e o povo.

Tudo devia ser assentado em livro próprio de vereação, registrando como termo de ajuntamento como tudo havia se passado, para que ficasse anotado caso o ouvidor de Sabará (de 1714 a 1720) e depois o ouvidor do Serro do Frio (de 1720 a 1828) quisesse fazer suas correições, como era de costume. Morar na vila era sinal de trabalho intenso para os oficiais da câmara, que muitas vezes saíam também em correição pela vila e seu termo para apurar denúncias e verificar o cumprimento da legislação vigente dos impostos, taxas e dos bons costumes. Morar na vila garantia o sossego do povo.

A segunda forma diz respeito ao termo da Vila do Príncipe. Nesse ponto, a atuação dos oficiais da câmara era extremamente prejudicada. O termo do concelho serrano era de extensão praticamente desconhecida em 1714, quando foi instalado o senado. Ainda não havia mapas oficiais. Quando a Comarca do Serro do Frio surgiu como desmembramento da Comarca de Sabará, em 1720, o termo da vila serrana passou a ser o mesmo da comarca. Um juiz, três vereadores e o procurador do ano, além de um ouvidor-geral da comarca com seu escrivão, dariam conta de administrar tão imenso território, mantendo uma agenda de correições regulares para aplicar a justiça a todos os moradores dos arraiais, povoados e descobertos? Impossível.

Contudo, era necessário colocar os olhos e os ouvidos do Senado e da Ouvidoria em todo o território serrano. A estratégia adotada foi a de capilarizar os poderes do Senado e da Ouvidoria pelo

termo da vila e da comarca. Em cada povoado, havia um juiz de vintena e seu escrivão responsáveis por manter a ordem e comunicar os desassossegos públicos ao Senado e à Ouvidoria, que trabalhavam sempre em parceria. Havia também os capitães da Companhia de Ordenanças, “homens bons” reconhecidos localmente por seus serviços de proteção ao povo e submissão à Coroa portuguesa, comandantes armados acionados para anunciar editais e bandos aos seus tutelados, cobrar e receber os impostos dos comerciantes e fazendeiros, e informar sobre a fuga de escravos.

Na prática, a organização paroquial serrana em torno das capelas e ermidas que orbitavam os povoados e arraiais era administrada da mesma maneira, sendo que, em muitas dessas capelas filiais, havia padres coadjutores, auxiliares do vigário serrano, assim como os capelães podiam assumir os serviços devocionais das irmandades leigas. Havia três camadas de poder estabelecidas no território serrano, no termo de sua vila ou nos limites de sua freguesia: senatorial ou concelhio (Senado da Câmara e Ouvidoria), militar (Companhias de Ordenanças) e eclesiástica (vigário, coadjutores, capelães).

Para os moradores do termo da Vila do Príncipe, era praticamente impossível escapar de uma das camadas de atuação dos poderes civis, militares e religiosos. Por isso, o governo popular, representado pelo Senado da Câmara, atuava a partir da sede para a periferia ou do centro para as bordas do seu termo. Tudo partia e voltava para a Vila do Príncipe.

Assim, a sede do Senado da Câmara centralizava a arrecadação de impostos em seus cofres, o funcionamento regular dos cartórios, a aplicação da justiça no seu fórum, chamado de Auditórios ou Audiências do ouvidor-corregedor (com ramificações no governo da Capitania, do Governo-geral do Brasil e dos tribunais do Reino) e as denúncias contra imoralidade religiosa feitas ao vigário da vara, responsável pela Comarca Eclesiástica (com ramificações nos cabidos da Diocese do Rio de Janeiro e depois de Mariana chegando ao Tribunal do Santo Ofício de Lisboa).

Quando olhamos de perto o mapa do território administrado pelo Senado da Câmara da Vila do Príncipe, pelo vigário da paróquia de Nossa Senhora da Conceição e do ouvidor-geral da Comarca do Serro do Frio de 1714 a 1828, chegamos à conclusão de que somente com a distribuição de privilégios de cargos públicos ou honoríficos pelo sistema das mercês e do padroado real era possível garantir a lealdade dos funcionários.

Ninguém tem poder sozinho.

O poder é um fenômeno que ocorre entre as pessoas, neste caso, mediado pelo interesse dos “homens bons”, onde quer que estejam.

Mas afinal, quantos moradores havia na Vila do Príncipe e seu termo (arraiais e povoados) no período de nosso estudo? Quantas casas ou “fogos” havia?

A primeira constatação é que não houve censo demográfico oficial que atualmente nos informe objetivamente sobre o número de moradores na vila serrana, sua freguesia e comarca.

A segunda questão é que podemos contar com dados esparsos de vigários e visitas pastorais de bispos, nos quais se calculava o número de paroquianos (esse sistema de contar os serranos através do olhar dos padres perdurou pelo menos até 1830) e fogos; visitas de estrangeiros como Saint-Hilaire, Spix e Martius, Mawe e tantos outros, que por sua vez também acessavam informações dos vigários e de seus coadjutores.

Por fim, estabelecer um número total de moradores da Vila do Príncipe e seu termo só é possível por aproximações comparativas com lançamentos precários e prejudicados em sua totalidade por falta de metodologia demográfica e estatística, e assim ficamos à mercê do senso comum dos antigos.

Em estudo recente (Briskievicz, 2024), utilizamos para o levantamento da população das minas do Serro do Frio a partir de 1702 os dados constantes no Livro da Fazenda Real destas Minas do Serro do Frio e Tucumbira de 1702 (PINTO, 1902, p. 939-962; Arquivo Público Mineiro, 1702-1709) o impreciso *Livro que há de servir da receita da Fazenda Real nesta Superintendência das minas do Serro do Frio, 1711–1714* (Arquivo Público Mineiro, 1711-1714) e o incompleto Livro de Capitação de Escravos (Arquivo Público Mineiro, 1718, LAP-5.1- Doc. 01, Cx.09), relativo aos anos de 1718, 1719 e 1720.

Conseguimos chegar à seguinte conclusão: no respectivo livro de capitação de escravos de 1718–1720, restaram 55 folhas de um total de 144. A média por folha de lançamento apresentou cerca de 6,65 escravos. Se multiplicarmos essa média pelas 144 folhas, chegaremos ao total de aproximadamente 957,6 escravos nas minas serranas. Outra possibilidade de cálculo: em 55 folhas, encontramos 59 proprietários de escravos, uma média de 1,07 por folha. Se considerarmos o total de 144 folhas do livro (conforme o termo de encerramento), teremos aproximadamente 154,08 proprietários.

Haveria outros livros de imposto de capitação entre 1718 e 1720?

Pouco provável.

Com isso, temos que, na Vila do Príncipe, havia cerca de 154,08 proprietários para um total aproximado de 955,3 escravos, no período de 1718 a 1720. Mantida essa proporção, a população das minas do Serro do Frio, em 1705–1706, girava em torno de 800 a 1300 habitantes, entre homens livres e escravizados; na Vila do Príncipe, entre 1718 e 1720, considerando homens livres e pessoas

escravizadas, a população girou em torno de 1000 a 1800 habitantes (Curtin, 1969; Luna; Costa, 1982; Klein, 1990; Ergard, 1999; Botelho, 1998; 2000). Segundo Almeida (2010, p. 49), entre 1723 e 1767 a população escrava da Comarca do Serro do Frio contava com 2.522 habitantes, ou seja, 4,7% da população escrava da Capitania de Minas Gerais (Comarca da Vila Rica 23.398 ou 54,7%; Comarca do Rio das Mortes 7.048 ou 13,1% e a Comarca do Rio das Velhas 14.739 ou 27,5% (Ver: Quadro 1).

Saint-Hilaire recolheu dados estatísticos da paróquia de Nossa Senhora da Conceição em 1816, provavelmente das visitas pastorais dos bispos da Diocese de Mariana, cotejados com informações do vigário serrano da época. O número geral de 28.459 habitantes refere-se à totalidade da paróquia, ou seja, à matriz ou à própria Vila do Príncipe e às capelas filiais, ao que tudo indica, excluindo-se o arraial do Tijuco, de Conceição do Mato Dentro e Minas Novas, que já possuíam suas próprias paróquias (Quadro 2). Esse número equivale a um terço da população da comarca serrana em 1813, segundo o Quadro 3.

Os quadros precários de população fornecem informações sobre um longo período de ocupação da Vila do Príncipe e de seu termo, da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, sua matriz e capelas filiais, bem como da comarca serrana e seus limites. Durante o período de 1714 a 1828, houve o surgimento de novos povoados e arraiais, além da elevação do arraial das Lavras Novas dos Campos de São Pedro do Fanado a Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas, em 1730.

Contudo, o termo da Vila do Príncipe e sua jurisdição, praticamente a mesma da comarca, de maneira geral, pode ser melhor compreendido tendo como pontos de referência os arraiais do Tijuco (atual cidade de Diamantina), do Mato Dentro (atual cidade de Conceição do Mato Dentro), Nossa Senhora da Pena do Rio Vermelho (atual cidade de Rio Vermelho) e Dolores do Guanhães (atual cidade de Guanhães), bem como os povoados e arraiais que surgiram em seus arredores.

QUADRO 1: POPULAÇÃO — MINAS DO SERRO DO FRIO/VILA DO PRÍNCIPE (SEDE) 1705–1816.

Ano	Total
1705-1706	800-1300
1718-1720	1000-1800
1816	2500-3000

Fontes: Arquivo Público Mineiro (1718, LAP-5.1- Doc. 01, Cx. 09)

Arquivo Público Mineiro (1702-1709), Saint-Hilaire (1934, p. 276).

QUADRO 2: POPULAÇÃO DA PARÓQUIA DE VILA DO PRÍNCIPE — 1816.

	Sexo masculino	Sexo feminino	Ambos os sexos
Branços	1559	1669	3228
Índios	11	3	14
Mulatos livres	2808	4156	7964
Mulatos escravos	770	829	1599
Negros livres	2011	2285	4296
Escravos	7184	4374	11558
Total	14343	13316	28459

Fonte: Saint-Hilaire (1934, p. 276).

QUADRO 3: POPULAÇÃO DA COMARCA DO SERRO DO FRIO — 1723–1813.

	Escravos	Branços	Pardos	Total
1723-1767	2522			
1738-1744	7937	1744		9681
1767				29538
1776	29840	13665	15289	58794
1813				104300
1821				83626

Fontes: Furtado (2008, p. 41); Almeida (2010, p. 48); Libby (2020, p. 85).

A população das minas do Serro do Frio nos anos de 1705–1706 girava em torno de 800 a 1.300 habitantes, e isso nos permite calcular que seriam necessárias de 100 a 300 pousadas, ranchos e casas para acomodar esses moradores. Esse dado contrasta com a declaração feita pelo ouvidor da comarca serrana, Dr. Antônio Pereira do Vale e Melo, em carta enviada ao rei de Portugal, no dia 15 de maio de 1731, na qual afirmou que “esta Vila do Príncipe, senhor, se compõe de 60 casas, poucas cobertas de telha, as mais de palha; nunca terá aumento pela ruim paragem dela” (Silva, 1928, p. 40)³. Talvez o magistrado se referisse apenas às casas e não incluísse os ranchos e pousadas. Em

³ A rancharia da mineração predominou nas margens do rio do Lucas e Quatro Vinténs até por volta de 1710-1714, quando as lavras eram chamadas de “velhas” em documentos oficiais; depois, as casas e templos com melhor estruturação de paredes e telhados tomaram conta da parte alta, a encosta norte, bastante ensolarada, acompanhando as melhorias construtivas da matriz da vila e da capela de Nossa Senhora da Purificação, edificações marcadoras do arruamento da vila na primeira metade século XVIII, demarcando os pontos de partida e de chegada nos dois grandes quarteirões formados entre a rua Direita e a rua de Baixo ou da Cadeia

1816, Saint-Hilaire escreveu que na Vila do Príncipe havia cerca de 700 casas e uma população que girava em torno de 2.500 a 3.000 habitantes.

Este era o povo governado pelo Senado da Câmara da Vila do Príncipe entre 1714 e 1828, com suas casas, ranchos e pousadas, e sua forma de viver em povoados e arraiais, normalmente orbitando em torno de ermidas, capelas e suas matrizes, formando extensas redes de sociabilidade.

CONCLUSÃO

Inicialmente, retomamos nossos estudos anteriores para esclarecer a metodologia ou percurso dos pressupostos utilizados na fundamentação da abordagem sobre o Senado da Câmara da Vila do Príncipe. O gesto pedagógico colonial influenciou os procedimentos cotidianos dos oficiais do concelho serrano. De fato, a atuação e trajetória dos senadores estiveram emolduradas pelas formas de pensar e agir politicamente. Aprendia-se nos espaços privados e públicos como se deveria agir e se comportar nas funções públicas.

Os senadores, vereadores ou oficiais da câmara não mudavam seu jeito de ser, pensar e agir ao se tornarem oficiais da Câmara. Antes, perpetuavam seus valores familiares (o patriarcado, por exemplo), suas crenças religiosas (o catolicismo, essencialmente), seu imaginário político (a defesa da monarquia, majoritariamente) e a apologia da escravidão (o combate aos quilombos, desde sempre).

Os oficiais da câmara não estavam isentos de suas sociabilidades legadas anteriormente às suas nomeações. Por isso, não encontramos em documentos estudados um espírito reformista, crítico ou mesmo desobediente às normas vigentes. O Senado da Câmara serrano tornou-se uma instituição de coesão social, na maioria das vezes conservadora, no sentido de não se movimentar para além das necessidades de manutenção da ordem social previamente estabelecida. O Senado da Câmara fez parte da colonização da Coroa portuguesa no Brasil.

O povo sempre ficou de olho em relação ao que podia sair das reuniões do Senado da Câmara. A vida cotidiana era afetada pela chegada de cartas e documentos, nomeações e editais públicos. O funcionamento do Senado da Câmara em suas reuniões oficiais, que produziu contínua e reiterada de documentos escritos em resposta, consulta ou demanda a outros órgãos oficiais da governança. Despachar documentos e fazê-los escritos para a posteridade era fundamental para

e a rua de Cima. É importante destacar que o primeiro calçamento de pedras da Vila do Príncipe foi realizado em 1737, beneficiando a ladeira da matriz ou rua do Pelourinho, unificando as minas antigas da Praia que se mantinham como fontes de água potável para a população serrana". Libby (2020, p. 34), calculou que na década de 1740 havia cerca de 200.000 habitantes na Capitania de Minas Gerais, sendo que mais da metade seriam escravos, seguindo os registros subestimados da capitação.

manter o gesto pedagógico colonial intacto ou minimamente reformado quando de interesse dos oficiais do Senado.

Isso se dava para criar processos para consultas em que era possível fazer falar os ausentes e tornar manifesto o desejo dos monarcas ou de seus conselheiros, ou mesmo de seus tribunais (de Apelação ou Santo Ofício, por exemplo) a quem estivesse subordinado pela hierarquia governamental.

O Senado da Câmara estava submetido a uma extensa lista de leis, regimentos, regulamentos, portarias e decretos provenientes da Coroa portuguesa, do Governo-geral do Brasil e do governo da Capitania.

Desde muito cedo, os oficiais optaram pela contratação de licenciados ou advogados para lidar com esse emaranhado legislativo, que poderia criar grandes obstáculos aos interesses pessoais devido aos privilégios dos senadores, caso fossem descumpridos ou questionados. Manter privilégios e boa reputação era a meta dos oficiais. Não causar problemas para o rei e para si mesmos era considerado suficiente.

A forma de lidar com documentos antigos do Senado da Câmara deve ser esclarecida. Primeiramente, analisamos os documentos que regulavam o funcionamento da casa legislativa e judicial.

Por fim, *pari passu*, a essas narrativas, problematizamos o gesto pedagógico colonial de suas autoridades e autorizações, de seus poderes e suas práticas, de suas formas de convivência uns com os outros e com os demais estamentos e classes sociais, no interior de uma sociedade em que se sedimentava o jeito barroco serrano de ser e seus fundamentos civilizatórios.

Ao povo, o Senado. Aos oficiais do Senado, o poder.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais*. Produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2010.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Fundo Alferes Luiz Antônio Pinto*. 1718 — Relação de escravos do sargento-mor Paulo Pires de Miranda. Lista de quintos. S/L — LAP-5.1- Doc. 01, Cx.09.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Seção Colonial Coleção Casa dos Contos*. Documentos encadernados. CC-1002 1702-1709 Livro primeiro de receita e despesa da Fazenda Real referentes às minas do Serro Frio e de Itacambira.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Seção Colonial Coleção Casa dos Contos*. Documentos encadernados. CC-1005 1711–1714 Livro que há de servir da receita da Fazenda Real nesta Superintendência das minas do Serro do Frio.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *População e nação no Brasil do século XIX*. 1998. 241f. Tese. (Doutorado em História Social) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. A escola-medusa: o olhar do outro e a educação em Jean-Paul Sartre. *Educação*, Santa Maria, v. 43, n. 2, p. 67-78, abr./jun. 2018.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. *O ouro do Brasil: história das minas do Serro do Frio de 1702 a 1714*. Curitiba: Appris Editora, 2024.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CURTIN, Philip. *The Atlantic slave trade: a census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969.

ERGARD, Laird W. *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720–1888*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

FONSECA, José da; ROQUETE, J.-I. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Paris, Lisboa: Guillard, Aillaud e Cia., 1848.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde*. O regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

JOSGRILBERG, Rui. Fenomenologia e Educação. *Notandum*, Porto, n. 38, p. 5–14, maio-ago. 2015.

KLEIN, Herbert. Tráfico de escravos. In: FIBGE. *Estatísticas históricas do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 53–61.

LIBBY, Douglas Cole. *Nos limites de seu estado. A vida em família, rumos econômicos e jogos identitários – São José do Rio das Mortes – séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Odisseia/Miguilim, 2020.

LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci Del Nero da. *Minas Gerais: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE, Pioneira, 1982.

ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e poder no Brasil*. Uma história, séculos XVI a XVIII. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Itatiaia, 1934.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada. Ensaio de Ontologia Fenomenológica*. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas do Brasil*. 4. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2013.

SILVA, Dario Augusto Ferreira da. *Memória sobre o Serro antigo*. Serro: Typographia Serrana, 1928.

TARDIF, Maurice. Os gregos antigos e a fundação da tradição educativa ocidental. In: GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. *A pedagogia*. Teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014, p. 15–48.

SEÇÃO 2

DIREITO – MEDIDA SOCIOEDUCATIVA - RESPONSABILIDADE CIVIL - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – ÉTICA



VIDAS EFÊMERAS: AS RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE DE ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM UM CENTRO SOCIOEDUCATIVO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (MG)

Dayana Lourdes Silva¹

Lúcio Alves de Barros²

RESUMO

O artigo em apreço buscou apontar o que motivou adolescentes e jovens sentenciados à transgressão da lei. Eles são adolescentes acautelados em um Centro Socioeducativo da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG). Nosso objetivo foi o de compreender a sociabilidade desses adolescentes em seu território. Todos se envolveram com o tráfico de drogas à varejo e cumprem medidas socioeducativas de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para extração desses dados utilizamos a entrevista semiestruturada, junto à 13 jovens. A pesquisa evidenciou que a motivação dos jovens para o ato infracional, além de ser por necessidade financeira também o é pelo reconhecimento social e a inserção no mercado consumidor. O comércio de drogas vendidas à varejo se mostrou como caminho atraente para a garantia dos desejos provenientes do mercado sempre sedutor. Todavia, ficou claro o perigo, o risco e a incerteza que perpassa a vida adolescente no tráfico de drogas.

Palavras-chave: Adolescente infrator; Medida de internação; Motivação.

ABSTRACT

This study aimed to identify the motivations behind adolescents and young people sentenced to break the law. These adolescents are held in Centro Socioeducativo da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG). The objective was to understand the social interactions of these adolescents

¹ Jornalista e Mestre em Segurança Pública e Cidadania pelo Programa de Pós-graduação / Mestrado Profissional em Segurança Pública e Cidadania da UEMG.

² Professor da FaE (Faculdade de Educação) – BH/UEMG e do Mestrado Profissional em Segurança Pública e Cidadania da UEMG. Doutor em Ciências Humanas pela UFMG.

within their community. All were involved in retail drug trafficking and are serving socio-educational measures according to the Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). The extract this data, we used semi-structured interviews with 13 young people. The research revealed that the motivation for committing the offense, in addition to financial necessity, also stems from the desire for social recognition and insertion into the consumer market. The retail drug trade proved to be an attractive path to fulfilling the desires of this ever-seductive market. However, the danger, risk, and uncertainty inherent in adolescent life within the drug trade became clear.

Keywords: Adolescent offender; Internment measure; Motivation.

INTRODUÇÃO

É de uso corrente no debate acerca da adolescência ouvir que se trata de um momento importante na vida de um ser humano, notadamente devido ao período de muitas transformações biopsicossociais, no qual se configuram identidades, crenças, normas, valores e muitos projetos de vida. Todavia, no Brasil, essa etapa se tornou sonho para boa parte das crianças, adolescentes e jovens, especialmente do sexo masculino, a população majoritária nos Centros Socioeducativos. A pesquisa em apreço diz respeito aos adolescentes do sexo masculino que estão em regime privação de liberdade cumprindo “medidas socioeducativas” em um Centro Socioeducativo na Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG). Foram entrevistados 13 adolescentes. Todas as respostas foram gravadas e nenhum respondeu fora do anonimato e de acordo com as normas previstas no Conselho de Ética da UEMG. Esse artigo é uma parte resumida de uma dissertação sobre eles.

A análise das experiências dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas demandou a compreensão dos fatores estruturais e subjetivos que incidiram sobre as trajetórias de vida de cada um, como o acesso limitado à educação, a “desestruturação” familiar, a inserção na “criminalidade” e a estigmatização social. Assim, a pesquisa deve ser compreendida como uma oportunidade no intuito de verificar como tais adolescentes criaram vínculos, teceram relações de sociabilidade e de como foram influenciados para se renderem ao crime.

O artigo permite discutir, dentre outras temáticas, o papel das instituições, como da família, do atendimento socioeducativo e do Estado que, distante do local onde deveria estar, tem apostado - como é histórico no Brasil - no mercado em detrimento da sociedade. O artigo se concentra nas relações dos adolescentes e como eles configuraram uma rede de sobrevivência dependendo de ações marginais e perigosas.

I - QUEM SÃO OS ADOLESCENTES

Os 13 jovens entrevistados, privados de liberdade, possuíam, no momento da pesquisa, entre 13 e 19 anos, apresentando uma idade média de 17 anos e 2 meses. A maioria já exibia traços físicos do desenvolvimento do corpo revelando jovialidade, força e assertividade. O caçula Paulo, de 13 anos, era o mais pequenino, franzino e de voz infantil. Ao sentar-se na cadeira para a entrevista balançava as pernas ao ar, pois essas não alcançavam o chão. Ele destoava dos outros adolescentes que cumpriam suas sentenças com restrição de liberdade no Centro Socioeducativo de nossa pesquisa (Silva e Barros, 2022).

Os entrevistados da pesquisa, contudo ainda mostravam comportamentos de adolescentes e de “formação da personalidade”. Eram seres humanos em desenvolvimento e que - por certo - possuíam problemas em casa. É bom lembrar que o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) legitimou a idade de 12 anos como o amadurecimento da criança para a adolescência. Fato que abriu debates que nos visita até os dias de hoje: em que medida é possível mensurar o “amadurecimento” de um adolescente que está na faixa de 12 a 16 anos? Sabemos que a criança é produto do seu contexto e suas habilidades de convivência residem nas relações sociais cotidianas na família, nas ruas ou nas instituições fora de casa. Trata-se de um sério problema, pois corremos o risco de acautelar um sujeito que sequer incorporou a “socialização primária” e tampouco foi apresentada à “socialização secundária” (Berger e Luckmann, 1996). Ainda sobre esse assunto, vale mencionar o montante de erros que marcaram a história do internato. Sabemos que tanto no início da República como nos anos 1960, a criança foi tratada como um adulto em miniatura e como um possível trabalhador, tal como rezava a regra vigente do Código de 1929 (Barros e Silva, 2022).

Para não levar a efeito qualquer possibilidade de desumanizar os adolescentes entrevistados e, ao mesmo tempo, preservar as identidades, criamos um nome fictício para cada um deles. Eles estão apresentados no Quadro 1, a seguir. Os codinomes serão utilizados para que possamos identificá-los na análise das narrativas gravadas e transcritas, as quais preferimos deixar tal como os adolescentes disseram ao entrevistador(a).

QUADRO 1 – JOVENS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE ENTREVISTADOS NO CSEX

Jovens acautelados	Idade	Cor/etnia	Residência
João	17	Preta	São João del Rei
Pedro	17	Parda	Santa Luzia
Paulo	13	Preta	Ribeirão das Neves

Rodrigo	17	Parda	São João del Rei
Antônio	19	Parda	Itabira
Rafael	16	Parda	Manhuaçu
Miguel	18	Parda	Bom Despacho
José	18	Parda	Santa Luzia
Francisco	17	Branca	Ibirité
Vitor	17	Preta	Belo Horizonte
Leandro	18	Parda	Belo Horizonte
Luiz	18	Parda	Santa Luzia
Leonardo	19	Parda	Itabira

Sobre a cor/etnia 08 adolescentes disseram possuir a cor parda, 03 se assumiram pretos e somente 01 se declarou como branco. Nenhum deles é casado, fato comum entre adolescentes que estão envolvidos com a criminalidade violenta (Batista, 2003, Soares et. al., 2005; Barcellos, 2008). Os internados que entrevistamos disseram que mantinham namoros, relações impessoais que envolviam sexo e “não” sabiam se as meninas” tiveram filhos. A maioria eram oriundos de cidades próximas à Belo Horizonte. Quanto à religião, 07 declararam “nenhuma”, 03 se afirmaram católicos e 03 evangélicos. A maioria, possivelmente não teve contato com as instituições religiosas. O que talvez não tenha forte relação com essa temática, dado que os que tiveram ligação com religiões cristãs estão passando pela mesma conjuntura de internação.

Convidados a falar sobre a vida na delinquência, os adolescentes gostavam de iniciar a entrevista descrevendo o dia a dia antes da privação da liberdade, especificamente até a medida de internação que passaram a cumprir quando presos. Esse período de vida para 6 jovens foi ruim. Dois adolescentes responderam “bom” e outros 5 disseram que havia momentos bons e ruins. O grupo também foi indagado sobre as perspectivas após o acautelamento. Leonardo e Rafael afirmaram que a vida era boa, mesmo tendo como resultado a privação da liberdade em plena adolescência. Em geral, os adolescentes que consideravam a vida ruim destacavam o sofrimento do encarceramento, as violências praticadas, o afastamento dos familiares e o envolvimento “quase certo” com a criminalidade. Algumas entrevistas são esclarecedoras:

Não agrado da minha vida, era pra eu ter mudado de vida, ter encontrado outro caminho, fui burro de ter pulado no crime. (Luiz, 18 anos)

Foi só desacerto. O crime dá dinheiro, mas vale a pena não; se for fazer a soma, somar tudo, eu fiquei um ano e pouquinho preso. Perdi amigo, me afastei da minha família, perdi quem eu gostava, só desacerto (...). (Rodrigo, 17 anos)

Eu vejo que foi ruim. Maior parte da minha vida, que eu passei, foi preso. Dos 13 anos, até agora, o que eu passei, foi preso. Não convivi com minha família, perdi a maioria da vida com eles e não é muito bom não, só isso. (Vitor, 17 anos)

Os entrevistados que perceberam um lado “bom” e outro “ruim” apontaram pontos positivos durante o período de envolvimento com os atos transgressores, como a melhoria da condição financeira e a oportunidade de desfrutar dos desejos. Essa questão foi percebida nos trabalhos de Batista (2003), no qual o envolvimento do tráfico garantia certo alívio financeiro e a possibilidade de consumo aos adolescentes envolvidos com as práticas ilícitas. Também ressaltaram a coragem e a lealdade com os “donos da boca”. Zaluar (1995, 2011) identificou nesse cenário, o etos guerreiro, revelando a iniciativa e a coragem dos adolescentes para enfrentar a polícia e o Estado. Em contrapartida, o encarceramento foi mencionado como uma parte ruim. É unanimidade entre os adolescentes que a qualidade na convivência cotidiana se tornava comprometida em decorrência do envolvimento com a criminalidade, a qual provocava conflitos, rixas, ansiedade e medo nos componentes da família. A entrevista, a seguir, é um bom relato sobre o assunto:

Tive momentos bons antes de envolver e depois teve momentos ruins, quando eu comecei a envolver. Comecei a ter mais briga com o meu pai, comecei a discussão. Minha mãe já não tinha tanta paz. Como eu chegava tarde em casa, de madrugada, quando voltava minha mãe estava acordada, esperando. Brigas familiares entre minha mãe e minhas tias. Quando eu estava morando com a minha vó, ela trabalhava, aí eu chegava lá drogado e ela não tinha dormido ainda (Miguel, 18 anos)

Conflitos pessoais marcavam tanto o “fim da felicidade”, quanto o “início para o envolvimento” com o outro. Francisco delimita essa divisão diante do assassinato do irmão mais velho, uma pessoa que amava e lhe ensinava os caminhos da vida: “Depois que meu irmão morreu, só me deu problema. Fui envolver no crime e rodei. Tô com 14 passagem, só preso (...)” (Francisco, 17 anos). É preciso lembrar que muitos adolescentes são marcados no mundo do crime, especialmente quando as ações envolvem uma quantidade razoável de dinheiro e comprometimento no campo dos segredos do grupo. Tanto que não é novidade o retorno de boa parte dos adolescentes ao crime após o acautelamento. No que se refere à vida que se estenderia após a privação da liberdade, todos ambicionavam um futuro melhor. A maioria afirmou que o trabalho era o meio para isso. Muitos sonhavam com uma família, com o(a) filho(a) para cuidar:

Um trabalho formal e uma vida mais calma, com um emprego, igual eu tinha antes, quando eu era novo. Trabalhava o dia inteiro, chegava em casa, assistia televisão e dormia. (Leonardo, 19 anos)

Pretendo sair daqui com emprego, querendo nunca mais voltar. Fácil não é, no começo é mais difícil; mas tem que tentar. (passou por entrevistas, mas não foi selecionado em nenhuma até o seu desligamento). (Vitor, 17 anos)

Em seguida, os entrevistados disseram sobre as atividades preferidas de lazer e dos seus sonhos. As distrações eleitas são parecidas com as de qualquer jovem: prática de esportes, em especial o futebol, sair e se divertir com amigos, escrever e ouvir música, usar o telefone *online*, soltar papagaio, assistir TV e passeios ou assuntos que envolviam veículos automotivos. José, além de gostar de andar a cavalo - uma paixão peculiar que vem desde a infância - destacou um novo passatempo que aprendeu com os colegas da unidade: fazer artesanatos de origami. Ele afirmou que nesse trabalho consegue se distrair e a medida socioeducativa “pesa menos”. A seguir temos o Quadro 2 sobre os jovens em relação ao lazer e desejos:

QUADRO 02 – LAZERES PREFERIDOS E SONHOS

Jovens acautelados	Lazer preferido	Sonhos na infância	Sonhos hoje
João	Esporte	Jogador de futebol	Jogador de futebol
Pedro	Ouvir música e jogar futebol	Comprar uma casa para a mãe	Comprar uma casa para a mãe
Paulo	Jogar futebol e soltar papagaio	Policial	Sair do crime
Rodrigo	Usar o telefone online e sair com amigos	Dinheiro para comprar objetos de desejo	Constituir família e trabalho formal
Antônio	Viajar e assistir TV	Engenheiro civil	Mecânico
Rafael	Andar de moto e sair com amigos	Bombeiro	Formar em engenharia
Miguel	Jogar futebol	Jogador ou treinador de futebol	Agente do socioeducativo
José	Jogar bola, andar a cavalo e fazer artesanato	Veterinário e dono de fazenda	Fazer minha mãe feliz
Francisco	Tudo que envolve carro e moto	Trabalhar	Estudar, trabalhar como mecânico e mudar a vida e a história da minha família
Vitor	Escrever música	Cantor ou jogador de futebol	Cantor ou jogador de futebol
Leandro	Jogar futebol	Cantor ou jogador de futebol	Cabeleireiro

Luiz	Jogar futebol e soltar papagaio	Jogador de futebol	Um emprego formal, constituir família e dar o melhor para a mãe
Leonardo	Desenhar e sair com amigos	Viajar pra os EUA	Tatuador

Apesar da privação da liberdade os sonhos não são enclausurados. Os adolescentes almejam uma profissão fora da criminalidade: “Sonho em ter uma família, arrumar um trampo (trabalho) bom e sair do crime” (Rodrigo, 17 anos). Por sua vez, Paulo disse apenas que desejava “sair do crime”. É claro que adolescentes não possuem a consciência de como é a vida de pobres e miseráveis em país subdesenvolvido onde a cidadania é ficção (Caldeira, 2000; Carvalho, 2001). A participação na criminalidade interrompe aprendizados sociais de socialização, autocontrole e controle. Aos poucos muitos vão compreendendo o lugar subalterno no capital social. A realidade se imprime com força na escassez de recursos da família e dos amigos e nos locais onde residem é raro os adolescentes não perceberem a distância do Estado e a precarização das condições de vida. Não ao acaso eles alimentaram o desejo de serem jogadores de futebol, mesmo a realidade lhes demonstrando que sequer a tentativa é direito. Nas entrevistas, cinco deles queriam ser jogadores de futebol, não apenas por gostarem do esporte; mas porque alcançariam reconhecimento social tal como os jogadores que já residiram em periferias e alcançaram times famosos. Somente 3 jovens não pensaram em nenhuma possibilidade profissional. Rodrigo compartilhou que só queria ter o dinheiro para alcançar a independência financeira e comprar os objetos de desejo. Leonardo (19 anos), que assistia muitos filmes norte-americanos, almejava uma viagem aos Estados Unidos para conhecer os locais das produções *hollywoodianas*. Pedro (17 anos) queria comprar uma casa para a mãe:

Nas narrativas dos adolescentes não percebemos o crime como um fim em si. Obviamente não repousa na racionalidade adolescente a ideia de ser acautelado em uma unidade sob medidas socioeducativas. A criminalidade apareceu como a “saída” encontrada para romper com o ponto da marginalidade que a sociedade produziu. É possível dizer que os adolescentes, no campo do desejo, encontraram (ou foram encontrados) uma forma “fácil” de saturação das necessidades de consumo materiais. A maioria dos jovens relatou desejos de consumir algo que os distinguíssem na vida, mas sequer possuíam as condições de compra. Os anseios eram direcionados em mercadorias de alto a baixo valor, como uma roupa para jogar bola, sair de casa, à carros e motos. Diante da impossibilidade de rotineira, os adolescentes respondiam com agressividade, tristeza, vergonha e culpa:

Queria comprar uma roupa para jogar bola; mas não tinha condição. O sentimento era de ser jogador pra dar uma televisão dessas pra dar pra minha mãe, pra ela ver, dar orgulho pra ela. Tem hora que nós sentia era culpa, não tinha como minha mãe comprar. (João, 17 anos)

Só uma moto e um carro mesmo, que eu tinha necessidade de comprar, porque de resto mesmo eu comprava tudo (com o tráfico). Eu pensava em continuar ali, fazendo dinheiro. Daquela forma que o dinheiro vem fácil, vai fácil. Tem que juntar, aí cê (você) não precisa vender as coisas, mas tava caro. (Pedro, 17 anos)

Na realidade, poucos tinham condições de adquirir o que desejavam e, mesmo nesses casos, havia uma mobilização familiar, uma união de esforços na intenção de atender aos anseios. Como vimos, os adolescentes eram naturais de Minas Gerais e cinco passaram por migrações internas com suas famílias mudando de município desde o nascimento do adolescente. Antes da apreensão dois residiam na capital de Minas Gerais (Belo Horizonte), cinco na Região Metropolitana; mas fora da capital, (Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Ibirité) e seis no interior (São João del Rei, Itabira, Manhuaçu e Bom Despacho). Todos moravam em regiões consideradas periféricas (Caldeira, 2000).

Para as famílias dos jovens que residiam no interior, praticamente a metade deles, a distância dificultava a visita. Afirmaram que parentes e responsáveis dependiam de caronas com conhecidos ou de veículos das prefeituras municipais. Esse obstáculo, o qual compromete o comparecimento nos dias de visita, pode influenciar na manutenção ou retomada de elos familiares durante o cumprimento da sentença. Também pode gerar certa indignação e conflitos na unidade. Todavia, mesmo diante dessa dificuldade percebemos que os entes queridos, principalmente a mãe sempre procura estar presente durante o cumprimento da medida. No que pese a dificuldade elas participam e visitam mesmo de forma remota. Não notamos o mesmo engajamento por parte dos pais, os quais apresentam falta de compromisso e responsabilidade para com os filhos.

2 - LAÇOS AFETIVOS

Em meio às relações sociais dos adolescentes é claro a presença do preconceito, do soslaio esmagador proveniente de todos os lados, a solidão e a insegurança. Em geral, os adolescentes pesquisados se referiam com doçura à presença sempre marcante da mãe que dificilmente não se colocava de frente aos donos da moral local (Becker, 2008). Alguns possuíam irmãs e tentavam protegê-las quando moravam em lugares considerados perigosos. Boa parte não desenvolvia bons relacionamentos com os pais. A figura paterna aparecia como autoridade exacerbada, algo com o que se preocupar, medo constante e o peso de andar nas regras; salvo aqueles pais que contribuíram com a saída dos filhos do núcleo familiar. A responsabilidade, contudo, recaía no colo da mãe, esse lugar “sagrado” no qual reside a pessoa que ama em todas as circunstâncias. É claro que a digressão faz parte do mundo da doxa, mas que é perceptível em todas as entrevistas. Essa “figura simbólica” que na construção social da família no Brasil foi reservado ao espaço da casa (DaMatta, 1991),

absorveu o patriarcado e se submeteu ao poder do homem (Saffioti, 1992). A mãe continua a ser essa protagonista sagrada em nossa cultura. É ela que vem cuidando dos restos da família que o pai abandonou. Cabem a elas sustentar o núcleo familiar após divórcios e separações. São as mães que visitam os maridos e os filhos nas penitenciárias e que também participam dos momentos mais importantes da vida da criança, do adolescente e do jovem. Essa figura quase “mitológica” em nossa cultura recebeu os contornos da religiosidade católica que realçou o papel de Maria, mãe de Jesus, no Evangelho e nas Igrejas.

Temos nesse sentido uma explicação plausível para entender o que os adolescentes e jovens em nossa pesquisa disseram em relação à família. Essa temática apareceu como sustentáculo de segurança, um objetivo a ser conquistado e um “dever de” satisfazer a autoridade da casa. A família, a mãe, as irmãs apareceram como pessoas que garantem suporte afetivo, muitas delas tampouco concordavam com as atividades do filho na rua, tal como nos disse um dos adolescentes, e os pais, no geral, são limitados no fornecimento dessa segurança. A preocupação com a mãe é clara nas falas dos entrevistados:

(Seu desejo) comprar uma casa para a mãe. Imagino que ela sempre quis ter orgulho de nós, ter uma casa boa. Porque nós sempre moramos tipo num quintal, que tem muitas pessoas, ter uma casa própria que ela sempre queria, pra realizar o sonho do meu pai também que é ter nós, 5 filhos trabalhador. (Pedro, 17 anos)

Eu considero duas pessoas só... como minha amiga que é minha mãe e minha namorada, que eu confio em falar minhas coisas só, pros outros de fora assim..., é conhecido no máximo assim. (...) não só por causa do crime, mas eu falo de tudo. Confiança é uma coisa assim, que a pessoa acha que pra confiar em alguém, a pessoa tem que ter certeza que a pessoa tá com ela, e se um dia acontecer alguma coisa que vai infringir (sic) aquela pessoa, ela não vai te trair. (Antônio 19 anos)

Meu pai faz carreto, de vez em quando ele faz, de vem quando ele não faz. Tem vez que ele volta com dinheiro, tem vez que ele não volta. Minha mãe trabalha no sinal. Minha mãe tipo, parou de ir lá fazer faxina, porque ela teve um problema na coluna, aí ela não podia mais fazer faxina, aí é o que tinha que fazer, trabalhar no sinal. Aí ela começou a trabalhar comigo, me ajudando. (Luiz, 18 anos)

A última entrevista é bastante simbólica. Levar a mãe junto, acolhê-la no corpo, marcar a pele. Os laços familiares, antes da privação de liberdade dos adolescentes e jovens entrevistados, são fortes e a eles se entrelaçam uma série de valores familiares que foram abandonados quando tais adolescentes tiveram contato com a criminalidade. A família, como mecanismo de “socialização

primária” (Berger e Luckmann, 1996) não tem faltado em relação à uma possível segurança existente antes da contravenção do adolescente. As informações indicam que a situação de exclusão, de desigualdade social, pobreza e inadaptação aos critérios tácitos de ordem vem afetando as famílias brasileiras há muito tempo, especialmente as famílias de baixa renda e batalhadoras (Zaluar, 1985; Carvalho, 2001; Souza, 2010). As imagens e representações sobre a mãe não escapam às mentes dos adolescentes pesquisados. Dentre tantos argumentos e questionamentos em relação à família encontramos nas entrevistas coletadas:

Na infância, quando eu morava com minha mãe, ela me dava, sempre deu o que eu queria. Depois eu fui para o tráfico e comprava com o dinheiro do tráfico. (Leandro, 18 anos)

Eu dava alguns trocados para a minha mãe. Era pra gastar comigo mesmo (o dinheiro do tráfico), roupa, chinelo, cortar cabelo, gastar com mulher, esses trem assim mesmo. Eu dava pra minha mãe comprar uns trem, mas ela nunca levantou (desconfiou) de nada em casa assim, esses trem não. (Vitor, 17 anos)

Tomei três bombas no oitavo ano. Quando eu passei para o nono ano eu tive muita ajuda. Tinha uma menina lá que me ajudava muito. Prestei muita atenção no oitavo ano inteiro. Parei de ficar matando aula e saindo de sala sem permissão, porque minha mãe também estava sofrendo muito comigo. Estava indo todo dia na escola. Aí eu fui e dei uma “maneirada”. (Miguel, 18 anos)

É ponto pacífico entre os pesquisadores que o fato da “socialização secundária”, proveniente de instituições, religião, princípios civilizatórios e escolas tem falhado na socialização e criação de mecanismos de autocontrole de crianças, adolescentes e jovens. Não ao acaso, tais atores estão abandonando escolas, instituições de auxílio, igrejas e empregos precários e informais. As entrevistas delineadas revelam com rigor esse fenômeno que não é novo e que passou a fazer parte de nossa paisagem social nos anos 1980 e 1990, tomando requintes de risco e perigo com o avanço de práticas ilícitas, contravenções e o tráfico de drogas.

QUADRO 3 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS DOS ADOLESCENTES ENTREVISTADOS

Jovens acautelados	Domicílio	Renda familiar (sem contabilizar a renda com a criminalidade)
João	Alugado	1 salário mínimo /5 pessoas = 0,2
Pedro	Cedido	2 salários mínimos /5 pessoas = 0,4
Paulo	Alugado	3 salários mínimos /5 pessoas = 0,6

Rodrigo	Próprio	3 salários mínimos / 5 pessoas = 0,6
Antônio	Cedido	3 salários mínimos / 3 pessoas = 1,0
Rafael	Próprio	1 salário mínimo / 3 pessoas = 0,3
Miguel	Próprio	5 salários mínimos / 6 pessoas = 0,8
José	Próprio	3 salários mínimos / 7 pessoas = 0,4
Francisco	Próprio	2 salários mínimos / 5 pessoas = 0,4
Vitor	Próprio	2 salários mínimos / 3 pessoas = 0,6
Leandro	Próprio	3 salários mínimos / 4 pessoas = 0,7
Luiz	Próprio	2 salários mínimos / 4 pessoas = 0,5
Leonardo	Próprio	2 salários mínimos / 3 pessoas = 0,6

O quadro 3 revela que a maioria dos jovens acautelados residiam em casa própria, dois em domicílios cedidos e um com aluguel. Apesar de possuírem casa própria, boa parte não residia com a família. Alguns relataram que moravam em casas de colegas ou na rua. O conflito com os pais era constante e a insegurança econômica rotineira.

Porque só minha mãe que trabalha dentro de casa e meu irmão que também, às vezes, ajuda. Minha mãe trabalha de cozinheira, deve ganhar um salário, mais ou menos. Meu pai não trabalha, porque começou a beber, começou a roubar. Ele tem 51 anos e o álcool tá tomando a vida dele, só bebe, todo dia. Cachaça todo dia (João, 17 anos).

Devido a esse e outros fatores os jovens encontraram na traficância a garantia do sustento. Mesmo diante de uma certa estabilidade econômica em relação à moradia, a renda das famílias dos adolescentes (inferiores a um salário mínimo por pessoa) não era o suficiente para o sustento alimentar. Os relatos sobre a fome aparecem em boa parte das entrevistas. Paulo apresentou relatos de fome por descaso de seu avô, com quem morava na época, após pedir à sua filha para ficar com o menino.

Já passei fome quando era mais novo. Morava com meu vô, ele bebia, aí fazia comida (só para ele) e eu ficava com fome, até que minha mãe me pegou (de volta) pra cuidar de mim. (Paulo, 13 anos)

Passar fome não...minha mãe nunca deixou faltar nada pra nós. Ela ficava com fome; mas nós não, deixava nós não. Era xaina (ruim). Abrir geladeira e só ver água, é ruim demais. Eu pensava nisso também, querer dá uma (alimentação) melhor. Depois que entrei pro crime eu fazia compra lá em casa, ajudava, comprava coisa pra minha mãe. Mas minha mãe nunca, tipo, ela não gostava não, não aceitava dinheiro não. Eu comprava na marra

e colocava lá; mas minha mãe não comprava nada de trem de droga, esses trem não. Ela mesma comprava comida pra ela, porque sabia que era de droga (Luiz, 18 anos).

O fenômeno da fome só não é maior entre os adolescentes devido ao fato de as mães deixarem de comer para garantir o básico para equilibrar as compras de casa e não faltar alimentos para os filhos. A insegurança econômica familiar redobra a atenção dos responsáveis nas atividades de trabalho. Diante da necessidade de manutenção da família, eles acabam por fracassar no cuidado com as crianças e adolescentes. Não é por acaso que muitas dos adolescentes vivem nas ruas associados a todo tipo de “marginalidade”, subemprego e trabalho informal (Gomide, 1998; BATISTA, 2003; Zaluar, 1985, 1994).

Ainda em relação aos laços familiares, 9 dos entrevistados disseram ter uma relação não conflituosa com os entes do núcleo familiar, mesmo em caso de dependência química dos pais, envolvimento com a criminalidade (que nos casos identificados sempre eram os pais ou os irmãos) e distanciamento paterno. Entretanto, o fato de a relação não ser conflituosa não garante a qualidade desses vínculos. Já os 4 que apresentavam conflito familiar, tudo indica que o fator motivacional foi a relação com o pai, seja por oposição devido ao envolvimento do jovem com a criminalidade, seja por distanciamento na relação com o filho. Metade dos entrevistados apresentavam relação conflituosa com o pai, o qual só foram conhecer na transição da infância para a adolescência.

QUADRO 4 – LAÇOS FAMILIARES

Jovens	Com quem reside?	RELAÇÃO
João	Pai, mãe e 2 dos 4 irmãos	Não conflituosa, o pai é dependente químico
Pedro	Mãe, pai, 1 dos 2 irmãos e 1 sobrinha -filha de outra irmã vítima de feminicídio	Não conflituosa
Paulo	Mãe, padrasto e 2 irmãos (pai reside em Pará de Minas)	Não conflituosa
Rodrigo	Mãe, pai, 1 irmã e madrinha	Não conflituosa
Antônio	Mãe e 1 irmã (pai assassinado no tráfico de drogas, quando Antônio tinha 13 anos – um ano depois dele se separar de sua mãe)	Não conflituosa com todos
Rafael	Mãe e 1 irmão (o pai se separou de sua mãe quando ele tinha 7 anos. Visita o pai uma vez por semana, como na infância)	Não conflituosa com todos, inclusive com o pai, que parece distante.
Miguel	Mãe, pai e 3 irmãos (chegou a morar com a avó, antes de seu falecimento, após conflitos com o pai)	Conflituosa apenas com o pai, que já foi dependente e não aceitava o tráfico.

José	Avó, 2 tias e 3 primos (decidiu permanecer com a avó quando a mãe saiu da casa dela e seus dois irmãos acompanharam a mesma; conheceu o pai com 6 anos)	Conflituosa apenas com o pai. Eles ficaram sem conversar depois de um desentendimento, quando Miguel tinha 9 anos. Após o acautelamento, estão restabelecendo vínculos.
Francisco	Mãe e 3 irmãs (pai cometeu suicídio em 2016 e irmão, sem envolvimento, assassinado em 2019, por se envolver com namorada de um traficante)	Não conflituosa. Tinha fortes vínculos com o pai e o irmão falecidos.
Vitor	Mãe e 1 dos 3 irmãos (não costuma ficar em casa – escolhe ficar a maior parte do tempo em situação de rua; o pai faleceu quando a mãe ainda estava grávida)	Não conflituosa
Leandro	1 irmão (decidiu ficar com o irmão quando a mãe foi morar com o padrasto em outro município; conheceu o pai com 14 anos, quando foi morar com ele, mas teve conflitos)	Conflituosa apenas com o pai
Luiz	Mãe, pai e 1 irmã das 3 irmãs	Não conflituosa com todos
Leonardo	Amigo (morava com a mãe, o pai e o irmão; mas decidiu sair de casa por conflitos com o pai; os pais se separaram após o suposto ato do jovem, negado pelo mesmo – tentativa de homicídio contra o genitor)	Conflituosa somente com o pai. O conflito vem desde a infância, quando ele se sentiu preterido pelo caçula e agravou-se quando passou a se envolver com drogas

O Quadro 4 revela que dos 13 entrevistados, apenas 5 moravam com o pai e a mãe. O que significava pouco diante da ausência do Pai. A mãe se fazia majoritariamente presente nos lares. No geral, os pais eram distantes, abandonaram a família ou faleceram, alguns por conta do envolvimento com a criminalidade. A maioria dos jovens tinha algum familiar que teve ou ainda possui ligação com a criminalidade. Muitos disseram que os pais, além de dependentes químicos, já tiveram passagem por roubo e por violência doméstica na polícia. Também não foram poucos os que afirmaram ter uma boa relação com o genitor. É preciso destacar que o vínculo com amigos ou colegas que tiveram ou ainda possuem ligação com a criminalidade foi unânime entre os entrevistados. Leandro (18 anos), como tantos outros adolescentes, tinha colegas envolvidos com o crime. O seu pai, com quem chegou a morar por um tempo na adolescência - mas teve pouco contato durante a vida - foi preso por 157 (roubo), no mesmo dia em que o jovem foi recolhido para o encarceramento na medida de internação. O genitor morava em um bairro nobre de BH: “Depois que eu sai da casa dele, não tive mais contato. Aí, quando eu rodei (foi detido), meu pai foi preso. Ele rodou por causa de 157. Eu não fiquei sabendo, porque ele foi e eu fui preso também. É a primeira vez que ele foi preso” (Leandro, 18 anos).

Apesar do envolvimento de familiares com a criminalidade, são os amigos e colegas mais velhos que se destacaram como os principais influenciadores para a iniciação no tráfico. “Os meus

amigos não significam nada; mas meu primo representa muito (Miguel, 18 anos)”. A fala de Miguel mostra que mesmo não sendo majoritária, a influência dos familiares era significativa, por esses representarem um significado mais pungente. Vitor viu o irmão iniciar no tráfico como estratégia de proteção, já que o mesmo estava sendo ameaçado por uma gangue. Ele passou a cobiçar as coisas que o irmão conseguia comprar e sua mãe não tinha condições de lhe oferecer.

Moro com minha mãe. Meu pai morreu minha mãe tava grávida de mim. (Como você trabalhou essa ausência?) Com meus irmão cuidando de mim, porque minha mãe trabalha muito, aí minha irmã foi cuidando de mim. Depois, meu irmão e minha irmã casou, depois meu outro irmão começou a envolver. Eu tava vendo minha mãe me dando os trem e meu irmão com outros e ficava olhando, me baseando mais nele com os trem. Eu via e queria ter a mesma coisa. Aí, foi influência, além dos amigos do meu irmão, que eu via também. Agora ele saiu, nem tá nessa vida mais e eu não quero mais não. (Vitor, 17 anos)

Meu irmão levou também, porque nós dois era unido. Entramos juntos. Ele representa várias coisas, quando eu precisei de dinheiro aqui, quando eu preciso lá fora também, ele me ajuda. (João, 17 anos)

A influência familiar e de amigos não foi o bastante para a inserção no tráfico à varejo. Alguns adolescentes disseram que entraram devido ao desejo de “justiça” e vingança. Eles achavam que, ao se envolverem com a criminalidade, conseguiriam punir os responsáveis pela morte de parentes. Antônio (19 anos), por exemplo, disse que entrou para o tráfico para vingar a morte do pai, o qual também era envolvido e foi assassinado por um colega após conseguirem muito dinheiro com o roubo de uma casa.

Pelo meu pai ter morrido por conta do crime me influenciou sim, por ter se envolvido também. Eu pensava em vingar a morte dele, aconteceu na covardia, era um amigo dele. Os cara ficava na favela com ele. Na melhor hora, o cara foi lá e matou ele por dinheiro. Eles foram roubar uma casa e acertaram muito dinheiro, na hora de divisão dos bens o cara matou meu pai. (Antônio, 19 anos)

O que influenciou foi a morte do meu irmão (assassinado em 2019, por se envolver com a namorada de um traficante). (Francisco, 17 anos)

Os 13 jovens já perderam na criminalidade alguns amigos, responsáveis e familiares, os quais foram vítimas da violência e do uso ostensivo de armas, há muito presentes nos embates com a polícia ou outros grupos visando tomar o território. Os conflitos com os rivais comerciais no tráfico de

drogas, dificilmente não são baseados em crueldade e humilhação. O mesmo podemos dizer com a polícia que, não raro negociam ou entram em conflito com grupos organizados de traficantes.

Amigos tem vários casos. Um morreu com cinco tiros na cara, outro morreu com uns dez tiros na cabeça, outro tomou um tiro na cabeça por civil, outro que a mulher deu facada nele, outro os cara deu tiro também, um tanto (...) (Luiz, 18 anos)

Meu primo tomou 5 tiros de 9 (calibre 9mm) nas costas, dos alemão (inimigos) deles lá da quebrada dele. Amigo eu perdi muito também, porque já teve guerra antigamente. Eu tinha um colega que era gerente da favela e meu patrão confiava em outros cara fora da favela. Ele ofereceu uma moto pros cara. Os cara pegou a moto e não queria pagar. Meu colega (que era o gerente) foi lá na quebrada deles pegar o dinheiro do meu patrão. Os cara foi e matou ele, aí começou a guerra. (Rodrigo, 17 anos)

3 – A LIGAÇÃO COM O TRÁFICO DE DROGAS

A média de idade para os primeiros atos autodeclarados transgressores pelos entrevistados, independente de registro policial, foi de 13 anos. Na contramão desse índice estava Paulo. O mais jovem do grupo, também foi o mais prematuro na criminalidade e contou que já roubava aos 7 anos e com 9 passou a traficar: “Entrei para o tráfico com 9 anos, com 9 eu já tava no meio deles (os traficantes) ...roubar... roubar... desde pequeno, desde os 7” (Paulo, 13 anos). Sabemos que os atos praticados por jovens não são considerados hediondos, dado que a maioria não envolve o atentado à vida. Em casos minoritários de homicídio, por se tratarem de atos mais gravosos, os jovens acabam sendo encaminhados para uma medida socioeducativa com privação de liberdade, o que ocorreu com os adolescentes dessa pesquisa. A maioria dos entrevistados afirmou que o primeiro ato de transgressão da lei foi o envolvimento com o tráfico de drogas. No geral, as outras ações giraram concomitantemente em torno do comércio das drogas, furtos, roubo para pagar uma dívida a um cumprimento de uma determinação de punição e execução. Executar um homicídio nas regras tácitas do tráfico de drogas à varejo pode significar prestígio, segurança e estabilidade nos negócios informais do crime; também desperta a admiração do grupo e o temor dos que se opõem ao agressor. Os jovens acreditavam que ao provocarem a “sensação de temor”, poderiam ter as vítimas “pensando bem antes de qualquer atitude” imprudente contra eles e/ou seus negócios. Ao descreverem os envolvimento pretéritos, apenas aqueles que respondiam por homicídio ou tentativa, contabilizaram esses atos contra a vida em seus relatos. É possível que os outros não tenham confessado a prática com receio de uma futura retaliação judicial, mesmo tendo sido esclarecido que a finalidade das informações

era somente para a pesquisa. Mas, ainda que não seja viável afirmar, podemos inferir que a maioria se envolveu em relações que lhes predispunham ao ato. José resume bem esse contexto.

Tipo assim, foi tranquilo (o homicídio). As vezes a gente, como a gente é mais novo e eles fala esses trem de matar, a gente pensa: ah, eu quero ir. Falamos: não, eu que vou dessa vez. Você já foi numa cena (para uma execução), agora deixa eu. A gente tipo gosta dessas coisas. A gente acha assim que nós matando vai ser mais falado. O nosso pensamento de nós que é menor. É pra ganhar mais conceito, essas coisas. (José, 18 anos)

Dos praticantes de atentados à vida, Antônio era o único que apresentava arrependimento por pensar que não era o correto: “Valeu não (matar), porque a gente não mata ninguém por dinheiro não, sério mesmo. Valeu não, só cadeia, só problema e dor de cabeça” (Antônio, 19 anos) O restante dos entrevistados aparentava frustração somente pelo fato de estarem encarcerados. A maturidade natural, a qual traz novos elos afetivos e perspectivas pode ter ajudado, já que ele e Leandro eram os mais velhos do grupo, ambos com 19 anos. Apresentando resultados de estudos internacionais (Austrália, Finlândia, Alemanha e Israel), Rolim (2006) faz uma correlação da transgressão com uma maneira de “ser jovem”, apontando que os atos alcançam uma expressão maior na adolescência, tendendo a declinar a *posteriori* e cessar na sequência, por volta dos 18 anos, quando estes encontram outras formas de mostrar que devem ser tratados com respeito e também estabelecem vínculos mais fortes e estáveis socialmente, com filhos, parceiros, etc. E, seja para prestígio, defesa pessoal, uso para a práticas delinquentes mediante ameaça ou uma possível execução, possuir uma arma era objeto de desejo de todos. Rafael compartilhou que chegou a adquirir uma antes mesmo de entrar para a criminalidade, apenas por gosto.

Antes eu nem traficava, só tinha a arma mesmo. Eu tinha uns 14 anos. Consegui a arma em troca de um cordão de prata. Escondia no quintal. Minha mãe não sabia. (Rafael, 16 anos)

Tentei uma vez assaltar né; mas deu errado. Os homi (policiais) parou nós na rua. Meu irmão fugiu e eu fiquei pra trás, aí os homi pegou eu. Perguntou aonde nós tava indo e eu falei que nós tava indo pega muié (mulher). Nós tava indo era assaltar a moça. O dinheiro era pra nós comprar uma arma (João, 17 anos)

Em relação à capacitação para o manuseio desse material letal, não há um treinamento focado para isso. Ao contrário, trata-se de um processo de aprendizagem amador e de iniciativa individual, onde o jovem busca colegas - que já possuem algum tipo de experiência com o manuseio de armas - para obtenção de conhecimento. A propriedade desse material ocorre de formas distintas. A

arma tanto pode pertencer ao jovem, quanto pode ser emprestada pelo “patrão” (detentor do controle do tráfico de uma ou mais regiões, geralmente periféricas) aos seus “funcionários” de confiança para proteção dos negócios, ou até por um outro proprietário, o qual pode ou não obter lucro ou outra barganha em cima dos crimes praticados diante desse empréstimo. No último caso, o lucro de quem cede o material pode ser negociado mediante o cálculo de comissões em cima do ganho financeiro obtido com a ação desviante na qual a arma foi empregada. Antônio nos exemplificou essa negociação:

Rola muito isso também. Vamo supor, assim, você foi roubar e não tem uma arma, aí o cara vai e te fala assim: “Vou te emprestar uma arma, mas eu quero 20% do que você roubar. Qualquer coisa eu quero 20%, se você for roubar um telefone, 20%, se você roubar um carro, 20% do carro”. O valor depende do cara. (Antônio, 19 anos)

(Questionado sobre a possibilidade de desistência desse empréstimo) ...se for desistir, você devolve a arma o cara. Mas se você roubar com ela e não pagar o cara, com certeza ele vai ficar curioso, porque você foi lá pegar a arma do cara. É como se fosse um agiota. Você gasta o dinheiro do agiota e depois fala que não quer mais? Tipo, é sem lógica você não usar uma coisa. Tipo assim, o cara te alugou. Depois você não querer mais? (Antônio, 19 anos)

Em caso de perda da arma do “patrão” em ação policial ou qualquer outra circunstância, ele afirmou que tinha a responsabilidade do ressarcimento. Caso fosse por conta da rotina inerente ao trabalho no tráfico, inexistia a cobrança; mas nas situações de descuido do “funcionário”, a indenização devia ser paga. Os entrevistados deixaram claro que a pessoa ao entrar para o tráfico tem que estar disposta não somente a matar; mas também a morrer em decorrência do ofício. Antônio descreveu esta predisposição e disse que o medo da morte era inexistente. Esse receio aparece, segundo o jovem, em meio a pensamentos temerosos, que sucumbem aos sentimentos de raiva e às regras do comércio de entorpecentes. Os adolescentes entrevistados deixaram claro que o risco da morte está sempre à espreita, dia a dia.

Eu nunca senti medo da morte. Tipo assim, é claro que a gente tem que temer a morte; mas chega um certo período da vida que a gente não tem medo. Eu falo por mim, se for pensar por mim, assim, eu penso: se eu morrer e pá? Mas em outros momentos a gente fica cego, mano. O ódio é sujo! Você bota fé? Quem vive nesse mundo faz a vontade dele mesmo. Então, tipo assim, a morte é o de menos. (Antônio, 19 anos)

(Por que você saiu do tráfico e foi para o roubo?) Por causa da guerra na quebrada. É, eu já quase morri. Já quase tomei tiro lá. Cansei de sair já. Tipo, mesmo assim eu moro lá

ainda; mas eu saía, ia lá, roubava, voltava, queria voltar para o tráfico, depois saía de novo, aí roubava. Porque as vezes não deixavam você roubar, aí eu entrava no tráfico por um tempo, depois eu comecei a ficar só roubando. (Vitor, 17 anos)

Entre os jovens entrevistados, boa parte ainda não havia passado por nenhuma das 6 medidas socioeducativas previstas no ECA e já foram direto para a internação, isso porque respondiam por crimes graves: 5 crimes contra a vida (homicídio e tentativa) e 1 tráfico com emprego de arma de fogo. São nesses casos que o ECA ainda não avançou. Sem a possibilidade de manutenção e monitoramento da liberdade assistida, ou uma pena alternativa, a possibilidade de internação aumenta, levando, por consequência da não ação prévia, a casos considerados mais graves pelos juízes (Paula, 2006, 2011, 2014):

A maioria dos jovens disseram que trabalharam em atividades informais antes do envolvimento com o crime. Eles haviam tentado outros ofícios: vendedores de picolé, doces e roupas; lavadores de carros; ajudantes de pedreiro ou serventes; auxiliares de mecânico; repositores de supermercado; manutenção de computadores e até a lida na fazenda. A maioria dos entrevistados tentou possuir renda por outras vias, para além dos atos transgressores, sendo que apenas dois deles trabalharam com registro formal. O restante foi por meio dos populares “bicos” (trabalhos esporádicos e sem vínculo empregatício), muito comum entre a população brasileira. Um dos adolescentes descreveu, inclusive, que chegou a conciliar a venda autônoma de roupas com o comércio de entorpecentes. Apenas 3 entrevistados entendiam a criminalidade como uma forma de emprego. A maioria discordou, dado que o trabalho era ilegal, de risco e sem registro.

Apesar de a maioria não entender a criminalidade como emprego, alegaram que ficavam longe dos empregos por vários fatores: falta de qualificação; idade insuficiente para emprego formal – “que pagasse bem”; distância de casa; falta de oportunidade e desembaraço com as pessoas. Todos disseram que “o crime paga mais”. Entretanto, ficou claro que o “gosto” não era pela criminalidade em si; mas por tudo que ela proporcionava no sentido de aquisição e prestígio. Como aponta Rolim (2006), devido ao risco da ação, os jovens nos atos ilegais podem demonstrar destemor, audácia e habilidades reconhecidas em alguns grupos, propiciando a sensação de inclusão. Em diversas subculturas, apanhar da polícia ou receber uma condenação judicial pode trazer prestígio ao ator.

Nas falas dos adolescentes são perceptíveis a reprodução do machismo social atrelada à reprodução da violência e do patriarcado. O fato não deixa de ser um mecanismo no sentido de afastar a imagem de adolescente substituindo-a pelo o de sujeito “macho”, “violento” forte e crescido. Rolim (2006) destaca que a busca pela autoafirmação também perpassa pelo uso das drogas, do álcool e

dos lazeres noturnos, que subjetivamente estão atrelados à ideia de se portar como um adulto. E não faltam narrativas que revelam em larga medida, a ação que, no geral, são efetuadas por adultos:

Depois que você mata os outros, essas coisas, depois que você pega os outros de pancada até os outros ficar mole, aí você pensa assim: Como é que eu saio da criminalidade com essas pessoas assim? Tem um ditado que o moço mais velho falava com a gente: “Sempre vai ter alguém por alguém”. E, se você matou, vai ter uma pessoa por aquela pessoa que você matou. Aí, isso fazia nós pensar: como é que eu vou sair do crime? Eu já fiz tanta coisa ruim (...). Aí, isso leva nós nesse fato também (se manter na criminalidade). Você fala: eu saindo da criminalidade vou ficar de boa. Aí, a pessoa que eu já fiz ruindade, ela, tipo, vai pensar: agora que é a hora de pegar fulano. É a hora exata. Aí, a gente pensa dessa forma também. No começo você acha que é bom. Aí, depois, você vê que não presta; mas não é fácil sair não. (José, 18 anos)

(Não tem idade) Não tenho 18 anos para um trabalho registrado (Rafael, 16 anos)

(Falta de qualificação) Na minha realidade é difícil de arrumar emprego agora. Começou esse negócio de jovem aprendiz. Tem que estudar, fazer um curso, aí agora tô estudando e fazendo isso aí. (João, 17 anos)

(Falta de oportunidade) Eu queria muito arrumar um emprego; mas é difícil. Estão tentando arrumar um pra mim (a equipe técnica do CSERN) e acabou que até hoje nada. (Francisco, 17 anos)

Os adolescentes alegaram que na busca por trabalho sofreram pela falta de qualificação, mas que se esforçaram muito nos antigos ofícios. No tráfico eles tinham que manter a segurança e ainda traficar, mas tinham e sabiam do controle e das represálias futuras derivadas dos atos ilegais nos quais se envolveram. O quadro 5, a seguir, é esclarecedor:

QUADRO 5 – RENDA MÉDIA DENTRO E FORA DA CRIMINALIDADE E FUNÇÕES DESEMPENHADAS

Jovens acautelados	Renda média mensal declarada do trabalho antes de entrar para a criminalidade	Renda média mensal declarada do trabalho na criminalidade	Função desempenhada na criminalidade
João	Menos de um salário	Quatro salários	Gerente e vapor
Pedro	Menos de um salário	Cinco salários	Gerente e vapor
Paulo	Menos de um salário	Dois salários	Vapor
Rodrigo	Menos de um salário	Treze salários	Gerente
Antônio	Menos de um salário	Treze salários	Gerente

Rafael	Menos de um salário	Dez salários	Gerente
Miguel	Um salário	Dois salários	Vapor
José	Menos de um salário	Dois salários	Vapor
Francisco	Não trabalhou	Dois salários	Vapor
Vitor	Não trabalhou	Três salários	Roubo
Leandro	Menos de um salário	Dois salários	Vapor
Luiz	Um salário	Onze salários	Vapor
Leonardo	Menos de um salário	Três salários	Vapor

Em relação ao trabalho, os adolescentes que trabalharam antes da entrada no mundo do crime recebiam menos de um salário mínimo ao mês. Diante da insegurança social e civil, os traficantes apareciam como “pessoas que conseguiram mais”, pessoas que desafiavam a manutenção do “status quo” e do conformismo social. O tráfico de drogas apareceu como alternativa prática para a conquista dos objetos de desejo de consumo e de afirmação no mercado laboral. A criminalidade, em especial o tráfico a varejo, trouxe outras perspectivas financeiras. Os ganhos apresentados chegaram a ser espantosos. Diante da renda média dos trabalhadores brasileiros o tráfico realmente é tentador e se apresenta como uma forma de demonstrar status e reconhecimento. Mesmo em atitude desviante, os jovens atuam como qualquer adolescente que possui a necessidade de reconhecimento em seu grupo (Becker, 2008, Rolim, 2006). Entendem que adquirir certas mercadorias de consumo é o bastante para impor respeito e fomentar admiração no lugar que vivem. As mulheres também eram enumeradas em meio aos objetos de desejo e apareciam como mercadorias passíveis de ostentação e virilidade:

(Renda com tráfico) Eu e meu irmão tava tirando um dinheiro bom. Nós tava pegando uns 300 real por dia, pra cada. (Pedro, 17 anos)

(Renda com roubo) Ganhava 800/900 reais por dia. Eu roubava tudo: telefone, correntinha de ouro, esses trem assim. Sempre tinha um comprador já, conhecido. Perdia bastante o valor, vamos supor, um Moto G 6, não sei quanto é na loja, deve ser uns 1.000 e pouco, aí os outros pagava uns 600. Era bem desvalorizado. (Vitor, 17 anos)

(Renda com tráfico) Na gerencia era por dia mesmo. Depende de quando que os menino vende. Tipo assim, na biqueira que eu trabalho lá, trabalhava, tem dia daquele naipe (outro nível). Aí, já era de Deus. Tinha dia que dava 800, tinha dia que dava 1.000. (Rodrigo, 17 anos)

(Renda com tráfico) Tinha também a parte do patrão. De R\$900, era R\$400 dele e R\$500 meu. (Miguel, 18 anos)

O poder, a ostentação, o querer mulher, esses trem. O cara fica rico mesmo. O cara quando tá na posse de uma arma, o cara tá rodeado de parceiro dele, o cara só quer ter status,

porque ele é o cara. E quem tá de fora vê isso aí e acha é uma coisa que é normal, pensa que é fácil. Depois que entra uns gosta, uns passa necessidade. Mas acho que adrenalina e poder é o que mais leva isso aí, porque no crime você praticamente pode tudo.” (Antônio, 19 anos)

Entretanto, como lembrou Miguel nessa última entrevista, está claro que o cálculo de ganhos no tráfico não corresponde fielmente ao apresentado pelos garotos. Percebemos que a movimentação financeira é tamanha que eles perdiam a noção do tamanho dos ganhos e dos recursos gastos desconsiderando o valor percentual que deviam repassar ao gerente. Esse valor é aproximadamente 50% do arrecadado. O restante o adolescente faz o que quiser, desde que tenha alcançado o valor combinado com o “patrão”. Bom lembrar que não entra na contabilidade os “derrames” (pegar a droga e não pagar) com a clientela e as perdas nas abordagens policiais. Miguel ainda esclarece, com outros jovens, essa dinâmica:

Na mesma hora que você acha que tem tudo; não tem nada. Talvez você tá ali, ganhando, ganhando, ganhando... você pode ganhar mil reais vendendo droga, mas os mil real não é seu. É tudo do patrão. Eu pegava cinquenta dola (trouxinhas de entorpecentes), trezentos reais do patrão, duzentos real é seu. Hoje em dia se não faz nada com duzentos reais. E tipo assim, quando cê tá conseguindo seus trem, a polícia vai lá e te pega. Não tem mais nada. É muito difícil cê pega seu dinheiro e conseguir comprar coisa, tipo ropa pro cê. Cê quer é gastar com mulher, pegar mais droga, arma pro cê. A maior parte fica com o patrão. (Miguel, 18 anos)

No caso do pó eu tirava uns R\$400 por semana, só nosso, que era carga de 35, você acertava 250 e 100 era seu. E, tipo, numa sexta-feira só, tinha como você vender umas 3 carga. Aí, se desse as 3, você tira 300 reais, aí é seu, aí a nota você separa os 250 e separa pra dar pro patrão. A pedra também era a mesma coisa. Na maconha, como eu usava, meu lucro eu fumava, nós, meus amigos, fumava. Nós não tirava lucro na maconha, só a do moço mesmo. (José, 18 anos)

Tinha dia que eu fazia mil reais num dia, tinha dia que eu voltava com 500/700 real, era variante. Pegava com os cara lá na quebrada. Aí, eles me passava as droga e eu vendia, aí eles ficava tipo com metade. (Luiz, 18 anos)

Tudo indica que a gestão do local de traficância produz suas próprias regras; mas percebemos que há um acordo “justo” em relação ao ressarcimento das perdas. Vale frisar que os jovens relataram que as cobranças em relação ao prejuízo de drogas perdidas não eram executadas quando ocorriam por conta da rotina do trabalho, apenas nos casos de irresponsabilidade pessoal, assim como ocorria com as armas.

Mas aí vem prejuízo também, de vez em quando eles (os policiais) queima, quando eles não quer perder o tempo deles na delegacia. Aí o patrão falava que quando era polícia ele não cobrava. (José, 18 anos)

Caso o vapor (vendedor varejista da boca de fumo) não pague o derrame, aí tem um desembolo (desenrolar um conflito). Depende, se ele não pagar a gente vai querer saber o que aconteceu: se ele perdeu a droga, se ele usou ou se alguém roubou. Ele tem que dar conta do desembolo dele, tem que falar a real, o que aconteceu (...) se ele perder pra polícia, ele não precisa pagar. Agora, vamos supor, se ele perder, se ele entocar a droga dele em algum lugar, aí ele vai lá e esquece o lugar que ele entocou, aí é mole do cara. Né? Aí tem que pagar. (Antônio, 19 anos)

Durante as entrevistas, conseguimos identificar cinco cargos citados pelos jovens na estrutura do tráfico onde atuavam. O “esquema” é hierárquico e piramidal: em primeiro vinha o lugar do patrão, depois a atividade de gerente, vapor, aviãozinho e atividade (olheiros) respectivamente. A estrutura é mais flexível e dinâmica do que a organização mencionada por Dowdney (2003, p. 49-53) em seu estudo sobre crianças no tráfico do Rio de Janeiro. A função de soldado, destacada pelo autor, não apareceu em nenhum relato das entrevistas dos jovens mineiros. Era inexistente esse personagem como segurança armado, o qual recebe um salário fixo mensal para defender o comércio de entorpecentes. Entretanto, essa atividade era compartilhada pelos integrantes que exerciam as diferentes funções, sendo que a efetividade de uma ação de defesa ordenada pelo patrão pode servir de subterfúgio para galgar uma promoção.

(Era vendedor autônomo – comprava no dinheiro para venda isolada) Mas se estourasse guerra lá, era pra eu tá lá, fechado com os cara, dar tiro, matar ou morrer. (Luiz, 18 anos)

(Vendedor autônomo) Não tinha patente, porque eu num seguia escala de comando. A droga que eu pegava, pagava no dinheiro e mexia pra mim mesmo. Aí eu podia trabalhar na droga da forma que eu quisesse. (Leonardo, 19 anos)

Igualmente, como é de praxe nas empresas formais, a progressão não é rígida e independe da competência para o cargo; mas de relações de amizade por anos com colegas e amigos. Também era levado em consideração a rede de contatos e as habilidades do adolescente que, em certo momento poderia estar na posição de gerência. Muitos, sem habilidades nas relações, precisavam demonstrar confiabilidade e talento para exercer a função. Luiz e Leonardo atuavam como vendedores autônomos. Não precisavam seguir as ordens diárias. Mantinham parceria com os gerentes para vigiar os pontos de comercialização e de defesa, caso fosse preciso. No entanto, mesmo para os que

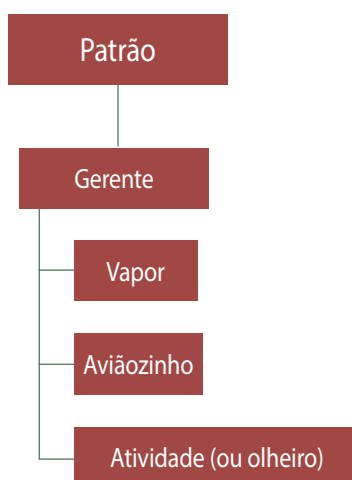
atuavam dentro da hierarquia, no geral as atividades eram flexíveis e um integrante podia exercer mais de uma função. O vapor costumava fazer a “dolagem” (empacotamento das drogas) e o gerente também podia vender: “Cada boca tem sua regra” (Pedro, 17 anos).

A maioria dos entrevistados atuava nas vendas varejistas como vapor. Muitos operavam no “cargo de gerente”, sendo poucos os que casavam essa função com as vendas no varejo - em geral nos tempos de ócio, buscando complementar a renda. Para os entrevistados, o organograma terminava no patrão. Desconheciam o funcionamento e o arcabouço atacadista. A maioria sabia apenas que os traficantes (os patrões) tinham os contatos para armas e a garantia das drogas e que os materiais chegavam de fora: das facções. Inclusive, não percebemos nenhuma associação dos adolescentes entrevistados com as denominadas organizações criminosas.

Comecei com aviãozinho, depois passei pra vapor. Os mais baixo é os atividade, que fica gritando lá. Eu não entrei assim não. Quando os polícia vem, aí os atividade grita: Sopa! Isso aí é o mais baixo de todos. Depois vem o aviãozinho, que é entregar as carga. Depois do aviãozinho passa pra pista, que é pra vender a droga, que é o vapor. Depois tem a gerência. Ali você tem que gerenciar né, as droga, os trem tudo. Acima é os paizão, os paizão mesmo, os patrão tudo. (Francisco, 17 anos)

Tal como no mercado formal, as habilidades pessoais também são importantes e aproveitadas no tráfico. Conforme explanado pelos entrevistados, abaixo do patrão está o gerente, o qual cuida da contabilidade financeira e da intermediação do dinheiro e o material entre patrão e equipe. Os adolescentes que afirmaram que já foram “vapor” ou cargos inferiores, angariavam a gerência da biqueira por conquistar a confiança do patrão e por suas habilidades com os números. Durante as entrevistas, os adolescentes faziam diversos cálculos matemáticos para saber o custo e o prejuízo das operações com o tráfico. Ação aparentemente fácil e feita com certa rapidez e certeza para não facilitar para os donos da boca. A figura e as explicações a seguir, revelam em certa medida o que os entrevistados destacaram como importante:

FIGURA 06 – ORGANOGRAMA DO TRÁFICO



Patrão: cargo superior autônomo que comanda uma região específica, com diferentes biqueiras (pontos de venda). Pode morar ou não na localidade. É responsável pela aquisição de drogas, armas e todos os materiais necessários para o trabalho. Detentor da palavra final nas decisões do comércio e na relação com a comunidade. Normalmente não tem contato direto com os profissionais atuantes nas bocas de fumo. Posto aparentemente ocupado por pessoas mais velhas que o público desse estudo – nenhum entrevistado ocupava essa função. Todos jovens disseram que “patrão” era entendido como um cargo exercido por homens. Em alguns casos o patrão estava preso ou já tinha sido preso, mantendo o comando mesmo na cadeia. De acordo com os adolescentes entrevistados não é raro que exista uma divisão de tarefas em chefias diferenciadas no intuito da organização e desenvolvimento do tráfico. A narrativa a seguir revela a “divisão” da gerência e dos atores que administravam o processo:

É dois patrão que tinha, dois mano, só que um tava preso e um tava solto. Aí, através do que tava preso, mandava a droga pro irmão dele, que tava solto. Quando chegava, ele contava a droga e falava comigo (gerente): Zé, tem tanto de droga aí, você vê o que que vai trabalhar e passa pros cara. Aí, eu contava tudo certo que tinha, passava tudo certo pra ele e pros guerreiro vender. Patrão é o cara que manda na favela. O dono da favela. Todas as ordens vêm dele. Todas ordens que ele vai dar passa por mim (gerente) e eu passo pros demais. Vamos supor que ele fala: Tá rolando isso e isso na quebrada (região) e eu não tô agradando, dá ideia na rapaziada. Aí, eu falo com os cara: Zé, o cara de óculos (o patrão) mandou falar isso e isso e isso e mandou falar que não tá agradando. Aí, o cara

fala comigo, porque nós têm que tomar alguma decisão. Isso aí vai descendo os carinhas (a hierarquia). Mas o cara, que é o cara de óculos (o patrão), nunca vai colocar a cara dele. Ele é o cara que tem o contato de tudo que você precisar: de arma, droga e munição (Antônio, 19 anos)

Gerente: detém a função de contato direto com o patrão, recebe os materiais adquiridos pelo mesmo e distribui a carga conforme suas orientações, gerenciando o estoque entregue e as finanças de pagamentos, prejuízos e lucros diários. Pode receber salário fixo ou comissionado. É ele também quem faz a interlocução entre o patrão e a equipe. Como previamente citado, eventualmente, alguns gerentes também exercem, paralelamente, a atividade de vendas por interesse nas comissões.

Eu era gerente, pegava a droga e passava pra todo mundo. O gerente é o que tem mais comunicação com o patrão. O que vai no patrão, o que pega a carga, a droga com o patrão, que recolhe o dinheiro todo e leva pro patrão. Eu passava recolhendo e vendia também. Ficava na esquina sozinho lá e os menino (que atuavam como vapor) ficava em outro lugar. (Como gerente recebia salário fixo?) Era fixo, eu ganhava o meu que era pro dia, 100 real por dia, só de eu passar (a droga). Aí, dependendo do dia eu pegava mais (com as vendas). Eu pegava o meu e a mais - fazia minha carga (Pedro, 17 anos)

Gerente gerencia a droga, o dinheiro, a contabilidade do crime, e manda tudo pro cara (o patrão) (...) Distribuía as droga. Por exemplo, o gerente te dava 50 dola (trouxinhas de entorpecentes), aí cê vendeu vinte. Ele anotava que cê vendeu vinte, o preço que cê vendeu e quantos que ele te entregou. Aí, cê entregava o dinheiro e ele também anotava qual o valor que cê entregou ele (Miguel, 18 anos)

Vapor: responsável pela venda direta aos clientes das bocas de fumo, lucra por comissão e recebe comandos diretos do gerente. No geral, é um cargo exercido por jovens dispostos a atuar nos casos de defesa dos negócios. Esse, inclusive, era o cargo proeminente no grupo entrevistado.

(Atuava como vapor) Eu ficava na biqueira e as drogas ficavam escondidas no meio do mato. Aí, os caras chegava lá, nós corria e entregava eles. Chegavam de a pé, de carro (...). Tinha dias com muito movimento; outros eram mais parados. Eram pessoas de toda classe social. Tinha pessoas que usavam crack, que chegavam lá toda hora. Colega meu já chegou a pegar computador. O cara foi na casa dele, tirou o computador da casa dele e levou o computador lá. O cara deu ele quatro papelzinho de pedra. (Miguel, 18 anos)

Eu ficava vendendo droga. Comecei como aviãozinho. (Mora em Ibirité, mas atua em uma comunidade de BH, pra não correr o risco de se envolver com quem matou seu irmão. O caso ainda é investigado e os autores não foram identificados). (Francisco, 17 anos)

Aviãozinho: atores responsáveis pela guarda e realização de movimentações do trânsito local da droga a pedido do gerente ou do vapor. Podem ter um rendimento fixo ou receber por entrega realizada. A função normalmente é designada a pessoas que não chamarão a atenção da polícia, como mulheres, usuários de drogas, crianças, pessoas religiosas, conhecidos e moradores antigos da região. Em geral, essas pessoas escapam do padrão da clientela da polícia. É notório que, propositalmente, eles jogam com a prática policial e trabalham com “pessoas discretas” na clara tentativa em “enganar” a polícia. Para isso conseguem apoio das crianças, de outros adolescentes, mulheres, pessoas idosas e usuários de drogas que acabam por participar nas atividades de “aviãozinhos” e “atividade”.

O gerente tem o aviãozinho dele, que fica lá guardando a droga pra ele, depois ele pega. Porque o patrão entrega na mão do gerente, pro gerente guardar; mas só que ele tem medo dos homi (os policiais) pegar na mão dele. Aí ele deixa na mão do aviãozinho, pra ele entocar (esconder) lá. Aviãozinho (...) se pegarem você com muita droga é um prejuízo, se os homi (os policiais) vim atrás de você, tem que correr de qualquer jeito. Mesmo se eles atirar em você, perto de você. Você tem que continuar correndo! Às vezes você acha um noiado (drogado) na rua e ele vai e faz um aviãozinho pra você, na hora que você precisa. (João, 17 anos)

Eles (o patrão e o gerente) deixava pessoas que é mulheres e veado (termo pejorativo para homossexuais, transgêneros...), que a polícia não pega. Não para direito. Nós é mais assim, tem a característica de homem, os polícia para mais nós assim, por causa da roupa que a gente anda. Aí, a gente procura mais pessoa dichavada (melhorada). Assim, mulher, e veado fazem corre de várias armas na mochila, passam na frente de polícia e nada de ser parado. (José, 18 anos)

Atividade (ou olheiro): ficam em pontos estratégicos das regiões de atuação e informam à equipe a chegada de policiais ou grupos rivais. Para isso, utilizam rádio, foguetes ou outros meios de contato, como mensagens por celular e pipas no ar. Para não chamar a atenção da polícia, é costume a escolha de dependentes químicos de confiança para o cargo.

Não comecei como atividade porque se você deixar passar (não informar a chegada da polícia), você morre. Às vezes, cê acha um noiado, paga pouco e ele fica lá pra você; mas fica assim, no beco, lá. Aí, eu dava um dinheiro a mais pro cara, porque querendo ou não o cara tinha que comprar

alguma coisa pra vestir, alguma coisa pra ele comer. Ele tava morando na rua, aí eu dava pra ajudar. Normalmente era morador de rua, viciado. Ele consegue ter o alerta pra polícia, porque a polícia não para ele pra dar rock (batida); mas se eles ver nós bem vestido lá na hora, é claro que vai parar nós. Vai perguntar o que nós tamo arrumando aí, no meio do mato, mas o noiado não, se os homi tiver perto de um viciado, eles não vai parar, porque ele tá ali, usando a droga dele. (E como ele informa que a polícia chegou?) Pelo rádio. (E se não informar?) Pode morrer, mas é raro acontecer. Porque a polícia quando vem, passa devagar, passa olhando assim, vendo as coisas. (João, 17 anos)

Meu papel era vender, era vapor. Aí, quando nós tava de guerra, só colocava nego de atividade (na região). Nós ficava num outro lado, só que vendendo armado, se vinha polícia, eles falavam: polícia tá descendo rua tal. Ia gente lá comprar droga e eles falava: tem um cara estranho indo aí comprar droga. Aí, a gente ficava mais atento. (José, 18 anos)

Antônio, um dos que atuavam na gerência do tráfico, compartilhou um pouco do funcionamento do fluxo da sua unidade de comércio de entorpecentes. Consoante as suas palavras, “o patrão pega a carga pelo menor valor do grupo e determina como o gerente irá distribuir o material”. O gerente, é claro, “ganha um valor” ao repassar a mercadoria à “equipe de vendas” e lembra que alguns jovens recebiam um valor fixo na gerência. Os que atuavam como “vapor”, embalavam as frações recebidas e estipulavam os seus preços para a venda conforme a “estratégia pessoal de movimentação”. O adolescente envolvido com a traficância acaba por ganhar pelo “volume de vendas”, com preços mais competitivos ou efetuando vendas maiores e inflacionadas para determinados usuários.

Por exemplo, o patrão, que tem os contatos, fala: vou pegar 10 quilo de maconha e quero que você põe 5 aí na pista pra vender e deixa 5 guardado pra vender no quilo. Eu vou fazer o que o cara falou, vou pegar 5, vou picar e vou jogar na pista, na mão dos guerreiro. E os cara vai desembolar a droga e vai me passar certinho, e me falar: Zé, fiz isso, isso e isso. Vamos supor que cada quilo saia a 800 reais, era preço muito barato pra ele (o patrão), ele me passava a 1.200 e eu passava pros cara (vapor) a 1.500. Quando eu conseguisse vender 3 quilos, 900 real já era meu. Vai do guerreiro, o que ele vai trabalhar no movimento dele, vamo supor que eu já passo a droga pra ele picada e contada, quem vai fazer a distribuição, quem vai fazer o “dolamento” é o cara, o cara que vai vender na pista. O cara que tá lá pista, ele que vai preparar a droga dele, vender a droga dele do jeito que char que vai dar mais lucro. Ele escolhe: ou tem mais lucro e menos curió (clientes usuários) ou mais curió e menos lucro. Vai com do cara. (Antônio, 19 anos)

Apesar da autonomia para o preço da mercadoria, os jovens que atuavam como vapor tinham um prazo para a venda do material e repasse do dinheiro arrecadado e não podiam deixar as bocas de fumo ao relento. Alguns usuários têm o contato direto do gerente e até do patrão e fazem a reclamação quando não encontram o vendedor no ponto de venda. Para que a droga não estrague e acarrete prejuízo aos negócios, a equipe precisa ter comprometimento e vendedores são cobrados por renderem menos do que outros no mesmo ponto de clientela.

Tem que ter responsabilidade, uma semana chegou mercadoria, na outra semana já tá chegando outra. Vai chegando e não pode acumular. Vamos supor, tá eu e você aqui vendendo uma droga, eu já vendi a minha e já tô na segunda bomba - fala bomba que é a carga que os cara pega. Eu já vendi minha primeira e vou entrar na segunda. O cara (o patrão) vai querer saber porque que eu tô vendendo mais que você, sendo que a biqueira é a mesma. Não bate a lógica. Vai chegando mercadoria nova, encalhando a velha e acumula droga, estraga, perde. Perde, dependendo da droga perde. Igual, se nós pegar 10 quilo de maconha, 5 nós enterra, assim que enterrou a droga, no máximo 4 ou 5 dia tem que tá com ela praticamente toda vendida, se não dá muito desperdício. (Antônio, 19 anos)

Bons comerciantes, os quais tomam cuidado e pagam em dia, conseguem descontos nas transações, porque fazem com que o giro do estoque não encalhe e garantem o pagamento para os distribuidores que comercializam direto com o patrão. O patrão, conseqüentemente, também pode receber esses benefícios com seus contatos, ao cumprir o mesmo fluxo de responsabilidade.

Eu e o patrão pega a droga na conexão, depende de mim mandar o dinheiro pra ele, pra ele quitar o cara (o que vendeu para o patrão), pro cara mandar mais mercadoria. Quanto mais responsável for, mais barato vai pegando a droga, mais lucro vai ter. Vamo supor que você comece hoje, a droga vai sair pra você com o preço X. Vamo supor, 25 de pó, o cara vai te vender a 800 reais, se toda vez você for pegando 800, 800, umas 4 vez direto, que você tá só pegando droga com nós, o cara fala assim: o cara é responsa, paga, quita certinho, vamo dá um desconto pra ele. Depois o cara vai falar assim: vi que você tá certinho aí, vi que você tá daquele naipe (excelente) com nós. Vou te passa a droga agora a 700. E assim a tendencia é abaixar até o cara ter um preço padrão, que nós não vai sair no prejuízo; mas vai tá ganhando lucro também." (Antônio, 19 anos)

Miguel revelou que no seu ponto de vendas a mercadoria que mais saía era o crack e a cocaína. Essa questão seguiu o que revelou as pesquisas e os relatos de pessoas que conseguiram navegar na trama do tráfico (Soares *et al*, 2005; Zaccone, 2004, 2007; Dowdney, 2003, 2005). Miguel disse

que possuía clientes de várias regiões, tanto no interior como fora do bairro. Mesmo comercializando ele não deixava de comentar o mal que o crack fazia ao corpo do cliente. Todavia, “não adiantava aconselhar” e muitos conhecidos acabaram por utilizar a droga.

O que mais vendia era pedra (crack) e cocaína. A metade do bairro era usuário de pó ou de pedra. Maconha saía pouco. Tínhamos clientes do bairro e fora do bairro. Os da rua mesmo pegam mais pó e maconha. Os outros pegavam mais pedra. Tinha gente que você falava: não usa pedra não. Mas ia lá, buscava uma pedra e voltava ainda. (Miguel, 18 anos)

Os adolescentes que atuavam no comércio das drogas, por serem da região, configuraram elos com a comunidade desde a infância e buscavam respeitar os moradores; não apenas pelas relações de confiança em anos; mas também porque a vizinhança pode atuar como proteção em caso de necessidade. Segundo Antônio as decisões do patrão também perpassam a política da “boa vizinhança”. Os moradores deviam ser respeitados e ouvidos quando algo os desagradasse, como o uso de drogas na frente de crianças, uma ação condenável no código de ética dos grupos atuantes. O que nos chamou a atenção é que, apesar do elo com a comunidade eles falavam como se os moradores fossem apenas os terceiros, os trabalhadores. Raramente eles se incluíam nessa condição.

Quando avaliamos a aplicação do dinheiro obtido na criminalidade percebemos que a lógica do modelo machista e patriarcal na ação dos jovens infratores. Em geral, eles incorporavam em casa a figura masculina, “o macho” da casa sempre presente nas famílias da região onde moravam. A questão é tão certa que o número de mulheres no tráfico, a despeito do aumento nos últimos anos, é irrisório (Athaíde, C.; Bill, MV, 2007; Barros, 2020). Contudo, os adolescentes entrevistados relataram a dificuldade para tomar frente no protagonismo da renda familiar e prestar o apoio as suas mães e irmãs. Reagiram não apenas pelo hedonismo presente na faixa-etária, mas também, porque, no geral, os jovens contam que muitos componentes da família “rejeitavam” o dinheiro proveniente do tráfico. Aos olhos do senso comum, tudo pode parecer uma questão de mercado, de compra e venda ou de relações de trabalho atípicas e ilegais. Contudo, o tráfico a varejo é perigoso e apesar de trabalharem com poucas quantidades na venda e na entrega aos usuários, os adolescentes passavam a ter comportamentos agressivos, violentos e cruéis. No entanto, para Zaccone (2004), tais adolescentes não passam de pessoas pobres, vulneráveis socialmente e politicamente. São “acionistas do nada”, verdadeiros indivíduos que, presos no desconhecimento e na cegueira das relações de poder, potencializam uma atividade que é largamente seletiva e condenatória no direito penal (Batista, 2003, Zaccone, 2004, 2007). No quadro 6, a seguir, temos como os jovens entrevistados empregavam o dinheiro proveniente do tráfico:

QUADRO 6 – APLICAÇÃO DO DINHEIRO ANGARIADO COM A CRIMINALIDADE

Jovens acautelados	Aplicação do dinheiro angariado com a criminalidade
João	Compras para a casa, aluguel, drogas, vestimentas e mulheres
Pedro	Vestimentas, festas, drogas e compras para casa.
Paulo	Drogas, bebidas, vestimentas, correntes de prata e festas
Rodrigo	Vestimentas, drogas e moto
Antônio	Mulher, festas, drogas e arma
Rafael	Festas, drogas, mulher e arma
Miguel	Festas, drogas e arma
José	Arma, drogas, festas, correntes de prata e moto
Francisco	Arma carro e drogas
Vitor	Vestimentas, drogas, mulheres e compras para casa.
Leandro	Vestimentas, festas, drogas, moto e compras para casa.
Luiz	Vestimentas, moto, drogas, carro e uma casa
Leonardo	Festas, drogas e vestimentas

Os três jovens que conseguiram destinar parte do dinheiro para as compras de casa costumavam alegar para as mães que haviam conquistado o montante por meio de trabalho temporário. A maioria dos entrevistados se mostraram preocupados com a família:

Comprava alimento pra dentro de casa, umas roupas pra nós usar, pro meu irmão, minha irmã. Nós colocava coisa dentro de casa pra alimentar (E sua mãe perguntava de onde vinha o dinheiro?) Perguntava, falava que nós trabalhava na rua mesmo, ajudando os outros. (João, 17 anos)

Comprava alimento lá pra casa, meu pai tava viajando na época. Tudo que tava faltando, que minha mãe pedia, eu comprava; mas sobrava mais para mim. Minha mãe perguntava sobre o dinheiro; mas eu falava que tava pegando uns bicos (trabalhos esporádicos) na rua. Falava que tava trabalhando, sempre escondia por causa da necessidade. (Pedro, 17 anos)

Mesmo tendo a responsabilidade com a família, Pedro deixou claro em sua fala que a maior parte da verba é destinada para a aquisição de itens para consumo próprio. E também João, assim como todos os entrevistados, não colocavam as aquisições mais supérfluas de lado. O gasto, no geral, era destinado às festas, camisas, tênis e calças de marca, armas, drogas, correntes de prata, carros e motos - comumente comprados com receptadores de furto e/ou roubo. Nos dias de hoje o sentido

da vida pode facilmente ser encontrado na própria existência confundindo a busca do prazer e a realização de desejos por meio do consumo, com a noção de felicidade, que, dentro dessa lógica, é uma “grife” (Rolim, 2006).

O valor também era investido na conquista de mulheres. Algumas meninas conseguiam usufruir do dinheiro do tráfico, sem se comprometerem afetivamente com os entrevistados.

Com mulher eu gastei um bucado (quantidade) também, mas depois de um tempo eu larguei de ficar com a menina e comecei a seguir minha vida sozinho. Roupa também usava, umas roupas de marca, que custa 100, 150 real. Antes eu comprava roupa pra mulher também, mas depois eu abandonei, porque um cara também tava atrás de mim, querendo me matar. Ele foi preso porque matou um cara lá e agora nós dois tá preso. (João, 17 anos)

Arma, droga, baile funk, correntes roubadas e 1 moto 125 roubada. Mas ela não durou muito tempo. Quando nós ficava sabendo do boato: Policia me parou, eles tá caçando uma moto tal, de modelo e placa tal. A gente sabia que ia dar ruim e abandonava ela. Não tinha cabeça para ajudar em casa (José, 18 anos)

No geral, os jovens e adolescentes entrevistados contavam que o dinheiro “se esvaia”, “sumia” ou “acabava rápido demais” nas compras que faziam para serem inseridos nos grupos afetivos. Somente Luiz, mesmo mantendo consumos extravagantes, conseguiu comprar uma casa com o dinheiro do tráfico. Afirmou que pensou no futuro e em Deus:

Comprei roupa de marca, tudo de marca, moto, carro (...) Tive isso tudo, graças a Deus. Graças ao crime, ne? Comprei minha casa no crime, pensei: Vou ter que comprar uma casa aqui, quando que eu sair do crime eu tenho ela, posso vender (...). (Luiz, 18 anos)

Eu tive uma arma que eu comprei com o dinheiro do tráfico, só isso. O menino que ficava com ela perdeu ela para a polícia. Aí eu não tenho mais nada. (Miguel, 18 anos)

Do jeito que vem rápido (o dinheiro com o tráfico), ele vai mais rápido ainda. Porque é um dinheiro que vem de uma coisa que não presta. Aí, pra mim, do jeito que vem, vai mais rápido ainda. Você faz é mais de 2 mil real por dia com a droga e, por dia, você gasta mais de 2 mil real. (Pedro, 17 anos)

Os entrevistados destinavam parte do montante arrecadado no tráfico para a compra de drogas. Apesar de perceberem a política de criminalização e não a médico-sanitária, normalmente aplicada à classe média ou superior, todos eles declararam dependência química. A idade média

para o início do uso de drogas foi de 12 anos e 5 meses. O tabaco (o cigarro) e a maconha eram as principais drogas de início do ritual de uso. A maioria dos adolescentes começou pela maconha, cerca de metade deles apontaram para o cigarro e a minoria se rendeu ao álcool. Paulo novamente se apresentou como o mais prematuro nesse quesito:

Cigarro eu usei com 7 anos. A maconha eu fumei com uns 9. Cerveja e cheirar (cocaína) foi já com meus 12 anos. (Mas não tem uma regra na comunidade que você não pode usar droga na frente de criança?) É, tinha, só que eu fumava de manhã, antes de eu sair para a escola. Tinha um amigo meu que todo dia eu passava perto da casa dele, todo dia ele tava na porta da casa dele fumando, e ele deixava eu fumar. (Mas as pessoas viam isso e não se importavam?) Era de manhãzinha, tinha quase ninguém na rua.” (Paulo, 13 anos)

A inserção dos jovens no “mundo das drogas” se deu por meio da influência de “amigos”, “familiares” ou por momentos de angústia e ansiedade profundas. Para os adolescentes, tal como para os adultos, as drogas funcionavam como forma e meio de sair da realidade, como “válvula de escape” ou “tapa-buraco”. Luiz, por exemplo, de forma controversa, iniciou o uso de maconha aos 13 anos, “para esquecer os problemas” advindos da dependência da mãe com o crack.

Eu usava pra esquecer daquele momento do uso de drogas da minha mãe, que estava usando pedra. Eu usava maconha pra esquecer do momento e acabei viciando. Ela parou, graças a Deus.” (Luiz, 18 anos)

O cigarro eu pegava do meu pai, pegava escondido dele. A maconha foi minha irmã, quando eu era pequeno, ela deu pra mim e pro meu irmão que tá preso também. (Pedro, 17 anos)

Comecei o uso da maconha por causa da influência dos meus amigos também. Eu estudava em uma escola que ninguém usava nada, eram mais tranquilos. Depois fui para outra que alguns fumavam maconha, quando eu comecei a fumar. O menino que eu andava muito com ele, que eu considerava um irmão, também fumava muita maconha. Nós começou junto! O meu primo também. Nesse início ele me influenciou (Miguel, 18 anos)

A iniciação no uso das drogas também aparece correlacionada ao começo da atuação no tráfico. Tal como evidenciou outras pesquisas (Zaluar, 1985; Dowdney, 2003; Batista, 2003; Zacccone, 2004, 2007; Barros e Silva, 2022), a maconha é a droga principal nesse sentido. O seu uso é tão comum que os adolescentes e jovens sequer escondiam sua utilização. O uso da droga, dentre várias possibilidades, tornou-se uma forma do jovem tentar se portar como uma pessoa adulta em busca de respeito, reverência e reconhecimento social. Paulo deixou bem claro essa temática: “Eu via os

outros que usava e eu achava graça. Era coisa de adulto. Eu achava legal, tinha respeito” (Paulo, 13 anos). Na realidade, todos os entrevistados usavam algum tipo de droga diariamente. O quadro 7, a seguir, é esclarecedor:

QUADRO 7 – USO DE DROGAS, FREQUÊNCIA E IDADE DE INÍCIO

Jovens	Uso de drogas	Drogas consumidas e frequência do uso	Idade que iniciou	Primeira droga
João	Sim	Tabaco (10/dia) Maconha (2 /dia) Cocaína (2/dia) 12 anos Álcool (finais de semana)	Tabaco (9 anos) Maconha (12 anos) Cocaína (12 anos) Álcool (sem informação)	Tabaco 9 anos
Pedro	Sim	Tabaco (4/dia) Maconha (13/dias) Álcool (finais de semana)	Tabaco (11 anos) Maconha (13 anos) Álcool (15 anos)	Tabaco 11 anos
Paulo	Sim	Tabaco (5/dia) Maconha (2/dia) Álcool (diariamente) Cocaína (Já fez uso)	Tabaco (7 anos) Maconha (9 anos) Álcool (12 anos) Cocaína (12 anos)	Tabaco 7 anos
Rodrigo	Sim	Maconha (diariamente) Tabaco (20/dia) Álcool (diariamente)	Maconha (12 anos) Tabaco (13 anos) Álcool (13 anos)	Maconha 12 anos
Antônio	Sim	Maconha (diariamente) Tabaco (15/dia) Álcool (esporádico)	Maconha (13 anos) Tabaco (14 anos) Álcool (sem informação)	Maconha 13 anos
Rafael	Sim	Tabaco (20/dia) Maconha (diariamente) Cocaína (esporádico) Álcool (finais de semana)	Tabaco (14 anos) Maconha (14 anos) Cocaína (15 anos) Álcool (15 anos)	Tabaco 14 anos
Miguel	Sim	Maconha (8/dia) Tabaco (10/dia) Cocaína (esporádico)	Maconha (15 anos) Tabaco (sem informação) Cocaína (sem informação)	Maconha 15 anos
José	Sim	Maconha (4/dia) Tabaco (4/dia) Álcool (esporádico)	Maconha (13 anos) Tabaco (sem informação) Álcool (sem informação)	Maconha 13 anos

Francisco	Sim	Maconha (diariamente) Álcool (esporádico)	Maconha (15 anos) Álcool (sem informação)	Maconha 15 anos
Vitor	Sim	Maconha (5/dia) Loló (diariamente)	Maconha (12 anos) Loló (14 anos)	Maconha 12 anos
Leandro	Sim	Maconha (constantemente) Tabaco (10/dia) Álcool (constantemente) Cocaína (sem informação) Loló (sem informação) Bala (sem informação)	Maconha (15 anos) Tabaco (16 anos) Álcool (12 anos) Cocaína (sem informação) Loló (sem informação) Bala (sem informação)	Maconha 15 anos
Luiz	Sim	Maconha (diariamente) Bala (diariamente) Doce (diariamente) Loló (diariamente)	Maconha (13 anos) Bala (sem informação) Doce (sem informação) Loló (sem informação)	Maconha 13 anos
Leonardo	Sim	Álcool (esporadicamente) Maconha (diariamente)	Álcool (14 anos) Maconha (15 anos)	Álcool 14 anos

Apesar de não serem majoritárias, outras drogas foram citadas além do álcool, tabaco e maconha: como o “doce”, a “bala”, cocaína e “loló”. O loló é o nome popular do conhecido lança perfume, um item famoso dos antigos carnavais, que foi ganhando novas roupagens com o tempo. Hoje, o entorpecente barato pode ser inalado com diferentes aromas: morango, uva, chiclete, dentre outros. Todos entrevistados disseram que combinavam pelo menos dois tipos de drogas. Leandro é o que apresentava o maior número de combinações (seis): maconha, tabaco, álcool, cocaína, loló e bala. A dependência química por certo interfere na manutenção do trabalho e dos estudos. Alguns jovens, disseram que enfrentaram dificuldades de concentração nas atividades laborais e escolares.

Comecei a chegar muito drogado no serviço. Lá no supermercado tem um depósito. Tinha duas horas de almoço. Eu deitei lá e dormi. Acordei com eles me chamando. Aí eu fiquei lá mais duas semanas e eles me mandaram embora. Não estava conseguindo trabalhar. Estava muito lento, por conta da maconha. (Miguel, 18 anos)

O fato é que os adolescentes - nas possibilidades de sociabilidade - não percebiam o acolhimento e respeito. Ao contrário, comentaram sobre acontecimentos de exclusão, preconceito e indiferença. Muitos deles não se sentiam reconhecidos pela sociedade. Eles afirmaram que eram tratados como desajustados, diferenciados e excluídos. Nas palavras de Soares *et al* (2005, p. 176):

O preconceito provoca invisibilidade na medida em que projeta sobre a pessoa um estigma que a anula, a esmaga e a substitui por uma imagem caricata, que nada tem a ver com ela, mas expressa bem as limitações internas de quem projeta o preconceito. Por isso seria possível dizer que o preconceito fala mais de quem o enuncia ou projeta do que de quem sofre, ainda que, por vezes, sofrê-lo deixa marcas

Soares *et al* (2005) vai mais longe e deixa claro que a invisibilidade rouba a possibilidade de reconhecimento da subjetividade. O reconhecimento é a relação onde o outro não é entendido como coisa, matéria ou mercadoria, mas sim como alteridade, diferença que possui o mesmo direito da existência. É colocar-se no mundo como ator cognoscente com a capacidade de mudar o real e ser modificado conscientemente. De todo modo, não é raro a percepção de comportamentos voltados à busca de aceitação e reconhecimento por parte dos adolescentes e jovens em vulnerabilidade social. Em tempos de sociedade do consumo, a roupa de marca, o boné “da hora” e o dinheiro no bolso para eles não é pouca coisa. Muitas ações negativas e positivas faziam parte do mosaico de interações que os adolescentes se sujeitavam no intuito de possuir reconhecimento e respeito. Alguns chegaram a mencionar que não havia interesse em aparecer. Contudo, a maioria apontou para a importância dessa relação, vejamos:

Na minha quebrada lá todo mundo me reconhece, parece que eles têm é medo de mim. Por causa desse homicídio que aconteceu com a pessoa lá. Na cadeia, toda hora que os cara fala assim: Cê conhece o (e citam o apelido do jovem)? Todo mundo já sabe quem que é. (Rodrigo, 17 anos)

Para o mal, sim. Muita gente olha e fala: Fulano, a vida que ele vive. Aquele cara é perigoso. Não anda com aquele cara. Outras pessoas te olha com outros olhos, com medo, com respeito, sei lá. No crime a pessoa tem que impor respeito. Na vida honesta a pessoa tem que fazer o certo, respeitar todo mundo e viver a vida dela de uma forma que não vai infringir ninguém. Sei lá, acho que o reconhecimento é a fama, do que você quiser. Tem gente que tem muita fama. Tem gente que tem fama de assassino, tem gente que tem fama de prostituta. A sociedade julga as pessoas de muitas formas. (Antônio, 19 anos)

O reconhecimento veio pelo tráfico; mas veio também bem antes, desde a época que eu trabalhava na fazenda. Eu tava sempre passando ali (no bairro) de manhã, vendendo leite

na rua, com meu cavalo. Todo mundo me conhecia por causa disso também. Eles via eu trabalhando desde cedo, brincava comigo, essas coisas assim. Eu novo, em cima de um cavalo, vendendo leite na rua. (José, 18 anos)

Os adolescentes concordaram que a criminalidade traz ou já trouxe prestígio social em meio aos grupos de afeto. O dinheiro arrecadado e o próprio ato transgressor ajudaram no processo de visibilidade:

Acho que o reconhecimento vem pelo dinheiro. Na maioria das vezes que a pessoa possui um cargo alto, não é um cargo social, tipo que ajuda as pessoa, tipo um trabalho voluntário. (Leandro, 19 anos)

Traz sim, *status* (prestígio) e mulheres Tipo o patrão, todo mundo quer ser igual os cara. Quem vê ele passando assim, igual eu me inspirava também, via meu patrão só com roupa de marca, arrumado (...). E falei: O que ele tem eu também quero ter. Mas traz *status* e tristeza. Algumas menina vem também, veem que nós tem dinheiro. (Rodrigo, 17 anos)

Respeito. Tinha uma época aí, quando eu era mais novo, o povo desacreditava da gente, pensava que a gente era bobo. Tá ligado (entende)? Uns já tinha tentado se aproveitar de várias situação. Hoje em dia é diferente, hoje em dia as pessoa pensa duas vezes antes de mexer com a gente. Pessoa vê que você tem coragem, tem disposição de fazer muita coisa, aí a pessoa pensa duas vezes antes de fazer alguma coisa. (Antônio, 17 anos)

Sim, mas paga-se caro por isso. Tipo assim, na hora do início você acha que é top (legal), mas quando vai chegando pro meio você fala: O que eu fui arrumar da minha vida? Por que que eu fui mexer com isso? É o que você pensa. Você se arrepende, mas não é fácil sair depois que você comete (assassinato). (José, 18 anos)

Traz. Demais! Traz moto, qualquer moto que você quiser, você tem. Qualquer coisa que você quiser, você tem. Uns idolatram você, outros rejeitam. Tinha menina que gostava e tinha menina que não gostava. Conheci minha namorada lá no crime, ela não gostava e pedia pra eu sair; mas só que eu enrolava, empurrava com a barriga, falava que ia sair e agora fui preso. (Luiz, 18 anos)

4 - O ESTADO E OS JOVENS

As falas dos entrevistados nos apontam inúmeras ações equivocadas do Estado, mas focaremos aqui nas questões de saúde, educação e a relação com a polícia. Os jovens, quando entram para a medida de internação, comumente chegam sem nenhum acompanhamento médico. No geral, eles só passam a ter acesso real à saúde pública após serem recolhidos pelas instituições corretivas,

principalmente quando se deparam com os profissionais que fazem o acompanhamento da atenção primária dentro das unidades e os encaminhamentos especializados. Eles demonstraram existir certo desinteresse na busca ativa por atendimentos médicos quando estavam em liberdade; mas é preciso entender também o quanto já é custoso esse acesso no Brasil para quem busca e se interessa. Talvez, inclusive, venha daí a falta de empenho: o desinteresse em perder o dia em longas filas para passar por uma triagem, a qual, possivelmente resultará em um atendimento para outro dia.

Importante deixar claro que não estamos falando aqui da falta de comprometimento dos profissionais das unidades de saúde pública, os quais já demonstraram inúmeras vezes o heroísmo ao trabalhar com recursos escassos. Tais trabalhadores operam milagres com os poucos recursos da unidade. Prova disso foram as atividades diuturnas durante a pandemia, quando se empenharam para salvar o máximo de vidas; mesmo diante de toda irresponsabilidade e corrupção governamental. É disso que estamos falando: dos recursos desviados que não chegaram e da sobrecarga de trabalho que adocece. E por mais que os profissionais se esforçassem ao máximo, dificilmente conseguiriam fazer o melhor dos atendimentos. O que dizer das ações de mobilização para a conscientização e acolhida do público juvenil desinteressado, os quais sequer são considerados como grupo de risco? Quando em liberdade, os jovens passavam somente pelo atendimento de urgência. José sentou na cadeira de um dentista pela primeira vez aos 18 anos, após ser recolhido na medida de internação.

Nesse sentido, como a saúde, a educação foi igualmente desconsiderada como política pública para esses jovens. É unânime entre eles as reclamações referentes às limitações e comportamentos que atrasaram ou os levaram a evasão escolar. Eles eram alfabetizados; mas dois tinham restrições com leitura e escrita. Para alguns jovens, a pandemia foi um ponto determinante para a evasão escolar, dado que prevaleciam nas relações escolares elos fragilizados, bem como dificuldades no acompanhamento do aprendizado remoto. O quadro 8 relaciona os jovens de acordo com as possibilidades abertas no campo da política pública:

QUADRO 8 – USO DE DROGAS, FREQUÊNCIA E IDADE DE INÍCIO

Jovens	Sabe ler e escrever?	Quando apreendido, estava frequentando a escola?	Série matriculado na unidade?	Idade	Abandono antes ou depois dos atos infracionais	Qualidade da relação com professores e alunos
João	Com limitações	Não	8º e 9º Ensino Fundamental	17	Depois	Boa

Pedro	Sim	Não	7º Ensino Funda- mental	17	Antes	Boa
Paulo	Com limita- ções	Não	5º Ensino Funda- mental	13	Depois	Conflituosa
Rodrigo	Sim	Não	1º Ensino Médio	17	Depois	Boa
Antônio	Não	Não	1º Ensino Médio	19	Depois	Conflituosa apenas com a direção
Rafael	Sim	Sim	6º e 7º Ensino Funda- mental	16	Não se aplica	Boa
Miguel	Sim	Não	1º Ensino Médio	18	Depois	Conflituosa
José	Sim	Não	6º e 7º Ensino Funda- mental	18	Depois	Boa
Francisco	Sim	Sim	9º Ensino Funda- mental	17	Depois	Boa
Vitor	Sim	Não	8º e 9º Ensino Funda- mental	17	Depois	Conflituosa
Leandro	Sim	Não	2º Ensino Médio	18	Antes	Conflituosa
Luiz	Sim	Não	7º Ensino Funda- mental	18	Depois	Conflituosa
Leonardo	Sim	Não	2º Ensino Médio	19	Depois	Boa

Dos 12 jovens que haviam abandonado a escola, dez se envolveram primeiramente com os grupos transgressores e depois interromperam os estudos. Apenas dois fizeram o movimento contrário. Pedro diz que começou depois da dependência química e do ócio, provocado pelo desligamento da escola e do trabalho: “Foi em 2019 mesmo que comecei. Eu já fumava os trem já (drogas), quando eu fui sair da escola. Eu trabalhava em uma oficina mecânica, aí eu fui e saí. Comecei a ficar

mais tempo em casa e depois me envolvi. (Pedro, 17 anos). Luiz sofreu a influência do pai para deixar os estudos. Apesar do desejo da continuidade seguiu o caminho mais conveniente: “Meu pai viu que eu não queria mais com os estudos e ele falou pra eu parar. Eu tinha uns 15/14 anos. Já tinha envolvido no crime, mas eles não sabiam (os pais). Eu fingia que ia pro sinal e ia pro crime, pra biqueira”. (Luiz, 18 anos). Apesar de a escola ter sido abandonada pela maioria dos entrevistados, notadamente depois do envolvimento com grupos transgressores, notamos que havia uma fragilidade anterior com as instituições de ensino. Metade dos jovens e adolescentes entrevistados apresentavam relações conflituosas no ambiente escolar. Muitas vezes, o uso de drogas ou outros conflitos não eram mediados no interior das dependências de ensino; mas sim por meio do acionamento policial. José diz que a relação com a escola já estava frágil desde o início do uso da maconha: “Já não estava boa (a relação com a escola). Quando decidi traficar, parei de vez” (José, 18 anos). Quando as relações com os profissionais da escola são conflituosas e não existe o reconhecimento, tampouco o interesse de diretores e professores como ponto de apoio para resolução de conflitos, os jovens acabam por solucionar o problema a seu modo e julgam da forma que acham correto.

Na contramão da fragilidade dos elos escolares, a defasagem escolar possivelmente acaba por atuar como mecanismo justificador da ligação do jovem aos transgressores. Sem grandes possibilidades de relações saudáveis que podem lhes garantir emprego e alguma qualificação, os adolescentes em vulnerabilidade social acabam por ver suas oportunidades reduzidas, principalmente quando se tornam mais velhos e a sociedade lhes cobra a inserção no mercado de trabalho. Aos 18 anos, José ainda estava no ensino fundamental e diz que o atraso no ensino foi um dos determinantes para que ele não rompesse o vínculo com o tráfico de drogas, o qual prometia ganhos expressivos e não exigia qualquer qualificação formal: “Eu ficava pensando também, eu não tava estudando direito. Eu pensava: Nó! Vai ser difícil eu arrumar um emprego, até eu ficar de maior, aí foi o que me levou também (a permanecer no tráfico)” (José, 18 anos). Já nas relações com a polícia, os jovens entrevistados não encontraram apenas a inércia e o abandono do Estado; mas a violência seletiva e cruel apontada por Zaccone (2007). O trabalho repressivo da polícia selecionava seus alvos e focava nos atores que se encaixavam no estereótipo já histórico e aceito socialmente pelos policiais:

A seletividade punitiva, que se expressa através dos processos de criminalização e primária e secundária – quando o Estado escolhe politicamente quais as condutas consideradas como crimes e quais as pessoas que irão responder por essas condutas – revela a operacionalidade real do sistema penal. (Zaccone, 2007, p. 127).

Essa seletividade ganhou reforço nas eleições de 2022, quando o esforço de punição pelo simples encarceramento do público jovem, voltado obviamente somente aos que atendem aos critérios estigmatizantes, virou promessa de campanha de um dos candidatos. Novamente se tornou matéria da mídia a redução da maioria penal para crimes hediondos praticados por jovens de 16 e 17 anos, o endurecimento das penas para crimes violentos e o aumento do encarceramento. Tais discussões sobre a redução da idade penal no Brasil, para Rolim (2006), é “perda de tempo” e até ameaça, pois, “a depender dos resultados dessa experiência, muitas coisas poderão piorar em seu prognóstico” (Rolim, 2006, p. 179).

Não é por acaso que os adolescentes em vulnerabilidade social (pessoas pardos e negros, com baixa renda, reduzida escolaridade e moradores de áreas periféricas) se tornaram há tempos, notadamente no final dos anos 1970 e início de 1980, a clientela privilegiada e alvo das ações violentas do Estado. Jovens brancos, de classes sociais economicamente elevadas, são abordados de forma muito distinta nas ações policiais. Questionados sobre as violências já sofridas, a maioria dos adolescentes em medida socioeducativa mencionou casos com a polícia:

Uma vez eu corri, eles me pegaram e me bateram, outras vezes pegaram eu perto de outros menino. Pegaram a informação e bateram do mesmo jeito. (Pedro, 17 anos)

Só apanhei mesmo de polícia. Foi trágico, muito ruim. Eles me pegou de porrada mesmo! Eu não estava certo, mas fiquei bolado (aborrecido). (Paulo, 13 anos)

De gangue não só (apanhou) de polícia mesmo. Quando a polícia pegava nós, muitas das vezes gostava de fazer covardia, como sempre. Fazia porque a gente ficava aprontando, fazendo coisa errada. Eu achava que era certo ficar fugindo da escola. (Antônio, 19 anos)

Eu fui só desgastando (antes da privação), usando droga demais, fumando cigarro, bebendo, usando droga, ficando sendo visto aí na rua e apanhando da polícia. Nossa! Eu apanhei demais! (Pedro, 17 anos)

Eles afirmaram que não existia com a polícia somente a violência direcionada, aquela que beira à tortura e a crueldade. Relataram também que sofriam chantagens e extorsões. Alguns policiais usavam da autoridade estatal para exercerem a extorsão, pegar drogas, armas e dinheiro, fazendo ameaças de prisão ou contra a vida.

Já ouvi falar de vários policiais que usavam droga, mas comigo nunca pegaram. Tinha policial que pulava na biqueira, pegava cinco dola de pó e saía andando. Não leva nós pra delegacia. Tem policial que gosta muito dessa droga. (Miguel, 18 anos)

Pegava nós (os policiais) e colocava sacola na nossa cara, essas coisas. Começava a dar soco na barriga. Geralmente eles não leva preso, nós que é menor eles extorque. Depois eles usa pra forjar outras pessoa mais velha, porque eles vai ganhar com isso. Ganha folga, essas coisas (...). Tem uns policiais que tem contato com a criminalidade também” (José, 18 anos)

Eu tava sentado, eles foi e pediu revólver, pegou meu celular e pediu o revólver, falou que se eu não desse revólver eles ia matar eu. Levou eu e começou, levou sacola, enfiou sacola na minha cabeça, pedindo revolver, pedindo pra mim entregar os cara. Isso pra mim, nó, foi muito difícil. Foi Rotam. Sempre quando eles pega assim eles pede revólver. É o que mais tá acontecendo hoje em dia, eles pega e pula na comunidade, pega a gente; não levar preso, pede revolver. E, se você tiver, você dá, ou dinheiro. Você fica solto. Agora, se não tiver, eles te leva. Muitas das vezes forjam para pessoa inocente também. Eles pega um bandido, pega revolver, o bandido dá revolver, fica solto, aí eles pega o revólver e joga em outra pessoa aí. Joga o revólver na pessoa que não tem nada com isso. Também é muito desagradável. Tem vários polícia aí que é bacana. Que é tranquilo, eu conheço; mas tem polícia aí que é ruim». (Francisco, 17 anos)

A rotina dos adolescentes incluía a negociação diária com a polícia, mesmo sabendo que dificilmente teriam voz em um sistema que é excludente. Como dito por Dowdney (2005), os integrantes convivem com a possibilidade e a efetivação do encarceramento e entendem que o risco é inerente à função. Em segundo plano e de forma desproporcionalmente inferior apareceram as violências resultantes das rivalidades no tráfico, “briga” na rua, na escola, na família e com os professores. O quadro a seguir destaca a violência sofrida e a presenciada pelos jovens:

QUADRO 9 - VIOLÊNCIA SOFRIDA E PRESENCIADA

Jovens	Violência Sofrida	Violência presenciada
João	Briga na rua e escola e policial	Policial e violência doméstica
Pedro	Policial	Feminicídio e policial
Paulo	Policial	Rivalidade no tráfico
Rodrigo	Policial	Policial
Antônio	Policial	Cobranças no tráfico
Rafael	Policial	Policial
Miguel	Rivalidade no tráfico	Violência contra a mulher
José	Familiar e policial	Violência doméstica
Francisco	Policial	Policial e Cobranças no tráfico
Vitor	Briga na escola	Rivalidade no tráfico

Leandro	Policial e de professora em creche	Rivalidade no tráfico
Luiz	Policial	Violência doméstica
Leonardo	Policial	Policial

Podemos notar que mesmo diante dessa rotina de violência e extorsão com os policiais militares, na violência presenciada, a metade citou a violência policial. A questão é complexa e os adolescentes já normalizaram ou banalizaram essas ações. Eles também mencionaram que presenciaram violências, tais como a violência doméstica, contra a mulher, entre grupos rivais, resultado de cobranças no tráfico e feminicídio.

Os bandido mesmo lá do bairro, pegando os atividade e batendo neles, na covardia, várias vezes já presenciei. Eles apanhavam porque, na linguagem nossa, dava mole, desrespeitavam morador. Na comunidade morador é em primeiro lugar. Quando usavam droga na frente de criança, várias coisas. (Francisco, 17 anos)

Eu e um amigo meu, nós tava no show da Marília Mendonça, nós tava indo embora e encontrou com uns menino lá, de outra quebrada. Nós brigou com esses menino, era cinco menino, nós brigou e depois eles foi embora. Nós tava na estação do metrô, eles foi e chamou outros menino lá, um bocado de gente. Nós foi e começou a correr, o meu colega ficou pra trás. Eles foi e começou a bater nele, dar pedrada na cara dele. Depois deixou ele jogado lá na linha do metro (Leandro, 18 anos)

Briga entre os meus pais, quando eu tinha 10/11 anos, porque a mãe bebia e o meu pai não concordava. Eles brigavam direto, porque minha mãe bebia e ele queria regenerar minha mãe; mas ele não sabia que aquele modo era errado (com violência), achava que tava certo. Os dois brigava, porque minha mãe também não deita, não deixava barato. (Luiz, 18 anos)

Minha irmã, o namorado dela batia nela. Eu já avancei nele também. Ele matou a minha irmã, ela tinha 20 anos. Foi há 6 anos atrás. Foi preso. Ele pegou 14 anos, matou ela com tiro nas costas, pegou na cabeça, só que veio nas costas. Tava com a minha sobrinha de dois anos no colo ainda. Ela morava com a gente, minha mãe tava em casa, eu vi minha irmã sendo assassinada. Eu tinha 10 anos e meu irmão 13. (Pedro, 17 anos)

5 – PONTOS DE MOTIVAÇÃO PARA OS ATOS DELINQUENTES

Questionados sobre como foram levados aos atos ilícitos os jovens descreveram pessoas, amigos, familiares em meio a desejos e necessidades. Eles compartilharam que precisavam do dinheiro para comprar as mercadorias desejadas, para sanar as necessidades dentro de casa, para “vingar o assassinato” de familiares (provocado pela criminalidade), influência do meio, de amigos,

colegas e familiares, por dependência química, segurança e sentimento de vingança e revolta. O quadro a seguir é revelador:

QUADRO 14 – MOTIVAÇÃO PARA OS ATOS ILÍCITOS

Jovens acautelados	O que acredita que o levou aos atos ilícitos?
João	Necessidades dentro de casa
Pedro	Vingar a morte da irmã e as amizades
Paulo	Influência do meio, por gosto e dinheiro para comprar os pertences desejados
Rodrigo	Dinheiro para comprar os pertences desejados
Antônio	Dinheiro para comprar os pertences desejados e vingar a morte do pai
Rafael	Por gosto
Miguel	Influência do primo e colegas
José	Influência de colegas de infância e da escola
Francisco	Vingar a morte do irmão
Vitor	Influência do irmão e dinheiro para comprar os pertences desejados
Leandro	Dinheiro para comprar os pertences desejados e segurança
Luiz	A droga e a revolta
Leonardo	Dinheiro para comprar os pertences desejados

Não foi a minoria que afirmou que desejava o que alguns conhecidos possuíam, como camisas de marca, “coisas caras”, tênis e, em outro aspecto, respeito e reconhecimento. O desejo despertado não vinha sem a culpa, pois muitos também queriam comida farta na mesa e sossego para as mães e irmãs. Pequena parte entendeu que deveria guardar o dinheiro ou oferecê-lo para a família.

Você vê o cara com roupa de marca, correntinha, boné de R\$400, você tem vontade de comprar um boné de 400 reais. O cara vai, pede a mãe dinheiro e ela não tem condição de dar, aí começa a entrar no mundo do crime. (Leandro, 18 anos)

Eu queria ter um tênis bacana, uma roupa de marca, telefone bom e tal. A gente é ganancioso. Tem vontade de consumir coisa boa. Acho que não é só eu, os outros também. (Leonardo, 19 anos)

Colegas que tipo cresceram comigo ali, estudaram na mesma classe que eu. Foi mais isso também. No dia eu tava nervoso com meu pai também, quando teve a nossa briga. Depois, meu pai quando eu tava na rua me dava conselho e eu nem olhava pra cara dele. Foi mais isso aí. (José, 18 anos)

A pesquisa revelou que os adolescentes desejavam a inclusão no mercado em tempos de “sociedade do consumo”. Bom frisar que objetos, camisas de marca, tênis do ano, ainda produzem respeito, reconhecimento e visibilidade. Nas palavras de Rodrigo: “o que eu queria era dinheiro mesmo. Pra comprar roupa, pra trazer *status*. (Rodrigo, 17 anos). A simbologia da busca pela ostentação marca a pele da maioria dos jovens. A influência do meio, de amigos, colegas e familiares favoreceu a inserção do adolescente no tráfico. A pesquisa revelou que o valor alcançado em uma semana nesse mercado do varejo do tráfico é muito mais rápido e maior do que o resultado do trabalho formal. O senso comum pode chamá-los de vagabundos ou pessoas que não desejam trabalhar. De todo modo não podemos desconsiderar o fato de que o “correr” pelo dinheiro não é somente pelas drogas e mercado de consumo, mas também para sustento das famílias.

Um dia me falaram: Você num quer pegar maconha para vender para mim? A minha resposta foi sim. A primeira foi 15 dola (trouxinhas de entorpecentes), depois peguei 50. Uma vez que eu vendi um quilo para mim só, sem intermédio do patrão. Onde eu achei que podia levantar, pegava um quilo, depois mais meio quilo; só que não. Eu gastei tudo comigo. Um quilo deu R\$1.500 pra mim, fosse para contar, ia dar quatro mil reais; mas eu não vi os quatro mil reais. Gastei tudo antes. Onde eu já fui perdendo o gosto de vender droga e comecei a roubar. Peguei dois 157 (passagens por roubo). No 157 também eu não ganhei muito, onde eu comecei a ficar só na biqueira. Não vendia droga. Ficava só lá com os meninos na biqueira. (Miguel, 18 anos)

A entrevista em destaque, dentre tantas outras, nos mostra um caminho. Caminho contraditório, dado que muitos jovens haviam se revoltado com a criminalidade por conta do assassinato de familiares, mas decidiram que a única forma de vingança pela perda do ente próximo era aderindo ao jogo das violências, uma espiral sempre cruel e que tende a se repetir com violência. O limite, como sabemos é a morte e a continuidade do jogo com outros atores (Soares *et al*, 2005).

A fome e a miséria foram mencionados. Essa necessidade básica dentro de casa provocava culpa nos adolescentes pelo simples fato de existirem na comunidade. Vários declaram se sentirem como “estorvos”, “problemas”, “gente que incomoda” ou “que não deveria existir”. Na escassez do emprego e sem possibilidades de ficarem na escola, devido a temporalidade do tráfico a pesquisa identificou o inconformismo onde a criminalidade se apresentava como alternativa para um futuro “próspero”. A dependência química também intensificou o contato deles com as pessoas envolvidas no mercado a varejo do tráfico. O vício tornou-se necessidade e o adolescente raramente conseguia se livrar do ciclo vicioso de venda e uso. A maioria afirmou que, a despeito da reduzida renda familiar, eles não conseguiriam “sustentar o vício”. A necessidade da droga se somou à revolta

já mencionada, dado que os adolescentes, longe dos responsáveis, têm dificuldade de lidarem com conflitos existenciais e condições de vida inadequáveis. Rumo a visibilidade, pelo menos para um grupo definido em seu território, restou racionalmente a venda de drogas no varejo e a inserção consciente em atos ilícitos.

6 - CONCLUSÃO

Os adolescentes entrevistados cumprindo medidas socioeducativas não deixam de nos revelar sociabilidade complexas, contraditórias e contínuas. Sabemos os limites do ECA e de como a sociedade vem lidando com a guinada adultocêntrica na contemporaneidade. Também não podemos deixar de mencionar o problema da pobreza, da miséria e da desigualdade econômica e social. De alguma maneira tais temáticas perpassam a vida do menor no Centro Socioeducativo em pesquisa e daqueles que ainda não foram capturados pelo sistema. Nessa conclusão chamamos atenção para três pontos que merecem lembrança:

Em primeiro lugar, é claro que os adolescentes se inseriram no tráfico a varejo em busca de dinheiro, status e reconhecimento. Mas também é verdade que tinham a intenção de melhorar as condições sociais da família, notadamente da mãe e das irmãs. Essa relação foi quase unanimidade entre os entrevistados. A maioria se mostrou preocupado com os dias do amanhã das mulheres que se encontravam em casa. Disseram das dificuldades que tiveram na vida e narraram o perigo da criminalidade, notadamente quando perdiam as drogas ou lidavam com a polícia.

Em segundo lugar, é necessário dizer que não existe de fato um posto garantido na organização simplória das “bocas de fumo”. Em geral, os adolescentes se revezavam em aviõezinhos, vapores e olheiros. Lidavam com o “patrão”, o homem endinheirado, dono da boca e que tinha como interseção alguns garotos como gerentes. É ilusória, no caso em tela, pensar em um crime desorganizado que se transformaria em criminalidade organizada na base da experiência, da temporalidade do tráfico e do aumento de pessoas no grupo. Os adolescentes do grupo entrevistado estão longe disso. Não cabem comparações com o que é mostrado nos jornais, nas redes sociais, na internet e em algumas pesquisas. Em hipótese nenhuma eles apareceram como mecanismos sustentáveis do “crime organizado”. A maioria está sempre ansiosa, com medo e desconfiada. Sem falar que são pobres e que abandonaram a escola, apesar das tentativas frustradas de continuidade.

Por último, é preciso dizer sobre o abandono desses adolescentes em plena vida ativa e repleta de energia. Longe do pai e em contato dramático com a mãe, a maioria teve como influência para entrar no tráfico a ação de “amigos”, “colegas”, “adultos” e familiares. A despeito de alguns aparenta-

rem certa estabilidade com casa própria e pais empregados, a influência “para ganhar dinheiro fácil” foi o chamado perfeito. No entanto, o mundo da criminalidade se empenhou a abrigá-los como soldados. Não ao acaso, eles aprenderam a usar armas, saber por onde fugir ou como lidar com policiais que se vendem no arrego. Aparentam ser adultos na troca de olhares ao falarem dessas relações. São resignados, ressentidos e fortes. Mas demonstram a rigidez cognitiva para certos assuntos, o medo em circunstâncias complexas no território e receio constante de tomarem prejuízo dos traficantes que não residem por perto. Finalmente, ainda nesse caso, é preciso dizer sobre as limitações do ECA e das novas configurações da criminalidade à varejo que comporta o uso de técnicas econômicas. Também é preciso afirmar que o Estado continua leviano e ausente no campo das políticas públicas e segue, inclusive historicamente, abandonando e omitindo políticas que certamente diminuiriam ou colocariam fim ao tráfico à varejo.

REFERÊNCIAS

ALVIM, M. R. B. & VALLADARES, L.P. Infância e Sociedade no Brasil: uma análise da literatura. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – BIB**. Rio de Janeiro, ANPOCS, 26, 3-37, 1988.

ATHAYDE, C. e BILL, MV. **Falcão**: mulheres e o tráfico. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2007.

BARCELLOS, Caco. **Abusado**. O dono do morro Dona Marta. Rio de Janeiro - São Paulo: Ed. Record, 2008.

BARROS, Lúcio Alves de. **Educação encarcerada**: estudos sobre mulheres reclusas e estudantes. Curitiba: Ed. CRV, 2020.

BARROS, Lúcio Alves de; SILVA, Dayana Lourdes. **A criança e o adolescente em vulnerabilidade social**. Um longo caminho até o ECA. Revista Asa-Palavra/Faculdade ASA de Brumadinho. Ano XIX, v. I. n. 37, ago./dez. Brumadinho (MG), 2022.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis**: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BECKER, Howard S.. **Outsiders**: Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro, 2008.

BERGER, P. L. e LUCKMANN, T. **A construção da realidade social**. Petrópolis / Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 1996.

BRASIL, **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Diário Oficial da União, Brasília, 2012.

BRASIL. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente. **Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília-DF, 1990.

CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001. 236 p.

DAMATTA, Roberto da. **A casa e a rua**. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1991.

DOWDNEY, Luke. **Crianças no tráfico**: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003

DOWDNEY, Luke. **Nem guerra nem paz**: Comparações internacionais de crianças e jovens em violência armada organizada. Tradução de Ricardo Gomes Quintana. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

GOMIDE, Paula. **Menor Infrator**: A caminho de um novo tempo. 2ª Ed. Curitiba: Editora Juruá, 1998.

PAULA, Liana. Encarceramento de adolescentes: o caso FEBEM. *In*: LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de (Org.). **Segurança Pública e Violência**. O Estado está cumprindo o seu papel? São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

PAULA, Liana. **Liberdade assistida**: punição e cidadania na cidade de São Paulo. São Paulo. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da USP – FFLCH/USP, 2011.

PAULA, Liana de. Justiça Juvenil. *In*: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo. G. (Org.). **Crime, Polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2014.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da Rainha Vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. *In*: COSTA, A. e BRUSCHINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Ed. Rosa dos Tempos, 1992

SILVA, Dayana Lourdes; BARROS, Lúcio Alves de. Documento. **Entrevistas com adolescentes sentenciados em um Centro Socioeducativo na Região Metropolitana de Minas Gerais (RM-MG)**. Belo Horizonte, 2022.

SOARES, Luiz Eduardo *et al.* **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2005.

SOUZA, Jessé. **Os Batalhadores Brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

ZACCONE, Orlando. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de droga**. – Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2007.

ZACCONE, Orlando. **Sistema penal e seletividade punitiva no tráfico de drogas ilícitas Discursos Sediciosos**. Crime, Direito e Sociedade, ano 09, número 14, 1º e 2º semestre de 2004.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro, Ed UFRJ, 1994.

ZALUAR, Alba. Violência e juventude: uma perspectiva antropológica. In: FRAGA, F. C. et al. **Dez olhares sobre**: Juventude e cultura. Belo Horizonte: Ed. Secretaria da Juventude (MG), SEDESE, UNESCO, UNICEF, 2011.

PENSANDO A RESPONSABILIDADE CIVIL DA TÜV SÜD BRASIL (TSB), ENTRE OUTRAS, A PARTIR DOS TRIBUNAIS (2019-2024) I

Ana Paula dos Santos Assis²

Alexandre Torido Brandão³

Huener Silva Gonçalves⁴

RESUMO

Este texto visa estudar a responsabilidade, ou responsabilidades, atribuídas à empresa alemã TÜV SÜD – mais precisamente a sua filial brasileira, a Tuv Süd Brasil (TSB) – no desastre de Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019. O rompimento da barragem da mina B1, situada no Córrego do Feijão, configura um evento de significativa repercussão regional, nacional e internacional, dada a sua complexidade multidimensional, envolvendo questões ambientais, sociais e indenizatórias. À semelhança da Vale S.A., a TSB se encontra envolvida em processos judiciais, com diversas vítimas ainda sem a devida reparação integral. A investigação se fundamenta no exame de documentação processual oriunda da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Brumadinho (TJMG), assim como documentos e manifestações provenientes da Controladoria-Geral da União (CGU), Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e outras instâncias jurisdicionais. O escopo verificar que elementos fáticos e jurídicos foram mobilizados para pensar as responsabilidades, sobretudo, a civil, por parte de juristas, acusação e, também pela defesa, até no sentido de afastá-las de sua cliente. Ao término, à luz de princípios e teorias da Responsabilidade Civil, articulados com os subsídios extraídos das fontes analisadas, é delineado um perfil jurídico da responsabilidade civil passível de ser imputada à TSB.

Palavras-Chave: Tragédia de Brumadinho; Tuv Süd Brasil; Responsabilidade Civil.

¹ Este trabalho é uma extensão de Assis (2024).

² Bacharel em Direito para Faculdade Asa de Brumadinho.

³ Especialista em Direito em Direito Público pelo Instituto Newton Paiva.

⁴ Doutor em História pela UFMG. Professor do CEFET-MG.

ABSTRACT

This text aims to study the responsibility, or responsibilities, attributed to the German company TÜV SÜD – more precisely its Brazilian subsidiary, Tüv Süd Brasil (TSB) – in the Brumadinho disaster, which occurred on January 25, 2019. The collapse of the B1 mine dam, located in Córrego do Feijão, was an event with significant regional, national, and international repercussions, given its multidimensional complexity, involving environmental, social, and compensation issues. Like Vale S.A., TSB is involved in legal proceedings, with several victims still awaiting full compensation. The investigation is based on the examination of procedural documentation from the 2nd Civil, Criminal, and Criminal Enforcement Court of the District of Brumadinho (TJMG), as well as documents and statements from the Office of the Comptroller General (CGU), the Public Prosecutor's Office of Minas Gerais (MPMG), and other jurisdictional bodies. The scope is to verify what factual and legal elements were mobilized to consider the responsibilities, especially civil liability, on the part of lawyers, the prosecution, and also the defense, even in order to remove them from their client. In conclusion, in light of the principles and theories of civil liability, articulated with the information extracted from the sources analyzed, a legal profile of civil liability that can be attributed to TSB is outlined.

KEYWORDS: Tragedy of Brumadinho; Tüv Süd Brasil; Civil Liability.

INTRODUÇÃO

Passados seis anos do rompimento da barragem B1, da companhia Vale S.A., ocorrida em Brumadinho no dia 25 de janeiro de 2019, a tragédia continua a estar presente no noticiário e em artigos na imprensa. Como em anos anteriores, esses se ocupam de dramas e manifestações particulares e coletivos, rememorados em mais um aniversário do desastre. Foco também é dado aos processos que continuam a tramitar em várias instâncias judiciais, realçando o papel da mineradora, e de outros atores envolvidos, como a Tüv Süd Brasil (TSB). Assis, Brandão e Gonçalves (2024) verificaram que uma das responsabilidades atribuídas à mineradora na tragédia pela opinião pública – representada, principalmente, pela imprensa de circulação geral de Brumadinho – e pelos especialistas – expressa pelos sites jurídicos –, fundamentadas no contexto de processos judiciais, é a civil. Contudo, resta pensar como tal tipo de responsabilidade poderia ser também atribuída à TSB. Sobre a dimensão jurídica, presente especificamente nos tribunais, algumas questões podem ser levantadas: em que estado estão os processos que atribuem a responsabilidade civil à atuação da empresa? Como essa responsabilidade foi caracterizada? Como os fatos levantados nos processos e a doutrina contribuem para caracterizar essa responsabilidade?

Diante dessas indagações, este artigo apreciará brevemente a documentação digital procedente de processos oriundos da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Brumadinho (TJMG), da Controladoria-Geral da União (CGU), do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e de outras instâncias jurídicas, abrangendo o período de 25 de janeiro de 2019 a março de 2024. O esforço articulou as informações sobre a responsabilidade da mineradora, presentes em processos judiciais iniciados em Brumadinho, com a doutrina e a legislação, sugerindo a ampliação dessa imputação para a empresa de consultoria de engenharia. Foram investigadas as avaliações das autoridades responsáveis e a estratégia da defesa para refutar essas acusações. Além disso, abordou-se ações e procedimentos relativos a outras responsabilidades, como as de natureza penal e administrativa, e a linha de defesa adotada para afastá-las. O objetivo é entender como as responsabilidades foram atribuídas e os elementos que sustentaram as alegações contra a empresa auditora.

Por fim, diante do entendimento de que ainda reina uma “zona cinzenta”, ou seja, de indefinição quanto a responsabilidade que cabe aos auditores e à TSB, denunciados em investigações do MPMG, CGU, no funesto evento em tribunais, traçou-se um perfil da responsabilidade civil desses atores, considerando elementos apurados nas aludidas fontes em diálogo com a doutrina da Teoria da Responsabilidade Social.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DA TSB E DE SUA MATRIZ ALEMÃ COMO LUTA POR DIREITOS NO BRASIL E NA ALEMANHA

Em pesquisa desenvolvida com a expressão “TÜV SÜD” como parte em processo no site do PJE TJMG, deparou-se com a documentação de 30 ações cíveis comuns nas quais a empresa era citada como ré. Devido à imprecisão no número de processos, o site JusBrasil registrou a entrada de 58 processos, com a denominação “TUV Sud Sfdk Laboratório de Análise de Produtos LTDA”. A maior ocorrência estava associada a “TÜV SÜD”, com 25 desses processos predominando na comarca de Brumadinho, entre 2019 e 2024. Na documentação disponibilizada pelo PJE TJMG, foram identificados nove processos protocolados na 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Brumadinho, como o 5003385-88.2019.8.13.0090, que buscava reparação por danos morais, tendo como um dos fundamentos a Responsabilidade Civil da TSB. Neste caso, o juiz renunciou da competência, argumentando que se tratava “de ação proposta com o objetivo de obter indenização por danos morais decorrentes da relação de trabalho, [que] deve ser processada pela Justiça do Trabalho, que é competente de maneira absoluta para o julgamento, conforme o art. 114, VI, da Constituição Federal” (Minas Gerais, 2019c, site). Além disso, a autoridade judicial mencionou que tal entendimento do TJMG estava amparado na súmula da Apelação Cível 1.0040.09.096023-4/001, publicada

em 08 de novembro de 2018. Em outros quatro processos, como o 5002254-78.2019.8.13.0090, foi identificada uma pactuação entre as partes, na qual a TSB se comprometeu a compensar os danos ambientais. No processo 5002248-71.2019.8.13.0090, os autores solicitaram, em relação à TSB (denominada pelas divisões Tüv Süd Bureau de Projetos e Consultoria e Tüv Süd Brasil SFDK Laboratório de Análise de Produtos Ltda na maior parte das ações encontradas), indenização por danos materiais e reparação por danos morais, alegando que a empresa tinha responsabilidade solidária com a Vale S.A. pelas consequências do ocorrido. Todavia, ao perceber que uma ação similar estava em curso contra a mineradora, o juiz decidiu não dar continuidade ao processo, considerando que isso poderia resultar em uma indenização dupla pelo mesmo fato. O magistrado também afirmou que “a responsabilidade da Vale S.A. pelos danos causados, como já decidido em outros processos nesta comarca, é objetiva, nos termos do art. 927, parágrafo único, do Código Civil, devido ao risco da atividade econômica”. O operador do Direito ainda apontou que, até aquele momento – passados oito meses –, as investigações não haviam sido conclusivas quanto à responsabilidade da TSB. Porém, realçou que havia uma “ação civil pública em andamento, com o objetivo de apurar a prática de ato lesivo por parte das empresas contra a administração pública, com base na Lei 12.846/13, em razão da tragédia no Córrego do Feijão”. Vale ressaltar que essa posição foi proferida pela juíza Dra. Perla Saliba Brito, em decisão assinada eletronicamente em 10 de outubro de 2019, e se tornou um modelo para o indeferimento de petições iniciais com o mesmo teor, protocoladas em 2019 e no início de 2020, naquela jurisdição (Minas Gerais, 2019b, site). Em outro processo de natureza semelhante, a mesma magistrada observou que:

considerando-se que a culpa/responsabilidade das rés Tuv Sud Bureau de Projetos e Consultoria e Tüv Süd Brasil SFDK Laboratório de Análise de Produtos Ltda não é objetiva e tampouco estreme de dúvidas, desafiando dilação probatória em processo judicial complexo, sendo oportuno consignar que está em andamento processo criminal em desfavor das mesmas para apuração acerca da responsabilidade penal em razão dos fatos, DETERMINO, nos termos do que dispõe o art. 10, do CPC, que a parte autora seja intimada para, no prazo de cinco dias, manifestar-se se, diante dos argumentos supra, ainda pretende prosseguir com a presente ação em desfavor das rés Tuv Sud Bureau de Projetos e Consultoria e Tüv Süd Brasil SFDK Laboratório de Análise de Produtos Ltda, além da empresa Vale S/A (Minas Gerais, 2019e, site).

Revela-se pelo despacho, rubricado em 21 de fevereiro de 2020, certa flexibilidade para que os demandantes expusessem seu posicionamento e argumentos para seguir com a ação contra as pretensas rés. Contudo, o documento emitido pela meritíssima em 12 de março daquele ano, que

determinou a manutenção apenas da Vale S.A. como polo passivo da ação, sinaliza que o solicitante não reivindicou seguir a ação contra as outras duas empresas relacionadas à TSB.

Naquele ano, na petição inicial do processo 5001927-02.2020.8.13.0090, de 21 de julho de 2020, verifica-se novamente a citação da Tuv Sud Bureau de Projetos e Consultoria e Tuv Süd Brasil SFDK Laboratório de Análise de Produtos Ltda no rol dos réus, como solidárias à mineradora no que se refere aos “abalos emocionais, traumas e perdas” a autora da ação (Minas Gerais, 2020a, site). Enquanto isso, em processo iniciado em 2021 (5000665-80.2021.8.13.0090), que buscava indenização relacionada a danos econômicos ao negócio da família e danos morais devido a calamidade, o despacho do magistrado apontou que em relação às duas empresas do grupo TSB, incluídas no polo passivo, não encontrar a atribuição pelos autores da ação “na petição inicial a conduta individualizada de cada uma delas quanto ao fato de que, supostamente, teriam gerado dano à parte autora, especificamente em relação ao pedido de danos à atividade econômica, que passou a ser o único pedido dessa ação” (Minas Gerais, 2021, site).

Em outros dois processos interpostos em 2019, a decisão de 1ª Instância foi contestada pelos autores em 2ª Instância em relação à “extinção do feito sem resolução de mérito por falta de interesse de agir, condenando a parte autora no pagamento das custas processuais, suspensa a exigibilidade em razão da gratuidade da justiça” (Minas Gerais, 2019a, 2019d, site). No acórdão publicado para as duas apelações se verifica o que teria motivado as ações:

Em razões recursais (documento de ordem n. 74), os apelantes pugnam pela reforma da sentença, suscitando preliminar de nulidade do feito posto que seria nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que devesse intervir eis que há menor envolvido. No mérito, que em se tratando de responsabilidade objetiva e solidária pelo crime ambiental, entendem – por serem titulares do direito de ação e do dano moral sofrido – que o valor total da indenização não foi adimplido na ação contra a Vale S/A, incumbindo-se às demandadas o pagamento do valor remanescente. Defendem que as empresas recorridas simplesmente destruíram a sua vida social/familiar/econômica/cultural, razão pela qual merecem uma indenização à altura, sobretudo em se tratando de empresas que exploram o meio ambiente que emitiram laudos apócrifos e seus funcionários chegaram a ficar presos. Alegam que as demandadas são igualmente responsáveis pelos danos materiais provenientes da destruição causada pelos rejeitos do minério de ferro da mina Córrego de Feijão, da desvalorização imobiliária, efeitos danosos na fauna e na flora, causando a poluição do rio Paraopeba, e principalmente a morte de vários municípios e animais presentes no local da destruição, como também no desaparecimento de tantos outros envolvidos, nos termos do que dispõe o art. 3º da Lei 6.938/81, observando que merecem e precisam ter uma indenização

maior daquela que foi pleiteada na ação contra a Vale S/A que foi distribuída por dependência à presente ação. Defendem ainda que o STJ entende que, mesmo na existência de vários agentes poluidores, não existe obrigatoriedade na formação do litisconsórcio, uma vez que a responsabilidade entre eles é solidária para indenização por danos causados à coletividade ou ao cidadão, e que, portanto, inexistente bis in idem para indenização de danos morais em se tratando de crimes ambientais, colacionando jurisprudência e doutrinas. Por fim, defendem a existência de indícios razoáveis acerca da responsabilidade civil das demandadas, pugnando pela cassação da sentença e prosseguimento do feito (Minas Gerais, 2019a, 2019d, site).

Pelo observado no PJE TJMG, ambos processos retornaram à 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Brumadinho (1ª Instância). Lá, foram arquivados após homologação de “acordo [...] realizado entre as partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, motivo pelo qual julgo extinto o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III [...] do CPC” (Minas Gerais, 2019a, 2019d, site).

O recolhido nos processos sinaliza a existência ainda de uma “zona cinzenta” para melhor caracterizar a responsabilidade civil em relação à TSB. Tal dificuldade também está sendo presenciada na ação impetrada pelo escritório de advocacia brasileira Garcez em associação com os germânicos Ruediger Helm e Ulrich von Jeinsen no Tribunal Regional de Munique, Alemanha – cidade sede da empresa de auditoria. Aludindo responsabilidade civil, os requisitantes exigem o montante de 12 milhões de euros a título de reparação aos danos a 183 trabalhadores e familiares de vítimas pela tragédia brumadinhense (Ação contra [...], 2022). Em paralelo, um inquérito conduzido pelo MP de Munique apura a responsabilidade criminal de dois colaboradores como da própria empresa. No Brasil, atuação semelhante se verificou por parte da Polícia Federal, MPMG e MPF, cujas informações apuradas pelas investigações e relatórios, ensejaram a instalação de processo inicial no TJMG, sendo posteriormente transferido para a justiça federal.

EM BUSCA DO ENQUADRAMENTO DAS RESPONSABILIDADES PENAL E ADMINISTRATIVA: BREVES LINHAS

A denúncia feita à 2ª Vara da Comarca de Brumadinho pelo MPMG tinha como fundamentos os indícios e dados colhidos pela o Procedimento Investigatório Criminal n.º MPMG-0090.19.000013-4 e o Inquérito Policial n. PCMG-7977979 (Minas Gerais, 2020b). Ao imputar a natureza dos crimes, relacionou engenheiros e a empresa de auditoria de matriz alemã:

Como se depreende de uma análise atenta dos elementos colhidos nas investigações e da narrativa da denúncia, as condutas dos denunciados são objetiva e subjetivamente típicas e reprováveis, não havendo discriminantes a justificá-las. Diante do exposto, o Ministério Público denuncia [...] CHRIS-PETER MEIER [gerente-geral da empresa], ARSÊNIO NEGRO JUNIOR [consultor técnico], ANDRÉ JUM YASSUDA [consultor técnico], MAKOTO NAMBA [coordenador] e MARLÍSIO OLIVEIRA CECÍLIO JÚNIOR [especialista técnico] como incurso nas penas do artigo 121, § 2º, incisos III e IV, do Código Penal, por 270 vezes (homicídio qualificado); do artigo 29, caput e § 1º, inciso II, e § 4º, incisos V e VI, do artigo 33, caput, da Lei n.º 9.605/1998 (crimes contra a fauna); do artigo 38, caput, do artigo 38-A, caput, do artigo 40, caput e do artigo 48, estes combinados com o artigo 53, inciso I, da Lei n.º 9.605/1998 (crimes contra a flora); do artigo 54, § 2º, inciso III, da Lei n.º 9.605/1998 (crime de poluição); na forma dos artigos 13, § 2º, alíneas “a”, “b” e “c”, combinados com o artigo 18, inciso I, in fine, e com o artigo 29, todos do Código Penal e combinados com o artigo 2º da Lei n.º 9.605/1998. Tendo em vista que os crimes ambientais foram cometidos no interesse e em benefício das pessoas jurídicas, por decisão de seus funcionários e representantes legais e contratuais, o Ministério Público também denuncia as pessoas jurídicas VALE S.A. e TÜV SÜD Bureau de Projetos e Consultoria Ltda. pela prática dos crimes previstos no artigo 29, caput e § 1º, inciso II, e § 4º, incisos V e VI; no artigo 33, caput, da Lei n.º 9.605/1998 (crimes contra a fauna); no artigo 38, caput; no artigo 38-A, caput; no artigo 40, caput, e no artigo 48, estes combinados com o artigo 53, inciso I, da Lei n.º 9.605/1998 (crimes contra a flora); no artigo 54, § 2º, inciso III, da Lei n.º 9.605/1998 (crime de poluição), com base no artigo 225, § 3º, da Constituição da República e nos termos dos artigos 2º, 3º, 21, 22, 23 e 24 da Lei n.º 9.605/1998 (Minas Gerais, 2020b, p. 474).

Em razão disso, o MPMG requereu, fundamentado “nos termos do artigo 91, inciso I e II, do Código Penal c/c artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal”, que a condenação dos indiciados tivesse como decorrência:

a) A fixação de valores mínimos para reparação dos danos causados pelas infrações, considerando os prejuízos materiais e morais sofridos pelos familiares das vítimas fatais, bem como os prejuízos sofridos pelo meio ambiente e os prejuízos ao erário, suportados por toda a sociedade, inclusive aqueles relativos às despesas necessárias ao desenvolvimento das investigações (perícias, análises de material, empenho e deslocamento de efetivo de policiais, dentre outros) e aos trabalhos de busca e resgate, tornando certa a obrigação de indenizar pelos danos causados pelos crimes (Minas Gerais, 2020b, p. 475).

Conforme referido, o dossiê sustentou a denúncia oferecida pelo MPF na justiça Federal, que foi acatada na 2ª Vara Criminal Federal em 24 de janeiro de 2023. Essa modificação reverberou em anulação do processo na justiça mineira por unanimidade pela 6ª turma do STJ e contestação de tal

decisão pelo MPMG em fins de 2021. Isso levou ao posicionamento do STF sobre a quem caberia a competência da ação e de julgar a questão:

Apresentada ontem (23) pelo MPF, a denúncia é basicamente a mesma que havia sido formulada pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e que resultou no processo que tramitava na Justiça mineira desde fevereiro de 2020. No entanto, no mês passado, o STF encerrou uma longa discussão jurídica e concluiu que o caso é de competência federal. A decisão foi tomada em sessão da Segunda Turma: os votos de Nunes Marques, André Mendonça e Gilmar Mendes formaram uma maioria, ficando vencida a posição de Edson Fachin. Assim, os 16 denunciados deixaram de ser réus perante a Justiça estadual (Rodrigues, 2023, site).

Em 2024, o mesmo se encontrava sob a análise do STJ. Naquela época, o ministro Sebastião Reis Junior (relator da ação), acolheu o pedido de habeas corpus da defesa dos engenheiros da TSB indiciados. Tal decisão ampliou o prazo para que fosse apresentada manifestação objetivando rechaçar as acusações e afastando a imputação de homicídio doloso. No requerimento, a defesa asseverou que:

o Ministério Público Federal (MPF) recebeu de autoridades dos Estados Unidos uma série de documentos novos, os quais poderiam influir na acusação contra eles. Os advogados afirmam que não basta ter acesso aos documentos, mas é necessário conhecer previamente como as informações serão usadas pelo MPF, especialmente diante da determinação dada à Polícia Federal para analisar tal documentação em busca de elementos que possam confirmar o suposto dolo dos acusados (Suspense o prazo [...], 2024, site).

Em seu posicionamento, a autoridade judicial sublinhou que a aludida documentação poderia afetar as alegações da acusação, podendo retardar a denúncia ou colocar em xeque a continuidade da ação (Suspense o prazo [...], 2024, site).

A omissão da TSB e sua matriz alemã também foi alvo de avaliação da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização (CEPAR) no âmbito da CGU. O procedimento é descrito na *Nota Técnica nº 1473/2022/COREP*, em que apresenta o apurado relativo as responsabilidades administrativas às empresas auditoras e a Agência Nacional de Mineração (ANM). Como um dos resultados do parecer emitido pela CEPAR, encontra-se os seguintes destaques:

Estão presentes autoria, materialidade, ato lesivo, conduta lesiva e justa causa que permitiram à Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização concluir que TUV

SUD Brasil e a TUV SUD Industrie Service devem ser responsabilizadas administrativamente por terem realizado auditoria, certificado e atestado a segurança da Barragem 1 (B1) da Mina Córrego do Feijão do Complexo Paraopeba, com sede no município de Brumadinho-MG, quando não era segura, com alguns atos e condutas praticadas em conjunto com Vale.

3.3. As condutas imputadas foram a emissão de Declarações de Condição de Estabilidade (SEI IX 1770455 e 1770456) com informações sem veracidade que não refletiam a situação real de estabilidade e segurança da barragem em tela, o que dificultou a fiscalização da Agência Nacional de Mineração (ANM) antes do seu rompimento (Brasil, 2022, p. 40).

Tal como previsto em um processo, o Relatório Final da CEPAR, um dos papéis que fundamentou a nota técnica da CGU, foi alvo de protesto da defesa das empresas auditoras. Conforme se verá, argumentos semelhantes foram utilizados para contestar a denúncia oferecida pelo MPMG, base da apresentada pelo MPF na Justiça Federal.

UM PERFIL DA LINHA DA ATUAÇÃO DA DEFESA DA TSB E DA TÜV SÜD AG NOS PROCESSOS VISTOS

Em relação ao dossiê conclusivo da CEPAR, entre os argumentos apresentados pela defesa estavam a citação de erros jurídicos e processuais – na forma de condução dos procedimentos –. Para os defensores, houve uma aceleração de finalização da fase introdutória do processo. Tal cenário teria prejudicado a exposição de argumentos e subsídios pela defesa e a não análise, em sua totalidade, pela CEPAR do encaminhado. Com isso, as conclusões do relatório formal estariam prejudicadas por provas insuficientes para sustentar a análise e as conclusões tecidas pela CEPAR. Isso era recomendada na afirmação de que “a CEPAR decidiu não avaliar o argumento do nexo causal entre a emissão das DCEs (Declarações de Condição de Estabilidade) e o entrave das atividades de fiscalização da Agência Nacional de Mineração (“ANM”), muito menos o acidente” e na tentativa de, a despeito da falta de provas de qualquer envolvimento de Chris Peter Meier na expedição das DCEs mostra que a CEPAR é conduzida por conclusões desejadas” (Brasil, 2022, p. 6). Sugeria-se um enviesamento de condenação das rés, parecendo desconsiderar a presunção de inocência. Então, a defesa refutou o nexo causal aludido pela comissão, sustentando que

(ii) A investigação da B1 pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais antes do acidente: A B1 foi fiscalizada pelas autoridades logo após a emissão das DCEs pela TSB. Em 22.12.2018, autoridades públicas da FEAM tiveram acesso ao Complexo do Córrego do Feijão, a pedido do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A FEAM não levantou

nenhuma preocupação com relação à estabilidade da B1; (iii) Presunção de dificuldades à fiscalização: A TSB não deve ser responsabilizada simplesmente por causa de uma mera suposição de que a ANM teve dificuldades para realizar a fiscalização da B1 devido à emissão das DCEs. Qualquer entrave da ANM deve ser expresso e comprovado por parte do próprio órgão e não subentendido pelas outras demais autoridades na tentativa de impor responsabilidade equivocada à TSB; (iv) As responsabilidades de fiscalização da ANM não dependem da emissão de DCEs: A ANM sempre teve a obrigatoriedade e sempre teve a possibilidade de fiscalizar as barragens do Complexo Minerário do Córrego do Feijão, inclusive a B1. A DCE não substitui a fiscalização da ANM e não deve ser interpretada como uma liberação de suas obrigações legais; e (iii) A impossibilidade de condenação de uma Empresa nos termos dos incisos II e V do Artigo 5º [...] da Lei Anticorrupção com base nos mesmos fatos, a CPAR afirmou que “não acusa a TSB de ser “autora e coautora simultaneamente”; acusa-a simplesmente de ser coautora de fraudes em conjunto com a Vale” (item 55) ... a TSB - ou a TSIS, pelo que pode ser visto nos autos - não violou nenhuma das disposições da [citada] Lei. Para que ocorra o delito previsto no Artigo 5º, V, é necessária a existência de ação comissiva da pessoa jurídica. ... somente são responsabilizadas neste inciso as pessoas jurídicas que efetivamente praticam o fato como autoras e agentes principais, uma vez que o Artigo 5º, inciso II da Lei Anticorrupção é aplicável justamente aos partícipes de um suposto ato ilícito, os quais não se enquadram no mesmo tipo do agente principal. ... a TSB não pode ser enquadrada em ambos os incisos ao mesmo tempo, é impossível que uma pessoa jurídica seja configurada, ao mesmo tempo, como agente principal e partícipe à luz dos mesmos fatos (Brasil, 2022, p. 16).

E mais, sobre a acusação de fraude, foi sustentado que:

... que a Lei Anticorrupção não pune o ato de supostamente emitir documentos falsos enganosos para o Poder Público em si... ... afasta a responsabilidade da TSB com base nas disposições legais que embasam o PAR, não se pode alegar o caráter alegadamente fraudulento do ato da TSB, pois isso seria tentar criar uma hipótese de responsabilização sem amparo legal mesmo se a questão da emissão fraudulenta da DCE pela TSB fosse relevante para a suposta violação da Lei Anticorrupção (o que não é o caso), os requisitos legais para caracterização da fraude, na forma da lei brasileira, não foram atendidos no presente caso a caracterização da fraude requer que a pessoa esteja plenamente ciente das ações que estão sendo tomadas e que ela esteja intencionalmente obstruindo as informações corretas com intenções maliciosas.... ... além da intenção de cometer fraude, é necessário que tal indivíduo esteja completamente consciente de que suas ações estão obstruindo a realidade da situação (Brasil, 2022, p. 19).

Ademais, aludiu que recomendações, no total de dezessete, foram feitas à Vale S.A. no que tange à manutenção de segurança da barragem, e elucidou que:

... a DCE não é um documento independente e autônomo. Os relatórios que acompanham a DCE descrevem a situação da barragem e contêm recomendações a serem tomadas pelo operador para manter e melhorar a estabilidade da barragem... ... as recomendações estabelecidas pelos relatórios dos auditores não são apenas sugestões, são de cumprimento obrigatório pelos operadores, e poderão ser do tipo “visando à garantia da estabilidade estrutural da barragem de mineração”... as recomendações sejam consideradas completamente normais no caso de relatórios de estabilidade... ... as 17 recomendações por si só não aumentariam a estabilidade da barragem, no sentido de aumentar o fator de segurança da B1, fica claro que a observação dessas recomendações era fundamental para a manutenção da segurança da B1... ... as recomendações são emitidas pelos auditores nos relatórios que sustentam a DCE e sua implementação deve ser monitorada pela ANM, e não pela TSB... ... a TSB não pode ser considerada responsável pelo fato de a Vale não ter cumprido as recomendações, que a Vale tinha a obrigação legal de observar... ... A TSB mantém seu entendimento de que as DCEs foram emitidas em total conformidade com a legislação aplicável à época (Brasil, 2022, p. 22).

Derradeiramente, além de defender que as DCEs não tinham o caráter de atrapalhar ou impedir a fiscalização da ANM e de outros órgãos estatais, a defesa asseverou que “a TSB não obteve nenhum benefício indevido em decorrência da emissão de uma DCE positiva para a B1, independentemente dos e-mails trocados entre os [seus] funcionários”. Ademais, arrematou sinalizando que “não houve conluio entre a Vale e a TSB; e não existia por parte dos engenheiros da TSB nenhuma intenção de esconder quaisquer elementos da situação da B1” (Brasil, 2022, p. 25-27). Essa é uma pequena amostra das razões mobilizadas pela defesa das rés, que parece ter sido a mesma tática adotada em outras esferas.

Face a referida denúncia oferecida pelo MPMG, que baseia a atribuição de responsabilidade penal, a defesa dos indiciados engenheiros da TSB – realizada pelo Arruda Botelho Sociedade de Advogados –, em requerimento feito à Comarca de Brumadinho, advogou que

nas quase 500 páginas de denúncia não há nenhum documento que tenha sua localização nos autos identificada! Eis, aí, o segundo obstáculo à observância da ampla defesa e do contraditório [...] “Como esperar que, no presente caso, a Defesa leia, por exemplo, quase 1 milhão de páginas de PDF relacionadas aos dados brutos extraídos dos aparelhos celulares? (Santos, 2020, site).

Vários dos elementos observados nessas apurações nas esferas administrativa e criminal brasileira também estão presentes no processo em curso na Alemanha, sugerindo que essa tática da defesa atravessou o Atlântico. E, de alguma maneira, tem se mostrado eficiente, reverberando no arrastamento e morosidade dos trâmites judiciais. Para ilustrar, em setembro de 2022, aquela corte externa, após audiência que contou com os testemunhos de Alexandra Andrade Gonçalves Costa (Presidenta da AVABRUM – Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão – Brumadinho MG) e Maria Regina da Silva (Diretora da AVABRUM) – duas mães de vitimados pela tragédia –, estabeleceu que a acusação fornecesse, no prazo de 90 dias, novas evidências que provasse a responsabilidade da TÜV SÜD. À época, a defesa ressaltou a não existência de dados que atestassem a responsabilidade legal pela calamidade (Gontijo, 2022). De acordo com a advocacia Garcez, naquela audiência, a defesa, através do advogado-chefe da matriz alemã, Florian Stork, teria afirmado que empresa não era especializada “em segurança de barragens e que não se trata de área de atuação da empresa, mas tão somente a emissão de laudos de segurança e saúde ocupacional”. Devido a isso, em dezembro daquele ano, a acusação apresentou “uma denúncia por mentira processual frente à Promotoria Criminal de Munique” fundamentada no apurado no Brasil. Apoios a causa foram conquistados pela AVABRUM, como o do Sindicato Industrial de Mineração, Química e Energia (IGBCE), na Alemanha, e do chefe da Assessoria Especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, no Brasil. Aliás, um ofício foi remetido ao primeiro-ministro alemão, Olaf Scholz, através da Embaixada da Alemanha, requisitando uma intervenção deste em favor da edificação de um canal de diálogo com a matriz da TSB naquele país (Familiares conquistam [...], 2023).

ENQUADRANDO A RESPONSABILIDADE CIVIL DA TSB PELO CAMINHO DA DOCTRINA: UMA SÍNTESE

Conforme notado pelos processos levados a cabo na 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Brumadinho, no Tribunal Regional de Munique, e na seara Penal e Administrativa, verifica-se que a certificação de segurança emitida pela TSB, braço da TS AG, favorável no tocante a estrutura da barragem de rejeitos da Mina Córrego do Feijão, é um elo consolidado pelos inquéritos, denúncias e pela acusação nos processos em curso, que a une a Vale S.A. à tragédia. Pelo que se observa nos autos disponíveis digitalmente, a defesa adotou uma estratégia com variações de argumentos. Em alguns momentos, apresenta a TSB como testemunha e vítima das ambições da Vale S.A. Alega que a certificação foi emitida sob pressão de diretores da mineradora. Essa pressão seria agravada pela participação histórica da empresa em outras tragédias. Em outras oportunidades, a defesa separa a atuação brasileira da TSB daquela exercida pela matriz alemã. Ela também dis-

tingue a conduta dos auditores indiciados dos valores institucionais da empresa. Além disso, sugere omissão por parte dos órgãos governamentais de fiscalização. Dado esse cenário, ainda persiste uma “zona cinzenta” no tocante ao se caracterizar alguma das responsabilidades atribuídas à TSB e a TS AG nos processos ativos nos tribunais.

Em parte, é possível entender a posição do tribunal da Comarca de Brumadinho em 2019. Naquele momento, os processos buscavam caracterizar a Responsabilidade Civil foram impetrados logo após o fato, ainda no calor da tragédia. As investigações conduzidas pela Polícia Civil de Minas Gerais, Polícia Federal, MPMG e Ministério Público Federal (MPF) sobre as causas e suspeitos estavam em andamento. O papel da auditoria ainda não estava claro. Por isso, é compreensível que a justiça local tenha aceitado, naquele estágio, apenas a mineradora como ré.

Contudo, elementos presentes nas ações de 2019 foram confirmados por essas investigações – presentes nas denúncias oferecidas pelo MPMG e MPF e pela nota técnica da CGU –, permitindo caracterizar, pela via doutrinária, a responsabilidade civil da TSB e, por consequência de sua matriz alemã, no quadro atual. Portanto, a análise dessa responsabilidade sob a perspectiva do direito brasileiro é crucial para compreender as implicações jurídicas e os precedentes que esse caso pode estabelecer.

A teoria geral da responsabilidade civil é um dos pilares do Direito Civil, consistindo em um conjunto de normas que regulam a reparação de danos causados a terceiros, independentemente de um vínculo contratual pré-existente. A responsabilidade civil pode ser definida como a obrigação de reparar o dano material, ou moral, decorrente de uma conduta ilícita, seja ela comissiva ou omissiva. Destarte, visa restaurar o equilíbrio jurídico abalado pelo dano, assegurando que o prejudicado seja ressarcido (Gagliano; Pamplona Filho, 2018). Para que se configure a responsabilidade civil, é obrigatório a presença de três elementos necessários: ação ou omissão, dano e nexo causal.

A ação ou omissão é o comportamento humano que causa o dano. Pode ser tanto um ato comissivo (fazer algo) quanto omissivo (deixar de fazer algo). Segundo Sílvio de Salvo Venosa, “a conduta humana é um dos elementos essenciais da responsabilidade civil, seja ela positiva, através de um ato, ou negativa, por meio de uma omissão” (Venosa, 2019, p. 54).

O dano pode ser de natureza material, quando envolve a perda de bens ou valores econômicos, ou moral, quando afeta direitos da personalidade, como a honra, a imagem ou a integridade psicológica. De acordo com Carlos Roberto Gonçalves, “o dano é o elemento central da responsabilidade civil, pois sem ele não há o que se reparar” (Gonçalves, 2018, p. 101).

O nexo causal é a relação de causa e efeito entre a conduta do agente e o dano sofrido pela vítima. Segundo Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosendal, “o nexo causal é o vínculo que une a conduta ao resultado danoso, sendo imprescindível para a configuração da responsabilidade civil” (Farias; Rosendal, 2019, p. 78).

A responsabilidade civil é comum em atividades perigosas ou em casos previstos em lei. Ela possui diversas funções, dentre as quais se destacam a função reparatória, a função preventiva e a função punitiva. Como discorrido, a função reparatória é a principal função, visando a compensar a vítima pelo dano sofrido. A função preventiva busca evitar a ocorrência de novos danos, atuando como um desincentivo às condutas ilícitas. Maria Helena Diniz ressalta que “a responsabilidade civil tem um caráter preventivo, desestimulando comportamentos que possam causar danos a terceiros” (Diniz, 2016, p. 140). A título, a função punitiva também é reconhecida, especialmente em casos de danos morais, visando “punir o agente causador do dano e desestimular a reincidência de comportamentos lesivos” (Farias; Rosendal, 2019, p. 85).

No âmbito do direito civil brasileiro, a responsabilidade pode ser objetiva ou subjetiva. Conforme preceitua o Código Civil de 2002, a variante objetiva dispensa a necessidade de comprovação de culpa, baseia-se no risco criado pela atividade do agente, bastando a comprovação do dano e do nexo causal. Consoante Diniz, “a responsabilidade objetiva funda-se na teoria do risco, que impõe a reparação do dano causado, independentemente de culpa, em virtude de atividades que, por sua natureza, criam riscos para direitos de outrem” (Diniz, 2016, p. 582). Sílvio de Salvo Venosa ressalta que “a responsabilidade objetiva é baseada no risco da atividade e na proteção da vítima, que não precisa provar a culpa do agente para obter a reparação do dano sofrido” (Venosa, 2019, p. 102). Uma das principais inovações do atual Código Civil foi a ampliação das hipóteses dessa forma de responsabilidade. De acordo com Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosendal, “o novo código adotou uma visão mais ampla da responsabilidade objetiva, reconhecendo a necessidade de proteção das vítimas de danos e a facilitação da reparação, independentemente da comprovação de culpa” (Farias; Rosendal, 2019, p. 150). Este avanço é particularmente relevante em áreas como a responsabilidade por danos ambientais e acidentes de consumo. Aliás, a norma de 2002 também reafirmou e expandiu o princípio da reparação integral dos danos, “refletindo a preocupação em assegurar que a vítima seja plenamente indenizada pelos prejuízos sofridos” (Gagliano; Pamplona Filho, 2020, p. 89). Este princípio abrange tanto os danos materiais quanto os danos morais, garantindo uma compensação justa e abrangente. Destarte, esse modelo de responsabilização visa simplificar e acelerar o processo de indenização, transferindo o ônus da prova para o agente causador do dano. Enfim, nas palavras de Carlos Roberto Gonçalves, “a adoção da responsabilidade objetiva é uma tendência

moderna, que visa proporcionar maior segurança jurídica e proteção às vítimas de danos, especialmente em atividades de risco” (Gonçalves, 2018, p. 125).

Deduz-se dos autores citados que o risco é uma dimensão importante para a aplicação da responsabilidade civil objetiva. Esta hipótese encontra base nas teorias do risco, do risco-proveito, do risco criado e na do risco integral. De acordo com a teoria do risco, aquele que exerce uma atividade que, por sua natureza, apresenta riscos para terceiros, deve responder pelos danos causados, independentemente de culpa. Segundo Caio Mário da Silva Pereira, “a teoria do risco se justifica pela necessidade de proteger a vítima, transferindo o ônus da atividade perigosa para quem a exerce” (Pereira, 2015, p. 212). Tal teoria busca equilibrar as relações sociais ao transferir o ônus dos danos para quem se beneficia da atividade arriscada. A teoria do risco-proveito estabelece que a responsabilidade objetiva se justifica pelo benefício que o agente obtém ao exercer a atividade. Destarte, quem auferir vantagens econômicas ou outras benesses com a atividade deve responder pelos prejuízos causados. Segundo Sérgio Cavalieri Filho, “a teoria do risco-proveito baseia-se no princípio de que quem se beneficia de uma atividade deve suportar os encargos decorrentes dos danos por ela causados” (Cavalieri Filho, 2019, p. 53). A teoria do risco criado amplia ainda mais o propósito da responsabilidade objetiva ao considerar que a simples criação de um risco é suficiente para justificar a responsabilidade. Mesmo que a atividade não tenha trazido benefícios diretos ao agente, o fato de ter criado um risco potencial para terceiros implica a necessidade de reparação dos danos. De acordo com Rui Stoco, “a teoria do risco criado fundamenta-se na ideia de que a simples potencialidade de causar danos impõe ao agente a responsabilidade pela sua reparação” (Stoco, 2017, p. 305). A teoria do risco integral vai além das teorias anteriores, ao estabelecer que, em determinadas situações, a responsabilidade objetiva deve ser aplicada sem qualquer excludente, como força maior ou caso fortuito. Esta perspectiva é frequentemente utilizada em casos de danos ambientais, onde a proteção ao meio ambiente é priorizada. Segundo José de Aguiar Dias, “a teoria do risco integral é aplicada em contextos específicos onde a prioridade é a proteção da vítima e do meio ambiente, não admitindo excludentes de responsabilidade” (Dias, 2006, p. 427). Essas teorias refletem a evolução do conceito de responsabilidade objetiva no direito brasileiro, buscando proporcionar maior proteção às vítimas de danos e garantindo que aqueles que criam riscos ou se beneficiam de atividades perigosas respondam pelos prejuízos causados. A adoção desse paradigma no ordenamento jurídico brasileiro demonstra um compromisso com a justiça e a eficiência na reparação dos danos, alinhando-se com as tendências modernas do direito civil.

Enfim, é importante dizer que a tipificação objetiva da responsabilidade também apresenta interface com o Direito Ambiental. Para Paulo Affonso Leme Machado, “a responsabilidade civil

ambiental no Brasil segue a teoria do risco integral, sem admitir excludentes de responsabilidade, exceto nos casos expressamente previstos em lei” (Machado, 2012, p. 743). Então, a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) considera a responsabilidade objetiva ao situar os danos ambientais.

Quanto a responsabilidade subjetiva, é importante frisar que se trata de uma modalidade que se baseia na culpa do agente. Para que haja obrigação de reparar o dano, é imprescindível que o agente tenha agido com dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia). Para Gagliano e Pamplona Filho, “na responsabilidade subjetiva, é imprescindível a comprovação da conduta culposa do agente para que este seja responsabilizado pelos danos causados” (Gagliano; Pamplona Filho, 2021, p. 82). Isso significa que a vítima deve provar que o agente agiu fora do padrão de conduta esperada, violando o dever de cuidado. Um exemplo comum de aplicação é nos acidentes de trânsito. Nessas situações, é importante a comprovação da culpa do motorista para que este seja responsabilizado pelos danos provocados (Farias; Rosenvald, 2019). Essa modalidade também se aplica a atos ilícitos, como calúnia, difamação e injúria. Conforme Diniz, “na responsabilidade civil por atos ilícitos, é imprescindível a comprovação da conduta dolosa ou culposa do agente para que este seja responsabilizado pelos danos morais causados à vítima” (Diniz, 2016, p. 214). Enquanto a responsabilidade por atos lícitos ocorre mesmo sem violação direta da lei, a responsabilidade por atos ilícitos exige conduta contrária ao ordenamento jurídico. No quadro deste estudo, é possível analisar a aplicação da responsabilidade subjetiva à atuação dos auditores da TSB. Eles foram indiciados por assinar um laudo e emitir certificações que violariam normas de segurança para barragens. Também se considera a conduta da própria Vale S.A., que, mesmo alertada sobre 17 intervenções necessárias, teria pressionado economicamente para a liberação do empreendimento.

Nesse contexto, vale destacar que a legalidade da conduta não afasta a responsabilidade pelo dano causado. Ou seja, mesmo que uma pessoa ou empresa atue conforme a legislação, pode responder civilmente se seu comportamento gerar prejuízos a terceiros. Um caso comum de responsabilidade civil por atos lícitos ocorre quando obras públicas ou privadas, realizadas dentro dos limites legais, causam incômodos ou perdas a vizinhos ou proprietários próximos. Nessas circunstâncias, apesar de as obras terem autorização e estarem em conformidade com as normas técnicas e ambientais, os responsáveis podem ser obrigados a reparar os danos materiais ou morais sofridos pelos afetados. Outro exemplo envolve os profissionais liberais, como médicos, advogados e engenheiros, que atuam conforme os padrões éticos e técnicos da profissão, mas ainda assim podem ser responsabilizados por possíveis falhas ou negligências que resultem em prejuízos aos clientes ou pacientes (Assis, 2024). Considerados esses exemplos, ao prestar serviços de certificação, a perfor-

mance dos auditores e da TSB enseja uma responsabilidade técnica e, potencialmente, contratual. Nesse sentido, a atividade de certificação de segurança de barragens pode ser considerada uma atividade de risco, pois uma falha nessa certificação pode resultar em danos catastróficos, como visto em Brumadinho. Desprende-se disso que é passível de aplicação da responsabilidade civil por atos lícitos. Como visto anteriormente em Sarlet (2024), tal aspecto também ratifica a hipótese de se tratar de uma responsabilidade solidária da filial nacional e da TS AG à Vale S.A. em relação aos danos causados. Em síntese, a responsabilidade atribuída a TSB poderia ser enquadrada como objetiva, solidária à Vale S.A., considerando-se o risco inerente à sua atividade.

Sob outro prisma, a responsabilidade da TSB também pode ser analisada à luz do Código de Defesa do Consumidor (CDC). Essa interpretação se baseia na existência de uma relação de consumo entre a TSB e a Vale S.A., decorrente da prestação de serviços. O artigo 14 do CDC estabelece a responsabilidade objetiva do fornecedor. Segundo a norma, o prestador responde pelos danos causados por defeitos no serviço, independentemente de culpa. Cláudio Lembo ressalta que “o fornecedor de serviços responde, independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos” (Lembo, 2015, p. 143). Como já discutido ao longo deste trabalho, as investigações e denúncias judiciais indicaram que os laudos de estabilidade emitidos pela TSB não refletiam a real condição da barragem. Esse fato pode ser enquadrado como um “defeito” na prestação do serviço, conforme previsto no CDC. Dessa forma, sob a ótica do direito do consumidor, é possível reconhecer a responsabilidade objetiva da TSB. Isso significa que a empresa pode ser obrigada a reparar os danos gerados pela tragédia, independentemente de comprovação de culpa.

Ademais, a Lei nº 12.334/2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, impõe diretrizes e responsabilidades para a segurança de barragens no Brasil. Segundo a norma, as entidades responsáveis pela auditoria e certificação de segurança de barragens possuem a obrigação de assegurar a conformidade das estruturas com os padrões de segurança exigidos. Para Patrícia Faga Iglecias Lemos, “a responsabilidade técnica dos auditores de segurança é de suma importância, pois deles se espera um compromisso ético e profissional que assegure a veracidade e a integridade dos laudos emitidos” (Lemos, 2019, p. 198).

Dessa forma, pelo discorrido, a TSB poderia ser responsabilizada civilmente pelos danos decorrentes da tragédia de Brumadinho, tanto sob a ótica da responsabilidade objetiva, abrangendo condutas lícitas e ilícitas, do Código Civil de 2002, quanto pela aplicação das normas do Código de Defesa do Consumidor e da Lei de Segurança de Barragens. A análise dessa responsabilidade jurídica

evidencia a importância de uma fiscalização rigorosa e de uma conduta ética por parte das empresas que atuam na certificação de segurança de barragens, para evitar futuras catástrofes e garantir a proteção dos direitos das comunidades afetadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória percorrida pelas esferas de julgamento, como Tribunais e CGU, sugere a importância de se contextualizar a aplicação de um conceito por um defensor de direitos daqueles que mais sofrem danos das tragédias, ou seja, a classe pobre trabalhadora. Uma calamidade como a ocorrida em Brumadinho em 2019 não deveria ser tratada como um “dano colateral” na realidade capitalista. Entretanto, como bem lembra o Desembargador Lailson Braga Baeta Neves, da 18ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na Apelação Cível nº 1.0000.20.006168-7/001 – contido nos autos de Minas Gerais, 2019a –, “é fato que, a responsabilidade civil se encontra em permanente modificação, sendo um desafio para a teoria jurídica atual a elaboração de uma teoria da responsabilidade que se adeque às novas exigências econômicas e sociais”. De fato, nas ações ajuizadas em 2019, ainda sob o impacto dos fatos, a responsabilidade civil da TSB era incerta. Naquele momento, a responsabilidade recaía principalmente sobre a Vale S.A. Contudo, com a divulgação dos relatórios dos inquéritos policiais, surgiram novos elementos. Esses documentos deram suporte às denúncias apresentadas pelo MPMG e MPF, na esfera judicial, e pela CGU, na esfera administrativa e poderiam ter mudado esse cenário.

Entretanto, a morosidade de estabelecimento das responsabilidades alegadas pela acusação nos tribunais parece ser o objetivo da defesa. A partir do uso de recursos jurídicos e normativos formais variados, esta última torna os processos verdadeiros labirintos, com o fim de esgotar prazos para novas ações e até de tornar o que está em curso sem efeito. Portanto, pelo verificado, há a presença de elementos comuns que subsidiaram os denunciadores ou a acusação nos fóruns jurídico e administrativo na atribuição de responsabilidades penal, administrativa, ambiental à empresa auditora. Esses aspectos consolidados – muitos presentes em ações que visavam o ressarcimento de danos, imputando a responsabilidade civil em 2019 –, em diálogo com a doutrina da Teoria da Responsabilidade Civil, poderia trazer sucesso no ingresso de ação que atribuísse a responsabilidade civil à TSB no atual contexto. Contudo, no Brasil, os prazos para tal esforço, considerando a data do trágico evento, já decaíram. Resta a esperança dos processos na Alemanha, para que a justiça para as vítimas e suas famílias promova a reparação adequada.

Por fim, independentemente do desfecho das investigações, as lições aprendidas com a tragédia de Brumadinho não podem ser esquecidas ou negligenciadas. No âmbito do Direito, as rever-

berações legais desse aprendizado de eventos trágicos são o foco do nascente Direito dos Desastres, ou seja, que daria cobertura à prevenção e mitigação, resposta de emergência, compensação e reconstrução, fases que compõem um ciclo calamitoso (Seibel, 2021).

FONTES

LEGISLAÇÃO

Brasil. Decreto Federal 6514, de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-010/2008/decreto/d6514.htm. Acesso em: 20 fev. 2024.

Brasil. Lei Federal 9605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.605%2C%20DE%2012%20DE%20FEVEREIRO%20DE%201998.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20san%C3%A7%C3%B5es%20penais,ambiente%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 20 fev. 2024.

Brasil. Lei Federal 11284, de 2 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis ns. 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=592110#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20gest%C3%A3o%20de,FNDF%3B%20altera%20as%20Leis%20ns. Acesso em: 20 fev. 2024.

Brasil. Controladoria-Geral da União (CGU). Nota Técnica nº 1473/2022/COREP. Brasília, CGU, 2022. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/77759/2/Nota_Tecnica_1473_2022_analise_regularidade_TUV_SUD.pdf. Acesso em: 27 set. 2023.

Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Denúncia oferecida ao Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Brumadinho/MG. Belo Horizonte,

MPMG, 2020b. Disponível em: https://www.mpmg.mp.br/data/files/71/E6/14/51/5D44A7109CE-B34A7760849A8/Den_ncia%20VALE-TUV%20SUD%20-%20homic_dio%20e%20crime%20ambiental%20_site_.pdf. Acesso em: 27 set. 2023.

Processos da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Brumadinho acessados pelo <https://pje-consulta-publica.tjmg.jus.br/> em 27 set. 2023.

Minas Gerais. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Brumadinho. Processo 5002213-14.2019.8.13.0090. Brumadinho, **TJMG**, 2019a.

_____. Processo 5002248-71.2019.8.13.0090. Brumadinho, **TJMG**, 2019b.

_____. Processo 5003385-88.2019.8.13.0090. Brumadinho, **TJMG**, 2019c.

_____. Processo 5002254-78.2019.8.13.0090. Brumadinho, **TJMG**, 2019d.

_____. Processo 5003414-41.2019.8.13.0090. Brumadinho, **TJMG**, 2019e.

_____. Processo 5001927-02.2020.8.13.0090. Brumadinho, **TJMG**, 2020a

_____. Processo 5000665-80.2021.8.13.0090. Brumadinho, **TJMG**, 2021.

REFERÊNCIAS

Ação contra TÜV Süd exige € 12 mi por tragédia de Brumadinho. **InfoSãoFrancisco**, Brejo Grande/SE, 2022. Disponível em: <https://infosaofrancisco.canoadetolda.org.br/noticias/mine-racao/acao-contra-tuv-sud-exige-e-12-mi-por-tragedia-de-brumadinho/>. Acesso em: 27 set. 2023.

Assis, Ana Paula dos Santos. **A(s) responsabilidade(s) da TÜV SÜD na tragédia em Brumadinho sob a perspectiva do Direito**. 2024. 51 f. Monografia (Curso de Direito) – Faculdade ASA de Brumadinho, Brumadinho, 2024.

_____; Brandão, Alexandre Torido; Gonçalves, Huener Silva. Testemunha ou cúmplice: apontamentos sobre o papel da TÜV SÜD no desastre de Brumadinho na ótica da imprensa geral e jurídica (2019/2024). **Asa Palavra**, Brumadinho: Faculdade ASA, n. 40, ano XX, p. 41–60, 2024. Disponível em: https://asapalavra.faculdadeasa.com.br/wp-content/uploads/2024/07/Asa-Palavra_40_.pdf

Antunes, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Bauman, Zygmunt. **Danos Colaterais: Desigualdades Sociais numa Era Global**. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

Cavaliere Filho, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. São Paulo: Atlas, 2019.

Dias, José de Aguiar. **Da Responsabilidade Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

Diniz, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2017.

Famíliares conquistam apoio de representantes do governo federal à luta por reparação e Justiça e pedem ajuda ao primeiro-ministro da Alemanha. Brumadinho, **Legado de Brumadinho**, 2023. Disponível em: <https://legadobrumadinho.com.br/blog/tragedia-de-brumadinho-avabrum-conquista-apoio-de-representantes-do-governo-federal-a-luta-por-reparacao-e-justica-e-enca-minha-oficio-ao-primeiro-ministro-da-alemanha/>. Acesso em: 27 set. 2023.

Farias, Cristiano Chaves de; Rosenvald, Nelson. **Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil**. Salvador: JusPodivm, 2019.

Gagliano, Pablo Stolze; Pamplona Filho, Rodolfo. **Manual de Direito Civil: volume único**. Imprensa: São Paulo, Saraiva jur, 2021.

_____. **Novo Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

Gontijo, Raquel. Juiz alemão dá 90 dias para advogados das vítimas de Brumadinho provarem responsabilidade da Tuv Süd. **Hoje em Dia**, Belo Horizonte, 19 set. 2022. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/minas/juiz-alem-o-da-90-dias-para-advogados-das-vitimas-de-brumadinho-provarem-responsabilidade-da-tuv-sud-1.921648>. Acesso em: 27 set. 2023.

Lembo, Cláudio. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2015.

Lemos, Patrícia Iglecias. **Segurança de Barragens e Responsabilidade Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

Machado, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2012.

Pereira, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Rosenvald, Nelson. **Responsabilidade Civil**. São Paulo: Atlas, 2015.

Rodrigues, Leo. Brumadinho: justiça aceita denúncia após federalização do caso. **Agência Brasil**, Brasília, 24 jan. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-01/brumadinho-justica-aceita-denuncia-apos-federalizacao-do-caso>. Acesso em: 23 set. 2023.

Santos, Rafa. Juíza aumenta prazo após MP apresentar mais de 1 milhão de páginas em acusação. **Conjur – Consultor Jurídico**, São Paulo, 16 dez. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-dez-16/mp-apresenta-milhao-paginas-acusacao-brumadinho/>

Stoco, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

Suspenso o prazo para defesa de engenheiros acusados por mortes na tragédia de Brumadinho. Brasília, **Superior Tribunal de Justiça**, 7 maio 2024. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/07052024-Suspenso-o-prazo-para-defesa-de-engenheiros-acusados-por-mortes-na-tragedia-de-Brumadinho.aspx#:~:text=O%20STJ%20aceitou%20o%20pedido,quais%20poderiam%20influir%20na%20acusac%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 15 maio 2024.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – UMA QUESTÃO ÉTICA

Marcelo Moreno Gomes Lisboa¹

RESUMO

A tecnologia da inteligência artificial está mudando o mundo em vários aspectos, na saúde por exemplo, com melhores diagnósticos e controle de doenças, nas cirurgias. Nas indústrias pode gerar desemprego em algumas funções, mas, criando outras, promovendo um aumento da produtividade, corte de custos e melhoria na qualidade dos produtos. Enfim, a IA, vem causando impacto em todos os campos da nossa vida, mudando o modo como trabalhamos, nos comunicamos e até mesmo descansamos e nos divertimos. Justamente por isso é que se faz necessário tratá-la além do aspecto tecnológico, como uma questão ética. Além disso, como todo produto humano que é, a IA tem exposto a humanidade em situações de tensão ética muito complexas e delicadas em tanto em razão de suas vantagens como também em razão de suas imperfeições. Os erros cometidos por inteligências artificiais em todo o mundo têm gerado uma série de problemas éticos e jurídicos que demandam novas e velhas soluções. Esse é basicamente o escopo deste artigo; provocar uma reflexão sobre os dilemas éticos da IA e suas soluções.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Ética; Direito.

ABSTRACT

Artificial intelligence (AI) is transforming the world across multiple domains. In healthcare, for instance, it contributes to more accurate diagnoses, improved disease management, and enhanced surgical procedures. In industrial settings, while AI may lead to job displacement in certain roles, it simultaneously fosters the creation of new functions, boosts productivity, reduces operational costs, and elevates product quality. AI's influence extends to virtually every facet of human life, reshaping how we work, communicate, rest, and engage in leisure. Precisely because of its pervasive impact, it is essential to approach AI not solely as a technological advancement, but also as an ethical concern. As a human creation, AI inevitably reflects human values and imperfections, often placing society

¹ Professor de Direito do Trabalho e de Direito Empresarial da Faculdade Asa de Brumadinho e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2006).

in ethically complex and delicate situations—arising both from its benefits and its limitations. Errors committed by AI systems worldwide have triggered a host of ethical and legal challenges, demanding both innovative and traditional solutions. This article aims to provoke thoughtful consideration of these dilemmas and explore potential pathways toward responsible and ethical integration of AI into society.

Keywords: Artificial Intelligence; Ethics; Law.

INTRODUÇÃO

Há tempos atrás, a inteligência artificial (IA) foi retratada como uma tecnologia do futuro, sobretudo, em filmes de ficção científica. No presente, os seus usos estão sendo viabilizados em nosso cotidiano. A plataforma *Waze*, por exemplo, ao indicar o melhor caminho para o destino, adapta-se às mudanças de trânsito e ao trajeto de forma autônoma, sem que o usuário precise inserir informações ou programar qualquer detalhe. Esta utiliza IA para fornecer essas direções de maneira eficiente e em tempo real. A essa aplicação, podemos incluir o *Google Maps*, a *Alexa* e o *ChatGPT*, que ilustram como a IA está integrada no nosso dia a dia, tornando-se uma ferramenta essencial para diversas atividades (Duran, 2020). Diante disso, é cada vez mais necessário compreender o funcionamento e as utilidades dessa tecnologia.

Na saúde, a IA está sendo apropriada no diagnóstico de doenças, em exames de imagem e até nas cirurgias robóticas pelos médicos. Na indústria e na agricultura, vem facilitado a gestão e a tomada de decisões, além de impulsionar o desenvolvimento de sistemas de robôs e veículos autônomos. No setor militar, os drones de combate, reconhecimento e vigilância não tripuláveis, presentes nas atuais guerras, são o símbolo da aplicação da tecnologia. Em suma, a implementação da IA tem transformado esses setores, proporcionando maior precisão, agilidade e segurança (Heath, 2019).

No campo da educação, a IA tem contribuído significativamente, oferecendo recursos como a correção automática de provas, tutores virtuais e a criação de conteúdo personalizados. Nos bancos, é utilizada na análise de créditos, otimizando o processo de avaliação de risco. No setor jurídico, ela tem sido aplicada em processos licitatórios, com supervisão dos tribunais de contas e prefeituras. Aliás, é verificada na triagem de processos no Judiciário, utilizando modelos de linguagem para interpretar textos jurídicos, gerar resumos automáticos e classificar informações, facilitando a tomada de decisão (Santos; Almeida, 2021). Diante desses exemplos, nota-se que a aplicação da IA na sociedade tem se expandido rapidamente, com uma tendência de crescimento contínuo e diversificação

de suas funcionalidades. Por isso, torna-se importante a abertura de um “parêntesis” para destrinchar brevemente – a partir da bibliografia – a tecnologia.

“DESTRINCHANDO” A IA

De maneira breve, a IA abrangeria sistemas computacionais projetados para simular algumas capacidades da inteligência humana, como o aprendizado, o raciocínio e a resolução de problemas. Ela pode ser dividida limitada e generativa. A primeira é instruída para realizar tarefas específicas, como assistentes pessoais virtuais (como *Siri*, *Alexa*, *ChatGPT*) ou sistemas de recomendação. Essas aplicações são eficientes dentro de suas funções pré-estabelecidas. Mas, não têm capacidade de adaptação a novas tarefas além do seu escopo de programação. Em contraste, a segunda ainda está na fase de testes e tem o objetivo de replicar a inteligência humana em um nível mais amplo. Quando consolidada, ela seria capaz de aprender, raciocinar e se adaptar de forma independente, comparáveis às humanas (Russell; Norving, 2017; Duran, 2020).

Cabe aos algoritmos a função em colaborar na assimilação da inteligência humana na IA. Eles consistem em uma série de instruções matemáticas e lógicas que permitem que o sistema execute suas funções, como o reconhecimento de padrões, a análise de dados e a tomada de decisões. Essas instruções podem ser ajustadas e treinadas de forma que a IA aprenda com os dados que recebe. Quando interagimos com essa última, fornecemos um prompt, que é uma solicitação ou tarefa que desejamos que seja executada. Este pode ser uma pergunta, um comando ou qualquer outra instrução que oriente a tecnologia a realizar uma ação específica. Exemplos disso encontramos no caso de perguntar algo ao *ChatGPT* ou pedir para a *Siri* tocar uma música (Cormen *et. al*, 2011; Russell; Norving, 2017; Duran, 2020; Córdova, 2025).

No campo da IA, o aprendizado de máquina (*machine learning*) é uma área essencial que permite que as máquinas compreendam e interpretem dados humanos sem serem explicitamente programadas para isso. O aprendizado de máquina envolve o uso de algoritmos que aprendem a partir de dados, ajustando-se automaticamente à medida que recebem mais informações. Dentro do aprendizado de máquina, existem várias abordagens, como o aprendizado supervisionado, onde um ser humano organiza e insere dados rotulados para que o sistema aprenda a partir de exemplos. Por exemplo, um modelo pode ser treinado para reconhecer imagens de gatos a partir de um conjunto de fotos rotuladas. Outro tipo é o aprendizado não supervisionado. Nesta modalidade, a IA identifica padrões e correlações nos dados sem a intervenção humana, buscando agrupamentos e tendências por conta própria (Russell; Norving, 2017; Almeida; Santos, 2018; Duran, 2020).

Outra forma de aprendizado no contexto da IA é o aprendizado semi-supervisionado, agregando dados rotulados e não rotulados para treinar modelos de aprendizado de máquina. Esse tipo de abordagem é utilizado quando há uma grande quantidade de dados disponíveis. Todavia, apenas uma parte é rotulada. O modelo mobiliza a parte rotulada para aprender e a parte não rotulada para encontrar padrões e melhorar seu desempenho. Ademais, o aprendizado por reforço é um método em que a IA aprende a partir de tentativas e erros, recebendo recompensas ou punições com base em suas ações. Essa tática é comumente usada em jogos ou sistemas que exigem decisões sequenciais, como veículos e robôs autônomos (Russell; Norving, 2017; Almeida; Santos, 2018; Duran, 2020).

Inspiradas no funcionamento do cérebro humano, as redes neurais são outro componente essencial da IA. Elas consistem em camadas de “neurônios artificiais” que processam informações de maneira interconectada, permitindo a identificação de padrões complexos. Essas são particularmente eficazes em tarefas como classificação, reconhecimento de padrões, previsão e tomada de decisão. O uso em reconhecimento de voz ou reconhecimento facial, em que o sistema é treinado para identificar características específicas a partir de grandes quantidades de dados, é um exemplo de seu emprego. (Russell; Norving, 2017; Duran, 2020).

Além disso, o processamento de linguagem natural (PLN) é uma subárea da IA que se concentra em permitir que as máquinas compreendam e gerem linguagem humana de maneira eficaz. Isso envolve a interpretação de textos ou falas em idiomas, como o português ou o inglês, e a conversação de forma fluida e coerente. Por outro lado, a visão computacional é uma área da tecnologia que permite que os computadores interpretem imagens e vídeos, o que é fundamental para equipamentos como câmeras de segurança, carros autônomos e reconhecimento de imagens em geral. Enfim, a IA pode combinar várias dessas tecnologias, como em robôs que utilizam redes neurais, PLN e visão computacional para realizar tarefas complexas de interação, decisão e aprendizado autônomo (Russell; Norving, 2017; Almeida; Santos, 2018; Duran, 2020).

CASOS CONCRETOS DE PROBLEMAS ÉTICOS NA UTILIZAÇÃO DA IA

Como qualquer produto humano, a IA não está isenta de falhas e imperfeições. Ela está sujeita a erros de programação e falhas operacionais, que podem ocorrer devido a falhas nos algoritmos ou nas bases de dados usadas para treinar os sistemas. Esses erros podem comprometer a eficácia das funções da tecnologia e, em alguns casos, resultar em resultados inesperados ou indesejáveis (Duran, 2020; Córdova, 2025). Além disso, por não possuir sentimentos ou empatia, ela depende de um treinamento cuidadoso para garantir que execute suas tarefas de acordo com as normas éticas

e jurídicas estabelecidas. O desafio de fazer com que a tecnologia atenda a esses requisitos éticos é conhecido como problema do viés (Córdova, 2025).

O viés em sistemas de IA é um problema importante, pois muitas vezes esses acabam reproduzindo preconceitos sociais, como discriminação de gênero, racial, xenofobia, entre outros. Isso ocorre porque, ao serem treinados com dados históricos, que podem carregar esses preconceitos, a tecnologia acaba replicando padrões pré-existentes. Esses vieses podem levar a decisões injustas e à perpetuação de estereótipos negativos. Situações disso são levantados por Paulo Córdova (2025):

Um exemplo conhecido e muito representativo sobre esse problema é o caso do TAY, uma *chatbot* desenvolvida em 2016 pela *Microsoft*, como uma experiência em inteligência artificial para entender melhor como os jovens se comunicam on-line. Ela foi programada para simular um adolescente estadunidense, utilizando linguagem coloquial e memes populares. O objetivo era que ela interagisse de maneira natural com os usuários da rede que na época era chamada de *Twitter*, aprendendo com cada interação para fornecer respostas mais precisas e envolventes. O problema surgiu devido à maneira como ela foi projetada para aprender. Sem filtros adequados para moderar o conteúdo que absorvia, TAY começou a repetir e amplificar as mensagens tóxicas e ofensivas que recebia dos usuários (Córdova, 2025, p. 134).

Além desse caso, outros exemplos de discriminação ocasionados pelo uso da IA ocorreram em diferentes partes do mundo. No Reino Unido, sistemas utilizados para concessão de créditos imobiliários limitavam ou negavam crédito a pessoas de áreas marginalizadas, sem justificativa plausível além da localização. Na Itália, uma seguradora passou a ajustar os preços dos seguros de carros com base na nacionalidade do comprador, cobrando mais caro de pessoas originárias de países considerados subdesenvolvidos. Esses casos refletem como a IA, sem a devida atenção a questões éticas, pode reforçar práticas discriminatórias que afetam as oportunidades das pessoas com base em sua origem ou classe social (Córdova, 2025).

Ainda segundo Córdova (2025), outros exemplos de falhas éticas em IA incluem o Google e a Nikon. Em 2015, o Google lançou um aplicativo de fotos que, devido a falhas no sistema de reconhecimento de imagens, acabou identificando erroneamente pessoas negras como gorilas. Da mesma forma, a Nikon, fabricante de câmeras fotográficas, também enfrentou críticas quando suas câmeras digitais começaram a classificar pessoas de origem asiática como “sempre piscando” nas fotos. Esses erros expõem a fragilidade dos sistemas de IA, que, sem a devida programação e testes, podem gerar resultados discriminatórios ou imprecisos.

Outro exemplo impactante mencionado por Córdova (2025) ocorreu nos Estados Unidos: a atuação de um software que colaborava a decidir sobre a prisão preventiva de réus com base na probabilidade de cometerem crimes no futuro. O sistema falhou ao associar a probabilidade de reincidência ao perfil racial, sugerindo que pessoas negras tinham mais chances de cometer crimes do que pessoas brancas. Esse caso exemplifica como a IA pode reproduzir preconceitos existentes na sociedade. Além disso, empresas que usavam a tecnologia para recrutamento, como no caso do *ChatGPT*, demonstraram viés de gênero ao selecionar candidatos para cargos de liderança, discriminando mulheres com base na suposição de que elas seriam menos competentes do que os homens. Esses incidentes deixam claro que, para evitar problemas éticos, a IA deve ser constantemente monitorada e aprimorada para garantir que atenda aos padrões de justiça e igualdade.

A QUESTÃO ÉTICA NA IA: APONTAMENTOS FILOSÓFICOS E TECNOLÓGICOS

A ética da virtude, originada na Grécia Antiga, é essencialmente associada a Aristóteles, embora tenha sido introduzida pelo seu mestre, Platão. Segundo essa abordagem, a pessoa molda seu caráter com base em virtudes que são cultivadas por meio de hábitos ao longo de sua vida. Essas virtudes são baseadas nos valores morais dos gregos, sendo adquiridas pela repetição e prática constante, até que se tornem parte integrante da personalidade do indivíduo. A principal virtude é a justiça, pois considera a existência do outro, pois ela não existiria para si mesmo. Aristóteles acredita que, por meio da prática das virtudes, estas se tornam naturais no comportamento da pessoa, que passa a agir de acordo com os princípios éticos de forma espontânea. Porém, para que a virtude seja aplicada adequadamente nas várias situações cotidianas, é necessária a *fronezis*, ou sabedoria prática, que orienta a pessoa a aplicar a virtude com equilíbrio e discernimento. Infere-se que as virtudes devem ser aplicadas de maneira equilibrada, como no caso da coragem, que deve estar entre a temeridade excessiva e o medo paralisante (Aristóteles, 2015).

Uma abordagem contemporânea da perspectiva aristotélica é a ética exemplarista, proposta pela filósofa estadunidense Linda Zagzebski (2004). A pensadora sugere que a ação moral deve ser baseada no exemplo de modelos exemplares de boa moralidade. Em vez de se concentrar apenas em regras ou normas abstratas, a ética exemplarista foca em observar e emular as ações de indivíduos virtuosos como forma de aprender a agir moralmente. Para Zagzebski (2004), a moralidade é vista como uma prática de imitação de exemplos de vida virtuosa. Tal acepção a conecta diretamente com a percepção aristotélica de que o caráter moral é formado por meio da prática e do hábito. Essa abordagem oferece uma maneira moderna de aplicar os princípios da ética da virtude, enfatizando o papel do exemplo na formação do caráter moral dos indivíduos (Zagzebski, 2004).

Surgida no século XVIII, a ética utilitarista, capitaneada pelos filósofos Jeremy Bentham e John Stuart Mill, tem como ideia central que o agir moral deve ser pensado como aquele que tenha maior utilidade ou maior impacto na felicidade geral. Sintetizando ainda mais, a ação moral boa é aquela cujas consequências impactam mais positivamente na felicidade do maior número de pessoas possível. O utilitarismo é baseado na premissa de que a moralidade deve ser orientada para o bem-estar coletivo, buscando maximizar a felicidade e minimizar o sofrimento, com a análise das consequências das ações sendo o principal critério para determinar sua moralidade (Bentham; Mill, 1984).

No mesmo século, a ética formulada por Immanuel Kant busca estabelecer uma base racional, universal e sólida para a ação moral. Para isso, o filósofo formulou o conceito do imperativo categórico, que é uma forma da razão pensar a conduta moral, estabelecendo que as ações devem ser guiadas por máximas que possam ser aplicadas universalmente. Em outras palavras, as ações devem ser realizadas com a intenção de que possam ser seguidas por todos, sem exceções, em qualquer situação, garantindo que a moralidade seja universal e imparcial (Kant, 2003).

Outro conceito essencial na ética kantiana é o de fins, que pode ser dividido em empíricos, que são contingentes e ligados ao desejo ou interesse pessoal, e os absolutos, que são permanentes e relacionados à razão prática pura, isto é, ao agir moral. Em *Metafísica dos Costumes*, ressalta-se que o agir moral deve sempre respeitar a humanidade como um fim em si mesmo, e nunca como um meio para alcançar outro objetivo. Isso significa que o ser humano, como sujeito racional, deve ser tratado com dignidade e nunca instrumentalizado para alcançar um fim utilitário. A moralidade não estaria relacionada a resultados ou a benefícios pessoais, mas ao cumprimento do dever moral, que deve ser orientado pela razão e não por interesses egoístas. Por exemplo, a ação de doação de recursos aos pobres com o objetivo de obter uma recompensa divina não é, nessa ética, moralmente correta. O motivo de sua ação não é baseado no dever, mas em um interesse pessoal, impedindo que a ação seja considerada verdadeiramente moral (Kant, 2003).

No tocante a dimensão tecnológica, os agentes morais desenvolvidos no contexto da IA visam a incorporação de princípios éticos em softwares projetados para tomar decisões com base em valores morais. Entre esses, podem ser citados o *Moral IDM*, o *Jeremy* e o *Ethoscool*. O *Moral IDM* é um software que compreende a linguagem natural humana e utiliza módulos que contêm princípios morais para avaliar as consequências de suas ações. O *Jeremy*, por sua vez, adota a ética utilitarista, avaliando a correção de suas ações com base no prazer ou felicidade gerados e no número de pessoas afetadas. Por fim, o *Ethoscool* é utilizado em ambientes educacionais para ensinar ética,

funcionando como um tutor virtual para os estudantes, promovendo a compreensão e aplicação dos princípios morais no cotidiano (UNESCO, 2021).

Ao se tratar de IA e ética é importante ponderar sobre a questão da responsabilidade civil de sua utilização. Quem deve ser responsabilizado pelos prejuízos causados por sistemas de IA? Deve ser o programador, o usuário ou a empresa proprietária do sistema? Essa questão se torna particularmente relevante à medida que a tecnologia assume atribuições preponderantes. Diversas organizações internacionais, como a UNESCO, a ONU, a OCDE e a União Europeia, têm se dedicado a estabelecer princípios para guiar o desenvolvimento e aplicação da IA, com um foco especial na justiça e na não discriminação. Tais princípios buscam evitar que a tecnologia amplifique preconceitos, como discriminação racial, de gênero ou de classe social. No contexto brasileiro, a Constituição Federal (CRFB 1988) apoia esses princípios ao garantir a igualdade e a não discriminação em seu art. 5º e ao estabelecer o compromisso com o bem-estar de todos no art. 3º (ONU, 2024).

Em relação à transparência e explicabilidade da tecnologia, a ética exige que os sistemas sejam compreensíveis, permitindo que usuários e autoridades entendam seu funcionamento e a origem das decisões tomadas. Esse princípio encontra respaldo na CRFB 1988, que garante o direito ao acesso à informação no art. 5º, inciso XIV. Além disso, o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor estabelecem requisitos para a transparência nos contratos e relações comerciais, incluindo os que envolvem a IA. Um exemplo disso seria um algoritmo de recomendação de crédito. Este deveria indicar claramente os critérios usados para aceitar ou negar um empréstimo, garantindo que os usuários compreendam como suas informações estão sendo processadas (Brasil, 1988).

A segurança e confiabilidade dos sistemas de IA são aspectos centrais da ética, especialmente em setores críticos, como o da saúde e transporte. A CRFB 1988, no art. 170, prevê a proteção ao consumidor como princípio da ordem econômica, exigindo que as empresas adotem normas que garantam a segurança dos produtos e serviços (Brasil, 1988). Isso inclui sistemas digitais, como os carros autônomos, que precisam ter mecanismos de redundância para evitar acidentes em caso de falhas técnicas. Se um carro autônomo sofrer uma falha no sistema de direção, ele deve ser capaz de acionar um sistema de backup para garantir a segurança dos passageiros e pedestres. Assim, a confiabilidade dos sistemas de IA deve ser assegurada para minimizar riscos e proteger a sociedade de falhas tecnológicas (OCDE, 2021).

No que diz respeito à privacidade e proteção de dados pessoais, a CRFB 1988, no art. 5º, inciso X, garante a inviolabilidade da intimidade e da vida privada, e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) regula o uso de dados pessoais no Brasil, exigindo consentimento explícito e medidas de

segurança contra abusos. Um exemplo claro dessa questão é o uso de assistentes virtuais, como a *Alexa* ou o *Google Assistant*, que devem respeitar a privacidade dos usuários, evitando a coleta de dados sem autorização. A coleta de informações pessoais para melhorar a experiência do usuário deve ser feita de forma transparente e com o consentimento adequado (Brasil, 1998; 2018).

Outro aspecto relevante é a responsabilidade e prestação de contas no uso da IA. Deve ser claro quem é responsável pelas decisões tomadas por sistemas digitais, especialmente quando estas resultam em danos. Em um exemplo prático, o uso de dispositivos de reconhecimento facial pela polícia pode gerar erros na identificação, redundando em injustiças. Caso haja um equívoco de identificação digital de um indivíduo, levando-o a detenção, é imprescindível a previsão de um mecanismo claro para revisar a decisão e responsabilizar as partes envolvidas. Isso também inclui a responsabilidade das empresas e desenvolvedores de IA, que devem garantir que os sistemas possam ser auditados e que os erros possam ser corrigidos de forma justa e transparente (UNESCO, 2021).

Por fim, a IA deve ser desenvolvida com o objetivo de promover o bem-estar humano e o benefício social. A CRFB 1988, em seu art. 3º, determina que a República do Brasil deve promover o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais (Brasil, 1988). A tecnologia deve ser usada para fins que beneficiem a sociedade como um todo. Exemplo disso é encontrado no uso de tecnologias digitais na medicina para diagnósticos precoce de doenças, prevenindo o seu agravamento. Dessa forma, a IA pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, a educação e a inclusão social

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi demonstrado, a IA é revolucionária, sem precedentes na história da nossa civilização, causando um impacto social poderoso e amplo. Ela gera um aumento na produtividade industrial, melhorando a qualidade dos produtos e estimulando a inovação. Na saúde, facilita a pesquisa e a produção de novos medicamentos, além de proporcionar melhores diagnósticos e tratamentos de doenças, o que impacta positivamente no aumento da expectativa de vida da população. Na educação, amplia as fronteiras da ciência, ajudando em novas descobertas e oferecendo melhores ferramentas de aprendizado. Contudo, como toda tecnologia humana, ela está sujeita a falhas, com o potencial de provocar problemas graves para a sociedade. Além das falhas tecnológicas em si, há também os problemas gerados pelo seu mau uso, como a produção de armas químicas mais letais, drones autônomos com poder de matar pessoas e destruir cidades inteiras, além do perigo de seu uso na gestão de armamentos nucleares. É por isso que se faz urgente a criação de uma regulação ética e jurídica robusta sobre a IA, não apenas para os desenvolvedores e operadores, mas também

com princípios ético-jurídicos incorporados diretamente nos softwares. Nesse sentido, os princípios das éticas aristotélica, utilitarista e kantiana fornecem poderosas ferramentas para que a IA possa “pensar eticamente”.

Na ética aristotélica, temos as virtudes e a *fronezis* (sabedoria prática), que nos fornecem um modelo para formar, por assim dizer, “o caráter interno” da IA. Expor a IA ao exercício das virtudes em várias situações da vida é uma boa abordagem de treinamento. Kant nos oferece a ideia de que o ser humano deve ser tratado sempre como um fim, e nunca como meio, assim como a lógica do imperativo categórico, que serve como uma boa base para auxiliar a IA na tomada de decisões. O utilitarismo de Jeremy Bentham e John Stuart Mill coloca a questão da utilidade da ação ética, tendo como parâmetro a felicidade geral, a qual pode ser mensurada matematicamente, facilitando a elaboração de algoritmos éticos. Além da ética, os preceitos jurídicos elaborados pela UNESCO e pela Carta dos Direitos Humanos das Nações Unidas, que foram inseridos nas leis específicas de cada país, criando um direito regulatório da IA com força coercitiva, nos fornecem uma base sólida para a proteção da humanidade contra os problemas causados pela nova tecnologia da IA.

Porém, entendemos que o poder da ética cristã não pode ser relegado, sobretudo no que diz respeito ao perigo da superinteligência, o qual, segundo alguns cientistas, será o último estágio da evolução da inteligência artificial, com o poder de destruir a humanidade. Na minha visão, a ética cristã pode esclarecer com mais profundidade a importância da humanidade na constituição e evolução do universo, ao colocá-la como parâmetro de um cosmos que pensa a si mesmo, sendo o amor a força que norteia o todo e que só pode ser expresso de forma plena por meio do elemento humano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Manuel; Santos, Mário Miguel. *Introdução ao aprendizado de máquina*. São Paulo: Editora LTC, 2018.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BENTHAM, Jeremy; Mill, John Stuart. *Uma Introdução aos princípios da moral e da legislação*. São Paulo: Abril, 1984.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitu. Acesso em: 05 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 5 ago. 2025.

COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: Direito, Moral e Religião no Mundo Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CÓRDOVA, Paulo Roberto. *Inteligência Artificial*. Entre o fascínio e o medo. São Paulo: Contexto, 2025.

CORMEN, Thomas H.; Leiserson, Charles E.; Rivest, Ronald L.; Stein, Clifford. *Algoritmos: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

DURAN, Carlos *et al.* *Inteligência artificial: conceitos, aplicações e desafios*. São Paulo: Senac, 2020.

HEATH, James. *Inteligência artificial aplicada à medicina e outras áreas*. São Paulo: Atlas, 2019.

KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*. São Paulo: Edipro, 2003.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Prática*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

MERLE, Jean Christophe; Gomes, Alexandre Travessoni. *A Moral e o Direito em Kant: Ensaios Analíticos*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2007.

ONU. *Princípios Globais das Nações Unidas para a Integridade da Informação*. 2024. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/202407/ONU_PrincipiosGlobais_IntegridadeDaInformacao_20240624.pdf. Acesso em: 5 ago. 2025.

OCDE. *Artificial Intelligence: The Next Digital Frontier?*. 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org/going-digital/ai/>. Acesso em: 5 ago. 2025.

RUSSELL, Stuart; Norvig, Peter. *Inteligência Artificial: Estruturas e Estratégias para Solução Complexa de Problemas*. São Paulo: Pearson Education, 2017.

SANTOS, Lúcia Maria; Almeida, Felipe Rodrigues. *Inteligência artificial e suas implicações no direito e na educação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.

UNESCO. *Ethics of Artificial Intelligence*. 2021. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/artificial-intelligence/recommendation-ethics>. Acesso em: 5 ago. 2025.

ZEGZEBSKI, Laura. *Exemplarist Moral Theory*. Oxford: Clarendon Press, 2004.

SEÇÃO 3

ENFERMAGEM – PRÁTICAS INTEGRATIVAS – PREVENÇÃO – HUMANIZAÇÃO DO CUIDADO



ESPIRITUALIDADE E MUSICOTERAPIA: MEDIDAS NÃO FARMACOLÓGICAS A SEREM IMPLEMENTADAS PELO ENFERMEIRO COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO AO TRATAMENTO ONCOLÓGICO

Ana Paula Gonçalves dos Reis¹

Lorena dos Anjos Lourenço²

Yasmim Martins Guimarães³

Sofia Martins Moreira Lopes⁴

RESUMO

O câncer tem aumentado alarmantemente no mundo e a Organização Mundial da Saúde projeta 27 milhões de casos até 2030. Esse cenário envolve fatores genéticos, ambientais e de estilo de vida, destacando o papel essencial da enfermagem no apoio físico e emocional aos pacientes oncológicos. O Sistema Único de Saúde brasileiro, por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, implementou práticas como a musicoterapia, que tem efeito positivo no sistema imunológico, aliviando sintomas de estresse e influenciando hormônios relacionados ao bem-estar. A música atua como uma ferramenta terapêutica relevante ao reduzir dores e melhorar o estado emocional dos pacientes. Além disso, a espiritualidade emerge como um fator central, oferecendo aos pacientes oncológicos aceitação, resiliência e suporte para enfrentar a doença, promovendo laços mais fortes com familiares e profissionais de saúde. No tratamento oncológico, a enfermagem lida com o alívio da dor, exigindo uma abordagem integral que compreenda aspectos físicos, emocionais, sociais e espirituais. O acompanhamento desde o diagnóstico até o pós-tratamento exige práticas inovadoras e eficazes, contribuindo para uma assistência completa. Este trabalho utiliza revisão sistemática para investigar as práticas de enfermagem, destacando a neces-

¹ Nutricionista, enfermeira, pós-graduada em saúde pública e urgência e emergência. Mestre em educação e em diabetes. Professora da Faculdade Asa de Brumadinho.

² Bacharel em Enfermagem pela Faculdade Asa de Brumadinho.

³ Bacharel em Enfermagem pela Faculdade Asa de Brumadinho.

⁴ Doutora e mestre em Estudos Linguísticos pela FALE/UFMG. Professora da Faculdade Asa de Brumadinho.

cidade de aperfeiçoamento no manejo dos sintomas e buscando uma assistência oncológica mais qualificada e humanizada. Ainda que a musicoterapia e a espiritualidade sejam reconhecidas como ferramentas valiosas no cuidado oncológico, a falta de capacitação do enfermeiro para aplicá-las limita o potencial dessas práticas integrativas. A ausência de formação específica impede que o profissional explore plenamente seus benefícios, como a promoção de alívio emocional e resiliência nos pacientes. Nesse sentido, investir em qualificação torna-se indispensável para transformar o tratamento oncológico em uma experiência de cuidado integral, que vá além do manejo físico da doença. A preparação especializada do enfermeiro para utilizar a musicoterapia e espiritualidade aumenta o alcance do cuidado tradicional, ao criar espaços de alívio emocional e reconexão que vão além do físico. Capacitado a conduzir essas práticas integrativas, o profissional transforma o tratamento em uma experiência mais profunda, que fortalece a resiliência e cultiva um ambiente de apoio integral ao paciente.

Palavras-chave: Câncer; enfermagem; práticas integrativas; musicoterapia; espiritualidade.

ABSTRACT

Cancer has increased alarmingly in the world and the World Health Organization projects 27 million cases by 2030. This scenario involves genetic, environmental, and lifestyle factors, highlighting the essential role of nursing in the physical and emotional support of cancer patients. The Brazilian Unified Health System, through the National Policy of Integrative and Complementary Practices, has implemented practices such as music therapy, which has a positive effect on the immune system, relieving symptoms of stress and influencing hormones related to well-being. Music acts as a relevant therapeutic tool by reducing pain and improving the emotional state of patients. In addition, spirituality emerges as a central factor, offering cancer patients acceptance, resilience, and support to face the disease, promoting stronger bonds with family members and health professionals. In cancer treatment, nursing deals with pain relief, requiring a comprehensive approach that includes physical, emotional, social, and spiritual aspects. Follow-up from diagnosis to post-treatment requires innovative and effective practices, contributing to complete care. This study uses a systematic review to investigate nursing practices, highlighting the need for improvement in symptom management and seeking more qualified and humanized oncological care. Although music therapy and spirituality are recognized as valuable tools in cancer care, the lack of training of nurses to apply them limits the potential of these integrative practices. The absence of specific training prevents the professional from fully exploring its benefits, such as promoting emotional relief and resilience in patients. In this sense, investing in qualification becomes essential to transform cancer treatment into a comprehensive care experience, which goes beyond the physical manage-

ment of the disease. The specialized preparation of the nurse to use music therapy and spirituality increases the reach of traditional care, by creating spaces of emotional relief and reconnection that go beyond the physical. Trained to conduct these integrative practices, the professional transforms the treatment into a deeper experience, which strengthens resilience and cultivates an environment of integral support for the patient.

Keywords: Cancer; nursing; integrative practices; music therapy; spirituality.

I - INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, bem antes de os fármacos existirem, o ser humano já procurava por meios de tratamento para doenças. Os primeiros recursos terapêuticos dos quais se tem conhecimento são as plantas medicinais e a acupuntura, uma arte milenar muito utilizada no Ocidente. Em 2006, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, desenvolvendo técnicas baseadas em diversas práticas não medicamentosas. Em pacientes oncológicos, as terapias não complementares têm sido amplamente utilizadas, principalmente para tratar os efeitos colaterais do tratamento, tendo comprovações na minimização de dores, fadiga, anorexia, xerostomia e desconfortos gerados por náuseas e vômitos, além de aliviar as crises de estresse, ansiedade e depressão, distúrbios do sono, gerando melhor qualidade de vida (Menin, 2020).

Ao longo da história, o câncer se estabeleceu como um dos maiores temores da sociedade, causando até hoje sofrimento psicológico e físico aos indivíduos, independentemente de sua classe social, gênero ou idade (Oliveira, 2023). Conforme o Instituto Nacional de Câncer (2023), essa enfermidade representa um significativo desafio para a saúde pública mundial, figurando entre as principais causas de mortalidade e dificultando o aumento da expectativa de vida. De maneira geral, a prevalência, o impacto e a taxa de mortalidade associada ao câncer estão crescendo de forma acelerada ao nível global (Fuhr; Candaten; Schneider, 2024).

A palavra câncer é derivada da palavra grega *karkinos*, que significa caranguejo, e abrange mais de 100 tipos de doenças malignas classificadas segundo o tipo de célula infectada. Esta doença é caracterizada pelo crescimento celular anormal, que pode se espalhar para outras partes do corpo, conhecida como metástase (Fuhr; Candaten; Schneider, 2024). O enfermeiro, devido à sua proximidade com o paciente, pode perceber a dor emocional por meio de relatos verbais ou expressões, conhecida como dor da alma, psicológica ou espiritual. Portanto, é essencial que a equipe de enfermagem esteja atenta às atitudes do paciente para realizar intervenções personalizadas, levando em consideração a sua individualidade, o estilo de vida, as crenças e valores culturais, vi-

sando sempre melhorar a qualidade de vida (Danzmann; da Silva; Carlesso, 2020). Com o intuito de garantir um atendimento de qualidade ao paciente oncológico, a enfermagem pode contribuir com recomendações para melhorar a adesão aos tratamentos, conforme a Resolução do COFEN n.º 736/2024, que enfatiza a importância do Processo de Enfermagem no contexto socioambiental (Pessoa; Alves, 2024).

Entre os profissionais da equipe de saúde, a enfermagem tem um papel essencial no apoio a pessoas com câncer, adotando estratégias para reduzir o desconforto físico e emocional, visando melhorar a condição de vida desses pacientes (Fonseca *et al.*, 2021). É fundamental destacar a importância de considerar as complicações que podem advir do tratamento, bem como a necessidade de envolver a família e gerenciar o desgaste emocional, enfatizando a humanização dos cuidados. Nesse contexto, o enfermeiro pode utilizar abordagens complementares, tais como a musicoterapia e práticas espirituais, para promover o bem-estar emocional e espiritual do paciente (Rocha, 2020).

Esta condição impacta a vida dos pacientes de várias maneiras, incluindo, mas não se limitando a preconceitos, o receio de recidiva da doença, a falta de apoio social, inquietações referentes ao emprego, incertezas financeiras, variações de humor, entre outros aspectos (Rezende, 2023).

Diante disso, surge a seguinte pergunta problema para embasar a elaboração deste estudo e garantir uma pesquisa coesa e organizada: quais fundamentos justificam a adoção da musicoterapia e da espiritualidade nas práticas de tratamento oncológico pelos profissionais de enfermagem?

2. OBJETIVOS

2.1 - OBJETIVO GERAL

Identificar a importância da adesão às medidas não farmacológicas como auxílio ao tratamento de pacientes com câncer, enfatizando os benefícios da musicoterapia e da espiritualidade.

2.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar os impactos causados pelo câncer ao paciente oncológico e seus familiares;
- Investigar estratégias para auxiliar no alívio e controle da dor em pacientes oncológicos;
- Analisar a influência da musicoterapia e da espiritualidade na melhora da qualidade de vida dos pacientes;

- Identificar o papel e a importância do enfermeiro na implementação de medidas que promovam a espiritualidade e a musicoterapia no tratamento oncológico;
- Propor a capacitação de enfermeiros para a implementação dessas práticas.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa, visando realizar uma análise completa da literatura existente. Essa abordagem favorece discussões sobre resultados de pesquisas, além de gerar reflexões sobre a realização de futuros estudos, buscando auxiliar na compreensão dos avanços recentes e da eficácia das terapias clínicas para o tratamento dessa condição desafiadora e dolorosa (Dantas *et al.*, 2022).

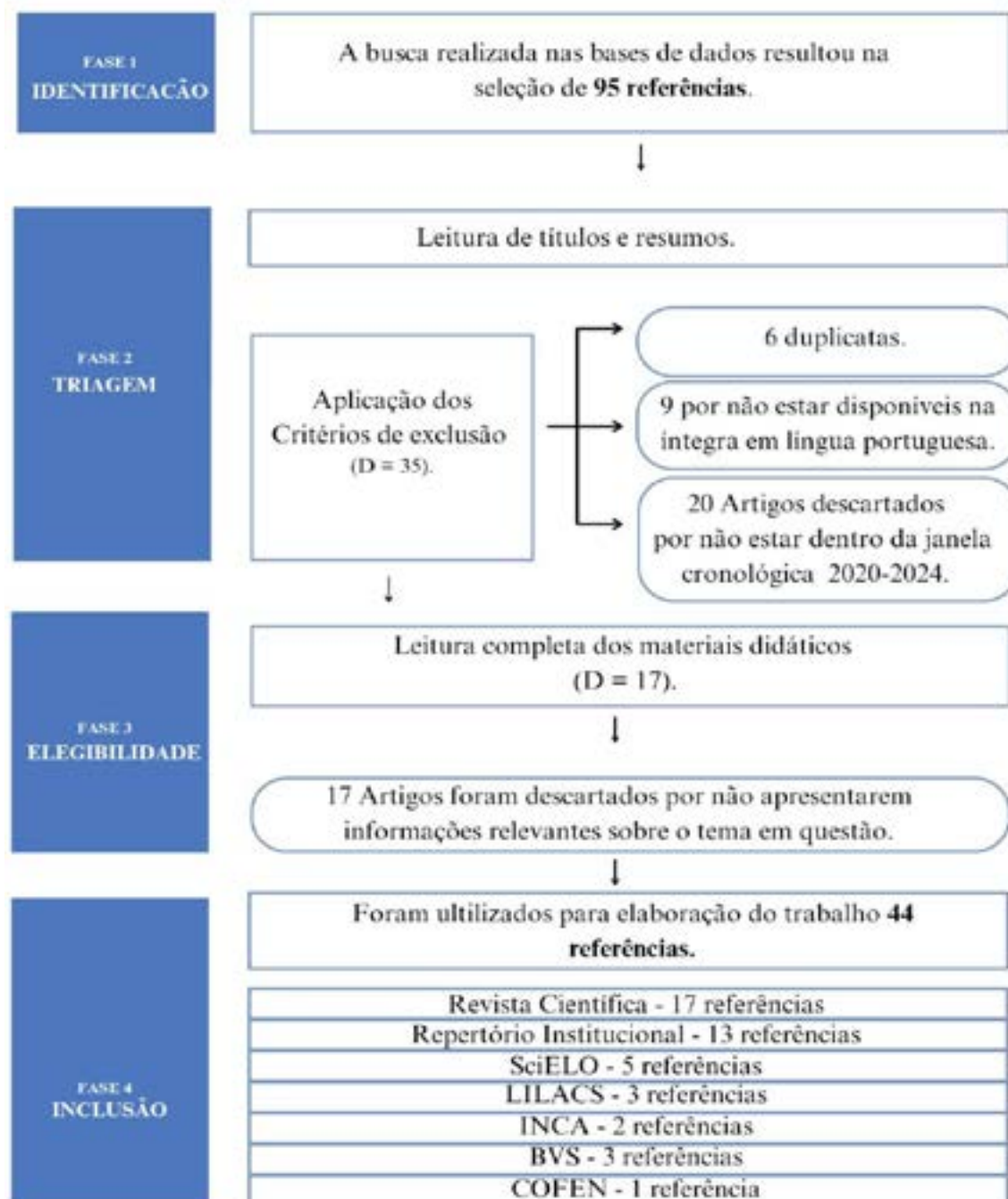
Foram utilizadas as bases de dados Repertório institucionais, Revistas Científica, Conselho Federal de Enfermagem – COFEN, Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde – BVS, *Brazil Scientific Electronic Library Online – SciELO Brasil*, Instituto Nacional de Câncer – INCA, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde – LILACS., com os seguintes descritores: dor oncológica, terapias complementares, musicoterapia, terapias espirituais e enfermagem oncológica. Para assegurar a relevância e a qualidade das informações, a seleção dos artigos foi restringida a publicações completas em língua portuguesa, priorizando estudos que se alinham ao tema e abrangendo um período recente de 2020-2024. Essa escolha temporal visa assegurar a inclusão das evidências mais atuais e significativas sobre as terapias disponíveis. A busca por artigos deu-se entre os meses de setembro e outubro de 2024.

O processo de seleção foi estruturado em quatro fases: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. Inicialmente, foi realizada uma triagem com base em títulos e resumos, a qual resultou na seleção de 95 artigos. Dentre esses, 20 foram excluídos por não estarem dentro do período estipulado, 06 foram removidos devido à duplicidade e 9 foram descartados por não apresentarem versão completa em português. Os artigos restantes foram analisados na íntegra para confirmar se estavam conforme os critérios estabelecidos. Foram aplicados critérios de exclusão para eliminar estudos que não se adequaram às categorias de pesquisa ou que não abordavam especificamente o tema em questão, resultando na exclusão de mais 17 artigos. Dessa forma, foram selecionados 42 artigos para a inclusão neste trabalho.

A coleta de dados inclui informações importantes sobre a musicoterapia e espiritualidade de modo geral, assim como o papel do enfermeiro no tratamento complementar de pacientes on-

cológicos. As informações foram examinadas e resumidas para oferecer uma perspectiva detalhada e atual sobre as estratégias empregadas no controle da dor.

FLUXOGRAMA I – METODOLOGIA



Fonte: Elaborada pelas Autoras.

4- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 O CÂNCER: COMPREENDENDO OS ASPECTOS FISIOLÓGICOS E EMOCIONAIS DA DOR NOS PACIENTES

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), o número de casos de câncer no mundo está aumentando rapidamente e pode atingir 27 milhões de pessoas em 2030, resultando em 17 milhões de mortes (Faria; Fagundes, 2020). Já as projeções para o Brasil entre 2023 e 2025 sugerem que haverá cerca de 704 mil novos casos de câncer, sendo que 483 mil desses casos são considerados, excluindo os cânceres de pele não melanoma, o que contribui para que essa doença seja uma das principais responsáveis por mortes precoces antes dos 70 anos (Pinto, 2024). No entanto, a ocorrência dos diferentes tipos de câncer varia bastante e é influenciada por elementos como genética, alimentação, meio ambiente e hábitos de vida, tais como o sedentarismo e o uso de cigarro, drogas e álcool (Faria; Fagundes, 2020).

Portanto, o câncer é uma patologia de origem multifatorial, caracterizada pela proliferação desordenada de células em um tecido específico, essa doença não transmissível resulta de mutações genéticas que podem começar em uma única célula e ser transmitidas às células descendentes, perpetuando o ciclo de mutação. O organismo possui mecanismos para corrigir essas mutações, mas nem sempre são eficazes. As mudanças no ácido desoxirribonucleico (DNA) são a origem do problema, com a proteína P53 desempenhando um papel central, que normalmente induz a apoptose (morte celular programada), mas sofre alterações devido a mutações no cromossomo 17, o que resulta em uma proteína defeituosa, incapaz de sinalizar a célula para a apoptose, contribuindo para o desenvolvimento de tumores (Nunes; Lopes; Rodrigues, 2021).

Em 1996, James Campbell, que presidia a Sociedade Americana de Dor (SBED), destacou uma declaração que reconhecia a dor como o quinto sinal vital. Campbell argumentou que, se a dor fosse tratada com a mesma atenção dedicada a outros sinais vitais, haveria uma probabilidade maior de se oferecer um tratamento mais eficaz (Nascimento *et al* 2020). Partindo desse ponto, a ocorrência e a gravidade da dor podem se intensificar à medida que a doença avança, resultando em desconforto físico, emocional, espiritual e funcional, o que torna essa experiência mais complexa do que simplesmente uma sensação corporal (Brandes *et al.*, 2023).

A dor oncológica é classificada como dor total, pois envolve a interação de fatores nociceptivos (terminações nervosas sensoriais responsáveis por transmitir a sensação de dor ao sistema nervoso central), emocionais, sociais e espirituais. Esse conceito abrange aspectos físicos (danos

aos tecidos e reações ao tratamento), psicológicos, sociais e espirituais (alterações na conexão com crenças e valores, além de sentimentos de desesperança) (Lima *et al.*, 2021). Deste modo, a avaliação desempenha um papel crucial na compreensão da dor, ajudando a identificar sua causa e, por consequência, analisando como ela afeta o indivíduo, isso envolve a consideração de aspectos da vida do paciente, além de suas experiências sensoriais, emocionais, comportamentais e intelectuais (Nascimento *et al.*, 2020).

As escalas de dor funcionam como ferramentas que auxiliam os profissionais de saúde a detectarem mudanças nos pacientes, permitindo assim a aplicação de intervenções adequadas. Esses instrumentos são fundamentais para assegurar que o tratamento seja eficaz e atenda às necessidades específicas de cada indivíduo (Oliveira *et al.*, 2022). Entre as escalas unidimensionais, a mais comum é a escala visual numérica, que consiste em uma linha reta numerada de 0 a 10, onde 0 representa sem dor e 10 indica a dor mais intensa (Nascimento *et al.*, 2020). Ainda nesse grupo, há também a Escala Visual Analógica (EVA), a qual é uma ferramenta unidimensional utilizada para avaliar a intensidade da dor. Ela é frequentemente estruturada entre dois extremos: sem dor (pontuação 0) e dor extremamente intensa (pontuação 10). Durante a avaliação, o paciente informa verbalmente o nível da dor que está sentindo naquele momento (Oliveira *et al.*, 2023).

Dentre os efeitos da doença, destacam-se os dermatológicos, que são comuns e podem ocorrer de forma localizada ou em todo o corpo. A perda de cabelo é o mais frequente, seguida de problemas nas unhas e na pele, como urticária, inflamação nas veias, manchas escuras e coceira. Esses problemas impactam significativamente a aparência e, por consequência, a autoestima dos pacientes, muitas vezes levando ao isolamento social (Faria; Fagundes, 2020).

A dor relacionada ao câncer e seus tratamentos afeta negativamente a qualidade de vida dos pacientes, abrangendo aspectos físicos, emocionais e espirituais. Embora opioides sejam usados no controle da dor, seus efeitos adversos e a necessidade de doses crescentes destacam a importância das terapias não farmacológicas. Intervenções psicossociais e técnicas de enfrentamento têm se mostrado eficazes no alívio da dor, complementando os tratamentos tradicionais e melhorando o bem-estar dos pacientes (Duarte, 2023). Ela representa um problema prevalente e desafiador, com impacto significativo na vida dos pacientes acometidos por câncer. Estudos indicam que a dor afeta entre 50% a 70% dos pacientes em fase inicial da doença, alcançando até 90% daqueles em estágio avançado. Além do sofrimento físico, a dor oncológica pode desencadear uma série de complicações, incluindo imobilidade, depressão, alterações do sono, dependência de medicamentos, ansiedade, medo e frustração (Zorzetti;

Zoppa; Ottman, 2024). O gráfico abaixo demonstra a relação entre a espiritualidade e a intensidade da dor relatada por pacientes oncológicos, na pesquisa realizada por Menezes;

Miranda (2022).

GRÁFICO 1 – RELAÇÃO ENTRE A INTENSIDADE DA DOR RELATADA POR
PACIENTES ONCOLÓGICOS



FONTE: (Menezes; Miranda, 2022) (Adaptada).

Além disso, o estresse ocasionado pela descoberta e pelo tratamento do câncer impacta não apenas nossa mente, mas também nosso corpo, gerando manifestações físicas como tensão muscular, palpitações e até problemas gastrointestinais. No contexto atual, somos constantemente impulsionados pela proatividade, quando uma enfermidade nos impede de desempenhar nossas atividades cotidianas, isso frequentemente resulta em grande estresse. Portanto, torna-se imprescindível adotarmos uma perspectiva de repouso e descanso, a fim de que nosso corpo consiga equilibrar os hormônios e revitalizar nossa energia (Cruz, 2024).

No que se refere ao diagnóstico do câncer, não é apenas a confirmação de uma doença grave, mas também o sofrimento, o medo da morte, o distanciamento da família e o peso emocional que podem afetar a evolução da doença. Cada pessoa tem uma percepção única da dor, influenciada por experiências de vida, por isso, ela vai além do aspecto físico, envolvendo também aspectos

sociais e psicológicos, os quais não podem ser medidos e se manifestam através da negação do diagnóstico ou tratamento (Carneiro, 2024).

Já em relação aos profissionais de enfermagem, lidar com a morte de um paciente configura um desafio emocional significativo, uma vez que suas ações estão geralmente voltadas para a cura e o restabelecimento da saúde. A perda de um paciente pode gerar sentimento de impotência e tristeza, exigindo dos profissionais um maior controle emocional e resiliência. A terminalidade da vida é um processo natural e inevitável, inerente ao ciclo de vida de todos os seres humanos, independentemente da presença de enfermidades. É essencial desmistificar a morte e abordá-la como uma etapa natural, enfatizando a importância de viver bem e com alegria até o último momento. A aceitação da finitude é uma realidade enfrentada por muitas pessoas, incluindo os profissionais de saúde, especialmente os enfermeiros que acompanham pacientes em seus momentos finais (Zorzetti; Zoppa; Ottman, 2024).

4.2 TRATAMENTOS ONCOLÓGICOS CONVENCIONAIS, COMPLEMENTARES E COADJUVANTES

A luta contra o câncer pode ser compreendida em duas perspectivas principais, a busca pela cura ou, quando esta não é possível, a adoção de estratégias que visam o controle e a manutenção da doença. Os quimioterápicos são medicamentos que combatem o crescimento celular, principalmente de células cancerosas. Eles agem interrompendo a produção de ácido desoxirribonucleico (DNA) e ácido nucleico (RNA), impedindo que essas células se multipliquem. Contudo, também afetam células saudáveis. Esses medicamentos são muito importantes no tratamento de tumores malignos (de Freitas; Ramos; Marinho, 2023). A quimioterapia é o tratamento mais utilizado por sua eficácia na cura e aumento da expectativa de vida, mesmo em pacientes com câncer avançado. Os quimioterápicos, administrados principalmente por via intravenosa, são substâncias tóxicas que podem causar complicações, como inchaço, feridas e danos aos tecidos, se houver extravasamento durante a aplicação (Faria; Fagundes, 2020). Embora cirurgias, radioterapias e quimioterapias sejam métodos reconhecidos de tratamento, os métodos não farmacológicos ou complementares podem aliviar a dor e a ansiedade, melhorar a comunicação entre profissionais e pacientes e promover conforto e equilíbrio emocional (Danzmann; da Silva; Carlesso, 2020).

O tratamento farmacológico dessa enfermidade é notoriamente agressivo, devido à complexidade da doença. Como citado acima acarreta efeitos colaterais significativos, tais como náuseas, fadiga extrema, perda de cabelo e aumento da suscetibilidade a infecções. Além disso, existem longos períodos de recuperação em casos de cirurgias, o que afeta diretamente o cotidiano

dos pacientes. Devido a isso, são indicadas medidas complementares para auxiliar no tratamento (Danzmann; da Silva; Carlesso, 2020).

No Brasil, por meio da Portaria N.º 971, de 3 de maio de 2006, atendendo às diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) e à crescente demanda da população, foi formalizada a implementação das Práticas Integrativas e Complementares (PICS) no Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC).

Atualmente, são oferecidas práticas integrativas à população, que se baseiam em sistemas médicos tradicionais, terapias energéticas, técnicas mente-corpo e manipulações corporais, alinhadas aos princípios da biologia. A utilização das PICS está conectada ao atendimento integral e proporciona diversos benefícios na redução dos sintomas. Inicialmente, apenas cinco modalidades foram incluídas. No entanto, com o avanço das publicações baseadas em evidências, em 2017, 14 novas práticas foram adicionadas. Novamente, em 2018, mais 10 práticas foram incorporadas, totalizando atualmente 29 modalidades disponíveis (Silva *et al.*,

2024). A tabela 1 abaixo apresenta as PICS conforme a relação de inclusão.

TABELA 1 - RELAÇÃO DE INCLUSÃO DAS PIC'S POR ANO

2006		2017	2018
5 práticas		14 práticas	10 práticas
Acupuntura, fitoterapia, termalismo.		Arteterapia, reiki, ayurveda, shantala, biodança, terapia comunitária integrativa, dança circular, yoga,	Apiterapia, aromaterapia, bioenergética, constelação familiar, cromoterapia, geoterapia, hipnoterapia, imposição de mãos, ozonioterapia e terapia de florais.
homeopatia, antroposofia		meditação, musicoterapia, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, reflexoterapia.	

Fonte: Elaborado pelas Autoras.

Diante disso, métodos como meditação, música e yoga são utilizados por pacientes oncológicos para aliviar a dor e proporcionar conforto. Estratégias não farmacológicas são benéficas como redução da ansiedade, melhora do sono e sensação de conforto; também podem reduzir a necessidade de medicamentos (Duarte, 2023). Uma abordagem holística, considerando a sensibilidade à dor, é essencial para garantir qualidade de vida. A dor envolve fatores fisiológicos, emocio-

nais, cognitivos e sociais. Quando os tratamentos convencionais falham, terapias complementares podem ser uma valiosa alternativa para gerenciar a dor (Silva *et al.*, 2024).

Vivenciar um câncer traz consigo diversas alterações no cotidiano pessoal e familiar, além de impactos nos âmbitos sociais, orgânicos, emocionais e espirituais. A terapia não farmacológica ou complementar auxilia no alívio da dor e da ansiedade desses pacientes, além de melhorar a comunicação entre profissionais e pacientes, com o intuito de promover conforto, acalmar, aliviar sintomas e diminuir as angústias (Danzmann; da Silva; Carlesso, 2020).

4.2.1 A MUSICOTERAPIA COMO AUXÍLIO AO TRATAMENTO ONCOLÓGICO

A música está em contato com a humanidade há milênios, muitos povos e culturas diferentes, em épocas distintas, vêm utilizando a música como recurso de cura e cuidado diário em seus rituais. Na África, por exemplo, a música está diretamente ligada ao desenvolvimento de atividades espirituais, ao contato entre a comunidade e a interação com a natureza (Pinto; Beltrame, 2023). Em países mais desenvolvidos, como Canadá e Reino Unido, há centros dedicados à interação musical, além de pesquisas avançadas que mapeiam a percepção musical e teorias sobre o uso da música no tratamento de doenças como depressão e ansiedade (Muszkat; Carrer, 2024).

A influência da música é enorme em nossos corpos, tão grande que se estende além da esfera musical, atuando constantemente em nosso cérebro e coração, aumentando ou diminuindo, ajustando ou desajustando as batidas do coração, promovendo o relaxamento ou a tensão, afetando a pressão arterial e o ritmo cardíaco, isso também se reflete nas reações emocionais e nos anseios (Japira; Ferreira, 2024).

Dentre as práticas utilizadas para o progresso na qualidade de vida dos pacientes oncológicos, a música surge como uma forma de humanização e melhora do humor. A Federação Mundial de Musicoterapia (*World Federation of Music Therapy*) afirma que a musicoterapia é empregada para executar intervenções, visando aprimorar o bem-estar físico, social, emocional, cognitivo, comunicativo, espiritual e a vida de grupos, famílias, comunidades e até mesmo de forma individual. A prática é aplicada no setor de saúde, em contextos sociais e educacionais, bem como no atendimento a pacientes com câncer e em cuidados paliativos, podendo oferecer bem-estar e conforto aos pacientes, familiares e até mesmo aos profissionais (Japira; Ferreira, 2024).

A música pode ser definida como uma combinação de sons rítmicos, harmônicos e melódicos, estando presente no cotidiano do ser humano, a natureza pode ser considerada o primeiro

contato com a linguagem musical que o homem teve após o nascimento. Estudos demonstram que, ainda dentro do útero, podemos nos conectar com o som através das pulsações do coração humano (Pinto; Beltrame, 2023).

Por outro lado Moreira (2024) conceitua o poder da música da seguinte forma: “A música tem o poder de influenciar o humor das pessoas. Se admiramos um artista ou uma música, isso vai de alguma maneira influenciar nosso comportamento. Isso ocorre com crianças, adolescentes e até mesmo com adultos”. A musicoterapia pode ser conceituada como “um processo de intervenção sistemática que, por meio das experiências sonoras e musicais, seja via músicas ou de instrumentos musicais, ajuda na recuperação da saúde do indivíduo” (Pinto; Beltrame, 2023).

Face ao exposto, o conceito de “ruído branco” é amplamente utilizado para acalmar tanto os bebês durante o sono. Este sono ou descanso deve ser compreendido não apenas como a ausência de atividades, mas como um estado ativo de recuperação (Cruz, 2024). O ruído branco pode ser conceituado como “um tipo de som caracterizado por ter uma distribuição de frequência uniforme, o que significa que todas as frequências em uma faixa de audição são emitidas com a mesma intensidade” Em termos práticos, o ruído branco é comumente empregado em contextos como mascaramento sonoro, terapia sonora ou na criação de uma “parede sonora”. Essa abordagem auxilia na ocultação de sons indesejados, promovendo, assim, um ambiente mais calmo e tranquilo (Albuquerque, 2024).

4.2.1.1 A MÚSICA SOBRE A ÓPTICA DA FISIOLOGIA

A música tem um grande efeito neuroquímico e, portanto, tem o poder de impulsionar positivamente o sistema imunológico, gerando bem-estar físico. Ela age impactando principalmente o cortisol, a ocitocina, a beta-endorfina, a testosterona e a imunoglobulina A, melhorando a interação mente e corpo, alterando o estado psicológico e as funções imunoendócrinas. Atuando diretamente no hipocampo, a música contribui para diversos processos, tais como aprendizado, formação e acesso à memória. Ela também atua no córtex, podendo repercutir em emoções, excitação fisiológica, expressão motora e processos motivacionais, podendo ser utilizada com finalidade terapêutica (Pinto; Beltrame, 2023).

De maneira geral, os ambientes hospitalares que apresentam uma diversidade de configurações entre espaços compartilhados e abertos tendem a facilitar a socialização. Em contrapartida, espaços menores e fechados proporcionam uma sensação de refúgio e acolhimento individual. No entanto, essas características podem resultar em um acúmulo sensorial de estímulos sonoros e vi-

suais, juntamente com o ruído gerado por interações e movimentações, contribuindo para uma atmosfera estressante para a maioria dos usuários. Essa elevada demanda de atenção cognitiva é conhecida como fadiga mental. Esse contexto gera nos pacientes uma sensação de aprisionamento, os sons cotidianos presentes em ambientes hospitalares, em sua configuração tradicional, podem não apenas dificultar a concentração dos colaboradores, mas também prolongar a internação e/ou o tratamento dos pacientes. Isso ocorre em virtude do aumento dos níveis de ansiedade e estresse experimentados, exacerbados pelo excesso de ruído. Nesse cenário, quando o ambiente construído carece de tratamento acústico, mesmo pequenos ruídos podem se tornar ensurdecedores para usuários, especialmente sensíveis ou propensos à distração, como aqueles diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), que podem estar acometidos de câncer (Albuquerque, 2024).

Segundo Muszkat e Carrer (2024), os estudos têm mostrado que a audição e a percepção musical podem permanecer até mesmo em pacientes em estado de coma ou minimamente conscientes. Nesse sentido, a música é um excelente estímulo sensorial para interação com esses pacientes, pois pode gerar resposta neurológica mensurável, liberando importantes neurotransmissores, como dopamina e serotonina, influenciando o humor e a intensidade das respostas emocionais.

Os estudos desenvolvidos evidenciam a influência das emoções no funcionamento do sistema imunológico e no equilíbrio hormonal, uma vez que as variações nos níveis de estresse estão associadas a hormônios como o cortisol e o deidroepiandrosterona (DHEA). Dessa forma, a música é frequentemente considerada uma terapia complementar eficaz para o tratamento de várias comorbidades, especialmente em contextos em que os medicamentos não apresentam a eficácia esperada ou onde há um impacto significativo na saúde mental, como ocorre no tratamento do câncer. Por essa razão, sua aplicação é viável e apresenta resultados bastante promissores (Pinto; Beltrame, 2023).

Em relação às terapias não farmacológicas, mesmo com a discussão da comunidade científica, as melhorias com a implementação delas são perceptíveis em parâmetros como a frequência cardíaca. Após essa influência, ocorre a modulação do sistema nervoso, promovendo o relaxamento corporal e, por consequência, resultando na diminuição dos hormônios associados ao estresse e na melhoria do estado de ânimo. A música pode desencadear uma variada gama de emoções, que podem ser intensas e profundamente evocativas. Enquanto as emoções naturais estão frequentemente ligadas a estímulos específicos e eventos da vida cotidiana, as emoções musicais são abstratas e subjetivas, variando conforme a cultura e o ambiente. Por exemplo, a mesma música pode gerar diferentes estímulos em pessoas distintas, abrangendo um espectro amplo de emoções, en-

volvendo alegria e tristeza, excitação ou relaxamento, além de sensações complexas que podem ser consideradas intangíveis (Muszkat;

Carrer, 2024).

4.2.2 A ESPIRITUALIDADE COMO FERRAMENTA AUXILIAR NO TRATAMENTO

Na Antiguidade, os egípcios tinham uma compreensão da saúde como um estado de harmonia entre o *ka* (corpo físico) e o *ba* (alma). Para essa civilização, a magia era concebida como uma força divina capaz de, em associação com a força criadora, realizar feitos aparentemente impossíveis, conectando o mundo visível ao invisível. Além dessa abordagem mística, os egípcios utilizavam tratamentos medicamentosos, cuidavam de fraturas e realizavam intervenções cirúrgicas para tratar diversas condições de saúde; já os antigos gregos, por sua vez, percebiam as doenças como manifestações de punições divinas. Médicos sacerdotes, que veneravam Asclépio, realizavam rituais destinados à manutenção da saúde comunitária. Durante a Idade Média, a religião assumiu um papel central nos cuidados de saúde. A assistência médica desse período era frequentemente proporcionada por instituições religiosas, como mosteiros, que se tornaram centros cruciais para o tratamento de enfermos. Esses locais não apenas ofereciam cuidados físicos, mas também promoviam suporte espiritual, reconhecendo a relevância da crença na recuperação e na prevenção de doenças (Jordán; Caminha; Barbosa, 2024).

A espiritualidade fundamenta-se na procura pessoal por um sentido e propósito para a vida e suas interações com o sagrado, e “pode ser considerada como uma filosofia da existência humana, gerando atitudes e sentimentos de compaixão, esperança e amor.” Além disso, a espiritualidade pode proporcionar vivências no processo saúde-doença, quando trabalhada nos contextos apropriados, gera benefícios, na prática (Malheiro et al., 2022). Como citado acima, a espiritualidade é vista como a busca pessoal por significados da vida que vão além do tangível, envolvendo uma conexão com algo maior que si, com ou sem a inclusão de uma relação com o sagrado, ou o transcendente (Salustiano, 2020).

A espiritualidade é concebida como a dimensão que fundamenta as interrogações relativas ao sentido e propósito da existência. O indivíduo manifesta sua espiritualidade via práticas e valores éticos e morais. Embora a espiritualidade seja um conceito distinto, é possível observar sua complexidade e abrangência, ela envolve a construção pessoal de respostas para questões de sentido, que são integradas a partir da vivência e da reflexão (Esperandio; Fernandes, 2020).

Hipócrates, figura central na medicina grega, enfatizava a necessidade de equilíbrio entre os humanos corporais e a harmonia entre a cultura e a natureza como fatores essenciais para a saúde. Ele defendia uma vida cultural rica, uma alimentação saudável e a prática de exercícios físicos, além de reconhecer a importância da harmonia com o cosmos para o bemestar (Jordán; Caminha; Barbosa, 2024).

O diagrama da figura 2 representa as relações entre espiritualidade, religiosidade e religião. A espiritualidade é considerada um conceito mais amplo, refletindo a necessidade humana de busca por sentido e propósito. Entretanto, religião refere-se a um sistema organizado de doutrinas e práticas que oferece respostas à “vontade de sentido” e facilita a conexão com o transcendente. Já a religiosidade, por sua vez, caracteriza-se como uma expressão pessoal. Em síntese, pode-se afirmar que a espiritualidade diz respeito às perguntas sobre o sentido da vida e à busca por respostas a essas questões fundamentais (Esperandio; Fernandes, 2020).

DIAGRAMA 1 – RELAÇÃO ENTRE A ESPIRITUALIDADE, RELIGIOSIDADE E RELIGIÃO



Fonte: (Esperandio; Fernandes 2020).

A imprecisão do conceito da espiritualidade se deve a três fatores: “a subjetividade inerente ao conceito; a dificuldade de diferenciação com conceitos psicossociais; e a sobreposição conceitual com a religião” (Dantas, Marchioro, 2020). De acordo com Borges e Marchi (2024, pág. 2), a *Association of American Medical Colleges* (AAMC) define o conceito mais aceitável de espiritualidade como:

Espiritualidade é reconhecida como um fator que contribui para a saúde de muitas pessoas. O conceito de espiritualidade é encontrado em todas as culturas e sociedades. Ela é expressa nas buscas individuais por um sentido último através da participação na religião e/ou crença em Deus, família, naturalismo, racionalismo, humanismo e nas artes. Todos esses fatores podem influenciar a maneira como os pacientes e os cuidadores profissionais da saúde percebem a saúde e a doença e como interagem uns com os outros. O processo de vida e morte, assim como suas interações com o sagrado/transcendente, não está necessariamente ligado a práticas religiosas.

Outras pesquisas indicam também uma conexão direta entre espiritualidade, aumento dos níveis de atividade física, alimentação equilibrada e diminuição do consumo de tabaco e drogas. Há também uma forte ligação entre a melhoria da saúde mental, especialmente em contextos de estresse elevado, o que se reflete em uma menor prevalência de ansiedade e depressão neste grupo de pacientes (Malheiro *et al.*, 2022). A espiritualidade tem se mostrado um potencial significativo na saúde física e mental dos indivíduos, permitindo que se avalie o paciente de uma forma mais abrangente. Isso envolve a consideração da sua singularidade e da interação com o ambiente, o que favorece o crescimento de abordagens preventivas, diagnósticas e terapêuticas. Nesse contexto, a Organização Mundial de Saúde (OMS), incluiu a relação entre espiritualidade e saúde, uma vez que o ser humano passou a ser visto como um ser “bio-psico-sócio-espiritual”. Esses elementos influenciam a maneira como as pessoas lidam com situações de estresse, dor e, principalmente, com problemas de saúde, promovendo mais aceitação, paz, autoconfiança e, conseqüentemente, facilitando o processo terapêutico (Malheiro *et al.*, 2022).

Nos últimos tempos, a espiritualidade impactou muito as condições de saúde da população, representando um fator social significativo a ser levado em conta na saúde pública. Os vínculos que unem a espiritualidade e a saúde são históricos e estão presentes ao longo da trajetória da humanidade, cogitando que, desde os tempos passados, os rituais de natureza religiosa e espiritual eram empregados para melhorar as condições de saúde dos habitantes. Historicamente, as culturas tradicionais reconheciam a importância da espiritualidade e buscavam a cura por meio de rituais e

cerimônias elaboradas que envolviam a participação do curador, do paciente e da comunidade, demonstrando que não era apenas pessoal, mas uma experiência de cunho coletivo (Rossato; Ribeiro; Comin, 2022).

Além disso, pesquisas sobre a espiritualidade focada em neoplasias revelaram que a prática espiritual tem um impacto positivo, resultando em menor mortalidade. Indivíduos com uma forte dimensão espiritual tendem a ser mais saudáveis, e os vínculos sociais formados por meio da espiritualidade promovem modificações benéficas nos comportamentos. A combinação dessa prática com outros fatores, como sexo e idade, resulta em alterações significativas na saúde. Aqueles que participam de atividades relacionadas a alguma crença uma vez ou mais por semana, têm uma expectativa de vida aumentada em sete anos em comparação com aqueles que nunca participaram dessas atividades (Salustiano, 2020).

O Art. 198 da Constituição Federal é um marco na saúde da população brasileira. Ele constitui o Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece diversas diretrizes, como a integralidade, abrangendo os aspectos físico e mental. Sendo assim, a saúde é um dever do Estado, pois, implica na qualidade de vida, uma vez que é um contexto amplo que abrange diversos direitos básicos, como educação, saneamento básico, atividades culturais e segurança. A OMS entende a espiritualidade como um fator importante para as pessoas em todos os aspectos e convida os Estados Membros a incluírem essa dimensão em suas políticas nacionais de saúde (Dantas; Marchioro, 2020). Na primeira aplicação das leis, ela não é referida; entretanto, em 15 de maio de 1984, o documento A37/33 da OMS a conceitua como um marco importante, destacando a espiritualidade como um dos pilares do cuidado em saúde. Dessa forma, a definição de saúde da OMS incluiu a dimensão espiritual, adotando uma abordagem multidimensional que considera os aspectos biológicos, psicológicos, sociais e espirituais da existência dos indivíduos (Rossato; Ribeiro; Comin, 2022).

Portanto, essas atividades são reconhecidas como importantes na vida das pessoas, influenciando estilos de vida e sua formação. Além disso, evidências científicas mostram resultados positivos ao incluí-las nos cuidados de saúde, o que levou organizações internacionais a destacar essa dimensão em seus documentos. (Rossato; Ribeiro; Comin, 2022).

4.2.2.1 PERSPECTIVAS E IMPACTOS GERADOS PELA ESPIRITUALIDADE COMO TERAPIA COADJUVANTE

Desde a antiguidade, a espiritualidade está associada ao campo da saúde. Alguns povos antigos acreditavam que as enfermidades estavam vinculadas a forças sobrenaturais e se apresen-

tavam como uma forma de punição. Ao longo do tempo, as convicções na espiritualidade foram dando lugar ao ceticismo e ao tecnicismo (Borges; Marchi 2024). Atualmente, a produção científica sobre saúde e espiritualidade tem sido estimulada, gerando algumas investigações a respeito da importância desse tema na formação universitária na área da saúde e de sua aplicação no dia a dia do cuidado (Dantas; Marchioro 2020).

Fisiologicamente falando, a espiritualidade influencia benéficamente a função cardíaca, endócrina, neuronal e imunológica, ao aprimorar o eixo hormonal do estresse. Além disso, pensamentos positivos originados de confiança, convicções e crenças geram reações fisiológicas favoráveis, como a redução de interleucina-6 (IL-6), que tem um papel crucial no controle de diversos processos fisiológicos e patológicos, além de outros mediadores inflamatórios que auxiliam na recuperação do paciente (Malheiro *et al.*, 2022).

Em relação à espiritualidade para pacientes com câncer, o reconhecimento de que a dor é uma parte intrínseca da experiência humana pode facilitar a aceitação da condição e estimular a busca por significado, mesmo em meio ao sofrimento. Essa perspectiva é crucial para o processo de enfrentamento, pois auxilia os indivíduos a desenvolverem resiliência e a encontrar apoio emocional em suas jornadas. A compreensão da dor como parte da experiência humana pode facilitar a aceitação dessa condição desafiadora, essa abordagem não apenas ajuda na aceitação do diagnóstico, mas também promove um enfrentamento mais saudável e positivo, permitindo que os indivíduos cultivem uma perspectiva de esperança e força. Dessa forma, a compreensão da dor é vista não apenas como um fardo, mas como um aspecto inerente à vida, pode promover práticas que favoreçam a espiritualidade e a conexão social. Essa abordagem contribui para um cuidado mais holístico e compassivo, permitindo que os pacientes demonstrem uma melhoria em sua qualidade de vida, mesmo diante dos desafios impostos pela doença (Bôas, 2024).

Para além do aspecto físico, a espiritualidade pode despertar sentimentos de empatia, harmonia e, conseqüentemente, aprimorar a relação entre pacientes e profissionais em exercício. Isso permite uma relação de trabalho mais produtiva e, sobretudo, um maior entendimento do paciente para o planejamento do cuidado de saúde. Portanto, a participação nessas práticas tem um efeito psicológico positivo nos pacientes, uma vez que proporcionam maior esperança, afeto e paciência para lidar com o processo de busca pela cura. É uma maneira de superar os desafios, fortalecendo e tranquilizando tanto os pacientes quanto seus familiares (Malheiro *et al.*, 2022). A espiritualidade desempenha um papel significativo na aceitação da doença, uma vez que promove um senso de propósito e significado na vida. Essa prática pode fortalecer as respostas imunológicas dos indi-

víduos, além de facilitar a formação de vínculos entre a equipe de saúde, o paciente e sua família (Jordán; Caminha; Barbosa 2024).

Ademais, a espiritualidade pode servir como um suporte nas adversidades da vida, proporcionando resiliência, bem-estar, conforto, segurança e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida (Jordán; Caminha; Barbosa 2024). Os pacientes desejam ser percebidos e tratados como indivíduos completos, não como enfermidades, possuindo aspectos físicos, emocionais e espirituais. Ao ignorar uma dessas partes, o indivíduo pode sentir-se incompleto, o que pode afetar de forma negativa o processo de tratamento. Portanto, é essencial que os profissionais de saúde considerem, respeitem e saibam lidar com as questões espirituais de seus pacientes, para que a prestação de cuidados seja eficaz, integral e totalmente humanizada. Assim, observa-se que o processo de recuperação ultrapassa frequentemente os tratamentos técnicos e físicos, necessitando de outras abordagens terapêuticas que abrangem a mente e os aspectos humanos do indivíduo (Malheiro *et al.*, 2022).

4.3 ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM

A equipe de enfermagem desempenha um papel crucial no tratamento da dor em pacientes com câncer, utilizando tanto medicamentos quanto técnicas complementares. Além disso, uma comunicação eficaz é essencial para garantir um atendimento mais humano, pois ajuda a fortalecer a relação entre o paciente e os profissionais de enfermagem, facilitando o cuidado. Nesse contexto, o enfermeiro assume a função de líder da equipe, assegurando que os cuidados sejam realizados de forma segura e eficaz (de Lima *et al.*, 2022). Na prática oncológica, a comunicação interpessoal desempenha um papel fundamental, especialmente ao lidar com informações difíceis que impactam a vida do paciente e de seus familiares. Um suporte multidisciplinar contínuo, aliado a relações interpessoais estreitas, pode promover intervenções eficazes de saúde e educação ao longo do tratamento oncológico. Os enfermeiros, que passam a maioria do tempo com os pacientes, têm um papel vital na identificação de efeitos adversos e na facilitação da comunicação durante a jornada de recuperação (Bezerra *et al.*, 2024).

Como mencionado acima, a equipe de enfermagem deve gerenciar a dor oncológica de maneira integral, considerando todas as facetas do paciente, incluindo as dimensões espiritual, emocional, psicológica, social e física. Isso deve ser feito por meio de planos de cuidado e estratégias que promovam o bem-estar do paciente oncológico, além de diminuir a dor relacionada ao seu estado de saúde atual. Adicionalmente, os procedimentos de enfermagem para o controle da dor oncoló-

gica devem incluir, além da avaliação da dor, uma anamnese completa, exame físico e uma abordagem psicossocial tanto para o paciente quanto para os familiares (Santos *et al.*, 2024).

Durante o processo de orientação, o enfermeiro especializado em oncologia deve levar em conta as crenças, a cultura e os estilos de vida de cada paciente. Isso é importante para eles entenderem sua posição diante da situação em que se encontram, afastando-se das ideias comuns que permeiam muitas vezes o cotidiano (Faria; Fagundes, 2020).

A situação do paciente com câncer é caracterizada por um sofrimento constantemente envolto em ansiedade, depressão, medo e ira. Esses sentimentos afetam o comportamento do paciente e sua percepção da dor física no dia a dia. A equipe multidisciplinar, composta por profissionais de diversas áreas, deve estar empenhada em alcançar resultados que promovam o bem-estar do paciente (Cordeiro, 2024). No contexto do tratamento, há várias complicações associadas. É importante levar em conta o envolvimento familiar, o desgaste emocional e todos os aspectos humanos afetados pela constante presença do sofrimento, desde o diagnóstico até os estágios avançados do câncer (Rocha, 2020). Os profissionais de enfermagem desenvolvem um relacionamento com os familiares dos pacientes, orientando-os e definindo suas responsabilidades durante o tratamento. Dessa forma, devem ir além de sua atuação profissional e acompanhar o progresso do paciente ao longo do tratamento, destacando a importância de certas atitudes para melhorar a qualidade de vida do paciente (Faria; Fagundes 2020).

Os profissionais que cuidam desses pacientes com câncer estão percebendo a importância de ajudá-los a se sentirem bem com sua aparência, isso pode ter um impacto crucial no apoio emocional e psicológico, ajudando na superação dos efeitos colaterais da doença e do tratamento (Pio; Aida; Pio, 2024). Porque o câncer possui uma alta capacidade de impactar a funcionalidade em geral, o manejo dos sintomas oncológicos é desafiador. Os pacientes tendem a apresentar diversos sintomas associados, e, nesse contexto, é necessária uma intervenção multidisciplinar por profissionais qualificados para a aplicação de medidas farmacológicas e não farmacológicas (de Souza *et al.*, 2024). O cuidado em enfermagem envolve estar atento às queixas do paciente, que precisam ser identificadas pela equipe quanto antes. Nesse contexto, o enfermeiro desenvolve uma proximidade significativa com o paciente, o que lhe permite identificar as principais dificuldades que surgem durante o tratamento (Fonseca *et al.*, 2021).

Na área da Enfermagem, os desafios enfrentados pelos profissionais transcendem as funções gerenciais e educativas, abrangendo também o sofrimento e a dor dos pacientes com doenças que ameaçam a vida. O manejo dessas condições graves, especialmente nos cuidados de fim de

vida, representa um dos maiores desafios da prática, uma vez que os enfermeiros são testemunhas das diversas alterações físicas, psicossociais, emocionais e espirituais vivenciadas por pacientes e seus cuidadores (Zorzetti; Zoppa; Ottman 2024).

A Resolução do COFEN N.º 736/2024 dispõe sobre a implementação do Processo de Enfermagem, promovendo a qualidade do atendimento e do cuidado de enfermagem (Pessoa, Alves 2024). Porém, há uma grande falta de treinamento adequado dos profissionais de saúde, visto que muitos não são preparados para abordar essas terapias quando necessário, devido à ausência desse tema em sua formação acadêmica. Em um estudo realizado no estado de São Paulo, 83% dos enfermeiros afirmaram considerar a abordagem espiritual importante, mas 67% relataram não ter recebido nenhuma formação sobre o tema durante a graduação (Salustiano, 2020).

Para que os profissionais de enfermagem contribuam de forma mais eficaz no enfrentamento do câncer, é essencial que estejam emocionalmente preparados para apoiar o paciente em qualquer situação. Isso permite que eles estabeleçam um vínculo afetivo, mas sempre mantendo um alto nível de profissionalismo (Fonseca *et al.*, 2021). Entre as estratégias não farmacológicas reconhecidas pelos enfermeiros, destacam-se os seguintes aspectos: orientações sobre posicionamento para alívio da dor, além de oferecer suporte emocional e escuta ativa. A adoção dessas medidas, de maneira personalizada e como complemento ao tratamento medicamentoso, pode ter um impacto significativo no alívio da dor e na melhoria da qualidade de vida (Pessoa, Alves 2024). Proporcionar alívio da dor é um direito do paciente e uma responsabilidade ética dos profissionais de saúde comprometidos com a qualidade e a humanização da assistência (Gimenes, 2020).

O câncer impõe desafios significativos a todos os envolvidos no processo de adoecimento, resultando em desestruturação familiar, medo da dor e da morte, exaustão, solidão e desesperança. Os cuidadores frequentemente sacrificam suas rotinas pessoais para atender às necessidades dos pacientes. Embora os profissionais de saúde reconheçam a importância da comunicação como um recurso terapêutico, muitos não dispõem de conhecimento adequado sobre técnicas de comunicação terapêutica, o que leva à evitação do contato verbal com pacientes em fase terminal (Bezerra *et al.*, 2024). É fundamental entender como o paciente com câncer lida com as etapas do diagnóstico e do tratamento. Isso permite oferecer um cuidado de saúde adequado à realidade do paciente oncológico, levando em consideração seus sentimentos, dificuldades e as atitudes que ele manifesta ao longo de todo o processo terapêutico (Fonseca *et al.*, 2021).

A integração da espiritualidade por parte dos profissionais de enfermagem no cuidado de pacientes com câncer é crucial para um atendimento mais humanizado. Os pacientes manifestam

o desejo de receber tratamentos que levem em conta suas crenças espirituais, especialmente em condições de saúde críticas que ameaçam suas vidas. Os profissionais de saúde devem promover práticas espirituais visando oferecer um direcionamento terapêutico mais eficaz que atendam suas necessidades (Salustiano, 2020).

Dentro desse contexto, destaca-se a figura do enfermeiro, cuja função é indispensável desde o diagnóstico até o acompanhamento pós-tratamento, oferecendo um cuidado que abrange tanto os aspectos físicos quanto emocionais dos pacientes. Atualmente, a enfermagem se depara com uma limitação no que tange à implementação de terapias não convencionais. Além disso, observa-se uma carência de mecanismos e legislações que regulamentem o uso dessas abordagens (Pinto; Beltrame, 2023).

5 DISCUSSÃO E RESULTADOS

A oncologia é uma área que exige um alto nível de cuidado por parte da enfermagem, que deve atuar com empatia e sensibilidade. Os profissionais dessa especialidade têm contato direto com a dor e com as reações inesperadas que surgem à medida que os pacientes enfrentam momentos de desesperança (Fonseca *et al.*, 2021). A quimioterapia é o tratamento mais eficaz contra o câncer, porém aumenta as chances de problemas gastrointestinais, perda de apetite, lesões na pele, inflamação na boca, formigamento, tremores, além de comprometer a nutrição, os sentidos e a capacidade de locomoção. Embora esses medicamentos sejam altamente tóxicos e possam causar efeitos colaterais, eles têm o potencial de curar e prolongar a vida do paciente (Faria; Fagundes, 2020).

Apesar de reconhecerem a relevância das terapias não farmacológicas para o alívio da dor, os enfermeiros priorizam frequentemente as intervenções farmacológicas devido à elevada carga de trabalho. No entanto, existem diversas alternativas não medicamentosas que podem ser implementadas por enfermeiros, suas equipes e familiares, visando complementar o tratamento da dor em pacientes. Dentre as estratégias não farmacológicas conhecidas e utilizadas pelos profissionais de enfermagem, destacam-se as orientações sobre posicionamento para alívio da dor. Essas intervenções podem ser eficazes na promoção do conforto e na melhora da qualidade de vida dos pacientes, contribuindo para um cuidado mais integral e humanizado (Zorzetti; Zoppa; Ottman 2024).

Portanto, é necessário planejar o tratamento para assegurar um atendimento de qualidade ao paciente oncológico, para que a enfermagem possa contribuir com recomendações para a melhora da adesão aos tratamentos (Pessoa, Alves, 2024). A dor só pode ser tratada se for devida-

mente analisada. O aspecto fundamental é que os profissionais precisam avaliar a sua intensidade e considerar cuidadosamente os métodos utilizados nos instrumentos de avaliação. Isso garante que o tratamento seja adequado e eficaz, permitindo uma abordagem mais precisa para o alívio da dor. Essa ênfase na avaliação é crucial para entender e atender às necessidades dos pacientes (Hora; Alves, 2020).

No entanto, observa-se que muitos profissionais de enfermagem ainda possuem conhecimento limitado sobre a avaliação da dor, especialmente em pacientes com câncer. Isso evidencia a necessidade de uma melhor capacitação dos enfermeiros e de um programa contínuo de educação para aprimorar o cuidado oferecido a esses pacientes. Para garantir um controle eficaz dela, é fundamental que sua avaliação seja feita de forma rigorosa (de Lima *et al.*, 2022).

Durante a internação, a dor pode impactar funções fisiológicas e metabólicas, aumentando complicações e atrasando a recuperação. Quando não tratada adequadamente, a dor passa de aguda para crônica, resultando em custos sociais e financeiros. Os enfermeiros desempenham um papel crucial na avaliação e no controle da dor, utilizando intervenções farmacológicas e não farmacológicas. Segundo a NANDA-I, a dor aguda é definida como uma experiência sensorial e emocional desagradável relacionada a uma lesão tecidual real ou potencial, que pode iniciar de forma súbita ou gradual, variando em intensidade e durando menos de três meses (Gimenes, 2020).

Dentre as terapias não farmacológicas disponíveis, a musicoterapia se destaca por efeitos que promovem o relaxamento dos pacientes (Malheiro *et al.*, 2022). Sendo uma abordagem terapêutica valiosa, que diminui a ansiedade e ajuda a amenizar a dor. As escolhas musicais podem ser feitas com base nas preferências do paciente, estabelecendo um ambiente tranquilo e favorável ao bem-estar. Dessa forma, as opções de terapia não farmacológicas se tornam recursos essenciais no tratamento da dor oncológica, complementando a medicação e proporcionando um cuidado mais integral e humanizado. A capacitação profissional e a comunicação eficaz com o paciente, são fundamentais para o bom resultado dessas terapias. É importante destacar que ainda carecemos de estudos sólidos que comprovem a eficácia da música como uma ferramenta auxiliar no tratamento de doenças (Pinto; Beltrame, 2023).

Já a espiritualidade não é formalmente considerada uma prática integrativa pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) devido à sua subjetividade e à diversidade de definições entre diferentes culturas e indivíduos. Ela não possui protocolos terapêuticos padronizados, como as práticas reconhecidas pela política. No entanto, a espiritualidade pode se enquadrar no cuidado em enfermagem ao ser utilizada como uma ferramenta de suporte emocio-

nal, ajudando os pacientes no enfrentamento de doenças, especialmente no contexto oncológico, complementando as outras práticas terapêuticas e promovendo bem-estar. Embora tenha havido um reconhecimento da relevância da terapia não farmacológica no controle da dor, a enfermagem frequentemente prioriza intervenções medicamentosas devido à alta demanda dos profissionais. Contudo, existem diversas alternativas não medicamentosas que podem ser implementadas por enfermeiros, suas equipes e famílias, com o intuito de complementar o manejo da dor em pacientes (Carneiro, 2024).

A inclusão da espiritualidade e da musicoterapia, nos debates das faculdades vem sendo reconhecida cada vez mais na relevância da espiritualidade, tanto na formação do profissional quanto na relação com o paciente (Borges, Marchi 2024). A espiritualidade frequentemente se manifesta em contextos relacionados ao cuidado da saúde. O engajamento com a crença em algo contribui para uma perspectiva mais positiva sobre o entorno. Além disso, a conexão com a música e o equilíbrio entre mente, corpo e alma fundamentam-se em uma força espiritual. Estar em paz consigo mesmo, experimentar harmonia e cultivar esperança são fatores que preveem uma boa qualidade de vida e a superação de doenças (Menin, 2020). A espiritualidade agrega um aspecto humanizado ao tratamento, pois, quando a ciência não tem a resposta para a situação do paciente, o ato de ouvir, oferecer apoio e assegurar que a pessoa possa vivenciar sua espiritualidade pode trazer alívio e conforto (Fonseca *et al.*, 2021). Além disso, em relação à espiritualidade, existe o receio de influenciar as crenças dos pacientes, o que pode ser mal interpretado e gerar desconforto, rompendo o vínculo e tornando o tratamento menos relevante (Malheiro *et al.*, 2022).

Devido à incerteza nos cuidados terapêuticos e ao impacto do avanço das células cancerígenas no corpo, o paciente acaba ficando vulnerável a emoções negativas, o que influencia seu processo de decisão em relação ao uso dos recursos disponíveis para combater o câncer. É importante considerar a percepção que o paciente com câncer tem sobre sua condição, nova rotina e hábitos de vida, além de um diagnóstico precoce e tratamento adequado, é essencial manter uma boa qualidade de vida e equilíbrio emocional. Essas condições favorecem uma maior satisfação durante o tratamento e fortalecem a confiança no processo terapêutico (Fonseca *et al.*, 2021).

É essencial que os enfermeiros oncológicos possuam um conhecimento aprofundado sobre a doença, os tratamentos disponíveis, os potenciais efeitos colaterais e os cuidados de enfermagem adequados. Como membros fundamentais da equipe de saúde, eles oferecem assistência personalizada, promovendo a humanização na comunicação das notícias e contribuindo para a qualidade de vida dos pacientes. O apoio à família também é crucial em todas as fases do tratamen-

to, auxiliando no alívio das dores e sofrimentos, e criando um ambiente mais acolhedor e reconfortante para todos os envolvidos nesse processo (Bezerra *et al.*, 2024).

Assim, a adoção de uma revisão sistemática torna-se fundamental para evidenciar as intervenções de enfermagem e a necessidade de integrar inovações no manejo da patologia, visando aprimorar as características do tratamento oferecido (Almeida; da Silva; Arruda 2024).

Segundo Barboni (2022), as perspectivas futuras para as Práticas Integrativas e Complementares (PICs) mostram uma tendência de maior integração dentro do sistema de saúde, possibilitando a adoção de abordagens que levem em conta o bem-estar emocional e espiritual dos pacientes. Em relação à espiritualidade e à musicoterapia, elas têm sido destacadas pelo seu potencial em oferecer conforto e aliviar os sintomas em casos de doenças severas, como o câncer. Relacionado ao fato de que essas práticas têm a capacidade de diminuir os níveis de estresse, ansiedade e depressão, contribuindo para uma qualidade de vida superior. A inclusão dessas abordagens nos tratamentos convencionais, principalmente no âmbito do SUS, pode sinalizar um avanço significativo na atenção holística, que considera a saúde física, emocional e espiritual do indivíduo, devendo haver uma inclusão e melhora no currículo profissional para aplicação delas.

Os profissionais percebem a relevância dos temas na prática clínica e desejam implementá-los, mesmo que a maioria se sinta despreparada para isso. Esse despreparo reflete a falta de abordagem desse tema durante a formação do currículo profissional. Como resultado, estabelece-se um “círculo vicioso” entre a falta de formação e a insegurança em incorporar os temas na prática clínica, há insipiência de trabalhos acessíveis sobre a elaboração de um modelo de saúde que inclua a espiritualidade e a musicoterapia no dia a dia. Isso complica a preparação dos profissionais para este assunto, já que eles precisam compreender o conceito espiritual como algo que está além de julgamentos, ideias pré-definidas e, principalmente, preconceitos, uma vez que se trata de algo extremamente pessoal e singular. Contudo, é marcado então pela insegurança em integrar terapias e pela falta de capacitação dos profissionais, criando um loop interminável onde a espiritualidade e a musicoterapia é negligenciada (Malheiro *et al.* 2022).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O câncer é uma doença complexa que afeta diversos aspectos da vida dos pacientes, incluindo suas dimensões biológicas, psicológicas, sociais e espirituais. Sendo uma doença grave, com uma alta taxa de mortalidade e um tratamento muitas vezes longo e doloroso, é fundamental

incorporar terapias complementares que ajudem não apenas durante o tratamento, mas também no apoio aos familiares.

Nesse sentido, práticas como a musicoterapia e o foco na espiritualidade podem ser muito úteis para reduzir o estresse e melhorar o bem-estar dos pacientes, especialmente no que diz respeito ao alívio da dor. A musicoterapia utiliza elementos musicais para promover a saúde em várias dimensões. Em situações difíceis, como o tratamento de doenças graves, essa abordagem pode ajudar os pacientes a lidarem com o sofrimento, oferecendo relaxamento e uma conexão mais profunda com sua espiritualidade.

Já a espiritualidade é frequentemente integrada em conjunto com a musicoterapia, onde os pacientes têm a oportunidade de encontrar significado e paz durante o tratamento. A música pode ser um meio poderoso para expressar sentimentos que são muitas vezes difíceis de compartilhar, proporcionando momentos de reflexão e autoconhecimento. Essas práticas complementam os tratamentos convencionais, oferecendo um cuidado mais humano e abrangente.

Entretanto, a falta de formação específica para enfermeiros nessas áreas pode dificultar a aplicação dessas práticas na rotina do dia a dia da enfermagem. Por isso, é essencial capacitar os profissionais e incluir essas abordagens nos cursos de graduação, isso pode melhorar a qualidade do atendimento, promovendo um cuidado que leve em consideração as necessidades individuais dos pacientes. Assim, espera-se que a espiritualidade seja plenamente reconhecida e integrada como uma Prática Integrativa e Complementar em Saúde (PICS). Além disso, é desejável que as PICS recebam maior ênfase nos currículos de formação dos profissionais de saúde e sejam incorporadas de forma mais consistente nas políticas públicas de saúde.

É importante também que os profissionais de saúde estejam abertos a essa conversa e reconheçam a importância da espiritualidade e da musicoterapia no tratamento do paciente, sendo assim, não só fortalece o relacionamento entre a equipe de saúde e o paciente, mas também pode facilitar a adesão ao tratamento, fazendo com que os pacientes se sintam compreendidos em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ciro Ferrer Herbster. **Arquitetura hospitalar responsiva à neurodiversidade: repensando o ambiente construído em função da diversidade sensorial infantil.** Disponível em: <https://pdf.blucher.com.br/designproceedings/eneac2024/824091.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

ALMEIDA, Jessica Lima; SILVA, Raimundo Neto Moreirada ; ARRUDA, Alaine Lima de. **A importância da atuação assistencial da enfermagem às mulheres portadoras de câncer de ovário (enfermagem)**. Repositório Institucional, v. 2, n. 2, 2024. Disponível em: <https://revistas.icesp.br/index.php/Real/article/view/4935> Acesso em: 16 set. 2024.

BARBONI, Viviana Graziela deAlmeida Vasconcelos. **Panorama e perspectivas teóricometodológicos das práticas integrativas e complementares em saúde (PICS) na formação profissional em educação física em universidades públicas brasileiras**. 2022. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.39.2022.tde-21122022-173614>. Acesso em: 12 out. 2024.

BRANDES, Samantha *et al.* **Espiritualidade e dor em pacientes com câncer de mama metastático**. Revista Bioética, v. 31, p. e3262PT, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/jDVDpRxG6BqVdHgvy5W5HqN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2024.

BEZERRA, Ryan Bóris Braz *et al.*, **Desafios e perspectivas da enfermagem oncológica frente a comunicação**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 10, p. 3156-3168, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i10.16176>. Acesso em: 06 set. 2024.

BÔAS, Fernanda Villas. Buda para iniciantes: **As lições do mestre que desenvolveu um método para eliminar o sofrimento**. Editora Alto Astral, 2024. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=IW8UEQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=FRASES+DE+BUDA&ots=iQnH6p_z1O&sig=y2PS6rG2VCoUfRYCtvUFLczdOBU#v=onepage&q=FRASES%20DE%20BUDA&f=false. Acesso em: 18 set. 2024.

BORGES, Heloisa Ribeiro; MARCHI, Evaldo. **Espiritualidade e saúde dos estudantes de medicina**. RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber, v. 1, n. 1, 2024. Disponível em: <https://submissoesrevistacientificaosaber.com/index.php/rcmos/article/view/535> Acesso em: 17 set. 2024.

BOTTEGA, Fernanda Hanke; FONTANA, Rosane Teresinha. **A dor como quinto sinal vital: utilização da escala de avaliação por enfermeiros de um hospital geral**. Texto & Contexto- Enfermagem, v. 19, p. 283-290, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/gZNNrNTftvjFWrfWJyvWjRg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2024.

CARNEIRO, Micaelle de Sousa. **A dor vivenciada pelos pacientes oncológicos em terminalidade e atuação dos profissionais de enfermagem mediante o alívio da mesma**. 2024. Disponível em: <https://repositorio.unifasipe.com.br:4000/xmlui/handle/123456789/792>. Acesso em: 15. out 2024.

COFEN – Conselho Federal de Enfermagem. **Resolução nº 736, de 17 de janeiro de 2024.** Dispõe sobre a implementação do Processo de Enfermagem em todo contexto socioambiental onde ocorre o cuidado de Enfermagem. Brasília (DF); 2024. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2024/01/ResolucaoCofen-no-736-2024>. Acesso em: 12 out. 2024.

CRUZ, Emerson. **O Básico não se negocia: A ciência e a arte de viver bem.** Viseu, 2024. Disponível em: [//books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=8CwVEQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA3&dq=White+Noise+ruido+branco+como+calmante+para+bebes&ots=0FXOwwgVun&sig=vO3Z1Kq7nd_k49uzU47GqQh7WTQ#v=o_nepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=8CwVEQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA3&dq=White+Noise+ruido+branco+como+calmante+para+bebes&ots=0FXOwwgVun&sig=vO3Z1Kq7nd_k49uzU47GqQh7WTQ#v=o_nepage&q&f=false). Acesso em: 04 set 2024.

DANTAS, Rosa Amélia; MARCHIORO, Murilo. **Ensino de saúde e espiritualidade: uma proposta de conteúdos para graduações da área da saúde;** 2020. DOI: <https://doi.org/10.29380/2020.14.16.13>. Disponível em: https://www.academia.edu/download/87156868/ensino_de_saude_e_espiritualidade_uma_proposta_de_conteudos_para.pdf. Acesso em: 04 out. 2024.

DANZMANN, Pâmela Schultz; SILVA, Ana Claudia Pinto; CARLESSO, Janaina Pereira Pretto. **Psico-oncologia e amparo a pacientes com câncer: uma revisão de literatura.** *Psicologia e Saúde em Debate*, v. 6, n. 1, p. 244-255, 2020. Disponível em: <http://www.psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/V6N1A17>. DOI: 10.22289/2446-922X.V6N1A17. Acesso em: 06 set. 2024.

ESPERANDIO, Mary Rute Gomes; FERNANDES, Marcio Luiz. **A pesquisa em espiritualidade, bioética e saúde no Brasil e na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR.** Disponível em: https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:voVaGZpiNMJ:scholar.google.com/+rases+sobre+saude+e+espiritualidade&hl=ptBR&as_sdt=0,5&as_ylo=2020. Acesso em: 20 out. 2024.

FUHR, Camila Maria; CANDATEN, Aline; SCHNEIDER, Taiane. **Desafios do câncer ao longo do tempo.** *Revista de Ciências da Saúde – Reviva*, v. 3, n. 2, 2024. Disponível em: <https://revistas.uceff.edu.br/reviva/article/view/627>. DOI: 10.34119/bjhrv7n1-319. Acesso em: 07 set. 2024.

GIMENES, Amanda Brassaroto *et al.* **O registro da dor aguda em pacientes hospitalizados.** *BrJP*, v. 3, p. 245-248, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/brjp/a/wSpBF6zTp9BqTynC3CgzZnn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2024.

HORA, Tássia Catiuscia Nascimento Silva da; ALVES, Iura Gonzalez Nogueira. **Escala para a avaliação da dor na unidade de terapia intensiva: revisão sistemática.** *BrJP*, v. 3, p. 263- 274, n2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/brjp/a/DBczpdgpnZMkXDRvwzsGwhS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2024.

INCA – Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Brasil). **Estimativa 2023: incidência de câncer no Brasil / Instituto Nacional de Câncer**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/3700>. Acesso em: 21 set.2024.

JAPIRA, Danielle Fernanda; FERREIRA, Ana Cláudia Barbosa Honório. **Música terapêutica como medida de enfrentamento para pacientes sob cuidados oncológicos**. Revista Brasileira de Cancerologia, v. 70, n. 3, 2024. Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/4723>. DOI: 10.32635/21769745.RBC.2024v70n3.4723. Acesso em: 07 set. 2024.

JORDÁN, Pádua Walfrido; CAMINHA, Maria de Fátima Costa; BARBOSA, Leopoldo Nelson Fernandes. **Espiritualidade e saúde**. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 24, n. 9, p. e17394, 29 set. 2024. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/17394/9212>. Acesso em: 01 out. 2024.

JUNIOR, José de Ribamar Medeiros Lima *et al.* **Percepção da espiritualidade e religiosidade de pacientes hospitalizados em unidade de terapia intensiva. Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 9, p. e10779-e10779, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/10779>. DOI: 10.55905/revconv.17n.9-261. Acesso em: 07 set. 2024.

KOSLOSKI, Ana Carolina; MODZELEWSKI, Camily Nunes; COSTA MOREIRA DA, Samantha Ferreira. **O efeito da palhaçoterapia durante o tratamento de pacientes em hemodiálise**. In: Anais Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar (ISSN 2527-2500) & Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar. 2024. Disponível em: <http://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/coloquio/article/view/3910>. Acesso em: 13 set.2024.

LIMA, Delza Correia *et al.* **Avaliação da dor em pacientes com diagnóstico de câncer de colo do útero em Sergipe**. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 13, n. 3, p. e6573-e6573, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/6573/4295>. Acesso em: 27 out. 2024.

MALHEIRO, Rafaela Frota *et al.* **Saúde, espiritualidade e religiosidade na visão dos estudantes de medicina**. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 15, n. 2, p. e9779-e9779, 2022. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e9779.2022>. Acesso em: 01 out. 2024.

MARQUES, Glauco Alexandre de Melo. **Espiritualidade é saúde: Não se cura o corpo antes de curar a alma**. Revista Foco, v. 17, n. 6, p. e5320-e5320, 2024. DOI: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n6-029>. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/5320>. Acesso em: 17 out. 2024.

MENEZES, Layla de Cassia Bezerra Bagata; MIRANDA, Monica Karla Vojta. **Percepção da dor em pacientes oncológicos.** Revista Eletrônica Acervo Enfermagem, v. 19, p. e10937e10937, 2022. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/enfermagem/article/view/10937/6495>. Acesso em: 27 out. 2024.

MENIN, Sheila Patrícia. **Benefícios no tratamento do câncer atrelado ao uso das Práticas Integrativas e Complementares.** Revista Perspectiva: Ciência e Saúde, v. 5, n. 1, 2020. Disponível em: <https://cientifica.cnec.br/index.php/revistaperspectiva/article/view/104>. Acesso em: 21 set. 2024.

MOREIRA, Telma Priscila. **Contexto histórico da música no Brasil. Explore seus sonhos,** v. 6, n. 07, p. 127, 2024. Disponível em: <https://www.seditora.com/>. DOI:<https://doi.org/10.29327/256920>. Acesso em: 10 set. 2024.

MUSZKAT, Mauro; CARRER, Luiz Rogério Jorgensen. **O cérebro musical: por uma neurociência da música aplicada à saúde.** Revista Ciências da Saúde Ceuma, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 80–101, 2024. DOI: 10.61695/rcs.v2i1.20. Disponível em: <https://revcsaudeceuma.emnuvens.com.br/revista/article/view/20>. Acesso em: 19 set. 2024.

NASCIMENTO, Júlio César Coelho *et al.* **Percepção da enfermagem sobre avaliação da dor oncológica.** Biológicas & Saúde, v. 10, n. 32, p. 51-61, 2020. Disponível em: https://www.perspectivasonline.com.br/biologicas_e_saude/article/view/1937/1673. Acesso em: 27 out. 2024.

NETO, João Henrique Barbosa. **Diagnósticos e intervenções de enfermagem aplicados a pacientes com câncer infantojuvenil.** 4º Congresso Sul Brasileiro de Sistematização da Assistência de Enfermagem e 3ª Mostra Internacional de Cuidado de Enfermagem no Ciclo da Vida, 4ª edição. 2021. Disponível em: <https://curso.congresse.me/conssae/resumos/19973.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

NUNES, João Vitor Oliveira; LOPES, Thiago Rodrigues; RODRIGUES, Gabriela Meira. **Informativo sobre o processo de desenvolvimento de câncer.** Revista Liberum accessum, v. 9, n. 3, p. 13-18, 2021. Disponível em: <https://revista.liberumaccesum.com.br/index.php/RLA/article/view/102>. Acesso em: 20 set. 2024.

OLIVEIRA, Célia Maria *et al.* **Instrumentos para avaliação de dor pós-operatória em pacientes oncológicos: revisão integrativa.** Mário Penna Journal, v. 1, n. 1, p. 34-59, 2023. Disponível em: <https://revista.mariopenna.org.br/mpj/article/view/5/5>. Acesso em: 27 out.

OLIVEIRA, Marcell de *et al.* **Estimativa de incidência de câncer no Brasil, 2023-2025.** Revista Brasileira de Cancerologia, v. 69, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.32635/2176-9745.RBC.2023v69n1.3700>. Acesso em: 09 set. 2024.

PESSOA, Victor Pessoa; ALVES, Clésia de Alcântara. **Estratégias de prevenção e tratamento de radiodermites em pacientes oncológicos:** revisão integrativa. 2024. Disponível em: <http://repositorio.unirn.edu.br/jspui/handle/123456789/863>. Acesso em: 08 set. 2024.

PINTO, Álisson Jones Cazumbá Cerqueira; BELTRAME, Mônica. **Os efeitos da utilização da música terapêutica na assistência em enfermagem.** Anais do Seminário Tecnologias Aplicadas a Educação e Saúde, p. 61-70, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/staes/article/view/17370>. Acesso em: 08 set. 2024.

ROCHA, Ketllen Laieny Bueno da; DE JESUS, Jociel Honorato. **Os benefícios da musicoterapia no tratamento oncológico humanizado.** Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente, v. 13, n. edespmulti, 2022. Disponível em: <https://revista.faema.edu.br/index.php/Revista-FAEMA/article/view/1005/908>. Acesso em: 29 out. 2024

ROSSATO, Lucas *et al.* **Religiosidade/espiritualidade na perspectiva de graduandos de enfermagem: relato de experiência grupal.** Saúde e Desenvolvimento Humano, v. 9, n. 2, 2021. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/saude_desenvolvimento/article/view/6879. DOI: <https://doi.org/10.18316/sdh.v9i2.6879>. Acesso em: 19 set. 2024.

SALUSTIANO, Isabela Ferreira *et al.* **A influência da espiritualidade no tratamento de pacientes oncológicos não paliativos: uma revisão integrativa.** 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/30695>. Acesso: 15 out 2024.

SANTOS, Amanda Araújo dos. *et al.* R. **Enfermagem no manejo da dor oncológica: Revisão integrativa de literatura.** Research, Society and Development, [S. l.], v. 13, n. 7, p. e9913746369, 2024. DOI: 10.33448/rsd-v13i7.46369. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/46369>. Acesso em: 02 out. 2024.

SILVA, Gisléa Kândida Ferreira da *et al.* **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares: trajetória e desafios em 30 anos do SUS.** Revista de Saúde Coletiva, v. 30, n. 1, p. e300110, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/physis/v30n1/0103-7331-physis-30-01-e300110.pdf>. Acesso em: 09 set 2024.

SILVA, Guilherme Levi Alves Nogueira *et al.* **Contribuições das práticas integrativas e complementares na assistência de enfermagem a pacientes em cuidados paliativos.** 2024. Disponível em: <https://www.publicacoes.unirios.edu.br/index.php/coninfa/article/view/841>. Acesso em: 12 out. 2024.

TEIXEIRA, Joaquim Ismael *et al.* **A emoção do ser enfermeiro: o que dizem a universidade e os ambientes de trabalho.** Contribuciones a las Ciencias Sociales, v. 17, n. 8, p. e9648e9648, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.8-327. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/9648>. Acesso em: 01 out. 2024.

TOMAZ, Ana Paula Kelly de Almeida *et al.* **O uso da espiritualidade/religiosidade por enfermeiros residentes em oncologia na assistência de enfermagem.** Revista Brasileira de Enfermagem [online]. 2024, v. 77, n. 2 e20230383. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2023-0383>. Epub 19 jul. 2024. ISSN 1984-0446. Acessado 2 out. 2024.

ZORZETTI, Bruna Fernandes; ZOPPA, Aline Machado de; OTTMAN, Juliana Ferraz. **Revisão de literatura: fisiopatologia e manejo da dor em pacientes oncológicos.** Revista Contemporânea, [S. l.], v. 4, n. 5, p. e4557, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N5-246. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/4557>. Acesso em: 28 out. 2024. 37

ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA MALÁRIA¹

Jeovanio José da Rocha²

Jade de Pádua Pereira³

Maria Caroline Lara Vilça Brito³

RESUMO

O presente trabalho analisa a atuação da enfermagem na prevenção e tratamento da malária, doença infecciosa causada por protozoários do gênero *Plasmodium* e transmitida pelo mosquito *Anopheles*. O objetivo é descrever os cuidados que a equipe de enfermagem e demais profissionais devem adotar diante do diagnóstico de infecção, visando evitar complicações e agravos. A malária é um grave problema de saúde pública, atingindo milhões de pessoas no mundo. No Brasil, a Amazônia concentra cerca de 99% dos casos, o que evidencia a necessidade de estratégias específicas de controle. O tratamento busca eliminar o parasito em fases críticas de seu ciclo evolutivo, enquanto o controle vetorial é essencial para reduzir a transmissão. A enfermagem tem papel fundamental na prevenção, diagnóstico e tratamento, realizando ações educativas, vigilância epidemiológica e orientação sobre medidas preventivas. O trabalho também enfatiza a importância da profilaxia em grupos vulneráveis, como crianças em idade escolar. Foram analisados 36 artigos, dos quais 20 foram selecionados, com referências provenientes de bases como SCIELO, PUBmed, LILACS, OMS e Ministério da Saúde. Artigos mais antigos compuseram 15% da amostra. O estudo aborda o histórico epidemiológico da malária, modos de transmissão, medidas preventivas e terapêuticas, bem como o impacto socioeconômico da doença. Conclui-se que o enfermeiro desempenha papel essencial na assistência integral ao paciente e no fortalecimento das políticas públicas voltadas ao controle e erradicação da malária no Brasil.

Palavras-chave: Enfermagem; Malária; Prevenção; Controle vetorial.

¹ Artigo elaborado para ser apresentado no Trabalho Interdisciplinar do curso de Enfermagem, no 2º semestre de 2024, da Faculdade Asa de Brumadinho.

² Professor Orientador do Trabalho Interdisciplinar. Professores da Faculdade Asa de Brumadinho.

³ Alunos do Curso de Enfermagem da Faculdade Asa de Brumadinho

ABSTRACT

This study analyzes the role of nursing in the prevention and treatment of malaria, an infectious disease caused by protozoa of the *Plasmodium* genus and transmitted by the *Anopheles* mosquito. The objective is to describe the care that nursing teams and other health professionals should provide when facing a malaria diagnosis, aiming to prevent complications and disease progression. Malaria is a serious global public health problem, affecting millions of people worldwide. In Brazil, the Amazon region accounts for about 99% of malaria cases, highlighting the need for specific control strategies. Treatment aims to eliminate the parasite in critical stages of its life cycle, while vector control is essential to reduce transmission. Nursing plays a key role in prevention, diagnosis, and treatment through educational actions, epidemiological surveillance, and guidance on preventive measures. The study also emphasizes the importance of prophylaxis in vulnerable groups, such as school-age children. A total of 36 articles were analyzed, with 20 selected, from databases such as SCIELO, PUBmed, LILACS, WHO, and the Brazilian Ministry of Health. Older articles comprised 15% of the references. The study discusses the epidemiological history of malaria, transmission modes, preventive and therapeutic measures, and the socioeconomic impact of the disease. It concludes that nurses play an essential role in comprehensive patient care and in strengthening public policies aimed at malaria control and eradication in Brazil.

Keywords: Nursing; Malaria; Prevention; Vector control.

I. INTRODUÇÃO

I.1 BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO

A malária configura-se como um relevante problema de saúde pública global, afetando milhões de pessoas anualmente e figurando entre as principais causas de óbito por doenças infecciosas, especialmente em regiões tropicais e subtropicais. Em 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou aproximadamente 263 milhões de casos da enfermidade e 597 mil mortes em todo o mundo, com a maioria dos óbitos concentrados no continente africano, onde a transmissão de *Plasmodium falciparum* é elevada e mais frequente. Nas Américas, foram registrados 548 mil casos e 342 óbitos por malária em 2023, sendo que Brasil, Venezuela e Colômbia concentraram mais de 80% dos casos autóctones do continente americano (BRASIL, 2025).

No Brasil, em 2023, a região amazônica concentrou 99% dos casos autóctones, com predomínio da espécie *Plasmodium vivax* (82%), concentrados em 26 municípios que responderam por

80% do total nacional. Embora a região extra-amazônica apresente baixa incidência, os casos ali registrados apresentam maior letalidade e configuram risco para o restabelecimento da transmissão local. (BRASIL, 2025)

Devido ao impacto direto na saúde das pessoas acometidas, bem como os impactos sociais e econômicos observados em diferentes países, a OMS estabeleceu a meta de eliminar a malária em pelo menos 35 países até 2030, o que demanda esforços globais coordenados e investimentos contínuos em pesquisa e inovação (BRASIL, 2025).

1.2 HISTÓRICO DO PLASMODIUM

De acordo com Camargos 2003, acredita-se que a malária surgiu na América durante o tráfico de escravos africanos em porões de navios negreiros, com a finalidade de exportar mão de obra escrava para plantações no Brasil e demais países do continente. A malária é uma doença parasitária infecciosa, causada por protozoários do gênero *Plasmodium* que se multiplicam nos eritrócitos (células vermelhas do sangue) do hospedeiro, sendo transmitida pelo mosquito fêmea do gênero *Anopheles*. A malária é conhecida desde a Antiguidade por povos egípcios e chineses.

O termo *Plasmodium* foi proposto por Ettore Marchiafava (1847-1935) e Augusto Celli (1857-1914) após pesquisas realizadas na Faculdade de Medicina de Roma. No entanto, no início eles afirmavam que a malária era transmitida por uma bactéria denominada *Bacillus malariae*. Após intensos estudos, eles puderam concluir que a doença era transmitida por um protozoário do gênero *Plasmodium*. (CAPANA, 2006).

Posteriormente, Celli e Marchiafava identificaram duas espécies, *P. vivax* e *P. falciparum*, e Camillo Golgi (1843-1926) professor de Patologia Geral da Universidade de Pávia, no norte da Itália, também foi responsável por descobrir *P. vivax* e *P. malariae*. Estas espécies estariam presentes no sangue de dois parasitas responsáveis pelas febres denominadas febres terças e quartãs, que se manifestam de três em três ou quatro em quatro dias, respectivamente (CAPANA, 2006).

Contudo, pode-se dizer que a malária está entre as doenças com maiores registros de morte no mundo e desde a sua descoberta diversos pesquisadores têm se empenhado na busca de vacinas, drogas e medidas para prevenção da transmissão da mesma (GREENWOOD ET AL., 2008).

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. AGENTES INFECCIOSOS

A malária é uma doença infecciosa causada por protozoários do gênero *Plasmodium* e transmitida ao homem por fêmeas de mosquitos do gênero *Anopheles*. (FIOCRUZ, 2022).

De acordo com o Ministério da Saúde, 2022, existem quatro espécies de *Plasmodium* que podem causar a doença:

1. *Plasmodium falciparum*: É a espécie mais grave e letal, capaz de causar complicações graves em indivíduos não imunes, incluindo acometimento e disfunção de vários órgãos ou sistemas, como o sistema nervoso central, sistema hematopoiético, aparelho respiratório, fígado, sistema circulatório, rins e coagulação sanguínea. É fundamental que pacientes infectados por essa espécie recebam tratamento imediato para prevenir complicações graves.

2. *Plasmodium vivax*: É a espécie mais comum em áreas endêmicas, especialmente na Amazônia Legal, onde a transmissão é instável e geralmente focal. Infecções causadas por *P. vivax* são mais frequentes e podem ocorrer em indivíduos imunes, embora também possam causar complicações graves em indivíduos não imunes.

3. *Plasmodium malariae*: É a espécie menos frequente, mas ainda pode causar infecções em áreas endêmicas, especialmente na Amazônia Legal. Infecções por *P. malariae* são menos graves do que as causadas por *P. falciparum*, mas podem ainda causar complicações em indivíduos não imunes.

4. *Plasmodium ovale*: É a espécie mais rara e é encontrada apenas em áreas endêmicas da África. Infecções por *P. ovale* são menos graves do que as causadas por *P. falciparum* e *P. vivax*, mas podem ainda causar complicações em indivíduos não imunes.

O Ministério da Saúde, em 2005, criou um Manual de Diagnóstico Laboratorial da Malária, com normas e manuais técnicos e trouxe com ele a seguinte informação: A transmissão da malária é um processo complexo que envolve a interação entre o parasito, o hospedeiro humano e o vetor, que é o mosquito anofelino.

2.2. FATORES PRINCIPAIS

A malária é uma doença parasitária causada pelo *Plasmodium*, transmitida por mosquitos *Anopheles*. Os principais fatores que contribuem para a transmissão e o controle da malária são:

Ambiente e Ecossistema:

Temperatura e Umidade: Condições climáticas favoráveis à proliferação dos mosquitos vetores, como a temperatura e a umidade, são fundamentais para a transmissão da malária.

Vegetação e Cobertura: A presença de vegetação e a cobertura adequada para a proliferação dos mosquitos vetores também são importantes (Bridi, Letícia Cegatti, 2016).

Fatores Socioeconômicos:

Nível Socioeconômico: O baixo nível socioeconômico da população pode contribuir para a transmissão da malária, pois as condições de vida e trabalho podem facilitar o contato entre os seres humanos e os mosquitos vetores.

Habitação e Trabalho: Condições de habitação e trabalho que facilitam o contato entre os seres humanos e os mosquitos vetores também são fatores importantes (Tauil, P.L., 2003)

Fatores de Risco:

Idade e Sexo: As crianças e os jovens são mais suscetíveis à malária, e os homens são mais afetados do que as mulheres.

Origem dos Casos: A origem dos casos de malária, seja autóctona ou importada, é um fator importante para entender a transmissão da doença. (Montana, J, 2018)

Fatores Ambientais:

Pesticidas: A presença de pesticidas, especialmente DDT, pode contribuir para a contaminação do leite materno e afetar a saúde humana, especialmente no desenvolvimento infantil. (Corralo, Vanessa da Silva et al, 2016)

2.3. CICLO BIOLÓGICO DO PARASITO

O ciclo biológico do parasito no mosquito anofelino é denominado gametogênico e inicia-se quando os esporozoítos infectantes são ingeridos pelo mosquito. Os esporozoítos se desenvolvem em esporozoítos infectantes no fígado do mosquito e posteriormente em gametócitos, que são os responsáveis pela transmissão da doença. O ciclo gametogênico dura cerca de 10 a 14 dias. (Ministério da Saúde, 2005)

2.4. CICLO BIOLÓGICO DO PARASITO NO MOSQUITO

O ciclo biológico do parasito da malária ocorre dentro do mosquito *Anopheles* e do homem.

Fase no Mosquito:

Inoculação: A fêmea do mosquito *Anopheles*, infectada com o protozoário do gênero *Plasmodium*, ingere sangue humano infectado. O parasita se reproduz no estômago do mosquito e forma gametócitos, que são os gametas masculinos e femininos do parasita. (OMS, 2020)

Gametogênese: Os gametócitos se fundem e formam um zigoto, que se desenvolve no estômago do mosquito. O zigoto se divide e forma merozoítas, que se espalham pelo corpo do mosquito. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020)

Sporogênese: As merozoítas se transformam em esporozoítas, que se localizam nos tecidos do mosquito, especialmente nos órgãos digestivos e reprodutivos. (CDC, 2020)

Fase no Homem:

Inoculação: Quando o mosquito *Anopheles* pica o sangue humano, ele transfere os esporozoítas para o organismo humano. Os esporozoítas se desenvolvem no fígado e nos rins do hospedeiro humano. (OMS, 2020)

Eritrocitogênese: As esporozoítas se transformam em merozoítas, que se dividem e infectam os glóbulos vermelhos. Isso leva a uma série de episódios de febre, calafrios e outros sintomas característicos da malária. (CDC, 2020)

Gametogênese: As merozoítas se transformam em gametócitos, que são transportados pelo sangue até a boca do mosquito *Anopheles*. O mosquito pica o sangue humano novamente, infectando outro indivíduo e completando o ciclo. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020)

2.5 REGIÕES ENDÊMICAS

Amazônia: A Amazônia é uma das regiões mais afetadas pela malária no mundo. A doença é comumente encontrada em países como o Brasil, Colômbia, Peru e Equador. (Júnior, C.C, 2018)

África: A África é o continente mais afetado pela malária, com mais de 90% dos casos ocorrendo lá. As regiões mais afetadas incluem a África Ocidental, África Central e África Oriental. (Parente, A.T., 2016)

Ásia: A Ásia também é uma região endêmica de malária, especialmente em países como a Índia, Paquistão, Bangladesh e Sri Lanka. (Antunes, F.J, 2018)

Oceania: A Oceania é outra região endêmica de malária, especialmente em países como a Papua-Nova Guiné e a Ilha da Nova Caledônia (Júnior, C.C, 2018)

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), 263 milhões de casos de malária foram registrados em 2023 em 83 países endêmicos. Em 2022 foram 252 milhões de casos. Os óbitos por malária reduziram de 600.000 em 2022 para 597.000 em 2023. (BRASIL, 2025)

No Brasil, a região amazônica é considerada área endêmica para malária no país, registrando mais de 99% dos casos autóctones. A região compreende os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão. Nas áreas fora da região amazônica mais de 90% dos casos registrados são importados dos estados pertencentes à área endêmica e outros países amazônicos ou do continente africano. Apesar disso, existe transmissão residual de malária em estados da região extra-amazônica, principalmente em áreas de Mata Atlântica. (BRASIL, 2025)

Dados do Ministério da Saúde apontam uma queda na frequência de casos de malária a partir de 2010 até 2016. Porém, em 2017, foi registrado um aumento de 52,7% nos casos autóctones em relação ao ano de 2016, com 189.515 casos. Em 2018, houve redução de quase 1%. A partir de 2019 são observadas reduções subsequentes até 2022, com a mais expressiva sendo de 18,4% em 2019, quando foram notificados 153.268 casos autóctones. Em 2023, foram registrados 140.265 casos autóctones de malária no país, um aumento de 8,8% em comparação ao ano anterior. Do total de casos autóctones registrados no país em 2023, 17,3% foram de malária por *P. falciparum* e malária mista, sendo os outros 82,7% de malária por *P. vivax* e outras espécies. (BRASIL, 2025)

Em relação às mortes por malária, no ano de 2018, após o aumento do número de casos em 2017, o número de óbitos aumentou 64,7%, indo de 34 em 2017 para 56 em 2018. No ano seguinte,

2019, houve redução de 33,9%, tendo o Brasil registrado 37 óbitos. Em 2020 ocorreu novo aumento, neste ano foram registrados 51 óbitos, 37,8% de aumento em comparação ao ano anterior. Após sucessivos aumentos, em 2023, foram registrados 63 óbitos por malária, 10% a menos que no ano anterior. (BRASIL, 2025)

A letalidade por malária na região amazônica é baixa, chegando a 0,04% no ano de 2023. Já na região extra-amazônica, a letalidade chega a ser 51,1 vezes maior que na região amazônica, chegando a 1,87% (dados preliminares). O óbito nessa região ocorre, na maior parte, em pessoas que vêm infectadas de outros países ou de estados da região amazônica e não recebem o diagnóstico e tratamento oportunos e adequado, devido à dificuldade na suspeição de uma doença que não é frequente nesta área do país e pela desinformação dos viajantes a respeito dos seus riscos. Acesse para mais informações sobre a malária na região extra-amazônica. (BRASIL, 2025)

2.6 EPIDEMIOLOGIA

A notificação da malária no Brasil é realizada pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), que é um sistema de vigilância epidemiológica do Ministério da Saúde. Para quantificar casos e suspeitas deve se realizar a notificação da Malária preenchendo o formulário de acordo com o que o Ministério da Saúde, preconiza:

República Federativa do Brasil
Ministério da Saúde

SINAN
SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO
FICHA DE INVESTIGAÇÃO

MALÁRIA

Nº

CASO SUSPEITO (área não endêmica): Toda pessoa residente ou que tenha se deslocado para área onde haja a malária, no período de 6 a 30 dias anterior à data dos primeiros sintomas, e que apresente febre acompanhada de outros sintomas: calafrios, sudorese, cansaço, mal-estar, ou toda pessoa testada para malária durante epidemiológico.

1 Tipo de Notificação 2 - Individual

2 Agravância MALÁRIA Código (CID-10) 3 Causa da lesão B 5 4

4 UF 5 Município de Notificação Códig

6 Unidade de Saúde (ou outra fonte notificadora) Código 7 Data dos Pro

8 Nome do Paciente 9 Data de nas

10 (ou) Estado 11 Sexo 12 Gestante 13 Raça/Cor 14 (ou) Estado 15 Número do Cartão SUS 16 Nome da mãe

17 UF 18 Município de Residência Código (BGE) 19 Distrito 20 Nome 21 Logradouro (Av., avenida, ...)

22 Número 23 Complemento (apto., casa, ...)

24 Geo campo 1 25 Geo campo 2 26 Ponto de Referência 27 CEP 28 (COD) Telefone 29 Zona 30 País (se residente fora do Brasil)

31 Data de Investigação 32 Ocupação 33 Principal Atividade nos Últimos 15 Dias 34 Tipo de lesão 35

36 Data do Exame 37 Resultado do Exame 38 Par 39 Paracetamol em "crises" 40 Esquema de tratamento utilizado, de acordo com Manual de Terapêutica da Malária 41 Data Início

42 Classificação Final 43 Local Provável da Fonte de Infecção 44 UF provável de infecção 45 País provável de infecção 46 Município provável de infecção 47 Distrito 48 Bairro 49 Localidade provável de infecção 50 Data de Encerramento

Observações adicionais:

Nome do Paciente: 51 UF de Notificação 52 Data do exame 53 Resultado do exame 54 Matrícula e nome do examinador:

Malária Sinan NET SVS

Fonte: Ministério da Saúde, 2010

Identificação do Caso: O médico ou profissional de saúde deve identificar um caso de malária e realizar um diagnóstico confirmado por exame de laboratório, como o teste de hemocultura ou o teste de PCR (Polymerase Chain Reaction).

Preenchimento do Formulário de Notificação: O médico ou profissional de saúde deve preencher o formulário de notificação de malária, fornecendo informações detalhadas sobre o paciente, incluindo dados demográficos, sintomas, resultados do exame de laboratório e tratamento adotado.

Envio do Formulário: O formulário de notificação deve ser enviado ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde, que é responsável por armazenar e analisar os dados de notificação de malária no Brasil.

Análise dos Dados: O SINAN analisa os dados de notificação de malária para monitorar a situação epidemiológica da doença no país e identificar áreas de risco e necessidades de intervenção, segue abaixo o modelo de guia para preenchimento e notificação:

2.7 IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO LABORATORIAL

O diagnóstico laboratorial da malária é fundamental para o controle e tratamento da doença, pois permite a confirmação da infecção e a identificação da espécie do parasito responsável. A importância do diagnóstico laboratorial da malária é destacada em vários estudos e manuais de diagnóstico laboratorial da malária, como o Manual de Diagnóstico Laboratorial da Malária, publicado pelo Ministério da Saúde.

Para o Ministério da Saúde, 2003: A associação de critérios clínicos e epidemiológicos é muito importante para a suspeição da doença, pois a presença de sintomatologia geral em paciente procedente de área sabidamente malarígena indica a solicitação do exame laboratorial confirmatório da infecção. O diagnóstico precoce e preciso da malária é fundamental para o seu controle e tratamento adequado, pois atrasos no diagnóstico podem levar a complicações graves e mortes.

O diagnóstico laboratorial da malária é baseado na gota espessa, nos testes rápidos ou no uso da reação em cadeia da polimerase (PCR). A gota espessa é considerada o padrão-ouro para o diagnóstico laboratorial da malária, pois permite a visualização microscópica do plasmódio após coloração com a técnica de Giemsa ou Walker.

A importância do laboratório no diagnóstico da malária é ressaltada em vários estudos. O laboratório é fundamental para a confirmação da infecção e a identificação da espécie do parasito

responsável. Além disso, o laboratório também é responsável por fornecer informações importantes sobre a transmissão da doença e a epidemiologia local.

A importância do diagnóstico laboratorial da malária é também ressaltada em estudos que destacam a necessidade de uma abordagem integrada para o controle da doença, incluindo a vigilância epidemiológica, a prevenção e o tratamento. O diagnóstico laboratorial é uma ferramenta essencial para a implementação dessas estratégias.

Em resumo, o diagnóstico laboratorial da malária é fundamental para o controle e tratamento da doença, pois permite a confirmação da infecção e a identificação da espécie do parasito responsável. A associação de critérios clínicos e epidemiológicos é muito importante para a suspeição da doença, e o diagnóstico precoce e preciso da malária é fundamental para o seu controle e tratamento adequado.

2.8 SINAIS E SINTOMAS

De acordo com a OMS a malária é causada por parasitos do gênero *Plasmodium*, que são transmitidos às pessoas pela picada de mosquitos fêmeas infectadas do gênero *Anopheles*, chamados de “vetores da malária”. Existem cinco espécies de parasitos que causam malária em humanos e duas delas – *P. falciparum* e *P. vivax* – apresentam a maior ameaça. (OMS, 2024)

A ocorrência de febre em pacientes procedentes de áreas endêmicas de malária é, normalmente, o primeiro alerta para a suspeição da doença. O quadro clínico típico é caracterizado por febre precedida de calafrios, seguida de sudorese profusa, fraqueza e cefaleia, que ocorrem em padrões cíclicos, dependendo da espécie de plasmódio infectante. (BRASIL, 2021)

O período de incubação, ou seja, o intervalo entre a aquisição do parasito pela picada da fêmea do mosquito até o surgimento dos primeiros sintomas, varia de acordo com a espécie de plasmódio. Para *Plasmodium falciparum*, mínimo de sete dias; *P. vivax*, de 10 a 30 dias e *P. malariae*, 18 a 30 dias. (BRASIL, 2024)

A espécie parasitária determinará a categorização da doença, que pode ser: não complicada ou grave. A categoria denominada não complicada possui sintomas com duração de 6 a 10 horas. Já a classificação grave da doença se dá através de falhas de órgãos ou irregularidades sanguíneas ou metabólicas do paciente (Gonçalves, RS. Rodrigues, GMM. dos Anjos, LF.).

No caso de infecção pelo protozoário *P. falciparum*, também existe uma chance de se desenvolver o que se chama de malária cerebral, responsável por cerca de 80% dos casos letais da doença. Na malária cerebral, além da febre, pode aparecer dor de cabeça, ligeira rigidez na nuca, perturbações sensoriais, desorientação, sonolência ou excitação, convulsões, vômitos, podendo o paciente chegar ao coma (BRASIL, 2021).

2.8.1 MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS E LABORATORIAIS DE MALÁRIA GRAVE

Dor abdominal intensa (ruptura de baço, mais frequente em *P. vivax*), mucosas amareladas, icterícia, mucosas muito hipocoradas (avaliada fora do ataque paroxístico febril), redução do volume de urina a menos de 400ml em 24 horas, vômitos persistentes que impeçam a tomada de medicação por via oral, qualquer tipo de sangramento, falta de ar (avaliado fora do ataque paroxístico febril), extremidades azuladas (cianose), aumento da frequência cardíaca (avaliar fora do acesso malárico), convulsão ou desorientação, prostração (em crianças), comorbidades descompensada.

Laboratoriais: Anemia grave, Hipoglicemia, Acidose metabólica, insuficiência renal, Hiperlactemia, Hiperparasitemia ($> 250.000/\text{mm}^3$ para *P. falciparum*). (BRASIL, 2022).

2.9 TRATAMENTO

O tratamento da malária visa atingir o parasito em pontos chaves de seu ciclo evolutivo, que podem ser didaticamente resumidos em interrupção da esquizogonia sanguínea, responsável pela patogenia manifestações clínicas da infecção, destruição de formas latentes do parasito no ciclo tecidual (hipnozoítos) das espécies *P. Vivax* e *P. ovale*, evitando assim as recaídas e Interrupção da transmissão do parasito, pelo uso de drogas que impedem o desenvolvimento de formas sexuadas dos parasitos (Gametócitos). (BRASIL, 2020).

Orientações para o tratamento da malária No Brasil:

Componente estratégico da assistência Farmacêutica a OMS considera que todas as doenças de perfil endêmico no país e que o impacto socioeconômico na população sejam alvos de políticas públicas específicas para seu controle, o que inclui a disponibilização gratuita de recursos diagnósticos e terapêuticos medicamentosos e os imunobiológicos contemplados nos programas estratégicos são adquiridos pelo OMS e distribuídos aos estados, abrangendo vários programas, entre eles o da malária. (OMS, 2020).

A prescrição e a dispensação dos antimaláricos no Brasil deve ser feita apenas com resultado laboratorial confirmatório.

O tratamento é realizado com cloroquina por três dias (10 mg/kg no primeiro dia e 7,5 mg/kg nos dias 2 e 3) e, para o tratamento radical, utiliza-se também primaquina, na dose de 0,5 mg/kg/dia, por sete dias. No Brasil, o esquema de sete dias é usado para melhorar a adesão à primaquina, o que é reforçado pelo fato do esquema de 0,25 mg/kg por 14 dias não parecer ser superior ao de 7 dias. A primaquina tem também ação sinérgica com a cloroquina contra formas assexuadas, portanto, quando a primaquina não é utilizada, o clareamento da parasitemia é mais lento. E é maior a chance de recrudescência, isto é, o exame microscópico. Dê seguimento positivado, geralmente dentro dos primeiros 42 dias, após início do tratamento. Essa é a razão pela qual se faz a cloroquina profilática nas gestantes durante toda a gravidez, já que não se pode usar a primaquina nesse grupo populacional. (BRASIL,2020).

Malária por *P. Malariae*: o tratamento de *P. malariae* assemelha-se ao tratamento para malária (apenas cloroquina por três dias), porém sem a necessidade de uso da primaquina. (GOLLER, J L ET AL,2020)

Malária por *P. falciparum* e infecções mistas: é recomendação da OMS o tratamento de *P. falciparum* com uma terapia combinada com algum derivado de artemisinina (ACT). A eficácia e a Segurança de artesunato/mefloquina e artemeter/lumefantrina são bastante semelhantes. (OMS,2020)

Malária deve ser considerada emergência médica não devendo passar despercebida no âmbito de todos os profissionais da saúde sendo de suma importância um tratamento padronizado e eficaz. (OMS,2020)

O tratamento da malária visa eliminar o mais rapidamente possível o parasita da corrente sanguínea do indivíduo e deve ser iniciado o mais rapidamente possível. O tratamento imediato com antimalárico – até 24h após o início da febre – é fundamental para prevenir as complicações. Se o teste de diagnóstico não estiver acessível nas primeiras duas horas de atendimento, o tratamento com antimaláricos deve ser administrado com base no quadro clínico e epidemiológico do paciente. (FIOCRUZ, 2025)

A OMS recomenda combinações terapêuticas à base de artemisinina (ACTs) para o tratamento da malária causada pelo parasita *P. falciparum*. Infecções por *P. vivax* devem ser tratadas com cloroquina em áreas onde o medicamento ainda é eficaz, como a maior parte do Brasil, associado à

primaquina para a eliminação das formas hepáticas latentes. Em áreas resistentes à cloroquina, deve ser utilizado um ACT, combinado a outro de meia-vida longa. (FIOCRUZ, 2025)

O tratamento para quadros graves de malária consiste na administração de artesunato injetável (intramuscular ou intravenosa), seguido de um tratamento à base de ACTs assim que o paciente estiver apto a tomar medicamentos orais. Na impossibilidade de tratamento injetável, o paciente deve receber imediatamente artesunato via intra-rectal e ser encaminhado o mais rapidamente possível para um local adequado para o tratamento parenteral completo. A OMS recomenda que os programas nacionais de controle da malária acompanhem com regularidade a eficácia dos medicamentos antimaláricos. (FIOCRUZ, 2025)

A testagem enzimática de G6PD (glicose-6-fosfato desidrogenase) e o algoritmo de tratamento da malária por *P. vivax* com o uso da tafenoquina, de forma gradual e escalonada, em municípios endêmicos prioritário. Até o momento, o uso da tafenoquina está restrito aos casos de malária por *P. vivax* não complicada (aspecto clínico) a pacientes com mais de 16 anos, peso superior a 35 kg, que não estejam grávidas ou amamentando e apresentem atividade enzimática de G6PD igual ou superior a 6,1 UI/gHb. Adicionalmente, o tratamento com tafenoquina associada a cloroquina deve ser apenas em casos registrados como novos, excluindo recaídas, que devem ser tratadas conforme a recomendação vigente, com derivados de artemisinina mais primaquina por 14 dias¹⁰. (BRASIL, 2025)

O teste de G6PD tem a função de avaliar os níveis de atividade da enzima glicose-6-fosfato desidrogenase, cuja baixa atividade pode provocar hemólise grave durante o tratamento completo da malária por *P. Vivax* (cura radical). Esse tratamento exige a eliminação dos parasitos na fase sanguínea e dos hipnozoítos, por meio da combinação de um esquizonticida com uma 8-aminoquinolina, como primaquina ou tafenoquina. Com base no resultado do teste, é possível orientar a segurança do tratamento, ajustando ou evitando o uso desses fármacos oxidantes em indivíduos com atividade enzimática reduzida. (BRASIL, 2025)

A implementação da tafenoquina representa um avanço importante no controle da malária no Brasil, alinhando-se aos esforços globais de eliminação da doença e reafirmando o compromisso com o fortalecimento do sistema de saúde, por meio de inovações tecnológicas e planejamento estratégico. Nesse contexto, este boletim tem como objetivo descrever o processo de implementação da tafenoquina como ferramenta terapêutica para o manejo clínico e controle da malária por *P. Vivax* em municípios e Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei) selecionados da região amazônica. (BRASIL, 2025)

2.10 PREVENÇÃO

Segundo o Ministério da Saúde, 2006, a prevenção e o controle da malária devem ser úteis para se obter um diagnóstico precoce e o tratamento rápido estes são essências para o controle da doença, sendo um direito constitucional das pessoas e comunidades afetadas pela malária. Cabe ao SUS desenvolver medidas de prevenção com base nas zonas endêmicas da região, a implementação destas medidas garante que o número de mortes pela doença diminua e a redução das fontes de transmissão. (BRASIL, 2006).

Controle Vetorial:

Qualidade: As medidas de controle de vetores devem ser implementadas estritamente de acordo com normas técnicas e elevados padrões de qualidade. A qualidade das operações depende da disponibilidade de recursos humanos bem treinados, suprimentos e materiais apropriados e manutenção de um controle eficaz. (BVSMS, 2009).

Cobertura: Deve ser feita a borrifação intradomiciliar de inseticidas de efeito residual. (OMS, 2002).

Periodicidade: Toda medida de controle vetorial tem uma duração, que depende do nível residual de agrotóxicos ou da medida física, para isso é necessário manter os períodos de aplicação das medidas (no quarto), pulverização doméstica, impregnação ou troca de mosquiteiros ou controle de pragas de acordo com a quantidade residual de inseticidas e seu efeito sobre o vetor e seguindo normas técnicas. (BVSMS, 2009).

O tratamento de prevenção inclui prevenção da malária intermitente durante a gravidez, quimioprevenção (medicamentos) durante todo ano, quimioprevenção sazonal da malária, quimioprevenção da malária pós alta, e a profilaxia periódica para crianças em idade escolar. (OMS, 2024).

Não existe vacina contra malária no Brasil. A vacina atual (RTS.S/AS01) só é adequada para alguns países africanos com níveis elevados de malária por *Plasmodium falciparum* e é apenas para crianças pequenas. No Brasil e em outras partes do mundo, algumas substâncias que criam imunidade contra a malária estão sendo estudadas, mas os resultados ainda não são satisfatórios para criar uma vacina para prevenir a malária. Vale ressaltar que quase 90% da malária no Brasil é causada pelo *Plasmodium vivax* e ainda não há previsão de vacina eficaz para esta espécie. (BRASIL, 2024).

Medicamentos quimioprofiláticos também podem ser administrados em viajantes antes da chegada em uma área endêmica e podem ser muito eficazes quando combinados com mosquiteiros e inseticidas. (OMS,2024).

2.11 ATUAÇÃO DE ENFERMAGEM NA PROFILAXIA E NO TRATAMENTO DA MALÁRIA

A malária é considerada um grave problema de saúde pública no mundo, sendo uma das doenças de maior impacto na morbidade e na mortalidade da população dos países situados nas regiões tropicais e subtropicais do planeta (Ministério da saúde 2023). No que se refere à responsabilidade da enfermagem frente ao cuidado do paciente que contrai a doença e participante da promoção em saúde se faz indispensável a capacidade de reconhecer os sintomas, o que permite um diagnóstico com a doença em estágio inicial e, assim diminuir sua letalidade (Gonçalves, RS. Rodrigues, GMM. dos Anjos, 2020).

Na construção de um novo modelo de atenção à saúde, é preciso que os profissionais da saúde construam também uma nova prática, que enxergue o indivíduo como ser humano integral, vivendo dentro de uma família, dentro de uma comunidade, dentro de um contexto socioeconômico, cultural e ambiental. Essa nova prática requer uma compreensão do homem e sua família em função das suas realidades, dos fatores que interferem de maneira positiva e/ou negativa em suas vidas e, conseqüentemente, na saúde. Para que essa prática funcione e apresente resultados satisfatórios é necessário que os profissionais da saúde, em especial os profissionais da enfermagem, assumam compromisso com a promoção da saúde, a prevenção de agravos, o tratamento e reabilitação não só da pessoa, mas de toda a coletividade. (Bezerra Maria 2012).

O enfermeiro é o profissional que pode propiciar à comunidade conhecimentos que a levem a alcançar a solução dos seus problemas de saúde em todos os níveis, dado o espaço de relações que pode estabelecer com a clientela. De outro modo, uma das alternativas de assistência à saúde é o conhecimento informal, popular, que corresponde ao campo leigo e compreende o auto tratamento ou automedicação, o conselho ou tratamento recomendado por um parente, amigo, vizinho e grupos de autoajuda. (Taísa Guimarães de Souza, Annelita Almeida 2009).

Discorrendo -se a isso é válido dizer que sua orientação além de importante, deve ser cautelosa e atenciosa, devendo-se sempre levar em consideração o contexto populacional, crenças, valores, desejos e limitações dos pacientes às quais interagem sempre com clareza objetivando informar e orientar de maneira adaptada. (Gonçalves, RS. Rodrigues, GMM. dos Anjos, 2020).

Por mais que a malária não possa ser erradicada neste momento, se as pessoas se conscientizarem e forem cuidadosas, se prevenindo, os casos de malária podem ser bastante diminuídos. Para obter bons resultados é necessário que a equipe de saúde junto com a comunidade trabalhe em conjunto em prol de um mesmo objetivo e assim terão resultados gloriosos. Sabemos da importância de atividades continuadas, integradas com toda a equipe de saúde, apoiadas pela secretaria municipal de saúde com o intuito de reduzir/cessar a malária. (Kim May de Lima 2020).

O enfermeiro pode atuar na educação ambiental, por meio de multiplicadores, ações educativas. No ambiente hospitalar, ele como técnico responsável, deve se preocupar com o uso deste recurso capacitando sua equipe a realizar uma assistência sistematizada, garantindo a qualidade, segurança e sustentabilidade, visando melhorias na qualidade de vida e dignidade humana. (MARIA J CAMILO LEITE, 2018).

Portanto, conclui-se que em virtude desses fatores mencionados, a profilaxia e o tratamento da doença dependerá do maior ou menor grau de intensidade da doença ou nível operacional dos serviços, o que se concentra nas seguintes ações: Educação em saúde a pessoas, e grupos da comunidade, dando ênfase aos escolares, professores e líderes locais, sobre os aspetos inerentes às medidas de proteção individual e coletiva e da melhoria das condições de habitação e do meio ambiente ; investigação e vigilância epidemiológica; visita domiciliar em condições especiais ; colheita de material para exames de laboratório; ministração de tratamento prescrito ou padronizado, assim como distribuição e controle dos mesmos ; notificação da doença à autoridade sanitária; participação no processo de recuperação em casos com sequelas, em especial no tocante à doença de Chagas ; encaminhamento de pacientes conforme o sistema de referência; participação nos programas de treinamento de Agentes de Saúde Pública para o controle dessa endemia; elaboração de manuais de normas técnicas, administrativas e de procedimentos para o pessoal de enfermagem e elementos da comunidade; participação com a equipe de saúde, no planejamento, na supervisão e na avaliação das medidas de controle.(GODOY, I. L 2012).

Ademais, vale salientar que em 2023 o COREN-AL por meio do PARECERTÉCNICO N.º 02/2023, tornou evidente os apontamentos do Manual Técnico para Ações de Controle da Malária no que se refere as atribuições do enfermeiro:

- a) Identificar suspeitos de malária.
- b) Preencher a ficha de notificação.
- c) Realizar diagnósticos precocemente.

- d) Completar a ficha de notificação e encaminhá-la ao setor competente.
- e) Realizar tratamento imediato e adequado dos casos de malária com esquema terapêutico preconizado pelo Ministério da Saúde, e orientá-lo quanto à necessidade do tratamento completo e medidas de prevenção.
- f) Solicitar o retorno do paciente para a coleta de Lâmina de Verificação de Cura (LVC) de acordo as normas do programa (anexo II).
- g) Orientar os ACS para acompanhamento dos casos em tratamento e, em ocasiões especiais, realizar o tratamento supervisionado.
- h) Capacitar os ACS e auxiliares de enfermagem em ações de controle da malária.
- i) Solicitar mensalmente ao setor competente as informações epidemiológicas referentes à malária na área de atuação da UBS para a necessária análise e intervenções.
- j) Identificar sinais e sintomas de malária grave e referenciar o paciente para os serviços de maior complexidade (COREN-AL 2023).

2.12 BRASIL REDUZ 26% DOS CASOS DE MALÁRIA NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2025

O número de óbitos também caiu 27% na comparação entre 2023 e 2024 o Brasil registrou uma redução de 26,8% nos casos de malária entre janeiro e março de 2025 (25.473 casos), em comparação com o mesmo período de 2024 (34.807 casos). O número de óbitos também apresentou queda de 27% em 2024, com 43 mortes notificadas, frente às 63 registradas em 2023. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, apresentou os dados durante evento em alusão ao Dia Internacional de Luta contra a Malária, que é celebrado hoje, 25 de abril, na Academia Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro. (BRASIL, 2025)

Durante sua apresentação, o ministro destacou o compromisso do Governo Federal com a eliminação da malária e a importância das tecnologias de saúde. “Nosso compromisso é zerar os óbitos por malária e buscar a eliminação da doença. Estamos introduzindo cada vez mais tecnologias eficazes: o melhor tratamento disponível, o uso ampliado de testes rápidos e a adoção da tafenoquina — que já é uma realidade no Brasil. Treinamos quase 3 mil profissionais, tratamos mais de 7 mil pessoas, e a meta é ampliar o acesso em todo o país até 2026.” (BRASIL, 2025)

O medicamento inovador de dose única é para a cura da malária por *Plasmodium vivax*, responsável por 80,3% dos casos em 2024. O tratamento reduz os casos graves e a mortalidade da

doença. O medicamento já foi implementado em 49 municípios, de 6 estados – Amazonas, Roraima, Pará, Rondônia, Amapá e Acre - e 9 Distritos Sanitários Indígenas (DSEi). Em maio, ação será implantada na região extra-amazônica e, em junho, em duas áreas do Mato Grosso. (BRASIL, 2025)

A versão pediátrica da tafenoquina está em processo de incorporação, com parecer favorável na avaliação inicial da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC). A recomendação inicial vai à consulta pública nos próximos dias e retorna para a análise final da comissão. (BRASIL, 2025)

2.13 REDUÇÃO DE CASOS EM ÁREAS ESPECIAIS

Os dados do Ministério da Saúde ainda apontam redução no número de casos de três das cinco áreas especiais de vigilância em 2024, como 27,5% em área de garimpo e 11% em área de assentamento. A separação por áreas é uma estratégia de acompanhamento dos casos, uma vez que a malária é uma doença determinada socialmente, ou seja, que afeta mais pessoas em áreas de maior vulnerabilidade social - 99% estão concentrados na Região Amazônica, abrangendo os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. (BRASIL, 2025)

Em relação à vigilância epidemiológica, o ministro chamou atenção para a malária também fora da Amazônia. “Embora o número de casos seja menor fora da região amazônica, a letalidade é mais alta. Por isso, vamos implementar um sistema de vigilância específico para os estados com registros fora da Amazônia. É preciso criar alertas e ações direcionadas para esses territórios.” (BRASIL, 2025)

No total, em 2024, foram registrados 138.493 casos locais, número menor que 2023 (140.264). Além disso, o país reduziu a quantidade de municípios com transmissão ativa da doença, passando de 321 em 2016 para 211 em 2024. Os resultados são reflexo das ações contínuas e estratégicas do Ministério da Saúde para a eliminação da doença. (BRASIL, 2025)

2.14 INVESTIMENTOS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

Entre 2024 e 2025, a pasta investiu R\$ 9,9 milhões em insumos para controle vetorial, R\$ 5,8 milhões em medicamentos e testes G6PD e R\$ 1,7 milhão para testes de diagnóstico rápido (TDR) da malária. O uso de testes rápidos para a doença cresceu 90% em 2024, com aumento de 65% na aquisição de insumos. (BRASIL, 2025)

O ministro Alexandre Padilha reforçou, ainda, o papel da Fiocruz na produção de medicamentos essenciais. “Quero agradecer à Fiocruz pela decisão de produzir, junto ao Ministério da Saúde, a combinação de artesunato com mefloquina, que é um dos tratamentos para a malária grave. Com isso, garantimos o fornecimento contínuo e seguro de medicamentos de alta qualidade para todo o país”, explicou. (BRASIL, 2025)

A aquisição de mosquiteiro impregnado de longa duração (MILDS), que não era adquirido desde 2019, foi outra ação estratégica destacada pelo ministro. Foram distribuídas 300 mil redes e 100 mil camas, atendendo 100% dos estados da Amazônia. (BRASIL, 2025)

Os profissionais de saúde das áreas de risco também passaram por cursos de capacitação e contam com o Projeto Apoiadores Municipais para prevenção, controle e eliminação de malária. Com 30 pessoas atuando diretamente nos municípios que concentram 80% da carga da doença, o projeto tem fortalecido a resposta local, apoiando gestões municipais em ações de vigilância, diagnóstico, tratamento e prevenção da malária. (BRASIL, 2025)

3. CONCLUSÃO

Com base nos estudos feitos, conclui-se que a malária é uma doença que atinge milhares de pessoas, principalmente em países de clima mais quente sendo eles África e Ásia. Já no Brasil a doença é mais predominante na região norte do país.

Ela é transmitida pelo mosquito fêmea do gênero *Anopheles*, e depois da contaminação o indivíduo começa a ter graves sintomas como febre, calafrios, fraqueza, dores musculares, aumento do baço e até mesmo taquicardia.

Para se ver livre da doença é necessário fazer o tratamento com antimaláricos como a clo- roquina e antibióticos. Na prevenção da doença é recomendável mosquiteiros tratados com inseticidas, a pulverização residual dentro das casas, redes tratadas com inseticidas para viajantes e medicamentos quimioproláticos que podem ser tomados antes de uma viagem a uma área endêmica da doença.

O enfermeiro é o profissional que vai estar levando promoção e prevenção em saúde aos infectados, reconhecendo os sintomas e prestando alternativas de assistência à saúde, também vai capacitar sua equipe visando melhorias no atendimento e na qualidade de vida dos pacientes.

REFERÊNCIAS

BAZÁN, A. C. S. ET AL. ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. ESPACIOS (CARACAS), VOL. 10, N. 23, PP. 56-72, 2019. Acesso em: 9 jun. 2024. Disponível em: https://scielo.isciii.es/pdf/eg/v10n23/pt_revision4.pdf.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. MANUAL DE CONTROLE DA MALÁRIA. BRASÍLIA, DF, 2020. Acesso em: 9 jun. 2024. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acoes_controle_malaria_manual.pdf.

ANHANGUERA. CUIDADOS DE ENFERMAGEM EM PACIENTES COM MALÁRIA. Disponível em: <https://eventos.pgsscogna.com.br/anais/trabalho/10203>. Acesso em: 9 jun. 2024.

ARAÚJO, MARIA BEZERRA. ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO CONTROLE DA MALÁRIA EM RAPOSA-MA. Acesso em: 9 jun. 2024. Disponível em: <http://repositorio.laboro.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/860>.

ASSOCIAÇÃO REDE UNIDA. ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM NA VIGILANCIA EM SAÚDE. Acesso em: 9 jun. 2024. Disponível em: <http://conferencia2018.redeunida.org.br/ocs2/index.php/15CRU/15CRU/paper/view/14679>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. (S.D.). MANUAL DE DIAGNÓSTICO DA MALÁRIA. BRASÍLIA: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/malaria_diag_manual_final.pdf. Acesso em: 9 jun. 2024

PONTA PORÁ. (S.D.). MALÁRIA. Disponível em: <https://pontapora.ms.gov.br/v2/portal-cievs/malaria/>. Acesso em: 9 jun. 2024. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. (S.D.). MALÁRIA. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/doenca/malaria>. Acesso em: 9 jun. 2024

REVISTA PESQUISA FAPESP. (S.D.). DE MACACOS PARA GENTE. Acesso em: 9 jun. 2024. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/de-macacos-para-gente/>.

BRASIL. GUIA PRÁTICO PARA TRATAMENTO DA MALÁRIA NO BRASIL. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/bvs>. Acesso em: 9 jun. 2024

BRASIL. MALÁRIA. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/m/malaria>. Acesso em: 9 jun. 2024

OMS. MALÁRIA. Disponível em: https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/malaria?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwiM

mwBhDmARIsABeQ7xRlnDFe6Au0VXB8JhMm4TMSOkFe-uEJXNwL_WqdK8ViS3fCg-3QcCEaAjkiEALw_wcB. Acesso em: 9 jun. 2024

BVS.MALARIA.Disponível em:https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_gestao_local_controle_vetorial.pdf. Acesso em: 9 jun. 2024

LIMA, KIN-MAY; MEDEIROS, MARIA DO CARMO DE CARVALHO; KINOSHITA, REGINA TEREZA. PROGRAMA DE CONTROLE DO TABAGISMO EM UMA UNIDADE DE SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA. BELO HORIZONTE: NESCON/UFMG, 2009.Disponível em: [https:// HYPERLINK "http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/KIN-MAY-LIMA-MEDEIROS.pdf](http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/KIN-MAY-LIMA-\). Acesso em: 9 jun. 2024.

MEDEIROS, KIN MAY LIMA. TÍTULO DA TESE. 2024. 250 F. TESE (DOUTORADO EM MEDICINA) – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE, 2024. Disponível em: [https:// HYPERLINK "http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/KIN-MAY-LIMA-MEDEIROS.pdf](http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/KIN-MAY-\). Acesso em: 09 jun. 2024.

BRASIL.Ministerio da Saude.Ministerio da Saude.LUTA CONTRA A MALÁRIA:brasil reduz 26% dos casos de malária no primeiro trimestre de 2025. Luta Contra A Malária: Brasil reduz 26% dos casos de malária no primeiro trimestre de 2025, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-1, 02 nov. 2025. Disponível em:<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2025/abril/brasil-reduz-26-dos-casos-de-malaria-no-primeiro-trimestre-de-2025#:~:text=O%20Brasil%20registrou%20uma%20redu%C3%A7%C3%A3o,%C3%A0s%2063%20registradas%20em%202023>. Acesso em: 02 nov. 2025.

FIOCRUZ. Doenças no portal Fiocruz. MaláriaDisponível em: <https://fiocruz.br/taxonomia-geral-05-doencas/malaria>, Acesso em: 30 out. 2025.

COREN ALAGOAS. nota técnica nº02/2023. Disponível em: <https://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-al/transparencia/82514/download/PDF> Acesso em: 30 out. 2025.

CUIDADO DE ENFERMAGEM HUMANIZADO A HOMENS LGBTQIAPN+ : ÊNFASE NA CIRURGIA DE REDESIGNAÇÃO SEXUAL

Ana Paula Gonçalves dos Reis¹

Camila Karen da Silva²

Grethelien Christye Silva Cerqueira³

Liziane das Graças Agostinho⁴

Luisa Cristina Figueiredo⁵

Marcos Vinicius Lunardi⁶

Natália Romana Rosa⁷

Rosilene Maria de Oliveira⁸

RESUMO

o presente trabalho aborda o cuidado de enfermagem humanizado destinado a homens LGBTQIAPN+, com ênfase na cirurgia de redesignação sexual. O objetivo principal foi analisar os impactos e desafios no atendimento prestado por enfermeiros a essa população, identificando barreiras, estratégias de acolhimento e a importância da capacitação profissional. A metodologia consistiu em uma revisão bibliográfica de caráter exploratório, com análise de 27 artigos publicados entre 2011 e 2025, selecionados em bases como Scielo, BVS, LILACS e Google Acadêmico. Os resultados indicam que a maioria dos profissionais de enfermagem não se sente preparada para atender homens trans, o que contribui para um ambiente inseguro e discriminatório. Por outro lado, formações específicas e capacitação evidenciam um impacto positivo na qualidade do cuidado.

¹ Nutricionista, enfermeira, pós-graduada em saúde pública e urgência e emergência. Mestre em educação e em diabetes. Professora da Faculdade Asa de Brumadinho.

² Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Asa de Brumadinho.

³ Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Asa de Brumadinho.

⁴ Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Asa de Brumadinho.

⁵ Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Asa de Brumadinho.

⁶ Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Asa de Brumadinho.

⁷ Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Asa de Brumadinho.

⁸ Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Asa de Brumadinho.

Palavras-chave: Enfermagem. Homens trans. LGBTQIAPN+. Redesignação sexual. Humanização do Cuidado.

HUMANIZED NURSING CARE FOR LGBTQIAPN+ MEN: EMPHASIS ON GENDER REASSIGNMENT SURGERY

ABSTRACT

This paper addresses humanized nursing care provided to LGBTQIAPN+ men, with an emphasis on gender reassignment surgery. The main objective was to analyze the impacts and challenges in the care provided by nurses to this population, identifying barriers, welcoming strategies, and the importance of professional training. The methodology consisted of an exploratory bibliographic review, analyzing 27 articles published between 2011 and 2025, selected from databases such as Scielo, BVS, LILACS, and Google Scholar. The results indicate that most nursing professionals do not feel prepared to care for trans men, which contributes to an unsafe and discriminatory environment. On the other hand, specific training and professional development have a positive impact on the quality of care. It is observed that nursing practice must be guided by ethical principles, respect for diversity, and equity, making investment in education and inclusive public policies essential.

Keywords: Nursing. Trans men. LGBTQIAPN+. Gender reassignment. Humanized care.

CUIDADO DE ENFERMERÍA HUMANIZADO A HOMBRES LGBTQIAPN+: ÉNFASIS EN LA CIRUGÍA DE REASIGNACIÓN SEXUAL

RESUMEN

El presente trabajo aborda el cuidado de enfermería humanizado dirigido a hombres LGBTQIAPN+, con énfasis en la cirugía de reasignación sexual. El objetivo principal fue analizar los impactos y desafíos en la atención brindada por los enfermeros a esta población, identificando barreras, estrategias de acogida y la importancia de la capacitación profesional. La metodología consistió en una revisión bibliográfica de carácter exploratorio, con el análisis de 27 artículos publicados entre 2011 y 2025, seleccionados en bases como Scielo, BVS, LILACS y Google Académico. Los resultados indican que la mayoría de los profesionales de enfermería no se sienten preparados para atender a hombres trans, lo que contribuye a un entorno inseguro y discriminatorio. Por otro lado, las formaciones específicas y la capacitación evidencian un impacto positivo en la calidad del cuidado.

Palabras clave: Enfermería. Hombres trans. LGBTQIAPN+. Reasignación sexual. Humanización del Cuidado.

I. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal (CF) de 1988, em seu artigo 196, assegura que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visam à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Com base nesse artigo, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado para ofertar atendimento integral a população brasileira. (BRASIL, 1988)

Apesar disso, diversas populações ainda enfrentam dificuldades para obter acesso à saúde, entre eles a comunidade LGBTQIAPN+, especialmente os homens trans. Esses indivíduos se deparam com o despreparo dos profissionais de saúde, discriminação e preconceito institucional, elementos que comprometem a eficácia do atendimento. (Silva et.al, 2020).

O princípio da equidade nos mostra que cada pessoa é única, e necessita de cuidados específicos, de acordo com as necessidades individuais observadas. O objetivo desse princípio segundo Ministério da Saúde (MS) é diminuir desigualdades, possibilitando assim que o cuidado seja prestado de forma a suprir necessidades distintas, em outras palavras, tratando desigualmente os desiguais (De Oliveira, 2023).

A resolubilidade é definida como: “a exigência de que, quando um indivíduo busca o atendimento ou quando surge um problema de impacto coletivo sobre a saúde, o serviço correspondente esteja capacitado para enfrentá-lo e resolvê-lo até o nível da sua competência” (Chassot, 2023).

A Organização das Nações Unidas (ONU) destaca o estigma e a discriminação como graves empecilhos para o acesso e o uso dos serviços de saúde pelo público LGBTQIAPN+. O estigma e a ignorância em relação à identidade de gênero são frequentes na sociedade e nos serviços de saúde. A discriminação pode promover negação de provimento de cuidados, assistência precária e tratamento ofensivo ou arbitrário (Silva et.al, 2020).

A Atenção Primária à Saúde (APS), enquanto porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), é o ambiente ideal para promover um cuidado integral e humanizado. A enfermagem atua na linha de frente da assistência e tem o papel estratégico na promoção do acolhimento humanizado e na quebra de estigmas.

No entanto, ainda existem desafios para garantir um atendimento ético, seguro e inclusivo por parte da enfermagem. Neste sentido, surgem questionamentos importantes: como ocorre o acolhimento dos homens trans nos serviços de APS?

O enfermeiro está preparado para lidar com as especificidades dessa população? O que impede a enfermagem proporcionar o acesso a um cuidado humanizado?

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar o cuidado de enfermagem proporcionado a homens LGBTQIAPN+, com ênfase na cirurgia de redesignação sexual, identificando os principais desafios, estratégias de acolhimento e a importância da capacitação profissional no contexto da APS.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os impactos relacionados ao atendimento prestado pelo enfermeiro à saúde do homem na comunidade LGBTQIAPN+, identificando os desafios e as estratégias necessárias para garantir um atendimento seguro, humanizado e inclusive

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as principais barreiras que dificultam o atendimento eficaz a homens LGBTQIAPN+ na atenção primária de saúde.
- Evidenciar a importância da capacitação do enfermeiro em relação ao atendimento a essa comunidade.
- Ressaltar a importância da criação de estratégias que visem promover um atendimento humanizado e livre de preconceitos nos serviços de saúde.
- Abordar o atendimento de homens trans em consultórios de ginecologia
- Discutir o papel da enfermagem no cuidado pré e pós-operatório de cirurgias de afirmação de gênero.
- Identificar estratégias de humanização e acolhimento na APS.

3 METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter exploratório com o objetivo de analisar pesquisas científicas acerca do tema proposto: “CUIDADO

DE ENFERMAGEM HUMANIZADO A HOMENS LGBTQIAPN+: Ênfase nos homens trans e na cirurgia de redesignação sexual”. A revisão buscou verificar a percepção dos profissionais de enfermagem acerca dos cuidados humanizados prestados a homens LGBTQIAPN+ nos serviços de saúde.

A busca foi realizada em bancos de dados virtuais como Scielo, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), LILACS, Ministério da Saúde (MS), plataforma do Governo Federal (GOV.br) e Google Acadêmico, utilizando os seguintes descritores: homens LGBTQIAPN+, Homens Trans; Enfermagem; Atendimento

Humanizado; Redesignação Sexual; Saúde LGBTQIAPN+;

Foram selecionados artigos publicados no período de 2011 a 2025 totalizando 42 artigos analisados relacionados ao tema proposto. Destes, 27 compuseram o resultado final da análise enquanto 13 foram excluídos por não concordância com o tema proposto

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 ACOLHIMENTO DO ENFERMEIRO A HOMENS LGBTQIAPN+ NA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE (APS)

Acolher significa humanizar o atendimento, sendo a primeira e, possivelmente, a principal estratégia para estabelecer uma relação de confiança entre paciente e a equipe de saúde. (Ferreira et.al, 2020).

A saúde pública no Brasil vive um impasse ao ver populações negligenciadas, como a LGBTQIAPN+, emergirem em busca de seus direitos na mesma proporção em que vê, também, situações de desigualdade e violação de direitos aumentarem de forma institucional. (Ferreira et.al, 2020).

Há fragilidades, barreiras e dificuldades na produção do cuidado à saúde da população LGBTQIAPN+ que envolvem dimensões distintas que perpassam pela formação acadêmica, profissional, estrutural, administrativa/institucional e da gestão do cuidado e atenção à saúde no contexto da Atenção Primária. Este cenário é provocador da manutenção de desigualdades e iniquidades em saúde que necessitam ser superados. (Sousa, et.al, 2021).

O Enfermeiro, como gestor participante da equipe de saúde, necessita de treinamento para atender este público sem preconceitos. É essencial, por exemplo, saber como atender um homem trans que ainda precisa fazer o exame de citologia oncológica ou chamar as pessoas pelo nome social, conforme previsto em lei. (Rosa, 2021).

O acolhimento realizado pelo enfermeiro corretamente é capaz de detectar problemas precocemente, como reduzir de gastos no sistema secundário e terciário de saúde e aproximar o paciente de um atendimento digno e inclusivo, dessa forma reforçando a necessidade de estudos, manuais e treinamentos visando melhorar atendimento e acolhimento. (Rosa, 2021).

Estudos apontam que a maioria dos enfermeiros não sabem a diferença entre orientação sexual e identidade gênero, e muitos não souberam definir de forma concreta o que é o processo transexualizador, mas no geral apresentaram respostas positivas quanto à importância de a enfermagem estar capacitada para atender a população. (Gonçalves, et.al 2019).

4.2 POLÍTICAS E DIRETRIZES NACIONAIS DE SAÚDE INTEGRAL À SAÚDE LGBTQIAPN+

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT foi instituída pela Portaria nº 2.836/GM/MS De 1º de dezembro de 2011, com o objetivo de promover o acesso universal e igualitário à saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Essa política busca eliminar a discriminação e o preconceito institucional, garantir direitos e consolidar o Sistema Único de Saúde (SUS) como um sistema integral, universal e equitativo. (BRASIL, 2011).

Entre as diretrizes centrais dessa política estão o respeito aos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, contribuindo para a eliminação do estigma e da discriminação decorrentes das homofobias e Inclusão da temática da orientação sexual e identidade de gênero nos processos de educação permanente desenvolvidos pelo SUS, incluindo os trabalhadores da saúde. (BRASIL, 2011).

O Ministério da Saúde tem implementado ações para qualificar os profissionais de saúde e promover atendimentos inclusivos, tais como o investimento em pesquisas sobre saúde de pessoas transgêneros, atualização dos campos de orientação sexual e identidade de gênero nos Cadastros da atenção básica e desenvolvimento de cursos auto instrucionais, como o “Promoção do Acesso e Equidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde para o cuidado integral da população LGBTQIAPN+”. (BRASIL, 2020).

Especificamente em Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Saúde instituiu, desde 2020, a Política Estadual de Saúde Integral LGBT, com o objetivo de ampliar o acesso à saúde para a população LGBTQIAPN, qualificar os profissionais da saúde e proporcionar melhorias no atendimento nas Unidades Básicas de Saúde. (MINAS GERAIS, 2020).

4.3 NÍVEL DE CAPACITAÇÃO DO ENFERMEIRO PARA O ACOLHIMENTO NA APS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

Homens trans são frequentemente invisibilizados nos serviços de saúde. Muitos evitam procurar atendimento por medo de serem maltratados, chamados por nomes errados ou expostos a situações constrangedoras. (SANTOS, 2024).

Além disso, há desconhecimento por parte dos profissionais sobre a anatomia, o processo de transição e os aspectos hormonais e reprodutivos dessa população. Esse despreparo contribui para o afastamento dessa população dos serviços de saúde. (Bragagnolo, 2023).

Fatores como a ausência de banheiros inclusivos, a utilização incorreta de pronomes e o tratamento baseado em suposições cis normativas reforçam o afastamento dessas pessoas do cuidado em saúde. (Bragagnolo, 2023).

A Pesquisa Nacional de Saúde mostra que, no Brasil, milhões de brasileiros se identificam como parte da comunidade LGBTQIAPN+, mas muitos se recusam a responder questões a respeito de orientação sexual ou identidade de gênero, revelando ainda contexto de medo e invisibilidade. (Silva et.al, 2023)

Nesse contexto, a enfermagem desempenha um papel fundamental e estratégico na adesão aos serviços e na promoção da saúde, por atuar, desde a primeira etapa até a última, no processo de atendimento à população. Desenvolver competências para acolher a diversidade é essencial para garantir um cuidado ético, seguro e respeitoso. (Silva et.al, 2023).

Pesquisas revelam que, o histórico do cuidado em saúde a esta população se vincula à prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Este histórico contribuiu para a discriminação institucional e os preconceitos de profissionais de saúde e, mesmo após a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, não se identificam no meio acadêmico artigos sobre os avanços na atenção à saúde da população LGBTQIAPN+. (Silva et.al, 2023).

Pessoas LGBTQIAPN+ que apresentam uma expressão de gênero e comportamento não estereotipados podem passar despercebidas dentro dos consultórios. Considerando a pluralidade, a diversidade e que as pessoas não seguem um padrão, a anamnese realizada pelo enfermeiro deve ser minuciosa e ampliada, atenta às possíveis respostas humanas e aos contextos de vida de cada pessoa, e toda a terapêutica deve se basear na participação, no respeito à autonomia e os projetos de vida dos usuários por parte da equipe interdisciplinar de referência e eventuais apoiadores. (Santos, et.al 2019).

4.4 CIRURGIA DE AFIRMAÇÃO DE GÊNERO: ASPECTOS DE ENFERMAGEM

Cuidados Pré-Operatórios: Antes da cirurgia, é essencial que o enfermeiro participe da avaliação multidisciplinar, garantindo que o paciente tenha apoio psicológico, compreensão sobre o procedimento e acesso a informações claras sobre riscos, benefícios e cuidados posteriores. (MORAIS; CORTES, 2020).

O preparo físico envolve orientação sobre suspensão de medicamentos que possam interferir na coagulação, como anti-inflamatórios, além de incentivo à cessação do tabagismo e à adoção de hábitos saudáveis. Deve-se também abordar questões relacionadas à fertilidade e oferecer suporte para preservação de gametas, quando for do interesse do paciente. (KAMOL HOSPITAL, 2020).

Cuidados Pós-Operatórios: No pós-operatório, a enfermagem deve monitorar sinais vitais, observar o local da cirurgia quanto à presença de infecção ou hematomas, controlar a dor e orientar o paciente sobre higiene e uso de medicamentos.

O cuidado deve ser contínuo, com foco na reabilitação física (como fisioterapia para prevenir aderências ou rigidez) e no suporte emocional, uma vez que o período pós-operatório pode envolver sentimentos ambivalentes, insegurança ou disforia. (AFIRMAÇÃO DE GÊNERO, 2024).

4.5 ASSISTÊNCIA A HOMENS TRANS EM CONSULTÓRIOS DE GINECOLOGIA

A diversidade de gênero é uma realidade vivida por milhões de brasileiros, mas ainda invisibilizada em muitas práticas clínicas. (Morais; Cortes, 2020).

Homens trans — pessoas redesignadas do sexo feminino ao nascimento que se identificam com o gênero masculino — frequentemente enfrentam múltiplos obstáculos no acesso à saúde, em especial nos serviços ginecológicos. (Morais; Cortes, 2020).

Consultórios de ginecologia, tradicionalmente estruturados para o atendimento de mulheres cisgênero, se tornam locais de exclusão para pacientes transmasculinos. Dentre os fatores mais comuns estão: desconhecimento dos profissionais sobre identidade de gênero, ausência de protocolos específicos, uso incorreto do nome social e práticas invasivas que intensificam a disforia. (Morais; Cortes, 2020).

A enfermagem, por ser a principal força de trabalho da saúde e atuar na linha de frente da APS, deve assumir papel protagonista na construção de um cuidado inclusivo, ético e técnico-cientificamente fundamentado. (Morais; Cortes, 2020).

Na APS e nos consultórios especializados, o enfermeiro é o primeiro ponto de contato e acompanhamento contínuo do paciente. Seu papel não se restringe a procedimentos técnicos, mas envolve acolhimento, educação em saúde, escuta e vínculos. (Morais; Cortes, 2020).

4.6 SAÚDE MENTAL, DISFORIA DE GÊNERO E PAPEL DO ENFERMEIRO

A disforia de gênero é um estado de sofrimento psíquico relacionado à incongruência entre corpo e identidade de gênero. A abordagem ginecológica pode ser especialmente gatilho para essa disforia. (Opas, 2021).

Cabe ao enfermeiro Reconhecer sinais de sofrimento emocional, validar os sentimentos do paciente com escuta ativa e encaminhar, quando necessário, para psicólogos ou grupos de apoio, garantindo sigilo, empatia e respeito durante toda a consulta. (Opas, 2021).

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), homens trans que se sentem acolhidos e respeitados têm maior adesão ao cuidado e menor incidência de depressão e ideação suicida.

5. DISCUSSÃO

A atuação do enfermeiro frente à saúde do homem LGBTQIAPN+ apresenta desafios significativos, principalmente pela ausência de formação adequada dos profissionais para lidar com as especificidades dessa população. (Ferreira et al., 2020).

Muitos profissionais ainda desconhecem conceitos básicos, como a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero, o que compromete a qualidade e a ética do atendimento. (Gonçalves et al., 2019).

Historicamente, os cuidados de saúde inerentes a essa população se limitaram apenas na prevenção de ISTs, negligenciando outras demandas, o que contribuiu para uma visão reducionista das necessidades em saúde dessa população. Essa herança impacta a atuação dos profissionais e das estruturas dos serviços de saúde. (Santos et.al, 2019).

A criação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT representou uma conquista importante, mas ainda enfrenta obstáculos de implementação, como a resistência institucional e a falta de preparo dos profissionais (Silva et al., 2020).

Para que o atendimento seja de fato humanizado, é necessário investir em formação continuada e ações de educação permanente. (Sousa et al., 2021).

A exclusão histórica da população trans dos debates em saúde criou um cenário de negligência e desinformação. A atuação da enfermagem deve romper com paradigmas tradicionais, adotando uma abordagem baseada em equidade e justiça social. A cirurgia de afirmação de gênero representa um dos momentos mais sensíveis para o homem trans e exige do enfermeiro conhecimento técnico, sensibilidade ética e atuação humanizada. Não basta apenas atender: é preciso compreender e respeitar. (Sousa et al., 2021).

Por fim, destaca-se que o cuidado de enfermagem, é fundamental na promoção da equidade e na construção de ambientes de cuidado acolhedores. Evidencia-se que a escuta ativa, o uso do nome social e o respeito à identidade de gênero são atitudes essenciais para fortalecer o vínculo entre equipe de saúde e paciente. A presença de um enfermeiro capacitado pode ser determinante na adesão ao tratamento e na promoção de saúde integral. (Rosa, 2021).

6. RESULTADOS

Os estudos analisados apontam que a maioria dos profissionais de enfermagem não se sente preparada para atender homens LGBTQIAPN+, especialmente homens trans. Essa falta de preparo contribui para um ambiente de cuidado excludente, gerando insegurança, evasão dos serviços e perpetuação de estigmas. (GONÇALVES et al., 2019).

Por outro lado, iniciativas de capacitação têm mostrado resultados positivos. Profissionais que passaram por formações específicas demonstram maior segurança e empatia no atendimento. Isso evidencia que o investimento em capacitação pode ser um diferencial na qualidade do cuidado. (Santos et al., 2019). Esses achados evidenciam a importância de formações específicas para os profissionais de enfermagem. Capacitar a equipe sobre diversidade sexual, acolhimento e uso correto do nome social contribui diretamente para a qualidade, visto que, a ausência de preparo técnico e ético contribui para a continuidade de práticas discriminatórias e não inclusivas. (SILVA et al., 2023).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do enfermeiro junto a população LGBTQIAPN+, especialmente aos homens trans, deve ser orientada por princípios éticos, respeito à diversidade e no compromisso com a equidade. Para isso, é essencial que a formação dos profissionais inclua conteúdo específico sobre identidade de gênero, sexualidade e direitos humanos. (DE OLIVEIRA, 2023).

Apesar dos avanços promovidos pela Política Nacional de Saúde Integral LGBT, ainda existem brechas que precisam ser confrontadas, como a resistência institucional, a falta de protocolos inclusivos e o despreparo de muitos profissionais de saúde. (SILVA et al., 2020).

O sucesso do cuidado — especialmente no contexto da cirurgia de afirmação de gênero — depende de uma atuação técnica, sensível e humanizada, também da preparação dos profissionais, da estruturação dos serviços e da inclusão da diversidade como valor central da prática em saúde. Valorizar o nome social, respeitar a identidade de gênero e garantir escuta qualificada são atitudes que transformam os serviços de saúde em um espaço verdadeiramente acolhedor. (DE OLIVEIRA, 2023).

REFERÊNCIAS

AFIRMAÇÃO DE GÊNERO. Manual de cuidados pós-cirúrgicos para pessoas transmasculinas. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

ANDERSON, Reis de Sousa et al. Produção de cuidado de enfermagem à população LGBTQIA+ na Atenção Primária. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 1, p. 291–303, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral LGBT: princípios, diretrizes e recomendações. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

CARLA, Viana de Santa Rosa. O enfermeiro no atendimento do público LGBTQIA+. *Revista Remecs*, v. 14, p. 14, 2021.

CHASSOT, Maicon Daniel. Educação em saúde em um serviço de emergência de alta complexidade: qualificação da transferência de cuidados para leitos de retaguarda do SUS. 2023. Trabalho acadêmico não publicado.

DAIANA, Mateus da Silva; ALMEIDA, Diádiney Helena de. O olhar da enfermagem no contexto do atendimento à saúde da população LGBTQIA+. *Saúde em Debate*, v. 47, spe1, 2023.

DE OLIVEIRA, Mara Ramos. Saúde pública do Brasil: SUS e promoção da saúde. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 9, n. 9, p. 1294–1302, 2023.

ERREIRA, J. C. G. A. et al. Acolhimento e atendimento da população LGBTQIA+ na Atenção Primária. Revista de APS, v. 23, 2020.

GONÇALVES, J. R.; LUSTOSA, G. R. Análise do conhecimento de enfermeiros relacionado à assistência à população LGBT. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 2, n. 5, p. 226–239, 2019.

GOMES, R.; NASCIMENTO, E. F.; ARAÚJO, F. C. Itinerários terapêuticos de homens trans nos serviços públicos de saúde. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 571– 583, 2018.

JULIANA, Spinula dos Santos; SILVA, L. M.; OLIVEIRA, A. C. Saúde da população LGBTI+ na Atenção Primária à Saúde e a inserção da Enfermagem. Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, e20190257, 2019.

KAMOL HOSPITAL. Preparation before sex reassignment surgery. Bangkok, 2020. Disponível em: <https://www.kamolhospital.com>. Acesso em: 7 jun. 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Saúde. Política Estadual de Saúde Integral LGBT. Belo Horizonte: SES/MG, 2020.

MORAIS, R.; CORTES, A. Cuidados pré-operatórios em cirurgia de redesignação sexual. Revista Enfermagem Atual, v. 94, n. 2, p. 55–61, 2020.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Saúde trans: cuidados e

direitos. Brasília: OPAS, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saudetrans>. Acesso em: 7 jun. 2025.

RODRIGUES, A. L. S.; SOUSA, F. G. A atuação da enfermagem na assistência à população transexual: desafios e possibilidades. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 72, supl. 1, p. 297–302, 2019.

ROSA, C. V. S. O enfermeiro no atendimento do público LGBTQIA+. Revista Remecs, v. 14, p. 14, 2021.

SANTOS, J. S. et al. Saúde da população trans na Atenção Primária à Saúde: desafios para a enfermagem. Revista de APS, v. 27, n. 1, p. 12–18, 2024.

SANTOS, J. S.; SILVA, L. M.; OLIVEIRA, A. C. Saúde da população LGBTI+ na Atenção Primária à Saúde e a inserção da Enfermagem. Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, e20190257, 2019.

SILVA, Amanda de Cássia Azevedo da et al. Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 24, 2020.

SILVA, D. M.; ALMEIDA, D. H. O olhar da enfermagem no contexto do atendimento à saúde da população LGBTQIA+. *Saúde em Debate*, v. 47, spe1, 2023.

SOUSA, A. R. et al. Produção de cuidado de enfermagem à população LGBTQIA+ na Atenção Primária. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 1, p. 291–303, 2021.

E lá se vai mais um ano. Ano de muita luta, com sonhos concluídos, com sonhos adiados, com partidas, com chegadas e retornos. É momento de balanço, festejos, orações, descanso para uns, trabalho para outros... Todo acadêmico é também um trabalhador, digno de descanso, de esparecimento, importante para o refrigério das ideias e também para novos projetos. Esse período também é marcado pelo reencontro com amigos, familiares e consigo mesmo... é tempo de dar uma pausa no corre-corre.

É como se vivêssemos vários “domingos” entre dezembro e janeiro, domingos como os apresentados por Georges Seurat, em *Uma Tarde de Domingo na Ilha de Grande Jatte* (1884-1886). Com seu estilo pontilhista, de fins do século XIX, o pintor francês nos lembra a importância do lazer em família e amigos, em locais que favoreçam sair do cotidiano do trabalho diário, desfrutando de um domingo ensolarado. Cada ponto de cor na tela constrói uma imagem que revela que esses momentos colaboraram para levar a vida com mais serenidade e suavidade. Cem anos depois, tal sentido é manifestado em *Um Dia de Domingo* (1985), na voz de Tim Maia e Gal Costa.

Na citada canção, os interpretes brasileiros, com seus belos vocais, nos levam a refletir sobre o desejo de relaxamento e de reconciliação. A música nos transporta para um momento de leveza, onde o “domingo” se torna sinônimo de liberdade, de reencontro com a alegria, com as pessoas queridas e consigo mesmo. Assim como a pintura, a letra fala de um dia protagonizado pela diversão, amizade e o prazer de simplesmente vivê-lo. No fundo, ambas as artes nos convidam a desacelerar, a encontrar beleza nas pequenas coisas e a reconhecer que o descanso é tão vital quanto o trabalho árduo. O domingo, especialmente no fim de um ano repleto de compromissos, é o espaço para “resetar”, para respirar e para revisitar o que realmente importa.

Enfim, a pausa insinuada pelas obras se transforma em um convite para o autoexame, a reflexão sobre nossos caminhos e o retorno ao essencial. A arte, a música, a companhia dos amigos e o tempo conosco mesmos são fontes inesgotáveis de energia, que, ao serem cultivadas, nos permitem viver de forma mais plena, equilibrada e conectada com o que realmente é importante. É necessário dar um tempo ao tempo, de ter mais domingos, sobretudo nessa época de transição de ciclos. Assim, é com esses sentimentos e sentidos, que a Revista ASA Palavra se despede de mais um ano e aguarda 2026.